

MULHERES NEGRAS
e
VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA
DECODIFICANDO OS NÚMEROS

Geledés Instituto da Mulher Negra



Suelaine Carneiro

MULHERES NEGRAS e VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
decodificando os números

1ª edição

São Paulo
Geledés - Instituto da Mulher Negra
2017

Expediente

Esta publicação é uma ação do projeto Mulheres Negras e Violência: decodificando os números

Realização

Geledés – Instituto da Mulher Negra

Apoio

Editais Fundo Fale Sem Medo 2016, iniciativa do Instituto Avon e ELAS Fundo de Investimento Social

Redação e Organização

Suelaine Carneiro

Revisão

Renata Celani e Rita de Cássia Bonadio Inácio

Editoração e Design

Trama Digital

C289m

CARNEIRO, Suelaine

Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números / Suelaine Carneiro - São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017

Inclui Bibliografia 360 p

Número de ISBN: 978-85-62750-02-1

1. Violência contra a mulher, Brasil 2. Mulheres negras. 3. Violência doméstica. I. Carneiro, Suelaine. II Geledés Instituto da Mulher Negra. III Título

CDU 396 (81)

01

Mulheres e Violência Doméstica

páginas - 11 a 35

1.1 - Mulheres Negras

apresentação > 2 a 3
introdução > 7 a 10

02

A Violência contra as Mulheres no Estado de São Paulo

páginas - 36 a 50

2.1 - Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica na Cidade e São Paulo – CRM e CDCM

- 2.1.1. Centros de Referência da Mulher
- 2.1.2. Centros de Defesa e de Convivência da Mulher

03

Entrevistas

páginas - 51 a 354

3.1 - A SMPM e a Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na cidade de São Paulo

- 3.1.1. A Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SMPM
- 3.1.2. Ações Intersecretariais, Transversais e Interseccionais
- 3.1.3. Diferenças entre os CRMs e os CDCMs
- 3.1.4. Questões Raciais e a Diversidade
- 3.1.5. Futuro e os Desafios das Políticas para as Mulheres na cidade de São Paulo

3.2 - O Atendimento às Mulheres nos CRMs e CDCMs

- 3.2.1. CRM 25 de Março**
 - 3.2.1.1. Quem são as Mulheres Atendidas
 - 3.2.1.2. Como Elas Chegam
 - 3.2.1.3. O Atendimento
 - 3.2.1.4. Oficinas, Projetos e Parcerias
 - 3.2.1.5. As Mulheres Negras e o CRM

- 3.2.1.6. Noções de Direitos e Diversidade
- 3.2.1.7. Quem Cuida das Profissionais
- 3.2.1.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

3.2.2. CDCM Casa Cidinha Kopcak

- 3.2.2.1. Quem são as Mulheres Atendidas
- 3.2.2.2. Como Elas Chegam
- 3.2.2.3. O Atendimento
- 3.2.2.4. Oficinas, Projetos e Parcerias
- 3.2.2.5. As Mulheres Negras e o CDCM
- 3.2.2.6. Noções de Direitos e Diversidade
- 3.2.2.7. Quem Cuida das Profissionais
- 3.2.2.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

3.2.3. CDCM Casa Viviane dos Santos

- 3.2.3.1. Quem são as Mulheres Atendidas
- 3.2.3.2. Como Elas Chegam
- 3.2.3.3. O Atendimento
- 3.2.3.4. Oficinas, Projetos e Parcerias
- 3.2.3.5. As Mulheres Negras e o CDCM
- 3.2.3.6. Noções de Direitos e Diversidade
- 3.2.3.7. Quem Cuida das Profissionais
- 3.2.3.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

3.2.4. CDCM Casa MulherAção

- 3.2.4.1. Quem são as Mulheres Atendidas
- 3.2.4.2. Como Elas Chegam
- 3.2.4.3. O Atendimento
- 3.2.4.4. Oficinas, Projetos e Parcerias
- 3.2.4.5. As Mulheres Negras e o CDCM
- 3.2.4.6. Noções de Direitos e Diversidade
- 3.2.4.7. Quem Cuida das Profissionais
- 3.2.4.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

3.2.5. CDCM Casa Anastácia

- 3.2.5.1. Quem são as Mulheres Atendidas
- 3.2.5.2. Como Elas Chegam
- 3.2.5.3. O Atendimento
- 3.2.5.4. Oficinas, Projetos e Parcerias
- 3.2.5.5. As Mulheres Negras e o CDCM
- 3.2.5.6. Noções de Direitos e Diversidade
- 3.2.5.7. Quem Cuida das Profissionais
- 3.2.5.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

3.2.6. CDCM Mariás

- 3.2.6.1. Quem são as Mulheres Atendidas
- 3.2.6.2. Como Elas Chegam
- 3.2.6.3. O Atendimento
- 3.2.6.4. Oficinas, Projetos e Parcerias
- 3.2.6.5. As Mulheres Negras e o CDCM
- 3.2.6.6. Noções de Direitos e Diversidade
- 3.2.6.7. Quem Cuida das Profissionais
- 3.2.6.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

3.2.7. CDCM Espaço Francisca Franco

- 3.2.7.1. Quem são as Mulheres Atendidas
- 3.2.7.2. Como Elas Chegam
- 3.2.7.3. O Atendimento
- 3.2.7.4. Oficinas, Projetos e Parcerias
- 3.2.7.5. As Mulheres Negras e o CDCM
- 3.2.7.6. Noções de Direitos e Diversidade
- 3.2.7.7. Quem Cuida das Profissionais
- 3.2.7.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

3.3 - As mulheres atendidas nos CDCMs

- 3.3.1. Condições Familiares e Socioeconômicas
- 3.3.2. As Violências Sofridas
- 3.3.3. Atendimento na Polícia e no Judiciário
- 3.3.4. A Busca por uma Vida sem Violências
- 3.3.5. Questões Raciais
- 3.3.6. Planos para o Futuro

3.4 - Ativismo Feminista no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

- 3.4.1. Coletivo Mulheres de Orí
- 3.4.2. Comunidade Brasil

04

Considerações Finais

páginas - 355 a 357

05

Referências

páginas - 358 a 361

Apresentação

Esta publicação reúne os resultados do projeto Mulheres Negras e Violência: decodificando os números, selecionado no edital Fundo Fale Sem Medo 2016, concurso lançado pelo Instituto Avon e ELAS Fundo de Investimento Social. O projeto é uma realização do Geledés Instituto da Mulher Negra, e consistiu na elaboração e registro de entrevistas com mulheres negras e não negras atendidas em equipamentos da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e também entrevistas com profissionais que atuam nesses espaços, em serviços públicos existentes na cidade de São Paulo. Buscamos destacar a urgência da incorporação da temática racial nos estudos, pesquisas e elaboração de políticas públicas voltadas para a garantia do direito à vida das mulheres.

Para alcançar nossos propósitos, contamos com a colaboração imprescindível de mulheres que narraram suas dores e inconformidades com as situações de violências vivenciadas dentro e fora do ambiente doméstico, e suas trajetórias de busca pelo direito a ter uma vida digna.

Tivemos valiosas contribuições de profissionais que vivem a experiência da escuta cotidiana dessas histórias de vida marcadas por violências de todos os tipos, prestando serviços de acolhimento e

orientação a estas mulheres, que atuam nos seguintes equipamentos públicos da Prefeitura de São Paulo, cuja parceria possibilitou a realização deste trabalho: Centro de Referência da Mulher 25 de Março, serviço mantido pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM); e os Centros de Defesa e Convivência da Mulher, serviços conveniados entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e organizações da sociedade civil, os CDCMs: Casa Cidinha Kopcak, Casa Viviane dos Santos, Casa MulherAção, Casa Anastácia, Mariás e o Espaço Francisca Campos.

Ainda nesta roda de parcerias e fortalecimento, incluímos reflexões oportunas de mulheres que atuam nas organizações sociais do Coletivo Mulheres de Orí e na Comunidade Brasil, e de profissionais que participam do dia-a-dia da construção das políticas para as mulheres na SMPM.

Todas as entrevistas foram realizadas no período de maio a novembro de 2016.

As Instituições:

GELEDÉS **Instituto da Mulher Negra**

Fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

Posiciona-se também contra as demais formas de discriminação que limitam a realização plena da cidadania, tais como: a lesbofobia, a homofobia, a transfobia, a bifobia, os preconceitos regionais, a intolerância religiosa, opinião e de classe social.

Desta perspectiva, as áreas prioritárias da ação política e social de Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas.

Em todos esses temas, Geledés desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania, além de monitorar no Portal Geledés o debate público sobre cada um deles no Brasil e no mundo.

<http://www.geledes.org.br/>

ELAS Fundo de Investimento Social

Somos o único fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres. Entendemos que investir nelas é o caminho mais rápido para o desenvolvimento de um país. Quando se investe nas mulheres, a vida de seus filhos e das pessoas a sua volta se transforma, gerando resultados diretamente em comunidades, cidades, estados e, por fim, em todo o Brasil.

Como a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras importantes organizações têm afirmado, as mulheres são as principais agentes de transformação da sociedade. Assim, todos os investimentos feitos no protagonismo delas retornam em grandes e expressivas mudanças sociais nas comunidades em que estão inseridas.

Desde o seu lançamento, em 2000, o Fundo ELAS (que antes se chamava Fundo Angela Borba) cresceu, evoluiu e ampliou seus programas e suas áreas de atuação. Por isso, o Fundo expandiu a homenagem, antes restrita a uma só pessoa, para todas as mulheres brasileiras. Sua missão é promover e fortalecer o protagonismo das mulheres mobilizando e investindo recursos em suas iniciativas.

<http://www.fundosocialelas.org/>

Fundo Fale Sem Medo

Resultado da parceria entre o Instituto Avon e o ELAS Fundo de Investimento Social, o Fundo Fale Sem Medo apoia, desde 2012, ações de grupos e organizações da sociedade civil que promovem o enfrentamento da violência contra a mulher. A parceria estratégica para a causa une a experiência com as organizações de mulheres que caracteriza o trabalho do Fundo ELAS ao longo de 15 anos e a força de ação e de arrecadação do Instituto Avon, por meio da campanha global Fale sem medo – não à violência doméstica, que tem direcionado recursos importantes para a causa nos últimos anos.

O Fundo Fale sem Medo já apoiou 42 projetos e se fortaleceu com os resultados alcançados pelos grupos apoiados. Em dezembro de 2015 o Instituto Avon e o Fundo ELAS lançaram o terceiro edital do Fundo Fale Sem Medo. O concurso selecionou mais 33 projetos em todo o Brasil.

A parceria abre um enorme potencial para a construção de uma nova cultura da doação. Significa o apoio a inúmeras ações que são realizadas por grupos e organizações de mulheres no enfrentamento da violência doméstica, provocando mudanças sociais nas suas realidades locais e conseqüentemente no país. Representa também infinitas oportunidades de transformação social, pela multiplicação de informações e ações sobre o fim da violência doméstica, além da interlocução entre diversos atores

<http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/>

The image features a woman in a blue silhouette sitting on a brown circle. A large purple circle is in the background. The word "Introdução" is written in white text across the center.

Introdução



O presente documento traz os resultados da pesquisa Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números, fruto de participação no edital Fundo Fale Sem Medo, concurso realizado pelo Instituto Avon e ELAS Fundo de Investimento Social.

O pesquisa buscou ampliar a compreensão das particularidades que envolvem a questão da violência doméstica contra as mulheres negras na sociedade brasileira, tendo em vista o crescimento significativo de sua participação nos dados nacionais, particularmente no número de homicídios, em contraposição à queda desse fenômeno entre as mulheres brancas.

Apesar de contarmos com políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, os índices demonstram seu reduzido alcance para atuar na proteção e direito à vida das mulheres negras. Compreendemos que o recrudescimento do racismo, do conservadorismo e do machismo são elementos que impactam negativamente na vida das mulheres, em todas as regiões brasileiras.

Buscamos agregar novos elementos que auxiliem a sociedade civil e também o poder público no desenvolvimento de ações que possam frear o avanço dos dados, e para esta empreitada buscamos parcerias que consideramos fundamentais para esta ação: os Centros de Referência da Mulher (CRMs) e Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCMs), além de mulheres atendidas nestes espaços.

Neste caminho, consideramos imprescindível o diálogo resultado de entrevistas com as mulheres vítimas de

violências domésticas e com as profissionais que atuam nos CDCMs e CRMs, pois percebemos como urgente a construção de novas ações e estratégias, quer sejam por parte do setor público como também pelos movimentos de mulheres e demais pessoas comprometidas com o tema, para a reversão da situação e ampliação da proteção das mulheres. Buscamos fugir da naturalização da divulgação de dados que simplesmente relatam as desigualdades, desvantagens e mortalidades para através da escuta das vivências, das dificuldades e dos desejos, arquitetarmos novos contornos para garantir o direito à vida de todas as mulheres.

As escutas e diálogos demonstraram que a violência doméstica contra mulheres, neste caso tendo um olhar especial para as mulheres negras, expressam as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, da cultura do machismo e do patriarcado ainda presentes na nossa sociedade, mas também se relacionam com as opressões de raça, classe social, identidade de gênero e demais discriminações e intolerâncias. Nosso trabalho busca aliar-se ao debate sobre a necessidade de novas formas de enfrentamento à violência racial, que se expressa também nos dados socioeconômicos, que impacta no valor da vida de negras e negros, demarcados como descartáveis, situação que os altos índices de participação das mulheres negras nos homicídios corroboram.

Acreditamos que com diálogo e articulação de novas alianças entre pessoas comprometidas com os direitos humanos será possível a construção de outros e talvez novos caminhos contra a aniquilação de mulheres, além da efetivação de ações pelo poder público que realizem plenamente os direitos humanos das mulheres.

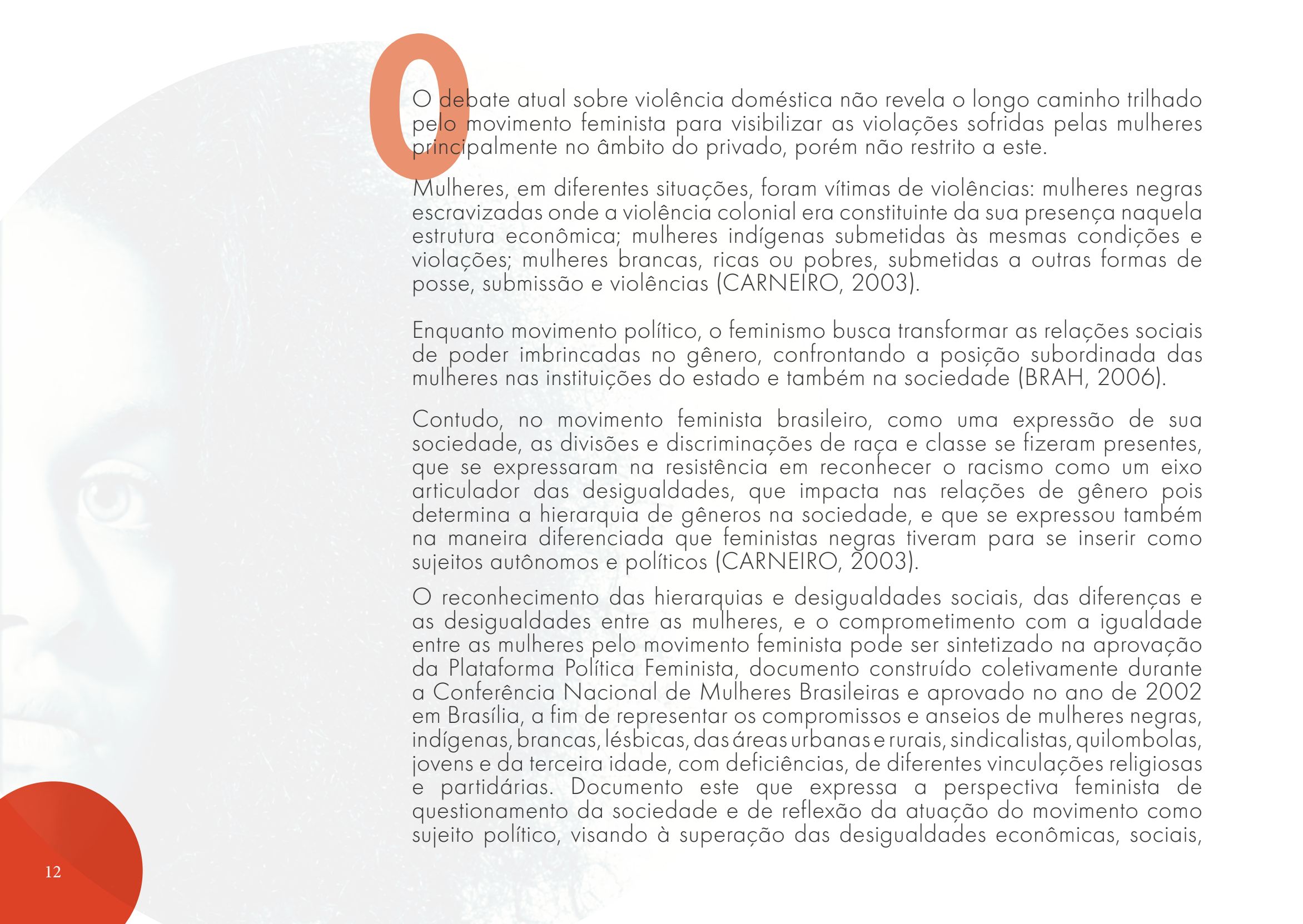


01

Mulheres

e

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



O debate atual sobre violência doméstica não revela o longo caminho trilhado pelo movimento feminista para visibilizar as violações sofridas pelas mulheres principalmente no âmbito do privado, porém não restrito a este.

Mulheres, em diferentes situações, foram vítimas de violências: mulheres negras escravizadas onde a violência colonial era constituinte da sua presença naquela estrutura econômica; mulheres indígenas submetidas às mesmas condições e violações; mulheres brancas, ricas ou pobres, submetidas a outras formas de posse, submissão e violências (CARNEIRO, 2003).

Enquanto movimento político, o feminismo busca transformar as relações sociais de poder imbrincadas no gênero, confrontando a posição subordinada das mulheres nas instituições do estado e também na sociedade (BRAH, 2006).

Contudo, no movimento feminista brasileiro, como uma expressão de sua sociedade, as divisões e discriminações de raça e classe se fizeram presentes, que se expressaram na resistência em reconhecer o racismo como um eixo articulador das desigualdades, que impacta nas relações de gênero pois determina a hierarquia de gêneros na sociedade, e que se expressou também na maneira diferenciada que feministas negras tiveram para se inserir como sujeitos autônomos e políticos (CARNEIRO, 2003).

O reconhecimento das hierarquias e desigualdades sociais, das diferenças e as desigualdades entre as mulheres, e o comprometimento com a igualdade entre as mulheres pelo movimento feminista pode ser sintetizado na aprovação da Plataforma Política Feminista, documento construído coletivamente durante a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras e aprovado no ano de 2002 em Brasília, a fim de representar os compromissos e anseios de mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, das áreas urbanas e rurais, sindicalistas, quilombolas, jovens e da terceira idade, com deficiências, de diferentes vinculações religiosas e partidárias. Documento este que expressa a perspectiva feminista de questionamento da sociedade e de reflexão da atuação do movimento como sujeito político, visando à superação das desigualdades econômicas, sociais,

de gênero, raça e etnia, levando em consideração as especificidades locais e regionais, refletindo as especificidades e as estratégias de luta do feminismo brasileiro daquele momento, voltado para o reconhecimento das diferenças, a igualdade, a redistribuição de riquezas e a justiça social (CÁRNEIRO, 2015).

Para além da conquista de direitos políticos, trabalhistas e civis (final do século XIX e início do século XX), a partir dos anos de 1970 o movimento feminista intensifica os questionamentos às estruturas sociais, explicitando sua ação política e pensamento crítico às relações de gênero e sociais, além de críticas à ditadura militar vigente à época, reivindicando a construção de uma sociedade igualitária e democrática. Toda essa agenda, que sofria muitas resistências políticas e sociais, pois expressava as dificuldades e desvantagens das mulheres no mercado de trabalho, educação, violência doméstica e sexual entre outras violações de direitos, foi impulsionada quando a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e os anos de 1975 a 1985 como a Década da Mulher em todo o mundo (CARNEIRO, 2015).

Ganharam força as ações por políticas públicas de gênero e mudanças em legislações discriminatórias; aumentaram as pressões por ações afirmativas, pela constituição de entidades de defesa de direitos das mulheres e o fim da violência contra as mulheres, pela criação de Delegacias especializadas, de abrigos para vítimas de violência, por programas de saúde sexual e reprodutiva e, mais recentemente, por cotas nos partidos políticos, entre outros (PITANGUY, 2002).

Neste cenário destaca-se a conquista representada pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como **Convenção de Belém do Pará**, de 1994, que impactou na vida das mulheres das Américas, mas também em todo o mundo pelo seu caráter simbólico, conforme compreensão de Bandeira e Almeida (2015, p.506):

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violação aos direitos humanos. Nesse sentido, adotou um novo paradigma na luta internacional da concepção e de direitos humanos, considerando que o privado é público e, por consequência, cabe aos Estados assumirem a responsabilidade e o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres.

A Convenção definiu como violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada; engloba a violência física, sexual e psicológica ocorridas nos âmbito da família ou unidade doméstica, em qualquer relação interpessoal e cometida por qualquer pessoa, como o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual, inclusive se perpetrada ou tolerada pelo Estado e seus agentes.

Como resultado do não cumprimento dos preceitos da Convenção de Belém do Pará, e como decorrência de denúncia formalizada contra o Estado brasileiro junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela cidadã Maria da Penha Fernandes, com o Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), em abril de 2001, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que recomendou reformas jurídicas que evitassem a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com relação à violência doméstica contra as mulheres (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

É neste bojo e como resultado de articulações e incidências políticas, que no ano de 2002, um conjunto de organizações feministas¹ elaborou uma proposta de projeto de lei, que foi discutida e reformulada por um grupo de trabalho interministerial coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, resultando na Lei nº 11.340 de 22 de setembro de 2006 – Lei Maria da Penha –, que dá cumprimento

¹ As ONGs ADVOCACY, AGENDE, CEPIA, CFEMEA, CLADEM/IPÊ e THEMIS.

à Convenção para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, da OEA, ratificada pelo Brasil em 1994, e à Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da ONU. Estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas Varas Criminais².

Esse debate tem demonstrado que há aceitação e o reconhecimento da necessidade de que a violência doméstica deve ser coibida, com apoio social e a constituição de legislação, políticas e serviços públicos voltados para sua punição e coerção³.

A Lei Maria da Penha é uma histórica conquista do movimento feminista brasileiro, que com a legislação demonstra sua capacidade de ação política e de tensionar as estruturas sociais, a partir da crítica das relações de gênero, que se inscrevem no campo do imaginário e nas estruturas institucionais (CARNEIRO, 2015).

De acordo com Denise Dora (2016), fundadora da Themis Gênero e Justiça, uma das entidades propositoras da Lei Maria da Penha, e atualmente Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul:

2 Conselho Nacional de Justiça. Sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/sobre-a-lei-maria-da-penha/>

3 Na última década, foram desenvolvidas políticas públicas que garantem os direitos humanos das mulheres na esfera das relações domésticas e familiares. Mulheres vítimas de violência contam com o apoio e orientação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), nos Centros de Referência Especializadas de Assistência Social (CREAS), orientação e assistência jurídica em várias ONGs feministas, além das Delegacias de Defesa da Mulher, núcleos de defesa jurídica nas Defensorias Públicas e Ministérios Públicos. O Conselho Nacional de Justiça, órgão central do sistema judicial brasileiro, também elaborou orientações e procedimentos visando a estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para o aperfeiçoamento e adequada aplicação da Lei Maria da Penha.

Hoje, é a lei mais conhecida do país. Isso contribuiu muito para o conhecimento dos direitos. Cria uma geração inteira de meninas e jovens mulheres que sabem que tem uma lei sobre a violência contra a mulher. Isso muda um país. (...) Hoje envolve toda uma elite jurídica do país, que acaba sendo quem defende direitos⁴.

Contudo, pondera sobre a necessidade de avanços, pois “Como essa mulher que foi vítima consegue sair dessa situação sem ajuda do Estado? Ela consegue chegar na Justiça, mas a solução do problema recai sobre ela mesma. Isso ainda precisa melhorar muito”.

Também mudanças socioeconômicas que inseriram as mulheres em novos patamares na sociedade, não explicam e não evitam a morte de mulheres por seus companheiros e/ou parentes próximos ou conhecidos, cujos dados do Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil explicitam⁵.

A magnitude dos dados desse Mapa resultou na realização da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI - VCM), que investigou entre março de 2012 e julho de 2013 a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros. Como resultado da investigação houve a criação da Lei n. 13.104/2015 – Lei do Feminicídio, que incluiu o assassinato de mulheres na lista de crimes hediondos (Lei n 8.072/1990), como já ocorre em casos de genocídio e latrocínio, cujas penas previstas pelo Código Penal são de 12 a 30 anos de reclusão; o crime de homicídio (assassinato) prevê pena de seis a 20 anos de reclusão e se for caracterizado feminicídio, a punição parte de 12 anos de reclusão.

4 *Entrevista do artigo “Em 10 anos, Lei Maria da Penha ajuda a reduzir violência contra a mulher, mas não muda a cultura”, publicado no site Sul21, realizada por Luís Eduardo Gomes (2016).*

5 *Trata-se de pesquisa elaborada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio do escritório no Brasil da ONU Mulheres, da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.*

Número e taxas (por 100 mil) de homicídio de mulheres. Brasil. 1980/2013

Ano	n.	Taxas
1980	1.353	2,3
1981	1.487	2,4
1982	1.497	2,4
1983	1.700	2,7
1984	1.736	2,7
1985	1.766	2,7
1986	1.799	2,7
1987	1.935	2,8
1988	2.025	2,9
1989	2.344	3,3
1990	2.585	3,5
1991	2.727	3,7
1992	2.399	3,2
1993	2.622	3,4
1994	2.838	3,6
1995	3.325	4,2
1996	3.682	4,6
1997	3.587	4,4
1998	3.503	4,3
1999	3.536	4,3
2000	3.743	4,3

Ano	n.	Taxas
2001	3.851	4,4
2002	3.867	4,4
2003	3.937	4,4
2004	3.830	4,2
2005	3.884	4,2
2006	4.022	4,2
2007	3.772	3,9
2008	4.023	4,2
2009	4.260	4,4
2010	4.465	4,6
2011	4.512	4,6
2012	4.719	4,8
2013	4.762	4,8
1980/2013	106.093	
$\Delta\%$ 1980/2006	197,3	87,7
$\Delta\%$ 2006/2013	18,4	12,5
$\Delta\%$ 1980/2013	252,0	111,1
$\Delta\%$ aa. 1980/2006	7,6	2,5
$\Delta\%$ aa. 2006/2013	2,6	1,7
$\Delta\%$ aa. 1980/2013	7,6	2,3

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

O recrudescimento da violência teve como resposta o endurecimento da legislação, que conforme os números demonstram não conseguiu reduzir a vitimização das mulheres⁶.

Mas é aqui que retomamos o caminho proposto pelo presente trabalho, que é indagar por que as políticas públicas, voltadas para o enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, não atingem da mesma maneira todas as mulheres brasileiras?

⁶ Conferir em <http://www.compromissoeatitude.org.br/mapa-da-cpmi/>



11

Mulheres

NEGRAS

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais.

No Brasil há um contingente de 53.566.935 mulheres negras, dentre uma população residente estimada em 201,5 milhões de pessoas. As mulheres negras são urbanas, rurais, lésbicas, transexuais, jovens, idosas, deficientes, com muita ou pouca escolaridade, em sua maioria com pouca renda⁷.

Segundo pesquisa realizada pelo IPEA (2013), em 2009, 51,1% famílias se declararam chefiadas por mulheres negras; mulheres negras recebiam 51,1% do rendimento das mulheres brancas; de cada cem mulheres negras chefes de família, onze estavam desempregadas, e entre as brancas este número era de sete.

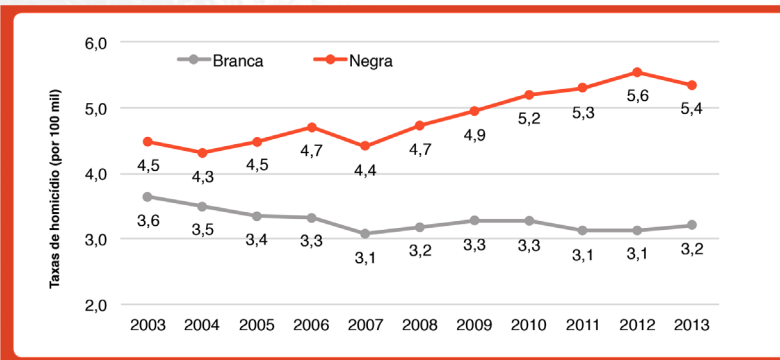
Entretanto, as mulheres negras, na última década, constituíram o grupo social que apresentou as taxas mais aceleradas de escolarização e apresentou melhor participação e desempenho do que os homens negros nos indicadores educacionais. Todavia, quando analisamos os dados de desemprego, rendimento e condições de trabalho, aparece com nitidez que os avanços educacionais das mulheres negras ainda não refletem a realidade do mundo do trabalho, que expressam a estratificação social. As barreiras realizadas pelo racismo e pela pobreza fazem com que mulheres negras vivenciem no seu cotidiano múltiplas formas de violências e estresses, como nas dificuldades de acesso aos serviços de saúde e na baixa atenção às especificidades da saúde das mulheres negras; pela reificação de estereótipos das mulheres negras; pela desvalorização da cultura e religiosidade africana; pelas violências produzidas pelas forças de segurança do Estado, do crime organizado e de milícias, sofrendo maior exposição às drogas; por serem as principais vítimas do tráfico de mulheres⁸, entre outras violações.

⁷ Dados de IBGE/PNAD 2013.

⁸ Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015, contra o racismo, a violência e pelo bem viver! – Disponível em: <http://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contr-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/#gs.90K2Zvg>

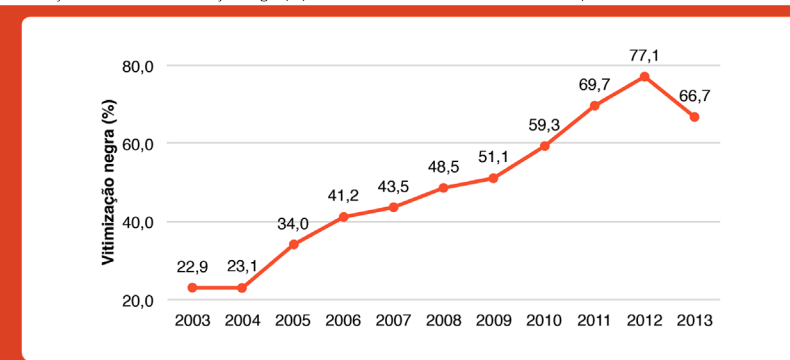
Os dados do Mapa 2015, na comparação entre mulheres negras e mulheres brancas, demonstram a situação endêmica da violência na vida das mulheres negras:

Evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas e negras (por 100 mil). Brasil. 2003/2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Evolução do índice de vitimização negra (%) nos homicídios de mulheres. Brasil. 2003/2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Homicídios de mulheres negras, por UF/região e cor. Brasil. 2003/2013

UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Acre	7	7	8	8	9	5	6	13	11	14	29	314,3	262,5
Amapá	12	14	13	10	7	13	10	14	16	15	15	25,0	50,0
Amazonas	30	34	40	33	43	56	60	60	66	89	71	136,7	115,2
Pará	78	77	101	118	112	137	152	196	154	202	189	142,3	60,2
Rondônia	29	13	30	31	20	20	35	23	31	35	27	-6,9	-12,9
Roraima	5	3	9	3	10	5	12	9	7	14	180,0	366,7	
Tocantins	17	14	15	18	25	17	23	30	36	40	31	82,4	72,2
Norte	178	162	216	221	226	253	298	345	323	402	376	111,2	70,1
Alagoas	39	42	46	66	67	71	96	104	114	116	117	200,0	77,3
Bahia	100	155	164	197	207	260	283	358	374	368	360	260,0	82,7
Ceará	40	44	45	65	84	74	80	111	104	110	125	212,5	92,3
Maranhão	58	44	49	56	50	67	67	99	109	96	107	84,5	91,1
Paraíba	25	47	45	49	55	76	84	98	117	119	104	316,0	112,2
Pernambuco	187	206	226	261	241	245	252	197	223	185	224	19,8	-14,2
Piauí	24	14	29	28	24	31	22	28	28	40	36	50,0	28,6
Rio Grande do Norte	16	13	27	27	25	48	38	51	56	42	59	268,8	118,5
Sergipe	16	15	22	22	21	21	21	36	50	52	48	200,0	118,2
Nordeste	505	580	653	771	774	893	943	1.082	1.175	1.128	1.180	133,7	53,0
Espírito Santo	67	69	90	103	116	129	152	128	104	137	129	92,5	25,2
Minas Gerais	199	230	212	238	248	221	246	258	283	303	274	37,7	15,1
Rio de Janeiro	275	250	272	266	216	223	189	193	223	223	235	-14,5	-11,7
São Paulo	378	285	260	242	185	199	229	223	179	256	215	-43,1	-11,2
Sudeste	919	834	834	849	765	772	816	802	789	919	853	-7,2	0,5
Paraná	32	41	50	48	41	55	57	51	55	68	59	84,4	22,9
Rio Grande do Sul	23	26	22	30	29	32	36	38	21	39	33	43,5	10,0
Santa Catarina	8	7	6	15	6	8	15	5	18	16	100,0	6,7	
Sul	63	74	78	93	76	95	101	104	81	125	108	71,4	16,1
Distrito Federal	45	43	32	39	41	57	61	50	61	63	66	46,7	69,2
Goias	74	64	83	91	82	104	117	128	182	171	191	158,1	109,9
Mato Grosso	53	60	51	42	54	57	55	54	60	61	61	15,1	45,2
Mato Grosso do Sul	27	30	31	24	28	22	25	38	40	45	40	48,1	66,7
Centro-Oeste	199	197	197	196	205	240	258	270	343	340	358	79,9	82,7
BRASIL	1.864	1.847	1.978	2.130	2.046	2.253	2.416	2.603	2.711	2.914	2.875	54,2	35,0

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Homicídios de mulheres brancas, por UF/região e cor. Brasil. 2003/2013

UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Acre	6	3	5	6	7	5	6	3	3	1	3	-50,0	-50,0
Amapá	2	1	2	3	4	0	1	2	3	2	1	-50,0	-66,7
Amazonas	5	11	6	12	5	6	3	4	10	8	8	60,0	-33,3
Pará	15	13	25	21	26	26	23	29	27	26	33	120,0	57,1
Rondônia	22	17	14	19	8	16	15	11	14	13	20	-9,1	5,3
Roraima	1	2	1	4	1	4	3	1	0	2	0	0,0	0,0
Tocantins	5	4	6	3	2	3	7	3	10	9	7	40,0	133,3
Norte	56	51	59	68	53	60	58	53	67	61	72	28,6	5,9
Alagoas	5	9	8	6	11	3	2	5	7	12	18	260,0	200,0
Bahia	18	20	22	20	27	34	31	39	36	40	41	127,8	105,0
Ceará	10	15	16	17	27	18	25	27	24	25	34	240,0	100,0
Maranhão	11	9	8	7	12	9	19	17	17	14	22	100,0	214,3
Paraíba	3	5	7	9	7	8	9	8	18	7	12	300,0	33,3
Pernambuco	53	56	37	35	35	45	40	29	21	20	26	-50,9	-25,7
Piauí	6	10	8	4	9	6	5	10	4	5	10	66,7	150,0
Rio Grande do Norte	14	4	9	10	11	7	17	13	11	16	19	35,7	90,0
Sergipe	8	6	4	9	9	8	9	6	7	9	8	0,0	-11,1
Nordeste	128	134	119	117	148	138	157	154	145	148	190	48,4	62,4
Espírito Santo	41	33	30	44	32	30	32	34	40	17	36	-12,2	-18,2
Minas Gerais	152	114	142	137	129	133	131	140	163	146	144	-5,3	5,1
Rio de Janeiro	227	230	204	219	186	133	145	126	127	124	136	-40,1	-37,9
São Paulo	628	565	508	525	394	443	401	419	377	368	394	-37,3	-25,0
Sudeste	1.048	942	884	925	741	739	709	719	707	655	710	-32,3	-23,2
Paraná	188	199	185	194	193	241	273	282	218	247	222	18,1	14,4
Rio Grande do Sul	152	167	185	128	160	184	185	183	179	202	172	13,2	34,4
Santa Catarina	51	63	54	69	60	74	82	94	68	84	82	60,8	18,8
Sul	391	429	424	391	413	499	540	559	465	533	476	21,7	21,7
Distrito Federal	14	8	14	9	13	7	14	15	16	10	12	-14,3	33,3
Goias	45	64	46	48	51	48	45	44	67	67	66	46,7	37,5
Mato Grosso	33	38	37	28	41	26	37	25	26	35	28	-15,2	0,0
Mato Grosso do Sul	32	18	32	24	26	27	31	21	29	26	22	-31,3	-8,3
Centro-Oeste	124	128	129	109	131	108	127	105	138	138	128	3,2	17,4
BRASIL	1.747	1.684	1.615	1.610	1.486	1.544	1.591	1.590	1.522	1.535	1.576	-9,8	-2,1

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

O Mapa da Violência 2015 demonstra que no período 2003-2013, as principais vítimas da violência de gênero foram meninas e mulheres negras, com queda na evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas – de 3,6 para 3,2 por 100 mil – e crescimento nas taxas de mulheres negras – de 4,5 para 5,4 por 100 mil –, com prevalência entre 18 e 30 anos de idade e maior incidência de mortes causadas por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente, e menor participação de arma de fogo.

Analisando os números sobre a violência contra as mulheres no Brasil, entendemos que as mulheres negras não contam efetivamente com o apoio do Estado. Diante do todo o aparato jurídico que elencamos anteriormente, as mulheres negras dependem de si mesmas para viver uma vida sem violências.

Informações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) ⁹demonstram que em 2016 a situação das mulheres negras no campo da violência doméstica manteve a posição nos números de vitimização. Dados do primeiro semestre desse ano, referentes ao atendimento do Ligue 180, indicaram de um total de 555.634 ligações, quase 68 mil dos atendimentos eram relatos de violência, assim distribuídos:

- » Violência física (51,06%);
- » Violência psicológica (31,10%);
- » Violência moral (6,51%);
- » Cárcere privado (4,86%);
- » Violência sexual (4,3%);
- » Violência patrimonial (1,93%);
- » Tráfico de pessoas (0,24%).

⁹ A SPM foi criada em 2003 com status de ministério que lhe foi retirado em 2016, quando suas funções foram atribuídas ao Ministério da Justiça e Cidadania.

Desses atendimentos, 59,71% das mulheres que relataram casos de violência eram negras e a maioria das denúncias foi feita pela própria vítima (67,9%).

Dados como esses, comparados com o quadro da evolução histórica da violência contra as mulheres indicam que o Estado, por meio das políticas públicas, não tem conseguido coibir a violência doméstica e familiar, especialmente, no que diz respeito às mulheres negras. Apontam ainda que mulheres negras são as que mais denunciam a violência doméstica, o que pode explicar a sua maior presença também nos dados de vitimização, no entanto, esta não é uma explicação satisfatória tendo em vista a intersecção de outros elementos que impactam na vida das mulheres negras.

O que já sabemos sobre a violência contra a mulher? Sabemos que o espaço privado, familiar, que deveria constituir-se no refúgio de paz das famílias é, por excelência, o espaço em que a violência doméstica e sexual tem o seu ponto mais alto de incidência. Perpetradores ou agentes do abuso sexual na maioria absoluta dos casos são maridos, companheiros, pais, padrastos, tios, ou outros membros próximos da família. Sabemos também que o fenômeno da violência doméstica e sexual é absolutamente democrático, atravessando todas as classes sociais e grupos raciais (CARNEIRO, 2003, p.11).

Se em todos os indicadores sociais se evidenciam as desvantagens sociais experimentadas por mulheres negras, demonstrando as clivagens sociais impostas pelo racismo e a discriminação racial, e se há prevalência de mulheres negras nos dados de violência doméstica, como a abordagem do impacto do racismo pode se manter ausente ou periférica no tema da violência doméstica?

Julio Jacobo Waiselfisz, responsável pela série Mapa da Violência, considera que a Lei Maria da Penha ainda está em um estado incipiente de implementação. Para ele, há um retorno à expansão da violência contra a mulher e dos homicídios que se expressam nos dados, que além disso demonstram que o problema na estrutura discriminatória não está sendo enfrentado:

Vitimiza-se hoje seletivamente. Além disso, as brancas, muitas vezes, são melhores atendidas, enquanto negras são deixadas de lado. Há toda uma estrutura de segregação e seletividade da violência. As taxas de violência contra brancas tendem a baixa enquanto para contra negras tendem a aumentar, o que aumenta também o fosso de proteção que existe entre brancos e negros na própria Justiça¹⁰.

Assim, efetivamente há aumento no número de violências contra as mulheres, com a posição hegemônica das mulheres negras, e não somente aumento de denúncias. Neste sentido, não consideramos relevante o debate se mulheres negras são prevalentes porque denunciam mais, mas sim por que esta prevalência permanece ao passar dos anos, pois a existência de um conjunto de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência deveria coibir a escalada dos números, para todos os grupos de mulheres.

No entanto, também não concordamos com a afirmação de que as mulheres negras são prevalentes na violência doméstica em decorrência do racismo. Isso não é verdadeiro. Mulheres negras morrem porque são mulheres. Compreendemos com Bandeira (2014) que

¹⁰ Entrevista registrada em artigo sobre os 10 anos da Lei da Maria da Penha, realizada pela a repórter Rute Pina (2016) para o site Brasil de Fato.

[...] esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar.

Em pleno século XXI, os assassinatos de mulheres continuam sendo praticados e têm aumentado, embora não sejam mais explicados oficialmente como crimes de honra. Paradoxalmente, não houve mudanças significativas em relação às razões que continuam a justificar formalmente a persistência da violência de gênero, ainda, centrando-se principalmente na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, ao estudo ou envolvida com as redes sociais, entre outras. Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais (BANDEIRA, 2014, p.450; 456-457)

Por outro lado, se temos uma remodelagem nos padrões e valores sexistas, que ressignificam as hierarquias, que impossibilitam a ruptura com a dicotomia masculino/feminino, outra estrutura que se remodela para se manter imutável é a ideologia da democracia racial presente na elaboração das políticas públicas. Segundo Carneiro (2003),

[...] como é possível que o racismo, a discriminação racial e a violência racial permaneçam como tema periférico no discurso, na militância e em boa parte das políticas sobre a questão da violência contra a mulher? Só podemos atribuir isto à conspiração de silêncio que envolve o tema do racismo em nossa sociedade e à cumplicidade que todos partilhamos em relação ao mito da democracia racial e tudo o que ele esconde. Historicamente, as políticas públicas para mulheres no Brasil, partem de uma visão universalista e generalizante de mulher, incapaz desse simples questionamento, afinal que cara têm as mulheres deste país? (CARNEIRO, 2003, p.15-16)

Sabemos que muitas foram as ações de mulheres negras que buscaram trazer outros cenários e perspectivas nas discussões sobre as violências e a violência doméstica, contudo a inexistência de dados desagregados por cor, além da dificuldade de inserção do tema contribuíram para o ocultamento do problema. Reconhecendo que nossos passos vem de longe e a intensa participação das mulheres negras nas fileiras do feminismo brasileiro, apresentaremos a seguir trechos de publicações que resgatam a presença do debate racial no tema da violência doméstica.

A **Revista Teoria e Debate**, edição 33, de 01 de outubro de 1997 tratou desse tema no artigo “Mulher, negra e pobre – a tripla discriminação”, de Benilda Brito:

A violência contra a mulher historicamente é definida como espancamentos, estupro, assassinatos (violência doméstica e sexual). No caso das mulheres negras, a violência racial soma-se às outras faces, o que aprofunda as suas vivências em meio à violência, aqui iniciada com o tráfico de escravos negros. Este implicava a violência sexual perpetrada pelos senhores de escravos, seus familiares e agregados contra as mulheres negras, os estupros – considerados naturais, já que escravas não eram donas de seus corpos, além das lesões corporais do tronco e do pelourinho.

Atos violentos, como o machismo e o racismo atuais, visam desumanizar as mulheres, negar-lhes a condição de pessoas e transformá-las em “coisas”. Por isso, sobre nós, mulheres negras, recaem apelidos como “bicha fedorenta”, “macaca”, “gambá” etc. A despersonalização é comprovada pelo fato de que quando as mulheres procuram os órgãos de proteção, em geral, não possuem mais seus próprios documentos e nem os dos filhos, pois na maioria das vezes eles foram rasgados, queimados ou estão em poder dos seus algozes. Estando sem documentos, simbolicamente, é como se elas não existissem e os filhos não lhes pertencessem.

A violência doméstica (cometida em casa pelo pai, filho e principalmente marido/ companheiro) é uma dura realidade no caso das mulheres negras. Dados preliminares do Benvinda – Centro de Apoio à Mulher da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, demonstram que, naquele município, 62% das mulheres que denunciam situação de violência são negras. Logo, cabe a este equipamento social ter especial atenção com o recorte racial da violência doméstica.

Banalizar a violência e suas decorrências tem sido a saída encontrada por agressores racistas e machistas para a busca de aliados sociais que possam comungar destes atos. Arnaldo Xavier, poeta negro de São Paulo, afirma que o único espaço de cumplicidade efetiva entre o homem negro e o branco é o machismo. Eles estariam de acordo e seriam cúmplices no direito que ambos se dão de oprimir, discriminar e desumanizar as mulheres brancas ou negras.

No ano de 1999, no Jornal da Rede Saúde nº 19, uma edição inteiramente dedicada ao debate sobre a violência contra a mulher como questão de saúde, Fátima de Oliveira, médica e feminista negra, destacou a urgência da incorporação do quesito cor nos serviços de saúde, pois “a invisibilidade das populações ditas ‘não-brancas’ nas estatísticas brasileiras é uma herança racista que precisa ser banida; portanto, o recorte racial da violência é um dado essencial para o combate às práticas racistas”. Fátima Oliveira também é autora do livro Saúde da População Negra: Brasil ano 2001, edição de 2003, onde apresenta um panorama sobre a questão racial no campo da saúde e mostra que:

No Brasil faltam pesquisas com recorte de gênero e racial/étnico na área da violência, assim como são raros os registros das discussões políticas e teóricas sobre violência de gênero com recorte racial/étnico. Todavia, não há como negar que, se a violência de gênero atinge todas as mulheres, de todos os graus de escolaridade, de todas as classes sociais e grupos raciais/étnicos, que as acompanha do berço ao túmulo, sabe-se também que há mulheres, como as negras e as indígenas, que portam uma carga de violência de outra natureza: a violência racial/étnica. O somatório de ambas resulta em potencialização mútua, o que indica atenção diferenciada na abordagem e provavelmente no enfrentamento e nas soluções (OLIVEIRA, 2003, p.191).

A partir de considerações de Angela Davis, Fátima de Oliveira mostra o engajamento de mulheres negras na visibilização das especificidades étnico-raciais:

Angela Davis, ativista política negra e professora da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, EUA, no discurso de abertura da Conferência sobre Violência Contra as Mulheres de Cor (2000), indagou: “como nós desenvolveremos análises e organizaremos estratégias de combate à violência contra mulheres que reconheçam a raça de gênero e o gênero da raça?”

Para Angela Davis, a “violência é uma dessas palavras que possui um conteúdo ideológico poderoso, cujo significado constantemente se transforma [...] Muitas de nós levamos tempo para compreender que a violência e a misoginia são assuntos políticos legítimos. Há pouco mais de duas décadas a maioria das pessoas considerava que ‘violência doméstica’ era uma preocupação privada e não propriamente um assunto para discurso público ou intervenção política. Só uma geração nos separa daquela era de silêncio”.

E no decorrer do discurso acrescentou: “Nosso encontro poderá nos ajudar a imaginar modos de prestar atenção à violência onipresente na vida das mulheres de cor e também radicalmente subverter as instituições e discursos nos quais nós somos compelidas por necessidade a pensar e a trabalhar. Dados os padrões racistas e patriarcais do Estado, é difícil confiar no Estado como o detentor de soluções para o problema de violência contra mulheres de cor. Porém, como o movimento antiviolença foi institucionalizado e profissionalizado, cabe ao Estado um papel cada vez maior na conceitualização e criação de estratégias para

minimizar a violência contra mulheres. A primeira 'fala' contra o estupro aconteceu nos idos de 1970, e a primeira organização nacional contra a violência doméstica foi fundada no fim daquela década. Só então reconhecemos as proporções epidêmicas da violência nas relações afetivas e o estupro por pessoas conhecidas, como também a violência no interior da família. Mas nós também temos de aprender a opor a fixação racista em pessoas de cor como elemento primário da violência, incluindo violência doméstica e sexual, e ao mesmo tempo demonstrar o desafio da real violência que os homens de cor infligem em mulheres. Estes são precisamente os homens que já são insultados como o principal alvo da violência em nossa sociedade: os sócios de gangues, os traficantes de drogas – por atiradores e assaltantes. Em resumo, o criminoso é apresentado como um homem preto ou latino que deve ser preso. Uma das perguntas principais que exige resposta nesta conferência é como desenvolver a análise de não permitir que avance o projeto conservador de aprisionar milhões de homens de cor, conforme as ordens contemporâneas de capital globalizado e seu complexo industrial prisional, nem o projeto, igualmente conservador, de abandonar as mulheres pobres de cor à carga contínua de violência que se estende do mercado de trabalho às prisões, aos abrigos, às suas casas” (OLIVEIRA, 2003, p.192).

Destacamos assim que é urgente o adensamento do debate sobre a violência contra as mulheres, cuja abordagem consagra a dominação e exploração masculina, a submissão das mulheres como estratégia para a manutenção das relações de poder instituídas, dos elementos simbólicos acionados para a realização destas estratégias, mas que omite ou silencia sobre a desigualdade étnico-racial, de gênero, econômica que produzem experiências de violação de direitos e comprometem a efetivação dos enunciados da Lei Maria da Penha no enfrentamento à violência de gênero (SILVEIRA, 2013).

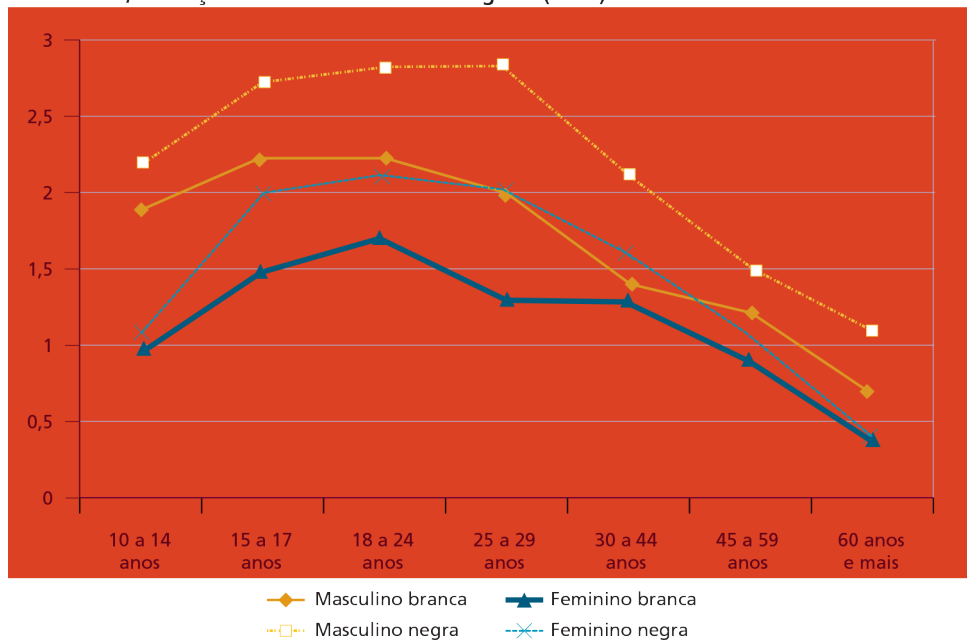
Estudo realizado por Romio (2013), a partir de dados do suplemento Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil da PNAD 2009, analisando os dados sobre agressão física, demonstra padrões diferenciados para as mulheres segundo raça/cor. As dinâmicas familiares e de gênero pareceram diferentes nas justificativas, nos contextos e nos perfis de vitimização para as mulheres negras e brancas.

Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo sexo e cor/raça – Brasil (2009)
(Em %)

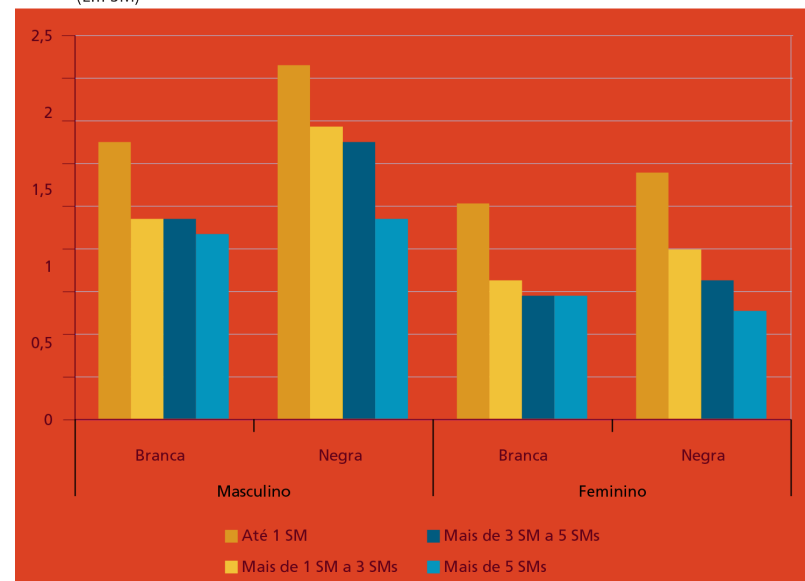
Sexo	Masculino		Feminino	
	Branca	Negra	Branca	Negra
Raça	1,5	2,1	1,1	1,4

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: Disoc/Ipea.

Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo sexo, cor/raça e faixa etária – Brasil e regiões (2009)

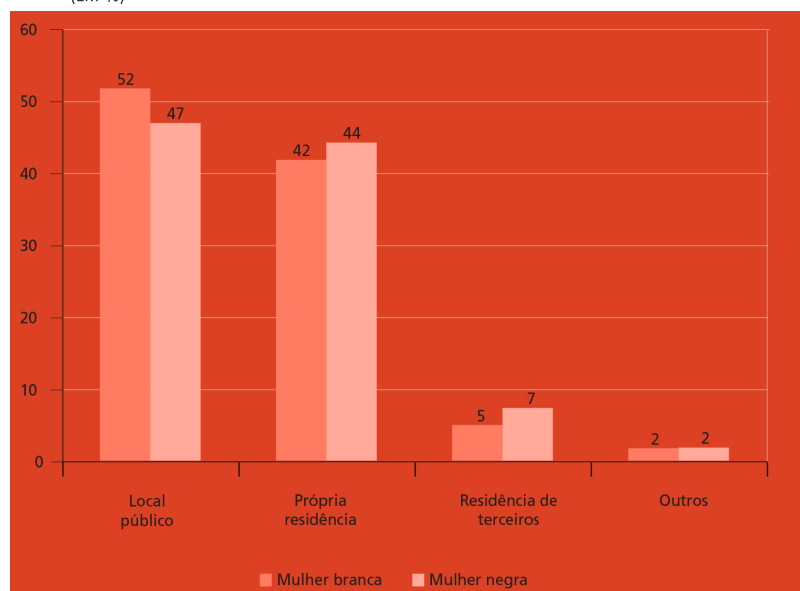


Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo sexo, cor/raça, e faixa de rendimentos – Brasil (2009)
(Em SM)



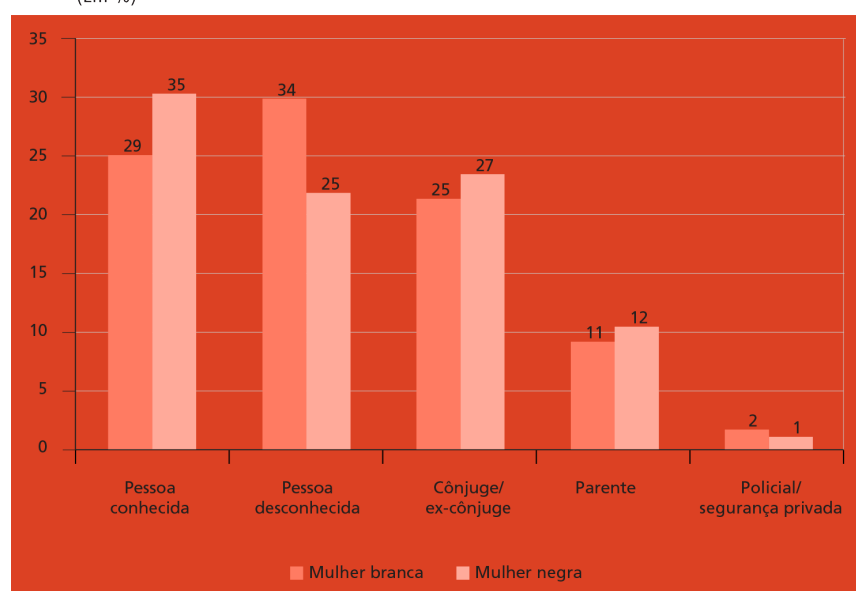
Fonte: IBGE (2010)
Elaboração: Disoc/lpea.

Distribuição da população feminina de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão física, segundo cor/raça e local da agressão – Brasil (2009)
(Em %)

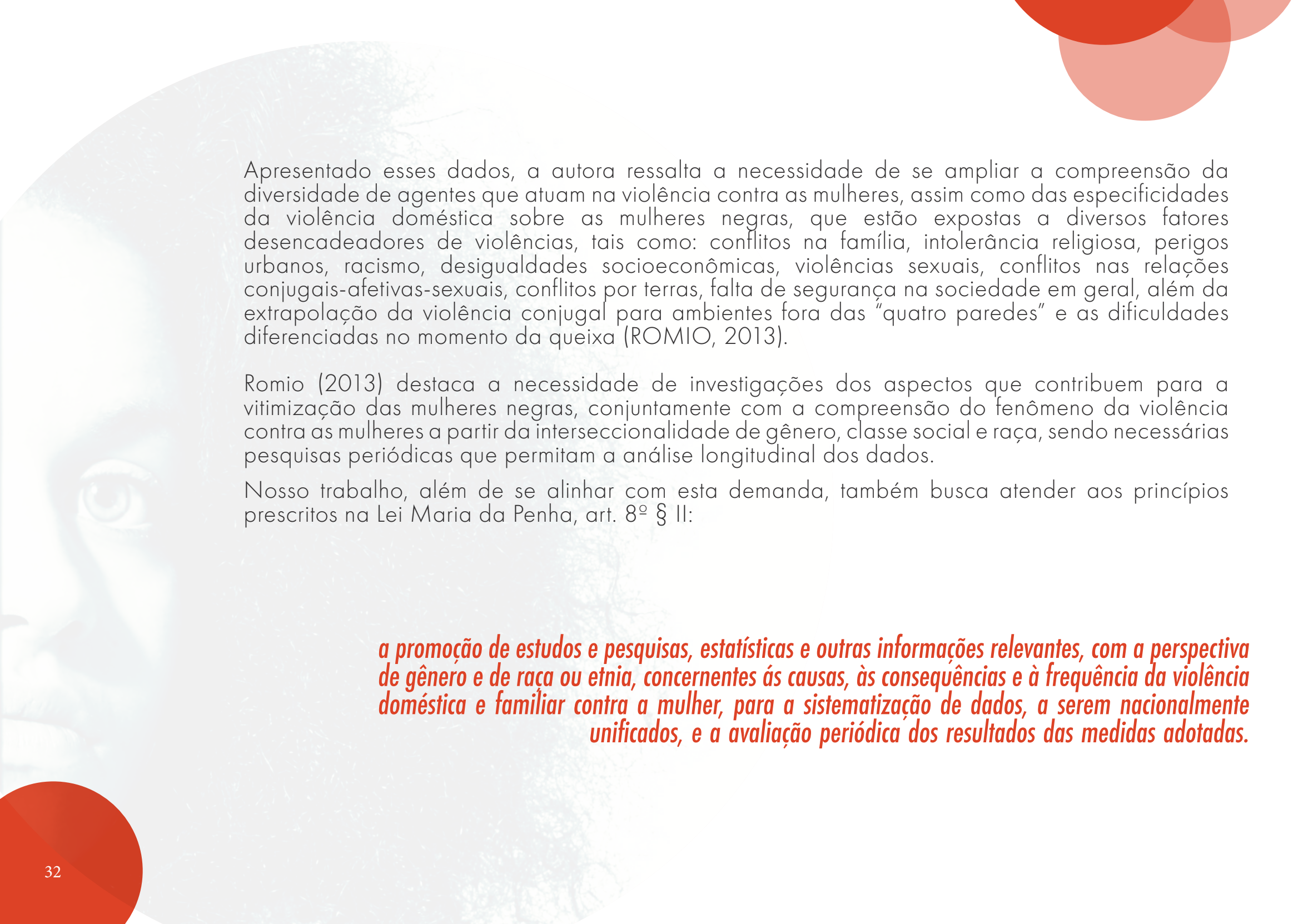


Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão física, segundo cor/raça do agredido e identidade do agressor – Brasil (2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: Disoc/lpea.



Apresentado esses dados, a autora ressalta a necessidade de se ampliar a compreensão da diversidade de agentes que atuam na violência contra as mulheres, assim como das especificidades da violência doméstica sobre as mulheres negras, que estão expostas a diversos fatores desencadeadores de violências, tais como: conflitos na família, intolerância religiosa, perigos urbanos, racismo, desigualdades socioeconômicas, violências sexuais, conflitos nas relações conjugais-afetivas-sexuais, conflitos por terras, falta de segurança na sociedade em geral, além da extrapolação da violência conjugal para ambientes fora das “quatro paredes” e as dificuldades diferenciadas no momento da queixa (ROMIO, 2013).

Romio (2013) destaca a necessidade de investigações dos aspectos que contribuem para a vitimização das mulheres negras, conjuntamente com a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres a partir da interseccionalidade de gênero, classe social e raça, sendo necessárias pesquisas periódicas que permitam a análise longitudinal dos dados.

Nosso trabalho, além de se alinhar com esta demanda, também busca atender aos princípios prescritos na Lei Maria da Penha, art. 8º § II:

a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem nacionalmente unificados, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.

A Lei Maria da Penha representou enorme avanço na exigibilidade de atuação pública no enfrentamento à violência contra a mulher, pois além de tipificar, definir e estabelecer as formas da violência doméstica contra a mulher, determinando a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal, estabeleceu medidas de assistência e proteção e atendimento humanizado às mulheres e criou mecanismos para coibir a violência e proteger as vítimas. A Lei determinou que o poder público desenvolvesse políticas para garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão¹¹.

A partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, e a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, começou a se estruturar a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que se consolida no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2007, onde estados, municípios, o governo federal e o Distrito Federal acordam o planejamento de ações para a implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

¹¹ O capítulo I, art. 8º § VI, que determina a celebração de convênio, protocolos, ajustes e termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher; e o capítulo II art. 9º determina que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. Nas Disposições Finais, o art. 35 determina a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, dentre de outros serviços, centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar.

A promulgação dessa legislação exigiu a articulação entre os poderes Executivo e Judiciários, da União, estados e municípios, na criação e/ou expansão de serviços especializados e na constituição de uma política de enfrentamento à violência contra a mulher. Essas ações compreendem-se no conceito de Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que fundamenta e estrutura esse enfrentamento, baseado na articulação entre instituições e serviços governamentais e não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Como parte desta, há a Rede de Atendimento¹², que realiza o eixo de assistência, conforme definido no Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres:

A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras.

A necessidade de criação de uma Rede de Atendimento leva em conta a rota crítica (OMS/OPAS, 1998) que a mulher em situação de violência percorre. Essa rota possui diversas portas de-entrada (serviços de emergência na saúde, Delegacias, serviços da assistência social), que devem trabalhar de forma articulada no sentido de prestar uma assistência qualificada, integral e não-revitimizante à mulher em situação de violência (SPM, 2011, p. 31-31).

12 Um quadro sobre esse atendimento encontra-se em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-atendimento-as-mulheres-em-situacao-de-violencia/>

O mapa da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher se encontra disponível em: http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php/

Portanto, as mulheres conquistaram uma política nacional de enfrentamento à violência, que tem como uma estratégia fundamental a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, que no presente trabalho tem foco específico nas ações desenvolvidas por Centro de Referência da Mulher (CRM) e Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) na cidade de São Paulo.



02

A

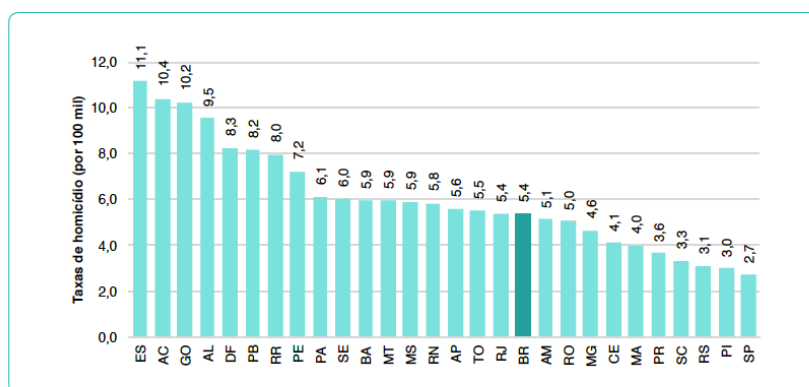
**VIOLÊNCIA CONTRA
AS MULHERES**

NO ESTADO DE
SÃO PAULO



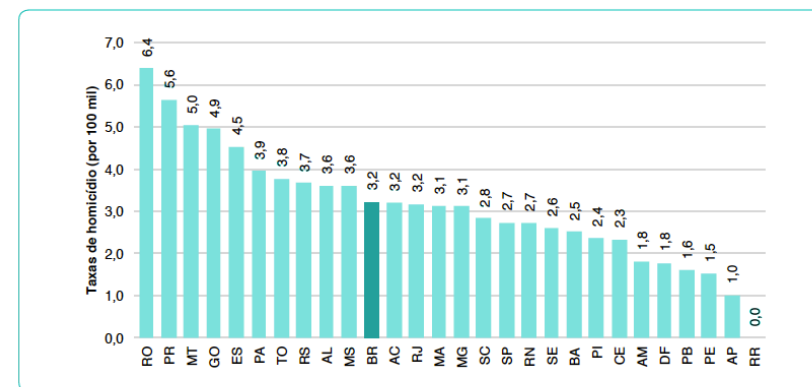
Os dados do **Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**, relativos ao Estado de São Paulo, indicam queda na vitimização de mulheres no período 2003-2013: de 1.029 para 620, uma queda significativa, acima de 30% (WASELFSZ, 2015), correspondendo ao último lugar no ordenamento dos estados. A mesma situação se repete na comparação entre mulheres negras¹³ (de 378 para 215) e mulheres brancas (de 628 para 394), que apresentaram a mesma taxa de homicídios (2,7). Entretanto, em São Paulo, mulheres brancas têm participação maior na população em relação às mulheres negras, logo, proporcionalmente as mulheres negras são as mais vitimizadas no Estado.

Taxas de homicídio de mulheres negras (por 100 mil). Brasil. 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Taxas de homicídio de mulheres brancas (por 100 mil). Brasil. 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

13 O Censo 2010 indicou a população residente no Estado de São Paulo era de 41.262.199; homens representavam 48,66% e mulheres 51,34% com a seguinte distribuição por cor/raça: brancas 33,37%; pretas 2,67%; amarelas 0,71%; pardas 14,54% e indígenas 0,05%.

Por outro lado, se há retração no número de homicídios de mulheres no Estado de São Paulo, outras formas de violências apresentam dados significativos, de acordo com informações sobre violência contra a mulher levantadas no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que não apresentam a variável cor/raça, com destaque aos números de ameaça e lesão corporal dolosa registrados no curto espaço de 3 meses:

Fonte: Boletim Estatístico Eletrônico - SSP/SP¹⁴

Ocorrências de violências contra a mulher no Estado de São Paulo – Registros jul-set/2016	
Homicídio doloso	32
Homicídio culposo1	01
Tentativa homicídio	71
Lesão corporal dolosa:	12.235
Maus tratos	99
Calúnia-difamação-injúria	3.378
Constrangimento ilegal	19
Ameaça	14.395
Invasão de domicílio	61
Dano:	239
Estupro consumado:	116
Estupro tentado	05
Estupro de vulnerável	76
Outros c/c dignidade sexual	13

Fonte: Boletim Estatístico Eletrônico - SSP/SP¹⁴

14 Boletim Estatístico Eletrônico da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Disponível em: <http://www.seguranca.sp.gov.br/novaestatistica/ViolenciaMulher.aspx/>

Mesmo havendo registros de violências, as polícias militar e civil do Estado de São Paulo são ineficientes no seu enfrentamento. Reportagem do jornal Folha de São Paulo sobre o esclarecimento de crimes no Estado de São Paulo, apurou que, no ano de 2012, a taxa de resolução dos delitos investigados foi de 29,5%: dos 4.627 crimes (entre eles, homicídios, chacinas e desaparecimentos), 1.364 tiveram a investigação concluída¹⁵. Em reportagem do jornal O Estado de São Paulo, realizada no ano de 2010, sobre a ineficiência no esclarecimento de crimes em São Paulo no período 2001-2008, destacou que somente 3,1% furtos registrados nas Delegacias viraram processos e 4,8% dos casos de roubos; 32% dos casos de homicídios viraram ação penal; e 41% dos casos estupro tiveram resolução porque foram poucos os casos denunciados pelas vítimas e, em geral, com autoria conhecida¹⁶.

Sobre as denúncias de violência contra mulheres, destacamos ainda outra reportagem do jornal O Estado de São Paulo, de agosto de 2016, apresentando um levantamento do Tribunal de Justiça de São Paulo que mostra a retração nos números de denúncias de violências doméstica e familiar contra a mulher na cidade de São Paulo, no período 2014-2015¹⁷.

Os dados das varas especializadas indicaram queda de 12% nas denúncias: 6.421 em 2014 e 5.659 em 2015; houve também queda no número de inquéritos instaurados de violência contra a mulher: de 14.476 para 13.573 (6,2%).

Juristas ouvidos pela reportagem consideram que esses índices indicam maior conscientização das mulheres e mais punições aos agressores a partir da Lei Maria da Penha, além de campanhas de prevenção. Contudo, revelam que ainda vale pouco a palavra da vítima, situação que se expressa na queda dos inquéritos.

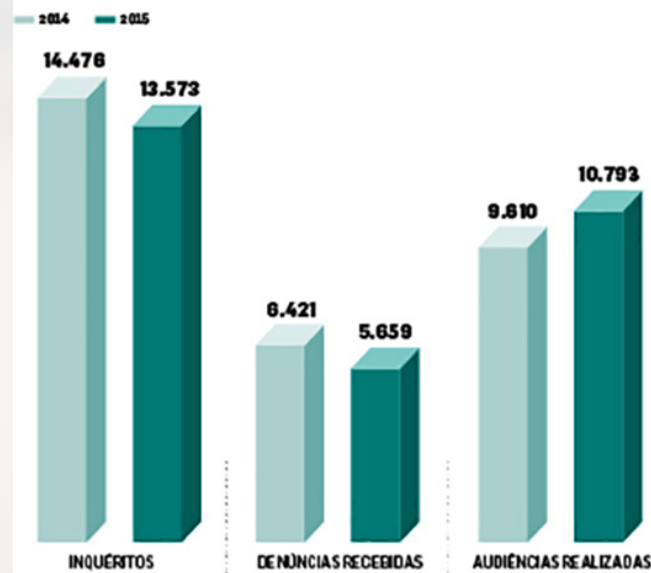
15 Reportagem “DHPP solucionou só 29,5% dos crimes que investigou em 2012, em SP”, de Afonso Benites (2013).

16 Reportagem “Em SP, 95% dos crimes ficam impunes”, de Bruno Paes Manso e Rodrigo Brancatelli (2010).

17 Reportagem “Número de denúncias de violência contra mulher cai 12% na cidade de SP”, de Juliana Diógenes (2016).

JUSTIÇA

● Dados do TJ mostram queda na quantidade de inquéritos e denúncias recebidas nas Varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher na capital paulista



Medidas concedidas mais comuns



FORN @ TJ-SP

#FORNÁRHO,ESTIÇÃO

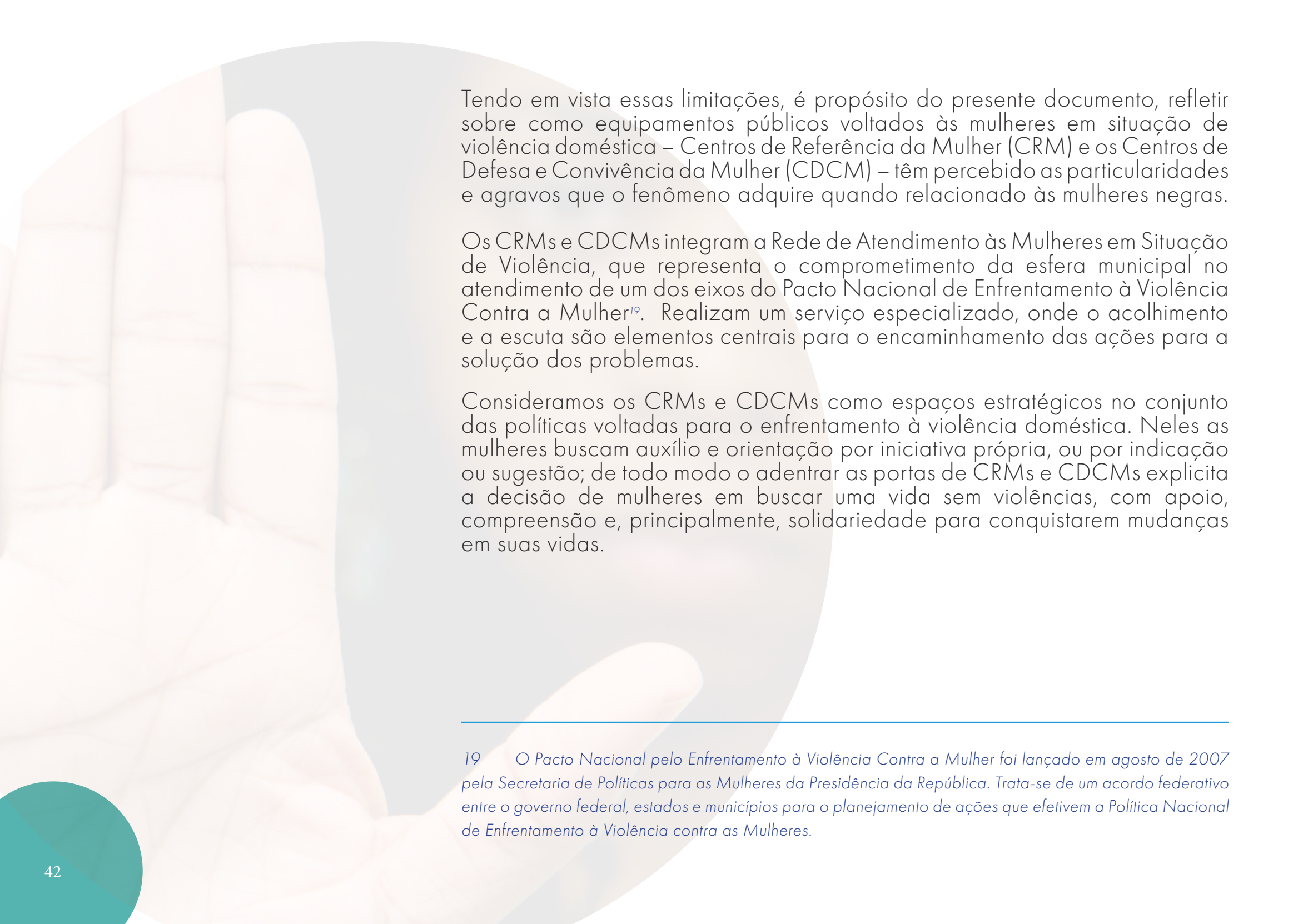
O conjunto dessas informações aponta a existência de obstruções que permeiam a trilha por justiça, aqui representados pela Polícia e o Judiciário. Considerando os dados do Disque 180, que revela o alto número de denúncias de violência doméstica, aliado à maior participação de mulheres negras, podemos perceber que todo o esforço e empenho das mulheres no momento do compartilhamento da dor e sofrimento, se dissipa nas demais etapas para a efetivação da denúncia.

O levantamento feito pelo TJ-SP mostra que a partir da denúncia há um longo e difícil caminho a ser trilhado, que passa pelo registro da ocorrência na segurança pública até a sua consumação no sistema de justiça, o que pode ser uma das explicações para a retração nos índices, tendo em vista que os dados de homicídios reafirmam a veracidade das denúncias.

Muitos foram os estudos que demonstraram a seletividade racial da justiça brasileira¹⁸, as dificuldades da população negra, das mulheres, moradores das periferias e favelas, da população LGBT entre outros para acessar o sistema de justiça. E dentro desse quadro, muitas são as denúncias de violações dos direitos das mulheres negras, e em razão da situação de impunidade e iniquidade permanente na sociedade brasileira, Geledés Instituto da Mulher Negra e Criola - Organização de Mulheres Negras produziram o dossiê A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil, que foi entregue à Margarete Macaulay, Comissária Interamericana de Direitos Humanos da OEA, relatora sobre os direitos das mulheres e sobre os direitos de afrodescendentes da OEA, no mês de setembro de 2016. O dossiê busca chamar atenção e exigir respostas urgentes capazes de frear a exposição desproporcional de meninas, adolescentes, jovens e mulheres negras, lésbicas, transgêneros e heterossexuais, do campo e da cidade às diversas faces da violência.

Pesquisas que demonstram a evolução histórica da violência na vida das mulheres negras, antes invisibilizada pela ocultação de dados sobre cor/raça nas informações – alguns apresentados aqui –, nos possibilitam avaliar como insuficientes as medidas adotadas, para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra mulheres negras, até o presente momento.

18 Como ilustrativo no tempo e nos temas sobre a desigualdade racial na justiça, dentre as muitas pesquisas e artigos produzidos, destacamos a pesquisa A Criminalidade Negra no Banco dos Réus: a desigualdade no acesso à justiça penal, realizada por NEV/USP e Geledés Instituto da Mulher Negra entre os anos de 1992-1993, que demonstrou que réus negros tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso. Em 2003, foi publicado no Boletim IBCCrim nº 125, o artigo Mulheres Negras: as mais punidas as mais punidas nos crimes de roubo, com os dados de pesquisa realizada que demonstrou que réus negros, especialmente mulheres negras, são mais punidas pelo sistema de justiça criminal de São Paulo nos crimes de roubo. No ano de 2015, o artigo Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação, da pesquisadora Gislene Aparecida dos Santos, demonstrou que desqualificação da lei antirracismo e a reificação do discurso da harmonia das relações raciais na sociedade brasileira.

A background image showing a hand holding a globe, symbolizing care and global impact. The hand is positioned on the left side, with fingers gently gripping the globe. The globe is centered and shows the Americas. The overall tone is soft and professional.

Tendo em vista essas limitações, é propósito do presente documento, refletir sobre como equipamentos públicos voltados às mulheres em situação de violência doméstica – Centros de Referência da Mulher (CRM) e os Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) – têm percebido as particularidades e agravos que o fenômeno adquire quando relacionado às mulheres negras.

Os CRMs e CDCMs integram a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, que representa o comprometimento da esfera municipal no atendimento de um dos eixos do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher¹⁹. Realizam um serviço especializado, onde o acolhimento e a escuta são elementos centrais para o encaminhamento das ações para a solução dos problemas.

Consideramos os CRMs e CDCMs como espaços estratégicos no conjunto das políticas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica. Neles as mulheres buscam auxílio e orientação por iniciativa própria, ou por indicação ou sugestão; de todo modo o adentrar as portas de CRMs e CDCMs explicita a decisão de mulheres em buscar uma vida sem violências, com apoio, compreensão e, principalmente, solidariedade para conquistarem mudanças em suas vidas.

¹⁹ O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Trata-se de um acordo federativo entre o governo federal, estados e municípios para o planejamento de ações que efetivem a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

The background consists of several overlapping teal circles of varying sizes. The largest circle is on the right, with a smaller one overlapping it from the left. Another circle is positioned below the left side of the largest circle. The text is centered within the largest circle.

2.1

Atendimento à Mulher em
**Situação de Violência
Doméstica**

na Cidade de São Paulo
CRM e CDCM



Segundo dados de 2016 da Prefeitura Municipal, a cidade de São Paulo conta com os seguintes serviços especializados de enfrentamento à violência contra as mulheres:

- » Disque Denúncia 180 – Central de Atendimento à Mulher;
- » 06 Centros de Cidadania da Mulher (CCMs Parelheiros, Perus, Capela do Socorro, Itaquera e Santo Amaro);
- » 20 Centros de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência, compostos por: 05 Centros de Referência da Mulher (Casa Eliane de Grammont, Casa Brasilândia, CRM 25 de Março, CRM Onóris Ferreira Dias e CRM Maria de Lourdes Rodrigues), 14 Centros de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM/SMADS (Casa Viviane dos Santos, Casa Cidinha Kopcak, Casa Sofia, Casa de Isabel, Casa Anastácia; Casa Maria da Penha, Casa Zizi, Casa MulherAção, Casa da Mulher CRÊ-SER, CDCM Mariás, CDCM Centros de Integração Social da Mulher – CISM I e II, CDCM Espaço Francisca Franco, CDCM Mulheres Vivas) e 01 Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos – Casa Ser Dorinha, que também atende mulheres em situação de violência;
- » 03 Centros de Acolhida Especial para Mulheres em Situação de Rua: CAE Maria Maria, CAE Marta e Maria, CA Reencontro;
- » Promotoria Especializada no combate à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, por meio do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), do Ministério Público do Estado de São Paulo;
- » Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio do Núcleo Especializado de proteção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM);

- » 06 Juizados Especializados: Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Região Norte, Região Sul 1 e 2, Região Leste 1 e 2 e Região Oeste);
- » 01 Casa Abrigo Helenira Rezende de Souza Nazareth (que funciona desde 2001, hoje ampliada, reformada e reinaugurada em 2016);
- » 01 Casa de Passagem (projeto em fase de construção);
- » 09 Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (DDM);
- » Rede de Atendimento à Saúde com programas especializados em saúde da mulher (Hospitais, postos de saúde e outras instituições públicas.

Os CRMs e CDCMs são equipamentos que integram a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência na cidade de São Paulo; pertencem à esfera municipal e estão ligados à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), respectivamente. Realizam ações voltadas para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica, nas suas dimensões física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Através de um atendimento humanizado, equipe multidisciplinar e atuação em rede, buscam garantir e resgatar os direitos humanos das mulheres.

The background features several overlapping teal circles of different sizes. The largest circle is on the right, with a smaller one overlapping it from the left. To the left of these, there are three more circles of decreasing size, arranged in a descending staircase pattern from top-left to bottom-left.

2.1.1

**Centros
de
Referência
da
Mulher**

Os CRMs também realizam ações de orientação, defesa de direitos e cidadania à mulheres em situação de violência doméstica, por meio de atendimento e acompanhamento psicossocial, jurídico e assistência social. Diferentemente dos CDCMs, o atendimento jurídico é realizado pela Defensoria Pública, em atendimentos semanais nas unidades dos CRMs, realizando orientações sobre prerrogativas, direitos, procedimentos jurídicos, e auxílio na efetivação da resolução dos conflitos relacionados à violência de gênero/doméstica e familiar. Além disso, oferecem atividades voltadas à construção da autonomia econômica, além de oficinas de defesa pessoal e expressão corporal.

Geralmente, para os CRMs são encaminhados casos “complexos” de violência contra a mulher. A cidade de São Paulo conta com apenas cinco equipamentos:

- » **Casa Brasilândia – Brasilândia/Zona Norte**
- » **Casa Eliane de Grammont – Vila Clementino/Zona Sul**
- » **CRM 25 de Marco – Luz/Centro**
- » **CRM Onóris Ferreira Dias – São Miguel Paulista/Zona Leste**
- » **CRM Maria de Lourdes Rodrigues – Capão Redondo/Zona Sul**



2.1.2

**Centros
de**

**Defesa e de
Convivência
da
Mulher**

Os CDCMs estão ligados à esfera municipal e vinculados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Oferecem serviços de atendimento social, psicológico, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência doméstica e situação de vulnerabilidade social.

Cada unidade desenvolve de maneira autônoma suas ações, a partir dos princípios da multidimensionalidade e complexidade que envolve a violência doméstica contra as mulheres, porém a articulação com outros serviços e equipamentos sociais é fundamental para a plena realização de suas ações. Conforme indicado no art. 9º da Lei Maria da Penha, a Assistência Social realiza o atendimento à mulher em situação de violência doméstica, e há parceria com a SMPM, por meio do Grupo Técnico Intersecretarial, para criação de protocolo único de atendimento das mulheres em situação de violência nos equipamentos de abrigo sob responsabilidade da SMADS.

A cidade de São Paulo mantém 14 equipamentos com capacidade de atendimento para 1510 mulheres; a distribuição dos CDCMs busca contemplar os diversos territórios, contudo há concentração de unidades na zona leste, que conta com sete equipamentos e nenhum na zona oeste. Os serviços são realizados a partir de demanda encaminhada e/ou validada pelos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio do Sistema de Garantia de Direitos²⁰ e por procura espontânea. Realizam suas ações em espaços próprios, locados ou cedidos e a administração é realizada por entidades sem fins lucrativos, sendo algumas delas entidades de cunho religioso.

20 Integrado por Conselheiros tutelares, promotores e juízes das Varas da Infância e Juventude, defensores públicos, conselheiros de direitos da criança e adolescente, educadores sociais, profissionais que trabalham em entidades sociais e nos CRAS, policiais das Delegacias especializadas da criança e adolescente, integrantes de equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude, membros de entidades de defesa dos direitos humanos de criança e adolescentes, entre outros.

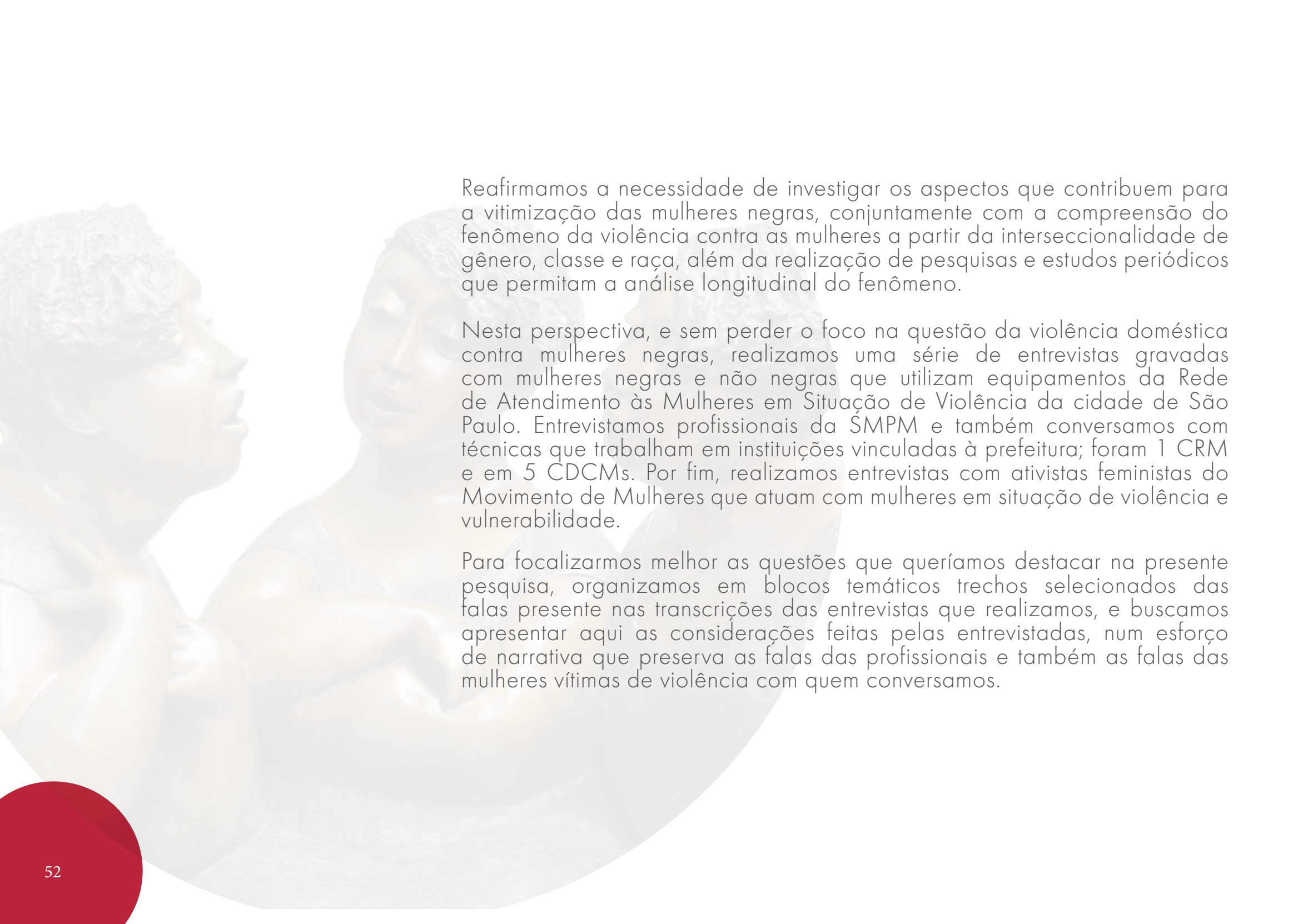
Nome	Bairro/Região	Entidade
CDCM Mariás	Pq. Novo Mundo/Norte	Núcleo Cristão Cidadania e Vida
CDCM Espaço Francisca Franco	Liberdade/Centro	Fundação Francisca Franco
CDCM Mulheres Vivas	Campo Limpo/Sul	União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências
CDCM Casa Viviane dos Santos	Lajeado/Leste	Associação de Voluntários Integrados no Brasil
CDCM Casa Cidinha Kopcak	São Mateus/Leste	Associação Comunitária e Beneficente Padre José Augusto Machado
CDCM Casa Anastácia	Cidade Tiradentes/Leste	Associação de Voluntários Integrados no Brasil
CDCM Casa Maria da Penha	Itaquera/Leste	Rede Criança de Combate à Violência Doméstica
CDCM Casa Mulher Ação	Guaianases/Leste	Instituto Social Santa Lúcia
CDCM Casa Sofia	M'Boi Mirim/Sul	Sociedade Santos Mártires
CDCM Casa Zizi	Vila Ema/Leste	Centro de Assistência Social e Formação Profissional São Patrício - CIAP
CDCM Casa de Isabel - Projeto Nana Serafim	Itaim Paulista/Leste	Organização Social de Saúde Casa de Isabel
CDCM Casa da Mulher CRÊ-SER	Cidade Ademar/Sul	GFWC Crê-Ser
CISM I Centro de Integração Social da Mulher I	Casa Verde/Norte	Associação Fala Mulher
CISM II Centro de Integração Social da Mulher II	Ipiranga/Sul	Associação Fala Mulher

Produção da autora. Dados PMSP/SMPM



03

ENTREVISTAS



Reafirmamos a necessidade de investigar os aspectos que contribuem para a vitimização das mulheres negras, conjuntamente com a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres a partir da interseccionalidade de gênero, classe e raça, além da realização de pesquisas e estudos periódicos que permitam a análise longitudinal do fenômeno.

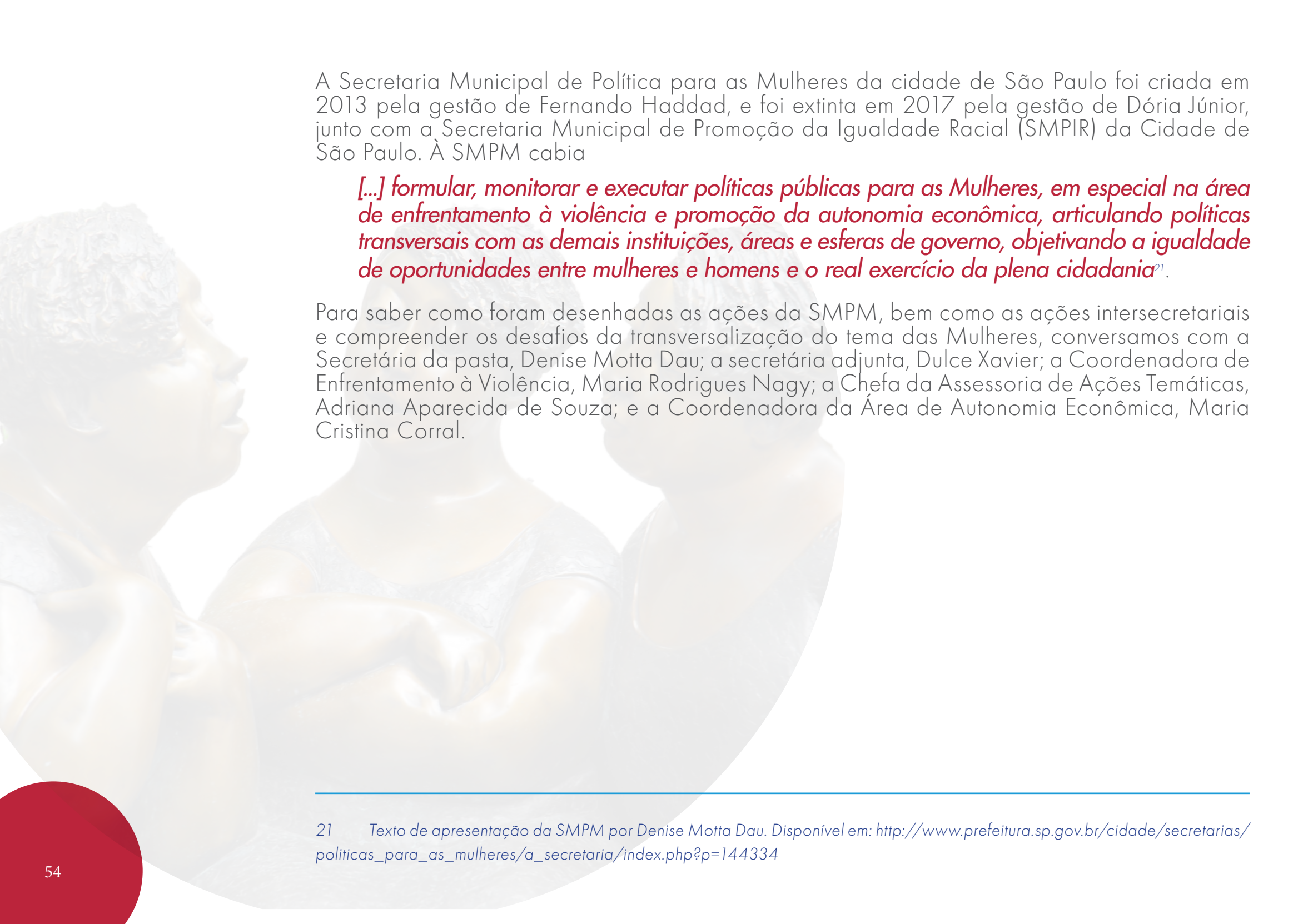
Nesta perspectiva, e sem perder o foco na questão da violência doméstica contra mulheres negras, realizamos uma série de entrevistas gravadas com mulheres negras e não negras que utilizam equipamentos da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da cidade de São Paulo. Entrevistamos profissionais da SMPM e também conversamos com técnicas que trabalham em instituições vinculadas à prefeitura; foram 1 CRM e em 5 CDCMs. Por fim, realizamos entrevistas com ativistas feministas do Movimento de Mulheres que atuam com mulheres em situação de violência e vulnerabilidade.

Para focalizarmos melhor as questões que queríamos destacar na presente pesquisa, organizamos em blocos temáticos trechos selecionados das falas presente nas transcrições das entrevistas que realizamos, e buscamos apresentar aqui as considerações feitas pelas entrevistadas, num esforço de narrativa que preserve as falas das profissionais e também as falas das mulheres vítimas de violência com quem conversamos.



3.1

**A SMPM
e a Política de
Enfrentamento à
Violência contra as
Mulheres na Cidade
de São Paulo**



A Secretaria Municipal de Política para as Mulheres da cidade de São Paulo foi criada em 2013 pela gestão de Fernando Haddad, e foi extinta em 2017 pela gestão de Dória Júnior, junto com a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) da Cidade de São Paulo. À SMPM cabia

[...] formular, monitorar e executar políticas públicas para as Mulheres, em especial na área de enfrentamento à violência e promoção da autonomia econômica, articulando políticas transversais com as demais instituições, áreas e esferas de governo, objetivando a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e o real exercício da plena cidadania²¹.


Para saber como foram desenhadas as ações da SMPM, bem como as ações intersecretariais e compreender os desafios da transversalização do tema das Mulheres, conversamos com a Secretária da pasta, Denise Motta Dau; a secretária adjunta, Dulce Xavier; a Coordenadora de Enfrentamento à Violência, Maria Rodrigues Nagy; a Chefa da Assessoria de Ações Temáticas, Adriana Aparecida de Souza; e a Coordenadora da Área de Autonomia Econômica, Maria Cristina Corral.

21 Texto de apresentação da SMPM por Denise Motta Dau. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/a_secretaria/index.php?p=144334



3.1.1

**A Política de
Enfrentamento à
Violência contra as
Mulheres da SMPM**

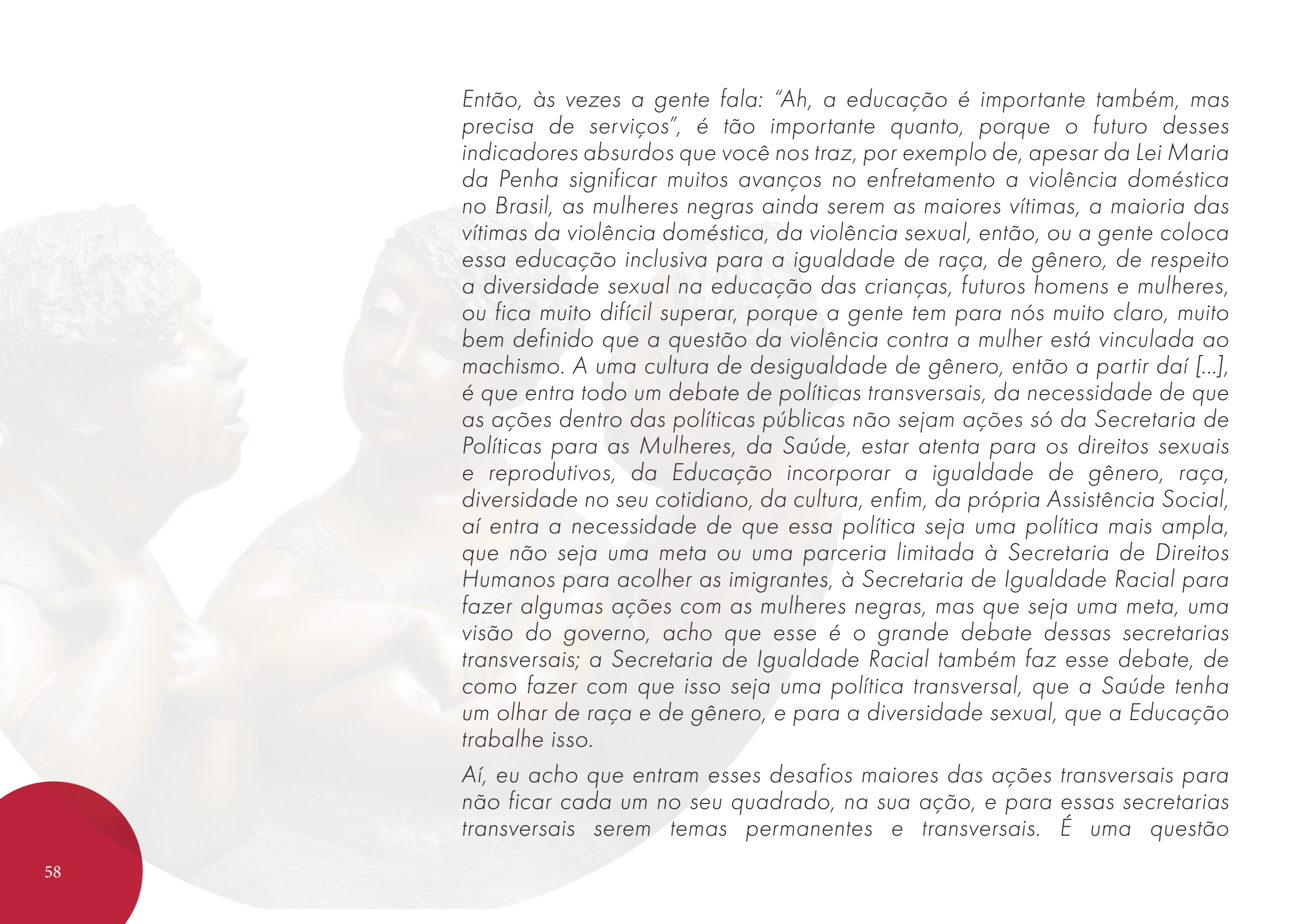


Denise – [...] pensando a política de enfrentamento e violência contra a mulher, aqui da Prefeitura de São Paulo que a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres vem implementando, a gente trabalhou muito na recuperação do serviços que nós recebemos da gestão anterior bastante deteriorados, tanto do ponto de vista da estrutura física, quanto do ponto de vista do papel de cada serviço. Então, do ponto de vista dos centros de cidadania da mulher, nós buscamos fortalecer o que era o papel original deles quando foram pensando lá em 2002, para serem espaços de fortalecimento da cidadania, estimular a auto-organização política das mulheres, garantir capacitação profissional, empoderamento maior e não se limitarem a atenderem casos de mulheres que sofreram violência; quanto ampliar estes serviços. Então, a atual gestão, que termina aqui em dezembro de 2016, instalou 2 novos centros de referência da mulher, um no extremo Sul da cidade, Capão Redondo, outro na zona Leste, em São Miguel Paulista, inaugura agora dia 30 uma inédita casa de passagem para o atendimento 24 horas para as mulheres – é inédito porque é um atendimento de 24 horas para as mulheres e é inédito também porque não é aquele abrigo sigiloso de longa duração, é aquela hospedagem provisória, mas que realizando essa hospedagem provisória, você salva vidas. Porque a mulher está aguardando uma decisão de uma medida protetiva, um documento e não tem para onde ir, muito menos por 24 horas...

[...] a gente trabalhou [...] a consolidação de um protocolo único de atendimento, porque a Assistência Social atende mulheres em situação de violência e tem muito serviços e nós da Secretaria de Políticas para as Mulheres também, muitas vezes com critérios diferentes, uma visão diferente, um fluxo de atendimento que não é o mesmo; e a gente lutou durante toda essa gestão para tornar esse atendimento mais padronizado, para que as mulheres conseguissem seja um serviço da assistência ou nosso da Secretaria de Políticas para as Mulheres,

terem o mesmo tipo de acolhimento, de atendimento, de encaminhamento. Então, essa é uma questão dos serviços, melhorar os existentes, ampliar e conseguir dar um fluxo de atendimento mais padronizado e qualificado.

A outra questão relacionada à violência é a questão que está fortemente vinculada à educação, que eu falo que é a área da prevenção, então nós instalamos, junto com a Secretaria da Educação [...], um núcleo de gênero e sexualidades com a intenção de capacitar formadores, formadoras, professores, professoras, para que tenham condições de em sala de aula, fazerem o debate sobre a igualdade de gênero, respeito a diversidade de raça, de orientação sexual, enfim, para que estejam capacitados para isso, e que é uma área fundamental para a mudança da mentalidade. Porque eu falo: "A gente pode construir muitas casas-abrigo para abrigar as mulheres em situação de violência, muitos presídios para colocar os agressores, mas se a gente não muda a cultura, vai continuar a ter um monte de agressor que vai precisar ser detido e muitas mulheres precisando de abrigo". E esse é um momento da conjuntura, conforme nós falávamos antes, que é muito difícil em relação a isso, a questão de gênero foi bastante distorcida, nós enfrentamos no ano de 2015 todo um debate sobre a inclusão do tema de igualdade de gênero nas diretrizes do Plano Municipal de Educação. Caiu que isso fosse uma prioridade, não está proibido, então nós continuamos a fazer, mas não é a prioridade do Plano Municipal de Educação do Município de São Paulo, em que pesem os avanços no plano em relação ao acesso universal a creche, e a um maior financiamento da educação no ponto de vista do conceito de educação para nós, houve um retrocesso, em vários planos municipais e estaduais, inclusive no de São Paulo e no Nacional. Isso foi bastante criticado a partir de uma distorção do que é fazer o debate de igualdade de gênero com os meninos, com as meninas, para que as meninas não sejam no futuro, não se subordinem a situações de violência e que os meninos não sejam agressores.

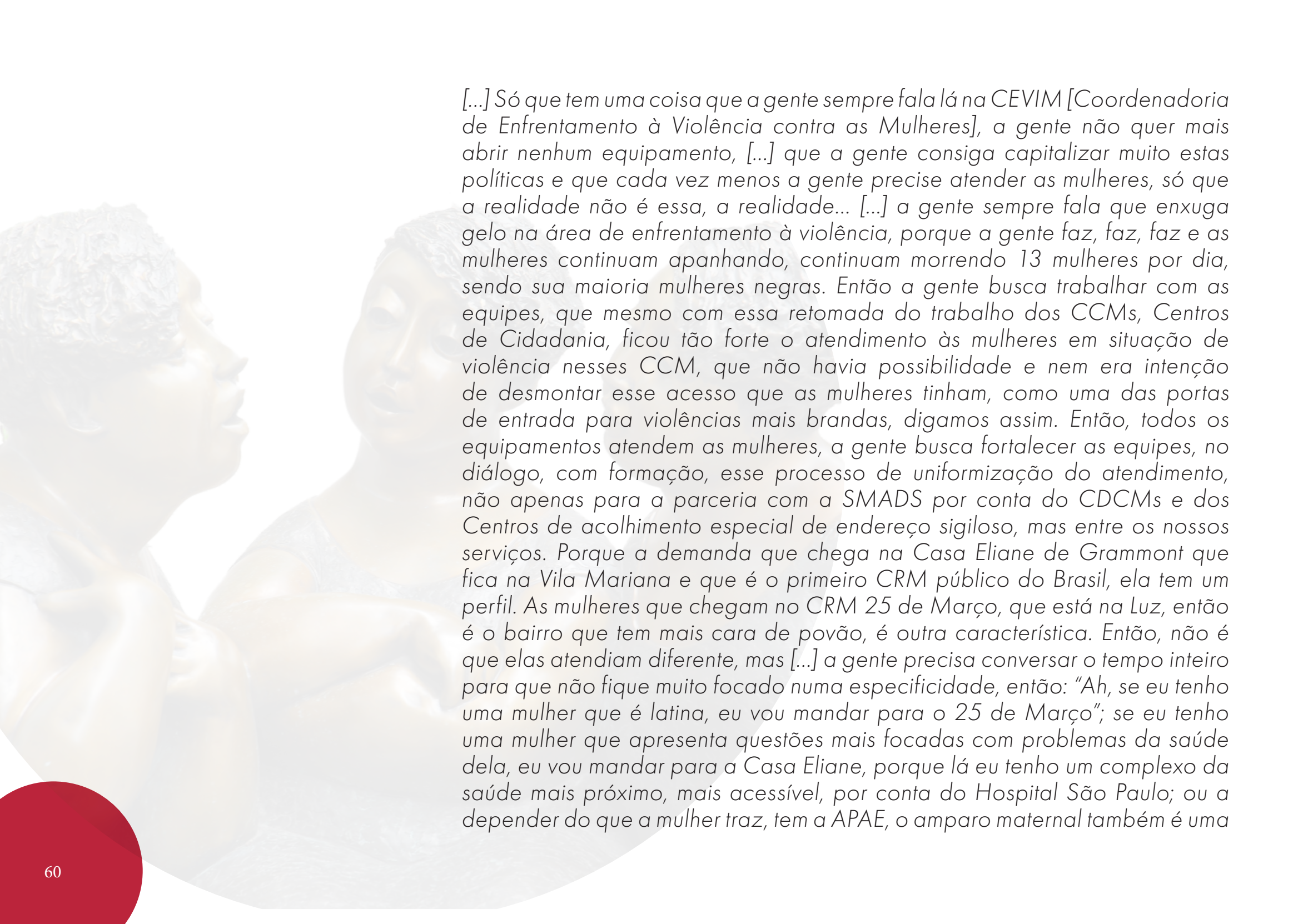


Então, às vezes a gente fala: “Ah, a educação é importante também, mas precisa de serviços”, é tão importante quanto, porque o futuro desses indicadores absurdos que você nos traz, por exemplo de, apesar da Lei Maria da Penha significar muitos avanços no enfrentamento a violência doméstica no Brasil, as mulheres negras ainda serem as maiores vítimas, a maioria das vítimas da violência doméstica, da violência sexual, então, ou a gente coloca essa educação inclusiva para a igualdade de raça, de gênero, de respeito a diversidade sexual na educação das crianças, futuros homens e mulheres, ou fica muito difícil superar, porque a gente tem para nós muito claro, muito bem definido que a questão da violência contra a mulher está vinculada ao machismo. A uma cultura de desigualdade de gênero, então a partir daí [...], é que entra todo um debate de políticas transversais, da necessidade de que as ações dentro das políticas públicas não sejam ações só da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Saúde, estar atenta para os direitos sexuais e reprodutivos, da Educação incorporar a igualdade de gênero, raça, diversidade no seu cotidiano, da cultura, enfim, da própria Assistência Social, aí entra a necessidade de que essa política seja uma política mais ampla, que não seja uma meta ou uma parceria limitada à Secretaria de Direitos Humanos para acolher as imigrantes, à Secretaria de Igualdade Racial para fazer algumas ações com as mulheres negras, mas que seja uma meta, uma visão do governo, acho que esse é o grande debate dessas secretarias transversais; a Secretaria de Igualdade Racial também faz esse debate, de como fazer com que isso seja uma política transversal, que a Saúde tenha um olhar de raça e de gênero, e para a diversidade sexual, que a Educação trabalhe isso.

Aí, eu acho que entram esses desafios maiores das ações transversais para não ficar cada um no seu quadrado, na sua ação, e para essas secretarias transversais serem temas permanentes e transversais. É uma questão

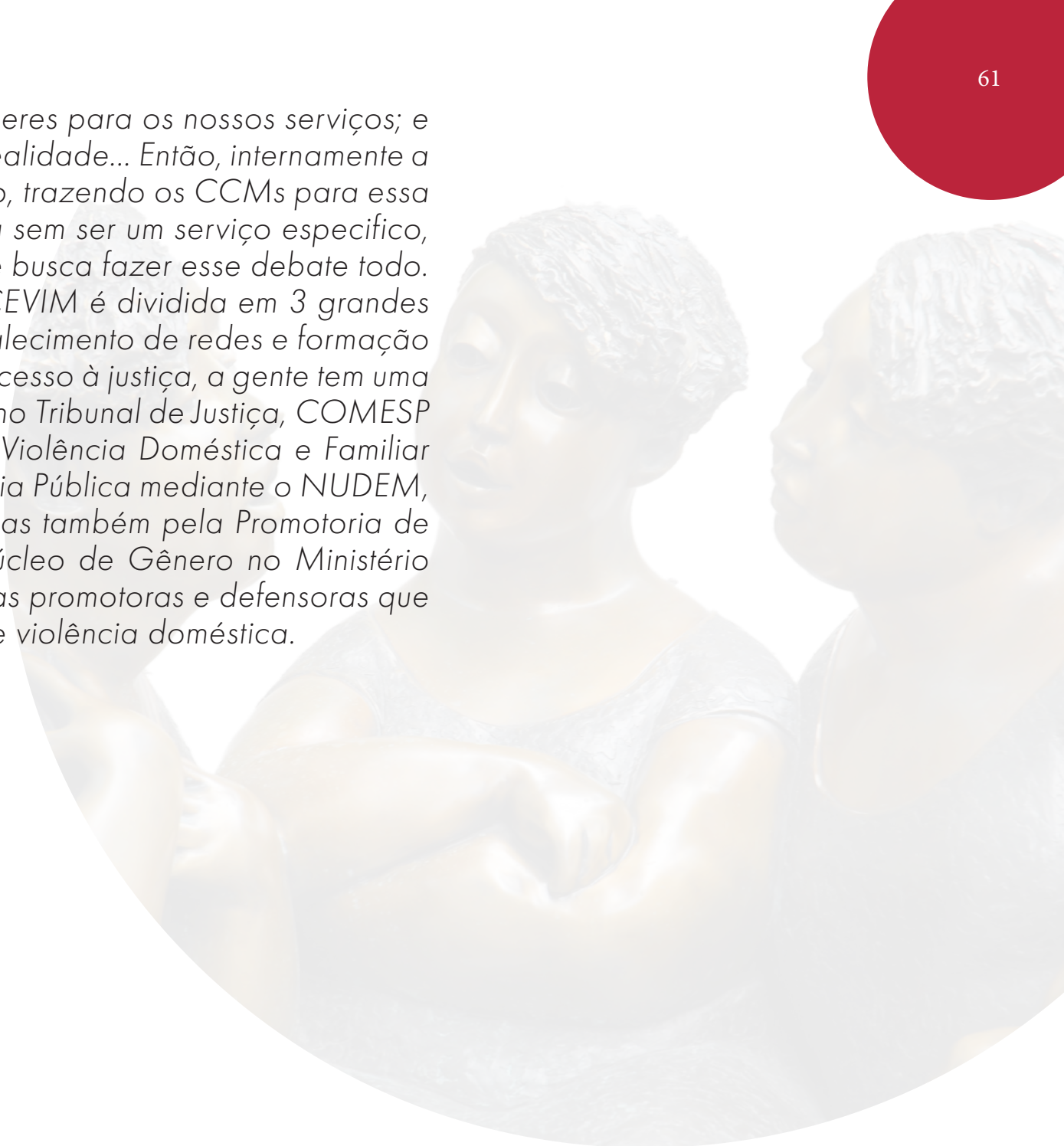
estratégica, não tem como você fazer uma política mais eficiente se você não tem parcerias, você fica só mesmo fazendo pequenas ações e projetos. Então a partir das deliberações da 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, foi a maior do município, nós tivemos 1.420 mulheres participando, a partir das consultas públicas de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, a partir da atuação do Comitê Intersecretarial de Políticas para as Mulheres, do Conexão Mulher, a gente construiu um plano, é o primeiro plano. Por que é um plano? Porque não é algo onde nós temos somente propostas, é onde você responsabiliza as demais secretarias para uma ação específica com prazo e com meta.

Dulce – Eu acho que a administração desde o começo, quando criou a Secretaria, já tinha essa perspectiva de que a política para a construção da igualdade de gênero é uma política do município, e assim que criou a Secretaria compôs também esse Comitê Intersecretarial, por via decreto, nomeando 19 secretarias para que compusessem esse Comitê Intersecretarial de Política para as Mulheres, que a gente chama de Conexão Mulher. Nesse comitê a gente procurou, nesse tempo, discutir as ações transversais de gênero com todas as secretarias, a gente teve várias experiências importantes de troca de informações, construção de algumas ações importantes em parceria com as outras secretarias. Mas eu acho que mais do que isso foi o processo de discussão no próprio comitê, a gente tinha reunião uma vez por mês de discussão da questão da igualdade de gênero, a Lei do Assédio Sexual, porque não é uma coisa simples também a mudança da nossa visão sobre política pública incorporando recorte de gênero, raça, orientação sexual, não é uma coisa simples, é uma coisa que a gente precisa também fazer um convencimento interno de que essa pauta é uma pauta da responsabilidade de todas as pessoas que participam de um governo com a proposta democrática e popular.



[...] Só que tem uma coisa que a gente sempre fala lá na CEVIM [Coordenadoria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres], a gente não quer mais abrir nenhum equipamento, [...] que a gente consiga capitalizar muito estas políticas e que cada vez menos a gente precise atender as mulheres, só que a realidade não é essa, a realidade... [...] a gente sempre fala que enxuga gelo na área de enfrentamento à violência, porque a gente faz, faz, faz e as mulheres continuam apanhando, continuam morrendo 13 mulheres por dia, sendo sua maioria mulheres negras. Então a gente busca trabalhar com as equipes, que mesmo com essa retomada do trabalho dos CCMs, Centros de Cidadania, ficou tão forte o atendimento às mulheres em situação de violência nesses CCM, que não havia possibilidade e nem era intenção de desmontar esse acesso que as mulheres tinham, como uma das portas de entrada para violências mais brandas, digamos assim. Então, todos os equipamentos atendem as mulheres, a gente busca fortalecer as equipes, no diálogo, com formação, esse processo de uniformização do atendimento, não apenas para a parceria com a SMADS por conta do CDCMs e dos Centros de acolhimento especial de endereço sigiloso, mas entre os nossos serviços. Porque a demanda que chega na Casa Eliane de Grammont que fica na Vila Mariana e que é o primeiro CRM público do Brasil, ela tem um perfil. As mulheres que chegam no CRM 25 de Março, que está na Luz, então é o bairro que tem mais cara de povão, é outra característica. Então, não é que elas atendiam diferente, mas [...] a gente precisa conversar o tempo inteiro para que não fique muito focado numa especificidade, então: “Ah, se eu tenho uma mulher que é latina, eu vou mandar para o 25 de Março”; se eu tenho uma mulher que apresenta questões mais focadas com problemas da saúde dela, eu vou mandar para a Casa Eliane, porque lá eu tenho um complexo da saúde mais próximo, mais acessível, por conta do Hospital São Paulo; ou a depender do que a mulher traz, tem a APAE, o amparo maternal também é uma

porta de entrada que acaba levando as mulheres para os nossos serviços; e na Brasilândia, periferia da periferia, é outra realidade... Então, internamente a gente também busca fazer essa uniformização, trazendo os CCMs para essa discussão do que é ser uma porta de entrada sem ser um serviço específico, esse é o aspecto do atendimento que a gente busca fazer esse debate todo. Em relação as outras formas de atuação, a CEVIM é dividida em 3 grandes áreas, digamos assim, o acesso à justiça, fortalecimento de redes e formação e prevenção da violência; nesse aspecto do acesso à justiça, a gente tem uma relação direta com os operadores do Direito, no Tribunal de Justiça, COMESP [Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo], a Defensoria Pública mediante o NUDEM, e o Ministério Público não só pelo GEVID, mas também pela Promotoria de Promoção de Direitos Humanos, e [...] O Núcleo de Gênero no Ministério Público, e a gente faz uma interlocução com as promotoras e defensoras que estão nos territórios por conta das 7 varas de violência doméstica.



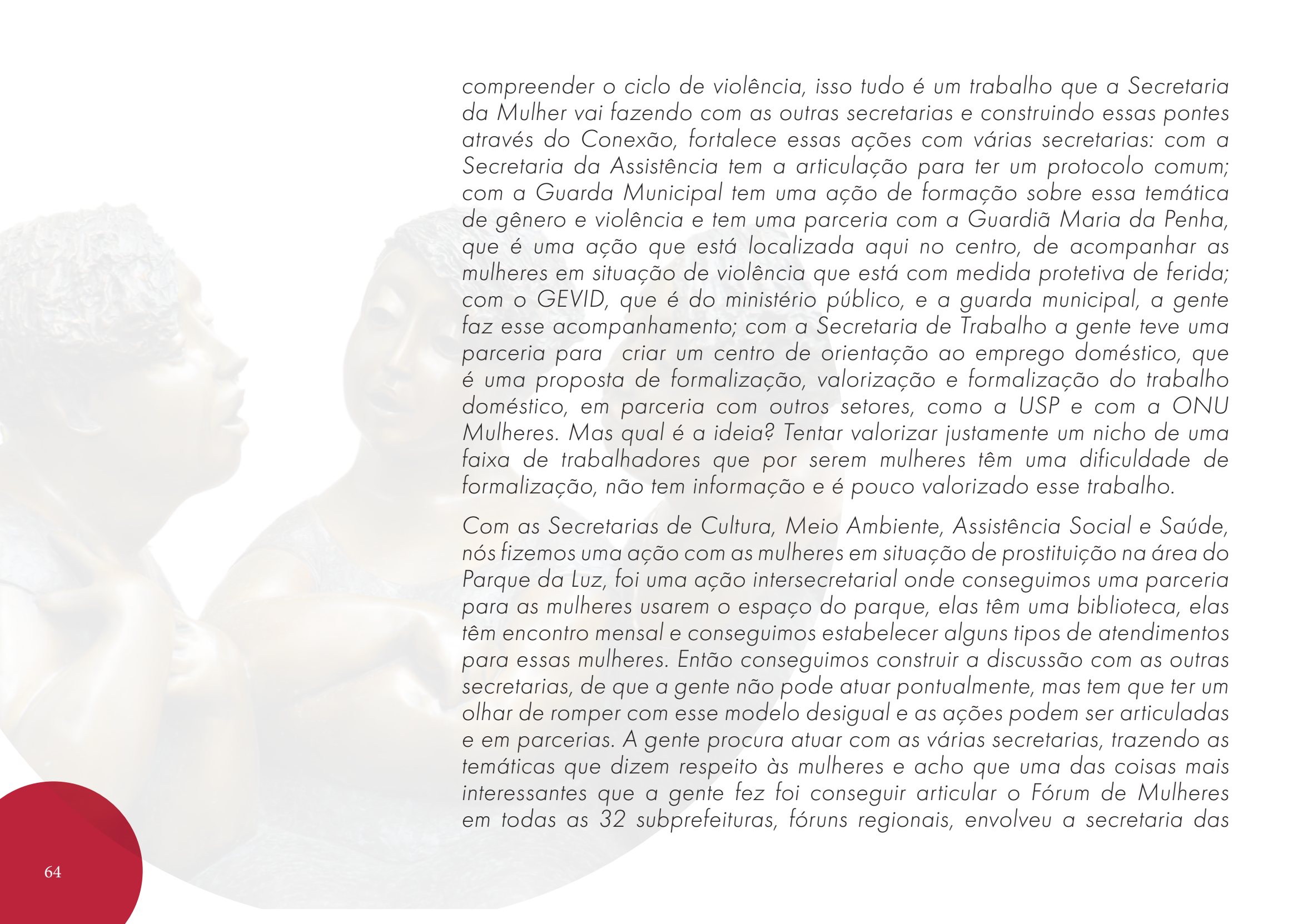


3.1.2

**Ações
Intersecretariais,
Transversais e
Interseccionais**

Dulce – [...] a gente conseguiu um projeto bacana junto com a Secretaria de Saúde, de formar profissionais de saúde sobre gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos, porque uma das áreas que mais tem resistência em reconhecer a autonomia das mulheres é na área da Saúde. Atender as mulheres em situação de violência sexual, evitar uma abordagem com julgamento do comportamento sexual das mulheres, respeitar a decisão das mulheres sobre reprodução por exemplo, acolher as mulheres em situação de violência sexual, a questão do aborto legal, que existe o serviço... mas não divulga. A gente fez material para divulgar o serviço de violência sexual, estamos refazendo o material e vamos imprimir de novo; fizemos trabalho de formação mais com a região Sudeste, da Saúde, mas a gente fez seminários com serviços de violência sexual, fez roda de conversa que foram filmadas sobre essa questão dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, que também é pouco discutida, trabalhamos esses conteúdos com os outros profissionais, com a Secretaria da Educação. E nesse processo, eu acho que ficava bastante explícito que há uma demanda de pessoas da administração das várias secretarias sobre essa questão de gênero, a gente anunciava que tinha um curso sobre gênero, eram 50 vagas e apareciam 790 inscrições, porque o pessoal tem sede de debater isso, os profissionais se sentem despreparados para lidar com essa questão.

A gente tem um trabalho com a Secretaria de Segurança, por exemplo, de fazer capacitação de guardas municipais que sejam multiplicadores com seus pares sobre gênero e enfrentamento à violência, porque essa coisa da abordagem da mulher que sofre violência sem um olhar de julgamento, respeitando a questão do ciclo da violência, compreendendo as dificuldades e toda a vulnerabilidade que as mulheres têm em decorrência da desigualdade de gênero que elas sofrem, acrescido do recorte de raça, da orientação sexual, para as pessoas entenderem que tem que respeitar esse tempo, em

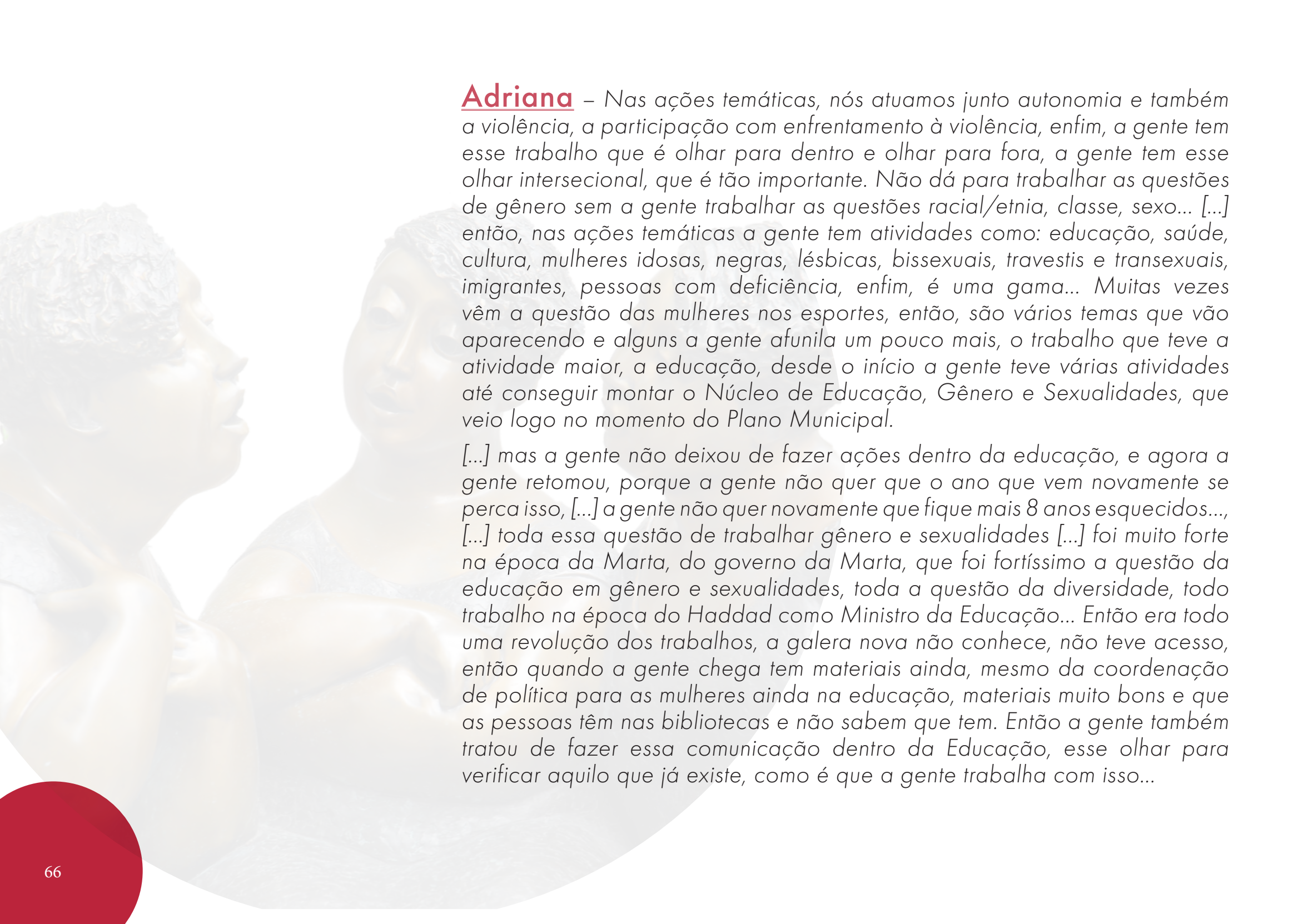


compreender o ciclo de violência, isso tudo é um trabalho que a Secretaria da Mulher vai fazendo com as outras secretarias e construindo essas pontes através do Conexão, fortalece essas ações com várias secretarias: com a Secretaria da Assistência tem a articulação para ter um protocolo comum; com a Guarda Municipal tem uma ação de formação sobre essa temática de gênero e violência e tem uma parceria com a Guardiã Maria da Penha, que é uma ação que está localizada aqui no centro, de acompanhar as mulheres em situação de violência que está com medida protetiva de ferida; com o GEVID, que é do ministério público, e a guarda municipal, a gente faz esse acompanhamento; com a Secretaria de Trabalho a gente teve uma parceria para criar um centro de orientação ao emprego doméstico, que é uma proposta de formalização, valorização e formalização do trabalho doméstico, em parceria com outros setores, como a USP e com a ONU Mulheres. Mas qual é a ideia? Tentar valorizar justamente um nicho de uma faixa de trabalhadores que por serem mulheres têm uma dificuldade de formalização, não tem informação e é pouco valorizado esse trabalho.

Com as Secretarias de Cultura, Meio Ambiente, Assistência Social e Saúde, nós fizemos uma ação com as mulheres em situação de prostituição na área do Parque da Luz, foi uma ação intersecretarial onde conseguimos uma parceria para as mulheres usarem o espaço do parque, elas têm uma biblioteca, elas têm encontro mensal e conseguimos estabelecer alguns tipos de atendimentos para essas mulheres. Então conseguimos construir a discussão com as outras secretarias, de que a gente não pode atuar pontualmente, mas tem que ter um olhar de romper com esse modelo desigual e as ações podem ser articuladas e em parcerias. A gente procura atuar com as várias secretarias, trazendo as temáticas que dizem respeito às mulheres e acho que uma das coisas mais interessantes que a gente fez foi conseguir articular o Fórum de Mulheres em todas as 32 subprefeituras, fóruns regionais, envolveu a secretaria das

subprefeituras, que é um trabalho que dá uma extensão transversal da temática, mas também territorial da ação da Secretaria de Políticas para as Mulheres na cidade. Essa área também teve uma ação importante na consolidação dos 50% na paridade de gênero nos conselhos municipais, mas para isso se concretizar teve uma ação importante da secretaria, não só de discutir estratégias para garantir que tivesse 50%.

Eu acho que o último trabalho importante que o Conexão fez, foi uma discussão da lei do assédio sexual, teve uma formação sobre assédio sexual, a gente fez um debate também no conexão sobre essa questão, trouxemos as meninas da Secretaria de Assuntos Jurídicos para falar do lei, teve uma formação sobre o reconhecimento do assédio sexual, como é que funciona, onde denuncia e tal. Agora a gente está discutindo e finalizando o Plano Municipal de Política para as Mulheres. [...] a gente vai fazer o lançamento desse plano dia 13 de dezembro (2016), a gente vai chamar os movimentos, fazer uma exposição disso para que o pessoal incorpore todas as propostas – as propostas foram acrescentadas por um processo de consulta pública no site de São Paulo Aberta. A gente fez alguns diálogos também nas regiões e as sugestões, os aportes, não foram muito diferentes daquilo que a gente já tinha aprovado na conferência, então a gente se baseou na Conferência, aprovamos 5 prioridades em cada um dos eixos e procuramos trabalhar com essas prioridades acrescentando outras coisas que apareceram. A gente tem um Plano Municipal de Política para as Mulheres aqui na cidade com esse olhar e a preocupação de transversalidade, inclusive contemplando a questão da regionalidade, com os Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres também funcionando como articulações regionais que vão dar sustentação para que esse Plano se torne popular, se torne de conhecimento do movimento e seja de fato uma ferramenta. [...] a Secretaria de Igualdade Racial é uma grande parceira no Conexão e teve uma contribuição importante na construção do Plano.



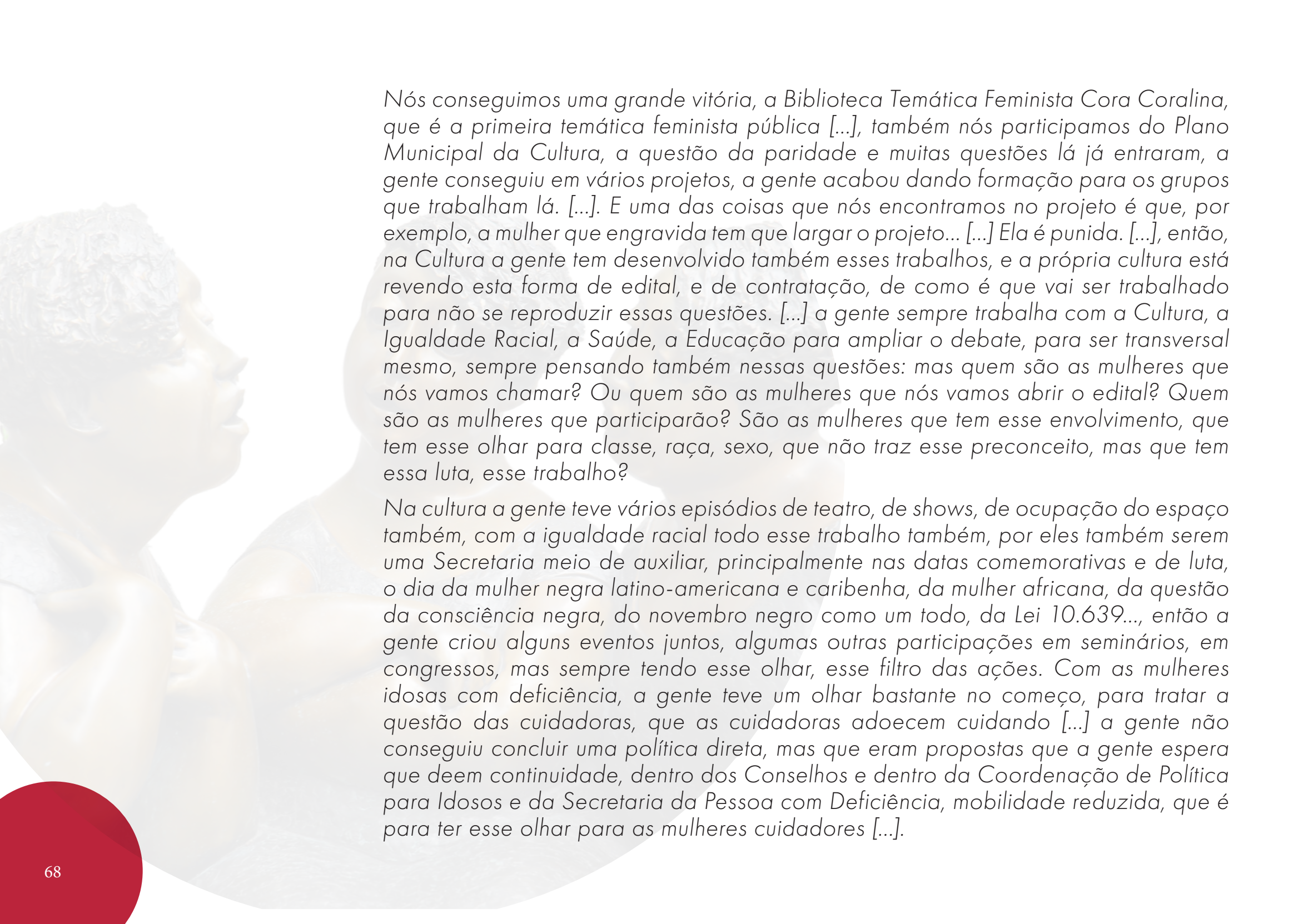
Adriana – Nas ações temáticas, nós atuamos junto autonomia e também a violência, a participação com enfrentamento à violência, enfim, a gente tem esse trabalho que é olhar para dentro e olhar para fora, a gente tem esse olhar interseccional, que é tão importante. Não dá para trabalhar as questões de gênero sem a gente trabalhar as questões racial/etnia, classe, sexo... [...] então, nas ações temáticas a gente tem atividades como: educação, saúde, cultura, mulheres idosas, negras, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, imigrantes, pessoas com deficiência, enfim, é uma gama... Muitas vezes vêm a questão das mulheres nos esportes, então, são vários temas que vão aparecendo e alguns a gente afunila um pouco mais, o trabalho que teve a atividade maior, a educação, desde o início a gente teve várias atividades até conseguir montar o Núcleo de Educação, Gênero e Sexualidades, que veio logo no momento do Plano Municipal.

[...] mas a gente não deixou de fazer ações dentro da educação, e agora a gente retomou, porque a gente não quer que o ano que vem novamente se perca isso, [...] a gente não quer novamente que fique mais 8 anos esquecidos..., [...] toda essa questão de trabalhar gênero e sexualidades [...] foi muito forte na época da Marta, do governo da Marta, que foi fortíssimo a questão da educação em gênero e sexualidades, toda a questão da diversidade, todo trabalho na época do Haddad como Ministro da Educação... Então era toda uma revolução dos trabalhos, a galera nova não conhece, não teve acesso, então quando a gente chega tem materiais ainda, mesmo da coordenação de política para as mulheres ainda na educação, materiais muito bons e que as pessoas têm nas bibliotecas e não sabem que tem. Então a gente também tratou de fazer essa comunicação dentro da Educação, esse olhar para verificar aquilo que já existe, como é que a gente trabalha com isso...

Maria – [...] essa relação que a Adriana está relatando é importante porque se não tem essa ação intersecretarial, de capacitar 300 formadores e formadoras, a Secretaria não tem como responder a demanda [...] não tem como dar conta de fazer uma capacitação em todos os CEUs, em todas as escolas, então, ter profissionais da educação com essa capacidade de multiplicar a educação para a igualdade de gênero, essa diversidade, é estratégica. Um exemplo forte de como isso é necessário, pois a educação é um mundo.

Adriana – Uma outra questão que nós tivemos uma atenção, foi com a Escola Municipal do Servidor Público, com a EMASP. Desde 2013, nós fizemos vários cursos e palestras lá dentro, ou abrimos conveniamento para entidades, para exercerem. [...] Porque é fundamental que a gente trabalhe essas questões do recorte de gênero, raça e classe social, são as pessoas que atendem no serviço, a gente tem muita violência institucional, as pessoas ainda não tem esse entendimento, ou não tem essa formação.

Uma das questões que nós colocamos e conversamos muito no Conexão com as outras secretarias, é que os próximos concursos, e o de políticas públicas já aconteceu, foi, além da pessoa passar no concurso e passar em todos os testes, ter uma prova específica que trate as questões de gênero, raça e etnia, classe e tudo, para que a pessoa que entra já tenha esse olhar, para que ela não sofra e para que ela não continue, não reproduza a violência. Porque a gente tem tido muitas reclamações nesse sentido, racismo, machismo, enfim, então esse olhar também saiu de dentro do Conexão, que a gente conversou com as outras entidades e é uma das questões que nós temos dentro do Plano Municipal como uma das propostas. Então, [...] eu não falo nem formar, nem capacitar, mas fazer com que essas pessoas sejam mais sensibilizadas ao tema, sensibilizadas a esses temas todos, as pessoas que trabalham são fundamentais, a gente trabalha muito com essa quebra de estereótipos, e eu acho que foi bem bacana isso.




Nós conseguimos uma grande vitória, a Biblioteca Temática Feminista Cora Coralina, que é a primeira temática feminista pública [...], também nós participamos do Plano Municipal da Cultura, a questão da paridade e muitas questões lá já entraram, a gente conseguiu em vários projetos, a gente acabou dando formação para os grupos que trabalham lá. [...]. E uma das coisas que nós encontramos no projeto é que, por exemplo, a mulher que engravida tem que largar o projeto... [...] Ela é punida. [...], então, na Cultura a gente tem desenvolvido também esses trabalhos, e a própria cultura está revendo esta forma de edital, e de contratação, de como é que vai ser trabalhado para não se reproduzir essas questões. [...] a gente sempre trabalha com a Cultura, a Igualdade Racial, a Saúde, a Educação para ampliar o debate, para ser transversal mesmo, sempre pensando também nessas questões: mas quem são as mulheres que nós vamos chamar? Ou quem são as mulheres que nós vamos abrir o edital? Quem são as mulheres que participarão? São as mulheres que tem esse envolvimento, que tem esse olhar para classe, raça, sexo, que não traz esse preconceito, mas que tem essa luta, esse trabalho?

Na cultura a gente teve vários episódios de teatro, de shows, de ocupação do espaço também, com a igualdade racial todo esse trabalho também, por eles também serem uma Secretaria meio de auxiliar, principalmente nas datas comemorativas e de luta, o dia da mulher negra latino-americana e caribenha, da mulher africana, da questão da consciência negra, do novembro negro como um todo, da Lei 10.639..., então a gente criou alguns eventos juntos, algumas outras participações em seminários, em congressos, mas sempre tendo esse olhar, esse filtro das ações. Com as mulheres idosas com deficiência, a gente teve um olhar bastante no começo, para tratar a questão das cuidadoras, que as cuidadoras adoecem cuidando [...] a gente não conseguiu concluir uma política direta, mas que eram propostas que a gente espera que deem continuidade, dentro dos Conselhos e dentro da Coordenação de Política para Idosos e da Secretaria da Pessoa com Deficiência, mobilidade reduzida, que é para ter esse olhar para as mulheres cuidadores [...].

Com as mulheres LGBT, lésbicas, bissexuais e travestis e transexuais, a gente teve uma aproximação muito bacana, com contato também com Coordenação LGBT, nós tivemos um contato muito bacana, para ouvir as demandas, foi a primeira Conferência de Política para as Mulheres onde travestis e transexuais puderam participar, isso eu acho que é um ganho, claro que não foi fácil.

Denise – E foi feita uma ação em todos os nossos serviços, o uso do nome social, identidade de gênero feminina, e uma capacitação para a equipe de todos os nossos serviços para o atendimento das transexuais e travestis, do vigia, do segurança, a psicóloga e a assistente social.

Adriana – [...] a gente teve bastante encontros e teve uma exposição também; um curso muito bacana com as mulheres lésbicas e bissexuais básico de gênero e depois de fotografia, as mulheres fizeram autorretratos com a questão do empoderamento dessas mulheres, ficou na Biblioteca Mário de Andrade e no Centro Cultural São Paulo. [...] então essa exposição trouxe esse debate do respeito, de trazer as mulheres no dia da visibilidade lésbica; nós fizemos peça de teatro, a exposição e uma roda de conversa com as mulheres lésbicas e bissexuais para tratar de vários assuntos, dessa questão do enfrentamento, porque muitas vezes elas vão procurar a coordenação de políticas LGBT, que tem um acesso maior de gays, de travestis e transexuais e as mulheres lésbicas e bissexuais transgêneras não se sentem acolhidas, então a Secretaria de Política para as Mulheres é um local que elas se sentiram mais acolhidas para que a gente pudesse continuar a trabalhar. [...] A gente fez ações com as mulheres imigrantes também, que trata muito essa questão étnico-racial, está saindo uma cartilha com as demandas das mulheres imigrantes, que surgiram do último seminário que nós tivemos, que são suas demandas, mas também de conhecimento das políticas já existentes, dos trabalhos estão sendo feitos e como é que elas se aproximam da secretaria.




[...] Então, é um desafio trabalhar essa transversalidade, sempre levando esse olhar interseccional, também geracional, [...] porque se a gente tem problemas enquanto mulher, a gente tem problema em ser mulher negra, e se for mulher pobre piorou, e se for velha piorou, e aí vai também para a questão de ser gorda ou não, se é com deficiência ou não, enfim.

Maria Cristina – [...] a política pública voltada para as mulheres, normalmente, se reflete na questão do enfrentamento à violência e aí esquece-se que a mulher, na maioria das vezes, mas não em todas, entra no ciclo de violência pela dependência econômica ao companheiro. Então, a proposta inicial da Secretaria foi quebrar esse tipo de paradigma mostrando que a mulher tendo autonomia econômica, provavelmente uma grande parcela delas, não entra no ciclo de violência porque no primeiro sinal, ela vai conseguir falar “Não.” Então, o trabalho que gente tentou construir nesse período foi justamente isso, olhar tanto a mulher que muitas vezes nem vai passar pelo ciclo de violência mas para que ela não passe, e também viabilizar que aquelas mulheres que estão no ciclo de violência tenham possibilidade de sair, justamente pela vida econômica.

Então, tem duas vertentes aí, pra isso, essa coordenação da secretaria. [...] A área da autonomia econômica foi montada para pensar o trabalho formal, desde a profissionalização dessa mulher, sua escolarização, porque muitas vezes o emprego que ela vai arrumar com carteira assinada passa por isso, pela escolarização dela, e no caso da mulher negra é a primeira barreira porque a mulher negra tem uma menor escolaridade. Então, mesmo com escolarização, a mulher já tem um emprego mais precário e a mulher negra tem um emprego mais precário ainda. Então a escolarização, a qualificação profissional, são fatores para todas as mulheres, são um diferencial para você conseguir entrar no mercado formal de trabalho e o crescimento dessa mulher na carreira profissional. Tudo isso está dentro desse olhar e dessa vertente de olhar o trabalho, a profissionalização da mulher, e aí a gente viu que dentro disso, as mulheres são extremamente desvalorizadas.

[...] quando você passa para o que a gente chama de alternativas de renda, que é uma outra vertente da coordenação, que é tudo que a mulher faz que não é trabalho formal, mas que gera renda e que muitas vezes sustenta a família e que não tem carteira assinada, é um outro processo de discriminação, porque aí você não tem a previdência social, você não tem os benefícios sociais. Em algumas situações ela pode ser uma empreendedora e pode dar certo, tem muitos casos que dão certo, só que a gente sabe que o caminho é muito mais longo e normalmente a mulher que está em buscar de alternativas de renda, as funções dentro de uma cooperativa ou de uma associação, ela está sempre nas funções que são menos reconhecidas. Por exemplo, a mulher começa a fazer determinada coisa em casa "Vou fazer bolo para vender". Se aquilo dá certo, a mulher começa a ganhar um pouco mais, o marido fala assim: "Puts, ela tá aqui em casa, tá cuidando dos filhos, eu vou ajudar". Aí, onde que o marido vai ajudar? Como a gente tem aquela divisão sexual do trabalho muito presente, o homem quando opta por entrar nesse processo, ele



vai fazer administração do dinheiro, ele vai fazer a contabilidade, ele vai fazer a parte administrativa, a gestão, e aí mesmo, dentro desse processo, você vê a interferência masculina que joga a mulher para as funções menos reconhecidas. A gente pensou muito nisso, a gente discutiu, elaboramos política e a gente tem um projeto com o Governo Federal de iniciar grupos produtivos de economia solidária, proveniente da economia solidária, que uma hora um grupo vai fazer a gestão e o outro vai fazer a produção e em outro momento vira isso, aquele que estava na gestão vai produzir, para de fato que todo mundo consiga fazer toda a gestão do processo.

[...] outra coisa legal que a gente conseguiu efetivar nessa gestão e diz respeito ao emprego formal é a lei da empregada doméstica, dos direitos da empregada doméstica, a gente conseguiu fazer em São Paulo um centro de orientação da empregada doméstica que atende empregadoras e empregadas sobre a legislação atual. Então isso para quê? Até hoje é uma profissão extremamente desvalorizada, se não a mais desvalorizada; a gente conseguiu mudar um pouco essa perspectiva, valorizar para que as pessoas consigam ver que a Lei não prejudicou, pelo contrário, a Lei protegeu ambos os lados, a Lei não protege só a empregada, todo mundo tem essa tendência: “Ah, o empregador vai gastar mais e foi prejudicado”. Não, porque se ela sofre um acidente, ele não precisa pagar os dias dela porque tem o INSS que cobre, tem a responsabilidade social. Então pensa-se pouco nesse tipo de coisa: “Olha, é uma sensibilidade social”. Sensibilidade social não é só para a empregada, é para o patrão também, então essas ações foram o que conseguimos consolidar até agora. [...]

Também ficou mais presente no município de São Paulo outra política do Governo Federal, os Selos de Igualdade de Gênero e de Raça, a gente conseguiu dobrar o número de empresas privadas que estavam nas realizações dos selos, justamente por conversarmos com as empresas sobre a importância de ter políticas, de igualdade de gênero e raça. Então assim, são duas coisas que a gente conseguiu estabelecer, parece que para a cidade de São Paulo são iniciativas pequenas, mas dentro de uma perspectiva de que pensar uma política pública para as mulheres é somente o enfrentamento à violência, a hora que você consegue ampliar para a autonomia econômica, ampliar para a participação social, ou para elaborar políticas, já é um avanço grande.

[...] as políticas voltadas para as mulheres, se continuarem nesse âmbito de ampliação, pensar para além do enfrentamento à violência, com outras áreas, porque não dá para falar que as coisas não estão ligadas, se você faz a política em todas as secretarias com recortes de mulheres, de gênero, você já abre uma perspectiva diferenciada. Se você pensa política pública para as mulheres também com a participação e empoderamento político e social, dela, você já começa a pensar que ela não vai entrar no ciclo de violência, e se você pensa políticas de trabalho para que ela se empodere também economicamente, você já diminui a incidência no ciclo de violência. Então todas essas iniciativas são justamente porque a mulher tem que ser pensada na sua integralidade, não pode ser pensada só como uma vítima. E infelizmente por muito tempo a gente olhou as políticas públicas das mulheres colocando a mulher somente como vítima, não como protagonista, então é um pouco isso que a gente pensou em fazer desde o começo e conseguimos dar esse, digamos que esse pontapé inicial, a ideia é que você consiga mais quatro anos seria consolidar isso como política pública.

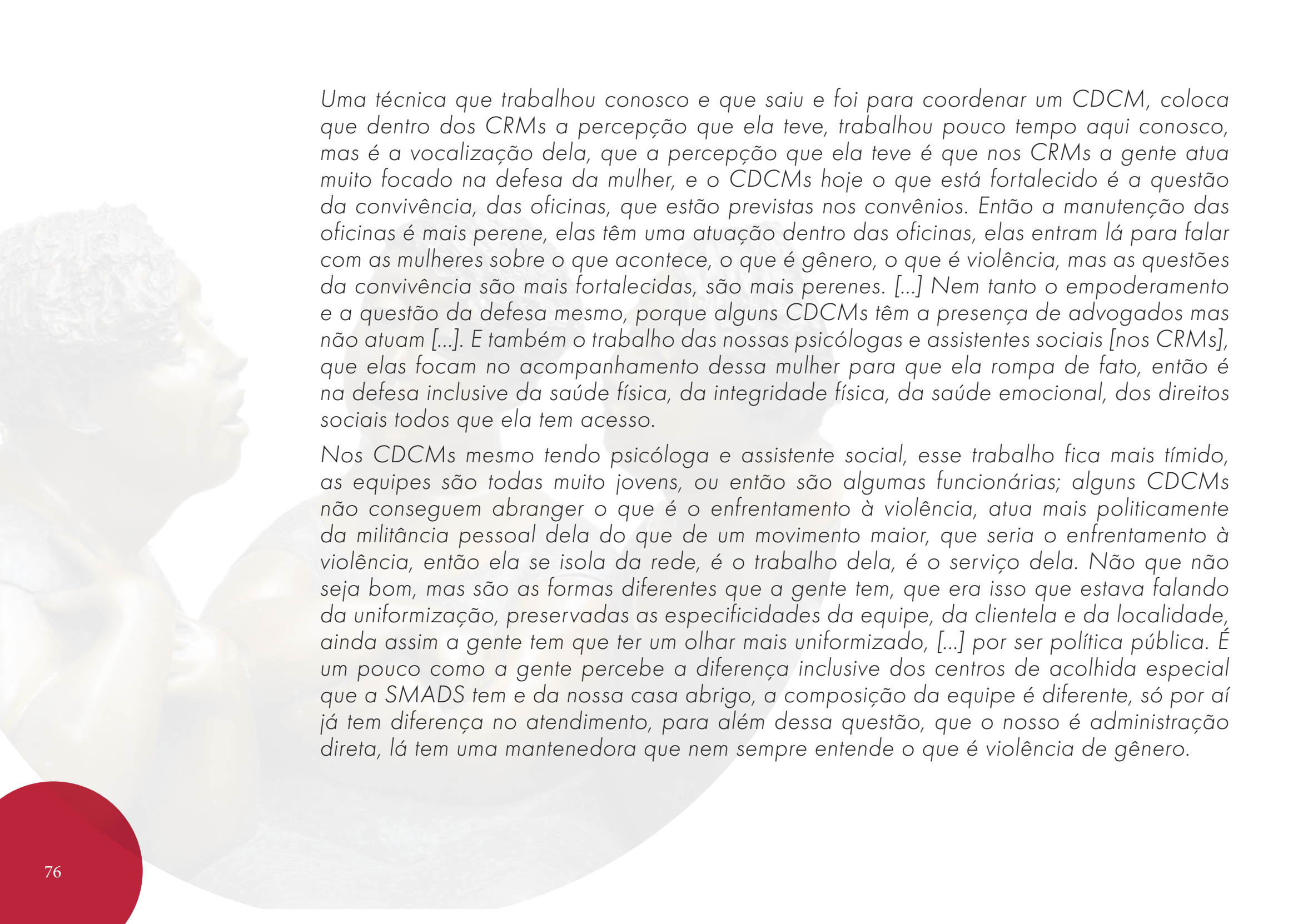


3.1.3

**Diferenças
entre os
CRMs e os CDCMs**

Maria – Tem uma diferença estrutural dos CRMs, mesmo esses dois que foram abertos agora recentemente que têm as equipes conveniadas, eles são equipamentos públicos, eles são de administração direta. Então, a gente contratou a equipe que trabalha lá, mas a administração é direta da nossa Secretaria, não tem tratamento diferente nenhum dos dois novos CRMs com os 3 que já haviam, elas vêm nas reuniões, elas participam de todos os debates, a relação é direta.

Os CDCMs são mantidos por convênios, e aí o convênio é abrangente, e tem uma forma diferente da SMADS olhar para o CDCMs da que nós olhamos; o CDCM é visto como sociedade civil, é conveniado, então a relação é com a mantenedora e não com o equipamento. [...] a SMADS também é muito maior, ela tem uma divisão interna mais complexa, então vai ter a SAS, Supervisão de Assistência Social, que é responsável por um território e os equipamentos que lá estão, sejam aqueles de administração diretas [CRAS e CREAS] ou de administração indiretas: CDCMs e todos os centros de acolhida. [...] Então, com todas as reservas, a depender da mantenedora, o trabalho é feito de um jeito ou de outro, essa é uma questão. Os tempos dos convênios são diferentes, mas quando muda a mantenedora, muda toda a estrutura, então aquele contrato é feito por um período. Ele está acabando e, às vezes, não há interesse de renovação ou do governo ou da entidade mantenedora, então, tem que abrir um novo edital, quem chega dá outra cara, é outra perspectiva, e aí muda a linha de atuação, então, essa é uma questão que pega.



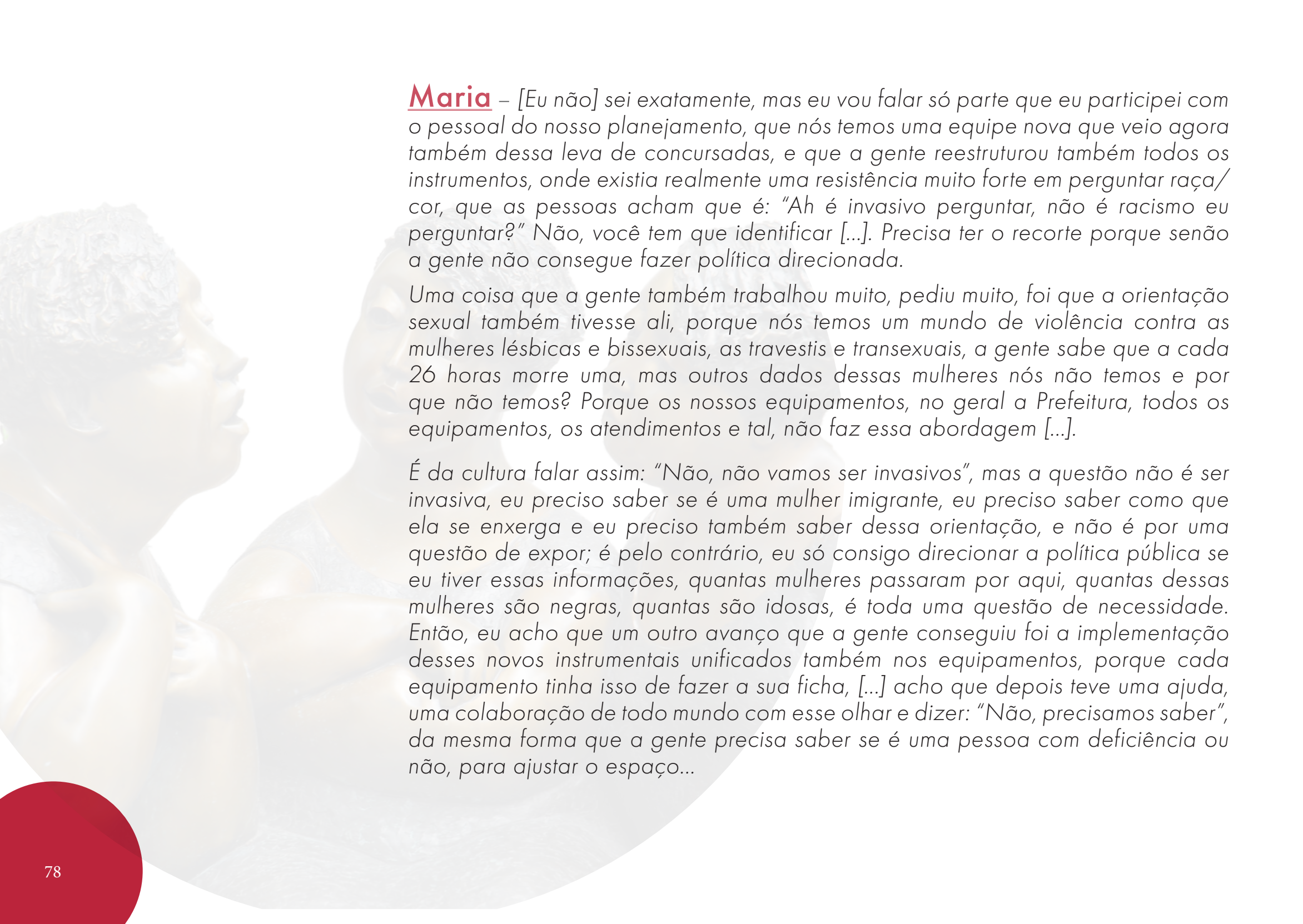
Uma técnica que trabalhou conosco e que saiu e foi para coordenar um CDCM, coloca que dentro dos CRMs a percepção que ela teve, trabalhou pouco tempo aqui conosco, mas é a vocalização dela, que a percepção que ela teve é que nos CRMs a gente atua muito focado na defesa da mulher, e o CDCMs hoje o que está fortalecido é a questão da convivência, das oficinas, que estão previstas nos convênios. Então a manutenção das oficinas é mais perene, elas têm uma atuação dentro das oficinas, elas entram lá para falar com as mulheres sobre o que acontece, o que é gênero, o que é violência, mas as questões da convivência são mais fortalecidas, são mais perenes. [...] Nem tanto o empoderamento e a questão da defesa mesmo, porque alguns CDCMs têm a presença de advogados mas não atuam [...]. E também o trabalho das nossas psicólogas e assistentes sociais [nos CRMs], que elas focam no acompanhamento dessa mulher para que ela rompa de fato, então é na defesa inclusive da saúde física, da integridade física, da saúde emocional, dos direitos sociais todos que ela tem acesso.

Nos CDCMs mesmo tendo psicóloga e assistente social, esse trabalho fica mais tímido, as equipes são todas muito jovens, ou então são algumas funcionárias; alguns CDCMs não conseguem abranger o que é o enfrentamento à violência, atua mais politicamente da militância pessoal dela do que de um movimento maior, que seria o enfrentamento à violência, então ela se isola da rede, é o trabalho dela, é o serviço dela. Não que não seja bom, mas são as formas diferentes que a gente tem, que era isso que estava falando da uniformização, preservadas as especificidades da equipe, da clientela e da localidade, ainda assim a gente tem que ter um olhar mais uniformizado, [...] por ser política pública. É um pouco como a gente percebe a diferença inclusive dos centros de acolhida especial que a SMADS tem e da nossa casa abrigo, a composição da equipe é diferente, só por aí já tem diferença no atendimento, para além dessa questão, que o nosso é administração direta, lá tem uma mantenedora que nem sempre entende o que é violência de gênero.

The image features a white background with several overlapping circles in a deep red color. The largest circle is on the right, with a smaller one overlapping its left side. In the center, a medium-sized circle contains the white text '3.1.4'. To the left of this circle, two more overlapping circles are visible, one partially overlapping the other. The overall composition is clean and modern.

3.1.4

**Questões Raciais
e a
Diversidade**



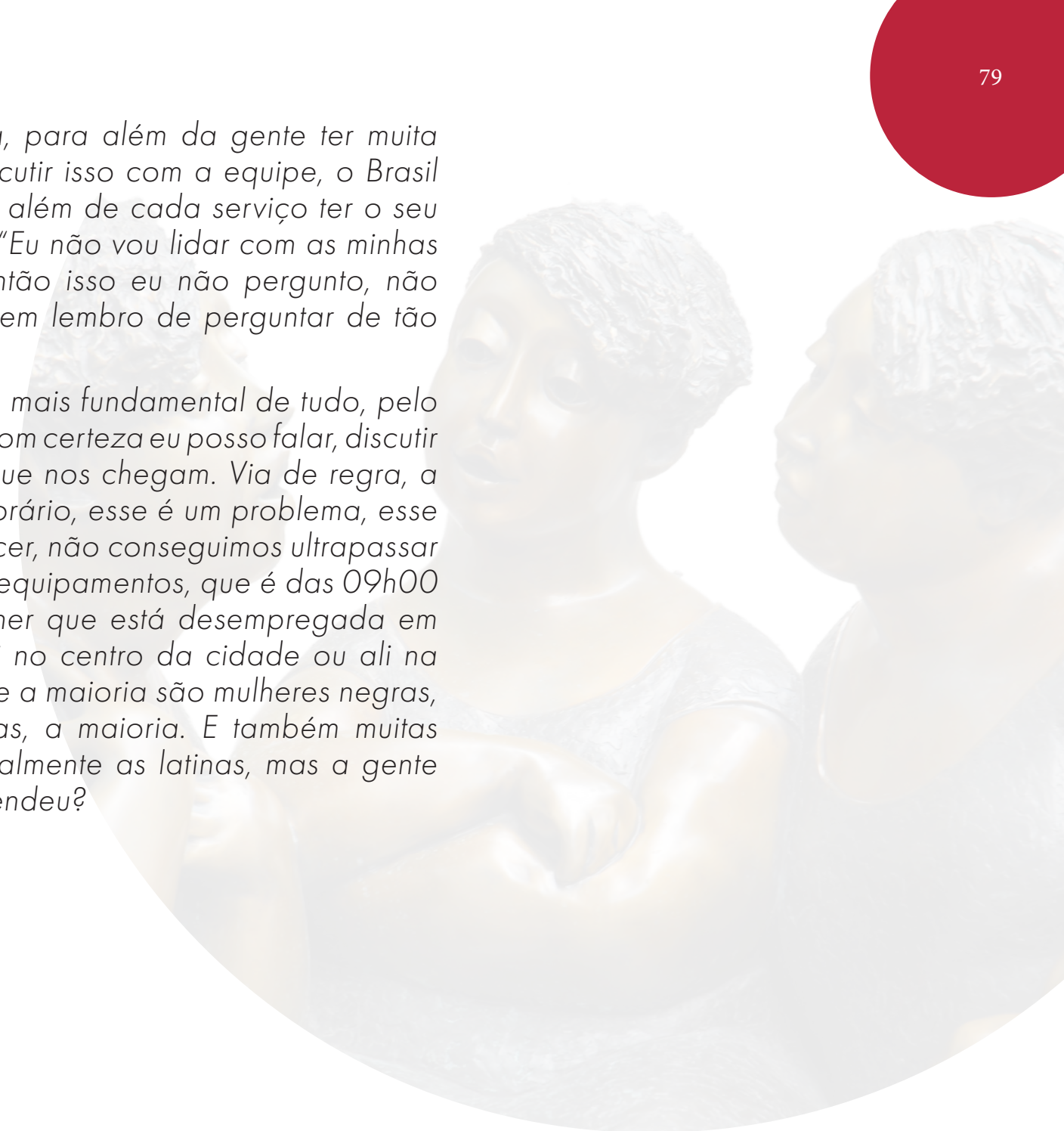
Maria – [Eu não] sei exatamente, mas eu vou falar só parte que eu participei com o pessoal do nosso planejamento, que nós temos uma equipe nova que veio agora também dessa leva de concursadas, e que a gente reestruturou também todos os instrumentos, onde existia realmente uma resistência muito forte em perguntar raça/cor, que as pessoas acham que é: “Ah é invasivo perguntar, não é racismo eu perguntar?” Não, você tem que identificar [...]. Precisa ter o recorte porque senão a gente não consegue fazer política direcionada.

Uma coisa que a gente também trabalhou muito, pediu muito, foi que a orientação sexual também tivesse ali, porque nós temos um mundo de violência contra as mulheres lésbicas e bissexuais, as travestis e transexuais, a gente sabe que a cada 26 horas morre uma, mas outros dados dessas mulheres nós não temos e por que não temos? Porque os nossos equipamentos, no geral a Prefeitura, todos os equipamentos, os atendimentos e tal, não faz essa abordagem [...].

É da cultura falar assim: “Não, não vamos ser invasivos”, mas a questão não é ser invasiva, eu preciso saber se é uma mulher imigrante, eu preciso saber como que ela se enxerga e eu preciso também saber dessa orientação, e não é por uma questão de expor; é pelo contrário, eu só consigo direcionar a política pública se eu tiver essas informações, quantas mulheres passaram por aqui, quantas dessas mulheres são negras, quantas são idosas, é toda uma questão de necessidade. Então, eu acho que um outro avanço que a gente conseguiu foi a implementação desses novos instrumentais unificados também nos equipamentos, porque cada equipamento tinha isso de fazer a sua ficha, [...] acho que depois teve uma ajuda, uma colaboração de todo mundo com esse olhar e dizer: “Não, precisamos saber”, da mesma forma que a gente precisa saber se é uma pessoa com deficiência ou não, para ajustar o espaço...

Dulce – [...] eu acho que a questão toda, para além da gente ter muita clareza de como está montado e poder discutir isso com a equipe, o Brasil não tem tradição de coleta de dados, para além de cada serviço ter o seu modelo porque está na zona de conforto e “Eu não vou lidar com as minhas dificuldades, com os meus preconceitos, então isso eu não pergunto, não pergunto nunca para ninguém, porque eu nem lembro de perguntar de tão distantes da minha realidade”.

Então, tem essa questão, mas eu acho que o mais fundamental de tudo, pelo menos isso a gente sempre fez, nessa gestão com certeza eu posso falar, discutir com a equipe a diversidade das mulheres que nos chegam. Via de regra, a maior parte dos problemas delas é com o horário, esse é um problema, esse é um desafio que a gente não conseguiu vencer, não conseguimos ultrapassar a questão do horário de funcionamento dos equipamentos, que é das 09h00 às 17h00. Então a mulher que vai é a mulher que está desempregada em sua maior parte, ou então as que vêm aqui no centro da cidade ou ali na Casa Eliane de Grammont, então, geralmente a maioria são mulheres negras, a maioria são mulheres pobres e periféricas, a maioria. E também muitas estrangeiras no CRM 25 de março, principalmente as latinas, mas a gente não tem ainda um número para te dizer, entendeu?



The image features a white background with several overlapping circles in a deep red color. The largest circle is on the right, with a smaller one overlapping its left side. To the left, there are three more circles of varying sizes, some overlapping each other. The text '3.1.5' is prominently displayed in white within the large red circle. To the right of the '3.1.5', the title 'Futuro e os Desafios das Políticas para as Mulheres na Cidade de São Paulo' is written in white, stacked in four lines.

3.1.5

**Futuro e os
Desafios das
Políticas para as
Mulheres na Cidade
de São Paulo**

Denise – No geral, quem atua com essas demandas, quem atua diretamente com essa temática, a gente tá correndo risco o tempo todo, por conta da misoginia, do racismo, enfim, a gente tem enfrentado isso sempre, a gente tá em casa e tem que ficar sempre atenta.

Maria – É difícil, e [...] pensando nessa questão dos desafios dos territórios, o território com a interseccionalidade dos equipamentos de serviço [...]. Tem uma outra diferença do posicionamento de compreensão, de atuação e de exigência também desse território, e aí uma coisa, que é a dificuldade de você fazer com que os serviços se conversem.

Denise – [...] por exemplo, a gente pode dar como exemplo a cidade de Tiradentes, tem agora o Centro de Referência da Igualdade Racial, nós temos os hospitais que agora estão recebendo atendimento à questão do estupro, da violência sexual, não do aborto legal, mas do atendimento da violência sexual, os próprios funcionários estão perguntando como elas direcionam os casos porque elas não sabem. Nós temos os CEUs e outros equipamentos da Educação, o Centro de Formação em Direitos Humanos; tem a Casa Ser Dorinha... Os trabalhos são desarticulados, é interseccional, é transversal, mas como é que a gente faz para dar liga nisso? Porque as pessoas acabam individualizando cada atendimento. Acho que esse foi um dos grandes problemas que nós enfrentamos e ainda não conseguimos chegar num consenso. Aí eu acho que a pressão dos movimentos fará que haja essa conversa, essa interseção entre os equipamentos, porque nós temos uma diversidade muito incrível de equipamentos públicos, uma parte deles tem já esse olhar interseccional e mais sensível, porque foi feito um trabalho muito grande. Acho que é costurar, porque na verdade, eu nem acho que é uma vontade dos equipamentos de não estarem alinhados, é que são tantas as demandas que a gente acaba trabalhando nesse pedaço aqui e acaba

não conversando, por mais que a gente tente conversar, muitas vezes escapa porque a questão do individual, o excesso de trabalho, uma série de questões acabam impedindo. Então eu acho que o nosso desafio para os próximos anos, a luta dos movimentos para que esses equipamentos não se acabem, com a fiscalização das Secretarias.

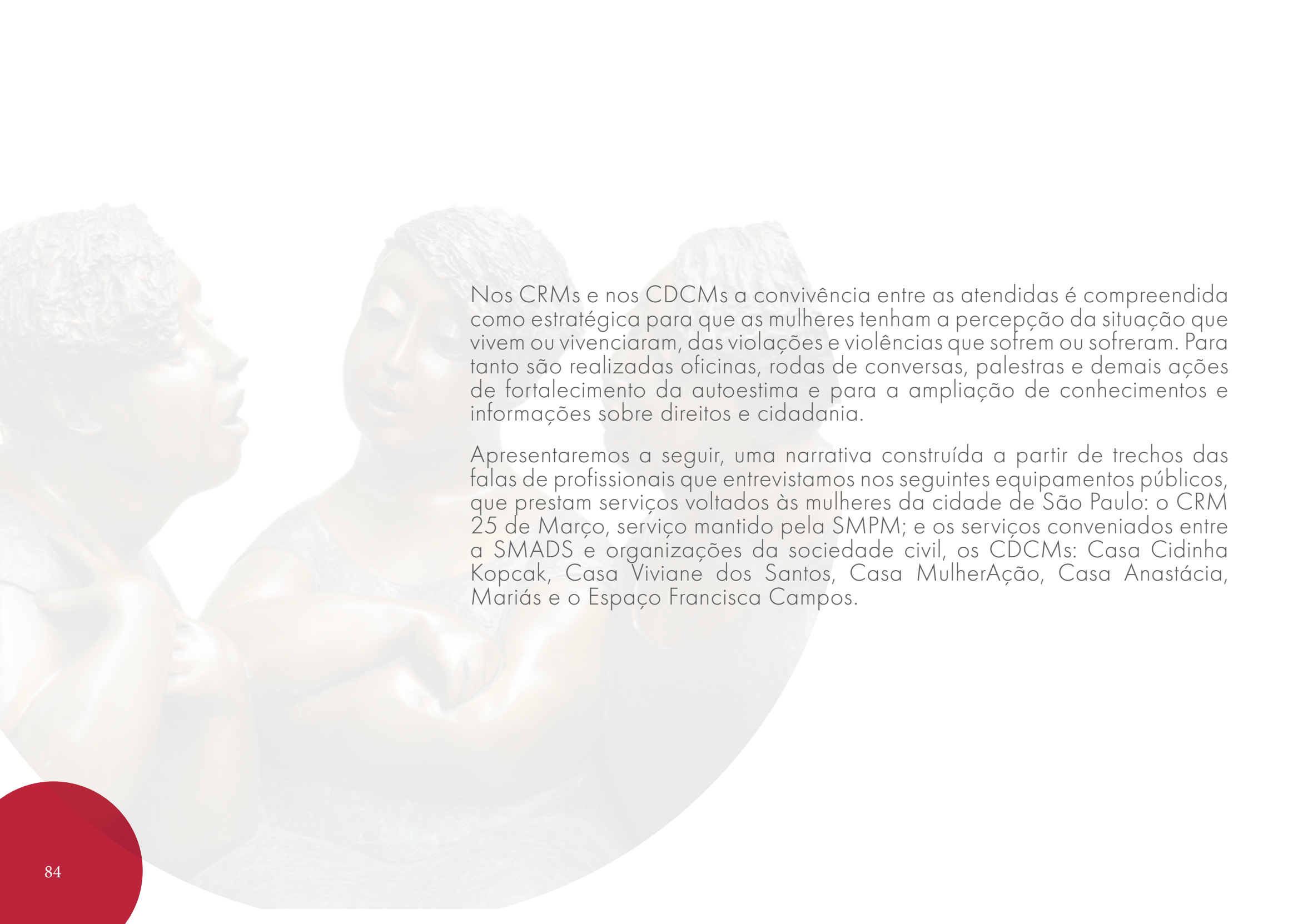
[...] eu queria fazer uma complementação final, porque eu acho que todas essas questões que a gente colocou aqui, [...] essas conquistas da gestão Haddad, que vieram a partir da implementação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e estamos em um momento muito delicado da conjuntura [...] porque ambas as secretarias estão ameaçadas de extinção, então todas essas ações que elas relataram para você ainda é insuficiente, ainda tem muita desigualdade; essas políticas precisam ser mantidas e inclusive ampliadas, e que as políticas públicas para as mulheres sejam políticas de Estado, e não de Governo.

E toda essa ação transversal que a gente relatou aqui, ela só foi possível de ser construída porque nós tínhamos uma Secretaria, que fala no patamar de igualdade com a Saúde, com a Educação, com a Igualdade Racial, com a Cultura, com os Esportes, com o Trabalho, e tem um empoderamento, obviamente com limites, mas tem um empoderamento, recursos humanos, orçamento para desenvolver essas ações. [...] A nossa expectativa é que os movimentos sociais, que a sociedade civil se aproprie disso, monitore, acompanhe, cobre a continuidade das políticas, que são políticas fundamentais para enfrentar o racismo, o machismo, as desigualdades todas. Então foi bem importante para nós você vir aqui perguntar para a gente, a gente vai lembrando; tem uma necessidade enorme de desdobrar, de consolidar, de ampliar e a gente não está vendo a perspectiva dessa forma, de ampliação, mas ao mesmo tempo é importante porque fica um registro para um monitoramento, uma cobrança por parte da sociedade civil, a própria criação da secretaria é fruto de um diálogo.



3.2

O
**Atendimento às
Mulheres
nos
CRMs e CDCMs**



Nos CRMs e nos CDCMs a convivência entre as atendidas é compreendida como estratégica para que as mulheres tenham a percepção da situação que vivem ou vivenciaram, das violações e violências que sofrem ou sofreram. Para tanto são realizadas oficinas, rodas de conversas, palestras e demais ações de fortalecimento da autoestima e para a ampliação de conhecimentos e informações sobre direitos e cidadania.


Apresentaremos a seguir, uma narrativa construída a partir de trechos das falas de profissionais que entrevistamos nos seguintes equipamentos públicos, que prestam serviços voltados às mulheres da cidade de São Paulo: o CRM 25 de Março, serviço mantido pela SMPM; e os serviços conveniados entre a SMADS e organizações da sociedade civil, os CDCMs: Casa Cidinha Kopcak, Casa Viviane dos Santos, Casa MulherAção, Casa Anastácia, Mariás e o Espaço Francisca Campos.

The image features a graphic design with several overlapping circles in various shades of red and maroon. The largest circle is a dark red and contains the text '3.2.1' in white. To its right, a larger, lighter red circle contains the text 'CRM' and '25 de Março' in white. On the left side, there are three smaller circles of varying shades of red, overlapping each other and the larger circles.

3.2.1

CRM

25 de Março



Está localizado na Av. Prestes Maia, no bairro da Luz, região central da cidade de São Paulo. No mesmo imóvel funciona o Centro de Apoio ao Trabalhador - CAT LUZ, uma rede de apoio à trabalhadoras.

O CRM 25 de Março foi instituído em 2008 e estava vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS por meio de conveniamento com entidades; no ano de 2013, com a criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, passou a ser equipamento direto da PMSP sob coordenação da SMPM.

A equipe é composta por três pessoas – uma assistente social, uma psicóloga e a coordenação, realizada por Leliane Melron, que também é psicóloga. O equipamento tem parceria com a Faculdade de Psicologia do Mackenzie, e estagiárias fazem o primeiro contato com as usuárias.

Conversamos com a coordenadora desse serviço, Leliane, 61 anos, que atua há 7 anos no CRM e antes era da Assistência Social, onde começou a atuar desde o ano de 1981, realizando serviços com creches, com população de rua, grupos de idosos entre outros.

3.2.1.1. Quem são as Mulheres Atendidas

A faixa etária é de 44 a 50, essa é faixa etária que a gente mais atende. Adultas, muitos anos de convivência com o agressor. Então, é um perfil que não vem assim muito rápido não...

Elas vêm de tudo que é bairro, porque a gente não tem essa coisa da territorialização, elas vêm do extremo leste, e elas dizem: "Eu quero longe de onde eu sofro violência". A gente atende fora de São Paulo também, a grande São Paulo: Itapevi, Osasco tem bastante. Para elas poderem vir para os diversos atendimentos, a gente dá bilhete único.

[...] Então, são mulheres que se casaram cedo, porque desde adolescente elas já passaram por muita violência com esse mesmo homem. A questão da raça, a maioria fala morena e branca. Não é, mas a maioria diz ser branca e morena. Difícil elas se colocarem como negras.

Estudo, pouquíssimas com estudo, a maioria. Então, por isso que a gente fica orientando elas para retomar o estudo, fazer o EJA, o CIEJA, e elas sabem que nem para limpeza estão aceitando se não tiver pelo menos o fundamental completo.

A renda, a maioria é baixa. Muitas, muitas, muitas são dependentes deles. Eu quando cheguei aqui também fiquei assustada, nós também tínhamos essa visão, de que a mulher pelo menos trabalha, pelo menos a independência financeira teria, mas não tem, porque isso faz parte da característica do agressor. Tira ela do trabalho, da escola, da família, dos amigos. Então elas vêm com esse quadro mesmo, que é mesmo o perfil do agressor. Então, isso já faz parte dele, se a mulher quer começar a trabalhar, ele já faz o inferno

na vida delas. Mesmo eles tendo condição financeira precária, mesmo assim, não querem saber de que elas saiam de casa. Outra coisa que eles fazem é engravidar elas, para não deixar elas terem condições de nada.

As que trabalham não têm consciência de que elas mantêm a casa. Algumas dão aquela desculpa "Ah, ele me agride porque ele está mal" ou "Ele perdeu o emprego" ou "Porque ele tá bebendo". Então, elas não têm consciência de que elas praticamente mantêm a casa, porque toda hora ele está desempregado, toda hora é uma coisa que faz ele nunca ter emprego fixo.

Muitas delas não têm consciência nem de que elas sofrem violência há muitos anos. Muitas vêm para cá com a questão da violência física, que é o estopim para elas tomarem alguma atitude, mas elas não têm consciência que elas passaram anos com violência psicológica, elas não tem consciência que elas também sofreram violência sexual, que muitas sofrem, mas por ser marido elas tem que ceder à vontade dele. E elas não têm essa consciência.

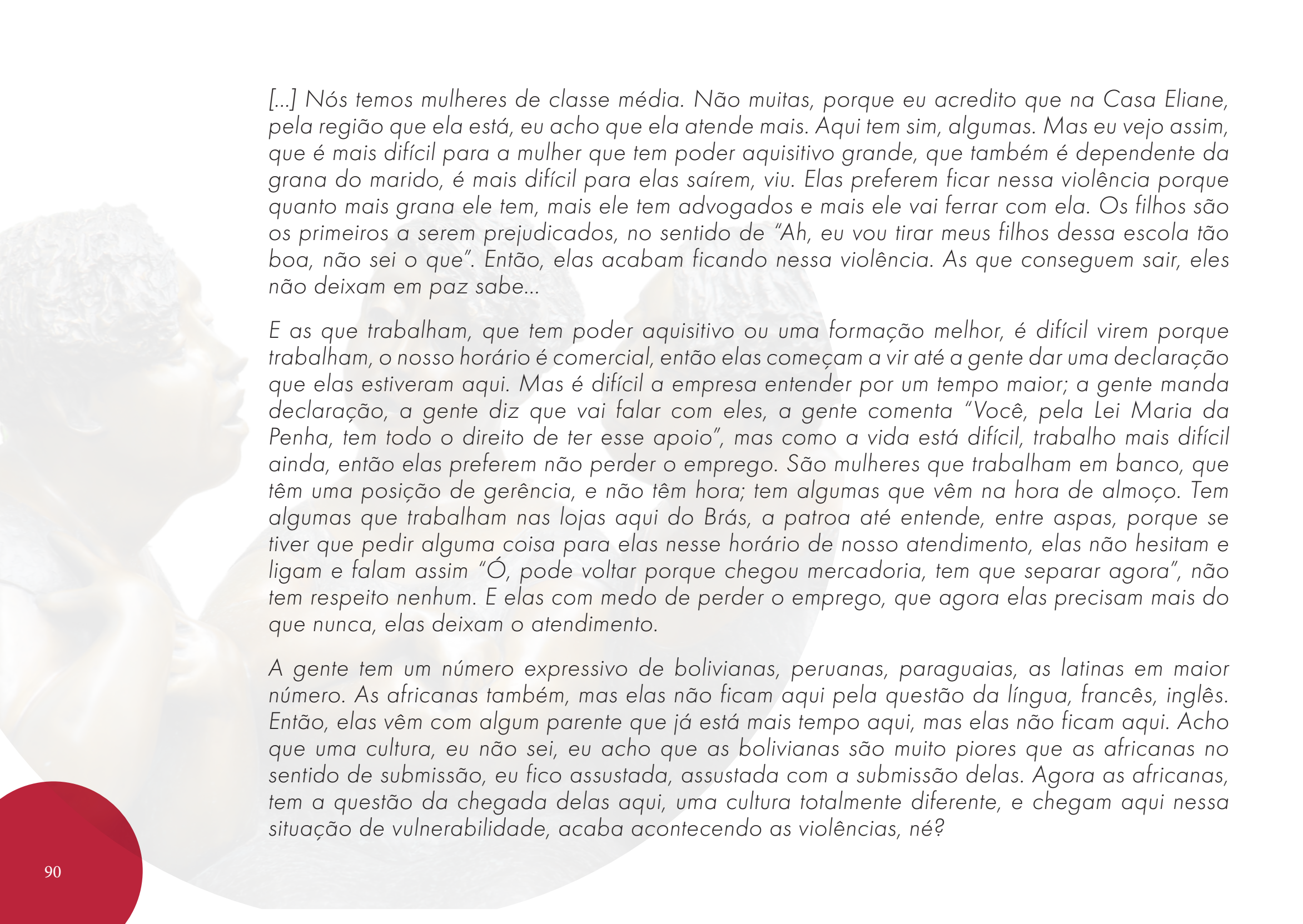
Tem mulher aqui que tomou a consciência que ter 5 filhos foi estupro, que ela nunca quis, e que foi estupro.

Tem outra coisa que a gente está percebendo e vivendo agora com as mulheres que já estão aqui há um tempo no atendimento, é a relação com os filhos. Porque elas têm os filhos, que vão crescendo e eles têm a visão desta mãe que não tomava atitude nenhuma, pacata, não fazia nada, que os filhos foram crescendo, mas elas não tomavam, sabe assim, nem conhecimento desses filhos; só vivia aquela mulher assim apática, e que, de repente, quando elas tomam uma atitude de querer parar com essa violência, aí vem toda essa coisa delas terem que retomar a vida delas, passando muita dificuldade; elas têm que entrar no mercado de trabalho, e têm os filhos que não respeitam, que quando ela vai querer falar alguma coisa, eles não aceitam, principalmente

os que já são adolescentes ou adultos, porque querem mandar na mãe, querem reproduzir o que o pai fazia. Então, é muito complicado para elas, não é fácil a mulher sair desta violência porque tem o marido e também tem os filhos. Esta mulher apática, que não teve contato com esse filho, ela não educou e não acompanhou, ela estava que nem um zumbi dentro de casa. Então como ela vai construir essa relação com esses filhos, que ela não construiu desde pequeno? Como que ela vai falar não para o filho, sendo que ela nunca falou esse não? Então, no grupo a gente trabalha muito essa questão de falar não, que elas não conseguem ter esse não e este não sem culpa.

[...] Alto, alto, alto mesmo o número de evangélicas, elas só são respeitadas, ou elas têm alguma posição dentro da igreja ou serviço, se forem casadas. Se elas não forem casadas, elas só frequentam, mas não podem fazer nada e não são nem um pouco respeitada. Então muitas acabam casando com o agressor para ser respeitada. Por que elas não largam? Essa igreja fica falando "Você tem que aguentar, você tem que não sei o que". Então, é um problema muito sério para nós, muito sério que essa igreja, a religião no geral, de maneira geral, faz isso com essas mulheres. E elas acreditam que foi isso que fez ficarem em pé, porque elas iam na igreja e aí o pastor falava para ela ter paciência, e ela conversa com uma amiga. Então até hoje elas acham que elas suportaram tudo isso por Deus, porque ela escutava a palavra e a palavra dizia que uma hora ia mudar. A questão de acreditar que o agressor vai mudar é porque ele também está dentro da igreja, esse é o problema, porque elas acham que quando elas conseguem levar ele para igreja, então ele vai mudar. [...]

Eu nunca vi nenhuma falar que veio aqui porque foi a vizinha que ajudou, muito pelo contrário. Cada um fica na sua, e se ela tomar uma atitude que a vizinha sabe que ela está vindo num serviço especializado, tudo bem, né: "Ah, que bom que você está indo, não sei o que". Agora, se ela voltar com o agressor, pois isso faz parte do ciclo e é corriqueiro acontecer, aí já "Ah, ela não presta, ela vai voltar com aquele homem".



[...] Nós temos mulheres de classe média. Não muitas, porque eu acredito que na Casa Eliane, pela região que ela está, eu acho que ela atende mais. Aqui tem sim, algumas. Mas eu vejo assim, que é mais difícil para a mulher que tem poder aquisitivo grande, que também é dependente da grana do marido, é mais difícil para elas saírem, viu. Elas preferem ficar nessa violência porque quanto mais grana ele tem, mais ele tem advogados e mais ele vai ferrar com ela. Os filhos são os primeiros a serem prejudicados, no sentido de "Ah, eu vou tirar meus filhos dessa escola tão boa, não sei o que". Então, elas acabam ficando nessa violência. As que conseguem sair, eles não deixam em paz sabe...

E as que trabalham, que tem poder aquisitivo ou uma formação melhor, é difícil virem porque trabalham, o nosso horário é comercial, então elas começam a vir até a gente dar uma declaração que elas estiveram aqui. Mas é difícil a empresa entender por um tempo maior; a gente manda declaração, a gente diz que vai falar com eles, a gente comenta "Você, pela Lei Maria da Penha, tem todo o direito de ter esse apoio", mas como a vida está difícil, trabalho mais difícil ainda, então elas preferem não perder o emprego. São mulheres que trabalham em banco, que têm uma posição de gerência, e não têm hora; tem algumas que vêm na hora de almoço. Tem algumas que trabalham nas lojas aqui do Brás, a patroa até entende, entre aspas, porque se tiver que pedir alguma coisa para elas nesse horário de nosso atendimento, elas não hesitam e ligam e falam assim "Ó, pode voltar porque chegou mercadoria, tem que separar agora", não tem respeito nenhum. E elas com medo de perder o emprego, que agora elas precisam mais do que nunca, elas deixam o atendimento.

A gente tem um número expressivo de bolivianas, peruanas, paraguaias, as latinas em maior número. As africanas também, mas elas não ficam aqui pela questão da língua, francês, inglês. Então, elas vêm com algum parente que já está mais tempo aqui, mas elas não ficam aqui. Acho que uma cultura, eu não sei, eu acho que as bolivianas são muito piores que as africanas no sentido de submissão, eu fico assustada, assustada com a submissão delas. Agora as africanas, tem a questão da chegada delas aqui, uma cultura totalmente diferente, e chegam aqui nessa situação de vulnerabilidade, acaba acontecendo as violências, né?

3.2.1.2. Como Elas Chegam

Ultimamente, não tem vindo mais pelo 180, antes vinha, não sei, agora parou. Elas vêm por conta da saúde, a gente tem agora uma relação muito interessante com a UBS da Sé e a do Brás, onde tenho ido falar sobre os nossos serviços. Porque a gente entende que é uma porta de entrada a UBS, e também porque o agressor não proíbe, ela fala assim “Ah, eu vou numa consulta, vou levar para tomar uma vacina”, então elas entram por lá e conseguem chegar até aqui, pois a UBS manda elas para cá sem voltar para casa, porque já detecta a violência. E na UBS da Sé, nós conseguimos uma parceria muito interessante, porque muitas vêm com essa queixa de tristeza, de que não dorme, ... e elas vão em qualquer profissional de especialidade, só diz que está triste, chorando ou que não dorme, aí qualquer médico e até dentista dão calmante para elas, e a gente se preocupa com isso, porque elas tomam indiscriminadamente. As que a gente detecta que precisam passa por uma avaliação psiquiatra acabam não indo, não adianta eu falar assim: “Ah, vai na UBS lá perto da tua casa” porque às vezes não tem, muitas vezes não tem profissional e outras vezes elas falam: “Ah, ele nem olha para minha cara”. Então, a gente tem essa Rede de Enfrentamento à Violência, eu consegui fazer com o que o psiquiatra da UBS da Sé atenda as mulheres independentemente de onde elas moram. Então, a gente conseguiu fazer com que o serviço fosse referência. Atende a mãe e os filhos, se precisar. Delegacia nunca manda, não manda.

3.2.1.3. O Atendimento

A gente tem uma equipe que consegue desenvolve esse trabalho, tem atendimentos individuais, de psicologia, e tem os grupos. Nos atendimentos individuais, eu faço a supervisão de todos os casos, as usuárias precisam mesmo e é fundamental esse trabalho para as mulheres, porque senão elas não conseguem sair desse ciclo. Precisa mesmo ter um atendimento individual para elas conseguirem entender o que está acontecendo, buscar os caminhos delas, o que que elas querem. E o grupo também é muito interessante. Aí, o grupo sou eu e a Márcia que coordenamos. Nós temos a Defensoria Pública, que vem duas vezes por semana para tratar de todas as questões jurídicas. Qualquer dúvida que elas tenham, separação, a guarda, a pensão, bens que por acaso elas tenham em comum a eles, então é encaminhado pela Defensoria. São atendidos entre 20 a 30 casos novos por mês, fora os atendimentos de retornos. Elas vêm para a psicologia do trabalho que é na quarta feira, para atendimento com Defensoria, vem para atendimento individual, vêm para o grupo...

Para nós é importante que primeiro ela faça um atendimento individual, para ela conseguir falar sobre ela, o momento dela, e depois vá para o grupo. O grupo existe e temos a parceria com o Mackenzie e são estudantes, nós temos esse grupo para mantê-las aqui, para continuarem frequentando, para a gente ter uma noção do que está acontecendo na vida delas, para elas falarem como estão, para trabalhar as diversas questões que temos que trabalhar com elas, com os filhos. Porque tem coisas que não é só trabalhar a violência, muito pelo contrário, tem outras, os filhos, elas não sabem tomar uma posição, conseguir falar um não para o filho, por limite nos filhos. Então, elas ficam por tempo indeterminado. Agora tem algumas que a gente percebe que já se empoderaram, sabem o que quer, conseguem falar os não's aí pela vida. Agora a gente está querendo que elas sejam multiplicadoras, e estamos oferecendo o curso de promotoras legais populares.

3.2.1.4. Oficinas, Projetos e Parcerias

Nesse espaço que a gente está do CAT, ajudou bastante porque as meninas já têm aqui serviços interessantes, elas fazem os currículos, tem curso de como se portar numa entrevista; aqui também tem um setor de defesa da empregada doméstica que é uma parceria também com a SMPPM, tem setor para regularizar o nome, pois a maioria está com nome sujo porque o companheiro já tem o nome sujo aí sujou o dela também; veem algum curso para a mulher retornar ao trabalho, voltar a estudar. Porque elas não tinham nenhuma formação de nada, porque o agressor não deixava, e aí elas veem onde tem um EJA, de dia aqui perto, porque no centro tem tudo, né. Voltar a estudar é fundamental para elas, então elas fazem isso, e aqui facilita bastante. Tem também projeto da Secretaria da Mulher... uma incubadora no Glicério [região central da cidade], que a gente vai fazer uma cooperativa para as mulheres. Se iniciou com a questão da cooperativa de costura, com as mulheres bolivianas que atendemos, e a maioria está em esquema de escravidão e não conseguem se livrar do agressor. É um esquema muito perverso a questão da costura para as bolivianas, pois o pessoal que tem essas fábricas não dá trabalho para mulher, só para os homens. Então elas acabavam não se separando, e por conta disso, a gente resolveu fazer o projeto, elas recebem uma bolsa, estudam vários temas e a gente vai montar essa cooperativa. Não é só para bolivianas, a gente viu várias mulheres que já têm noção de costura, de venda, então, a gente está chamando várias mulheres.

3.2.1.5. As Mulheres Negras e o CRM

Olha, eu não consigo perceber diferença, porque para mim elas vêm de uma maneira muito ruim, muito ruim independente de ser branca, negra. Elas vêm se rastejando mesmo, a autoestima delas está lá embaixo e tudo vai depender da força interior delas, de querer superar isso. Então, eu não vejo diferença. Porque eu acho que o sofrimento da violência é igual, tanto a branca como a negra sofrem igual, porque o agressor, ele é feroz independente da raça. Lógico que pode ser que depois que elas vêm aqui, a diferença ocorra na questão de um trabalho, nas dificuldades que elas vão ter aí para frente, mas para nós, como a gente trata no coletivo, a gente insere todas e eu não vejo assim, não vejo que elas se sentem diferentes de ninguém. Então, nessa cooperativa tem todas, tem a branca, a negra, a que fala que é morena.

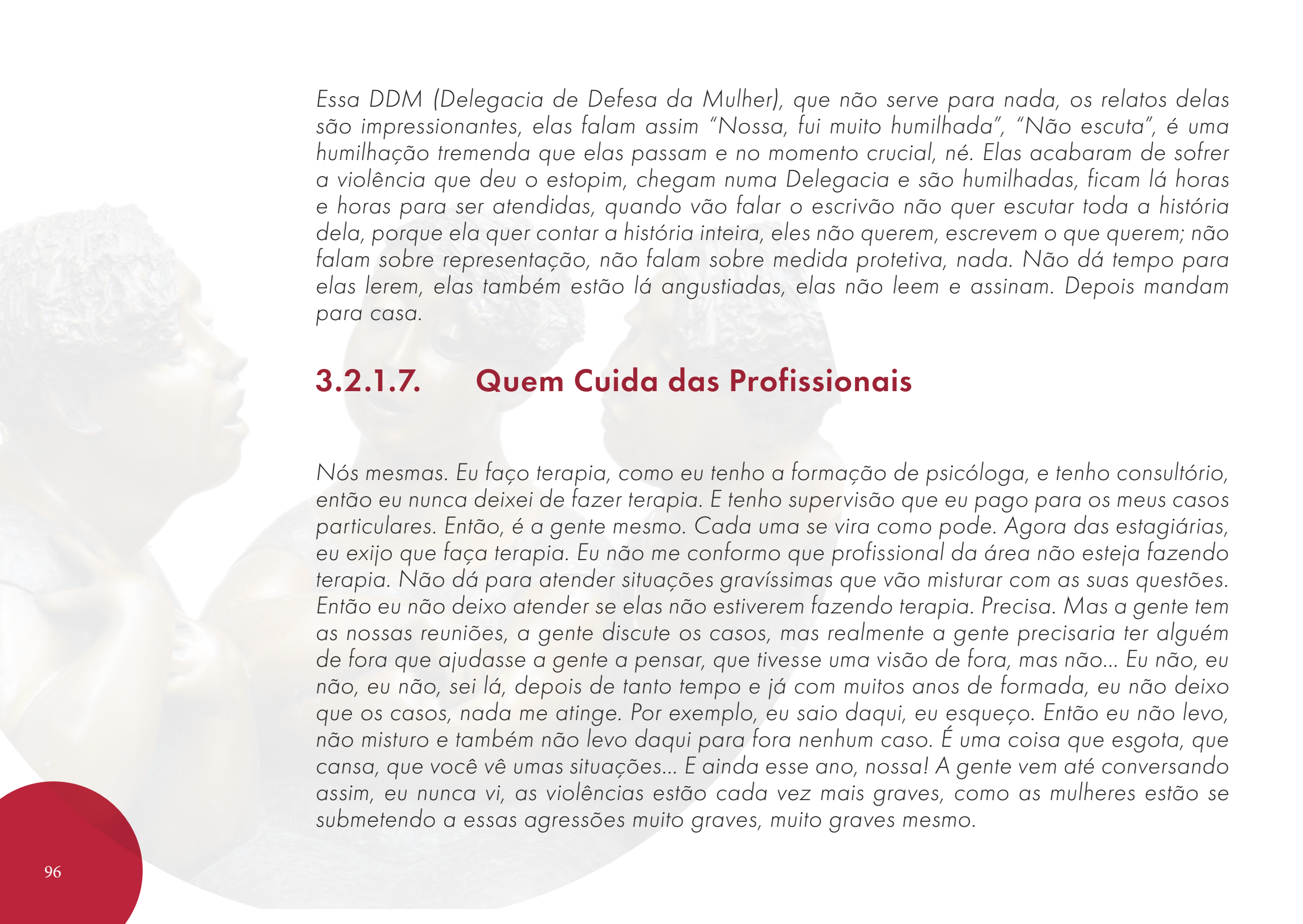
Porque o que o agressor fala independente da raça que ela é vagabunda, que ela tem outro, que ela é uma péssima mãe, que ela é suja, que ela não limpa a casa, eu não vejo muita diferença não. Não, nenhum relato delas veio essa questão do cabelo, nada... Vem assim, tanto faz, eles podem agredir de assim falando assim "Ah, você tá gorda", mas isso independe da cor. Porque o que bate muito aqui, a todo momento, e que faz elas quererem tomar uma atitude, é eles começarem a encher a paciência delas, que elas têm outro homem, que elas estão traindo, que vem dessa coisa da posse que elas confundem achando que é ciúmes; elas não aturam isso, então elas falam assim: "Pô, eu estou perdendo muito tempo da minha vida só me dedicando a este homem, para agora ele ficar falando que eu sou vagabunda, que eu sou puta, que eu tenho outro, que eu estou traindo". Isso elas não aguentam, isso elas ficam muito magoadas, que a gente já fez vários trabalhos sobre isso. Elas percebem a violência nesse sentido, quando eles começam a desqualificar elas em relação a traição, achar que elas estão com outro...

3.2.1.6. Noções de Direitos e Diversidade

[Formações ou preparo para trabalhar com a diversidade de pessoas e casos] Não, a gente não teve. Eu fui em algum, quando tem seminários da questão racial ou mesmo da LGBT, eu tenho ido nesses seminários, nessas questões aí eu tenho ido. A secretaria fez há pouco tempo também um seminário sobre LGBT, que foi toda a equipe, a gente se dividiu em 2 dias para ir. Então, é um interesse nosso. Eles colocam no nosso e-mail, então quando tem de negro, da saúde, do idoso, na medida do possível, eu vou sempre nesses seminários e aí a gente se divide ou uma hora vai uma outra hora vai outra.

[As mulheres atendidas] Elas pouco sabem da Lei Maria da Penha. Elas não sabem nada, absolutamente nada, elas chegam sem noção nenhuma.

O grupo também trabalha essas questões, a gente fala muito sobre questão de gênero, a gente faz dinâmicas que trabalham essa questão, a violência em cima da mulher, de quando vem, então a gente faz todo um histórico para elas. Elas não entendem porque esse homem é tão agressivo com elas, elas acham que é uma coisa pontual, deste momento. Ela cai com um outro agressor, mas ela não se dá conta. E é isso que a gente tem que trabalhar, os sinais deste agressor, o porquê que esses homens têm essa característica de agredir, de onde vem isso. Esse histórico todo de porquê a gente sofre tanta violência, tanta discriminação, a gente fala também da questão do trabalho, da diferença de salário, isso a gente fala muito. Elas não têm noção disso, mas isso é normal porque eu acho que não tem em lugar nenhum, que fale essas coisas, na escola elas nunca escutam falar isso, muito pelo contrário, na família a mesma coisa. Então, aqui é um descobrir, é uma descoberta interessante para elas, porque vão mudando a postura perante o mundo e perante a elas. Vai parando esta culpa, porque elas chegam se sentindo culpadas porque ele agrediu, "Ah, eu provoquei", "Ah, ele me bateu porque eu provoquei".



Essa DDM (Delegacia de Defesa da Mulher), que não serve para nada, os relatos delas são impressionantes, elas falam assim “Nossa, fui muito humilhada”, “Não escuta”, é uma humilhação tremenda que elas passam e no momento crucial, né. Elas acabaram de sofrer a violência que deu o estopim, chegam numa Delegacia e são humilhadas, ficam lá horas e horas para ser atendidas, quando vão falar o escrivão não quer escutar toda a história dela, porque ela quer contar a história inteira, eles não querem, escrevem o que querem; não falam sobre representação, não falam sobre medida protetiva, nada. Não dá tempo para elas lerem, elas também estão lá angustiadas, elas não leem e assinam. Depois mandam para casa.

3.2.1.7. Quem Cuida das Profissionais

Nós mesmas. Eu faço terapia, como eu tenho a formação de psicóloga, e tenho consultório, então eu nunca deixei de fazer terapia. E tenho supervisão que eu pago para os meus casos particulares. Então, é a gente mesmo. Cada uma se vira como pode. Agora das estagiárias, eu exijo que faça terapia. Eu não me conformo que profissional da área não esteja fazendo terapia. Não dá para atender situações gravíssimas que vão misturar com as suas questões. Então eu não deixo atender se elas não estiverem fazendo terapia. Precisa. Mas a gente tem as nossas reuniões, a gente discute os casos, mas realmente a gente precisaria ter alguém de fora que ajudasse a gente a pensar, que tivesse uma visão de fora, mas não... Eu não, eu não, eu não, sei lá, depois de tanto tempo e já com muitos anos de formada, eu não deixo que os casos, nada me atinge. Por exemplo, eu saio daqui, eu esqueço. Então eu não levo, não misturo e também não levo daqui para fora nenhum caso. É uma coisa que esgota, que cansa, que você vê umas situações... E ainda esse ano, nossa! A gente vem até conversando assim, eu nunca vi, as violências estão cada vez mais graves, como as mulheres estão se submetendo a essas agressões muito graves, muito graves mesmo.

3.2.1.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

É, o desafio é a gente conseguir abrir mais (CDCM e CRM), porque eu acho que precisa de mais centros desses, tem que ter uma equipe completa, pelo menos ter mais de uma, está faltando uma psicóloga aqui para mim. Também ter assistente social, mais de uma, porque assistentes sociais fazem 6 horas, tem muita demanda social, de busca abrigo e todo o serviço que elas têm que dar conta. E acho desafio conseguir manter ele direto, sendo funcionárias públicas, que eu sempre defendi, eu sei que está cada vez mais difícil você manter um serviço público, com todas funcionárias públicas. Eu sei que é difícil porque não tem o quadro, e acaba o serviço não tendo qualidade. O trabalho não é o mesmo, porque as organizações, a maioria, são de cunho religioso. Bom, o grande desafio nosso é fazer com que as mulheres acreditem que elas podem viver sem violência, é o maior desafio que a gente tem. Todos os serviços que a gente oferece aqui para elas é nessa intenção, viver sem violência e aprender a dizer não.



3.2.2

CDCM

Casa

Cidinha Kopcak

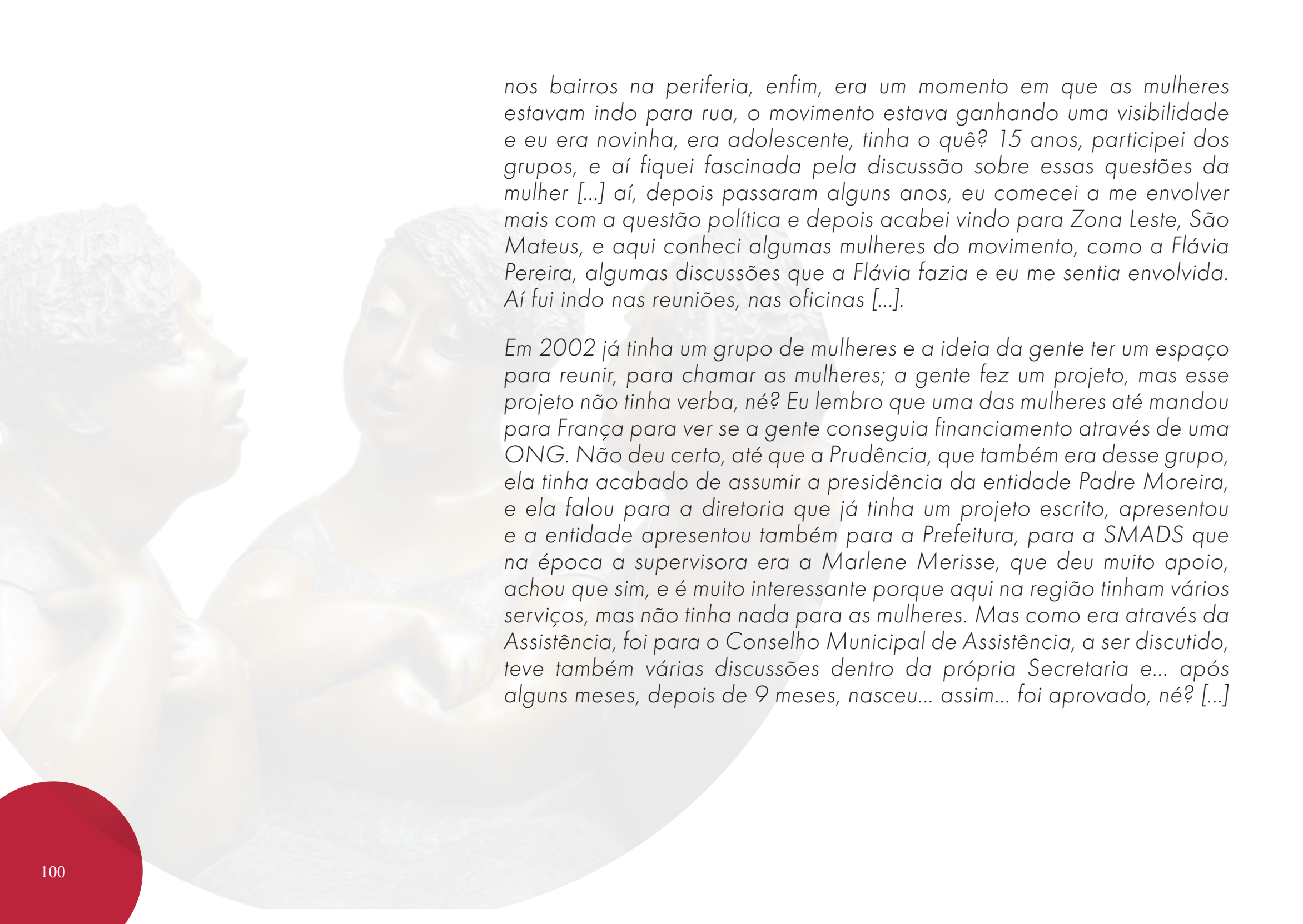
Atualmente está localizada na Rua Margarida Cardoso dos Santos, 500, em São Mateus, distrito da Zona Leste da cidade de São Paulo, a Casa Cidinha Kopcak está ligada à entidade social Pe. Moreira, que mantém convênio com a SMADS desde 2002.

A origem de sua história vem de um grupo de mulheres que ficou conhecido como Coletivo de Mulheres de São Mateus, ligadas às comunidades de base, ao movimento de Saúde e à ação católica, que, nos anos de 1990, passaram a organizar palestras, oficinas, teatro e atividades culturais, debatendo as desigualdades sociais entre homens e mulheres na região de São Mateus; as atividades e ações desse Coletivo de Mulheres culminaram no projeto um espaço para o atendimento às mulheres na região.

Em 2002, a entidade social Pe. Moreira, cuja diretora pertencia ao Coletivo, apresentou o projeto da Casa para a Supervisão de Assistência Social – SAS São Mateus, que foi aprovado pela Prefeitura no Governo da Marta, através da Secretaria de Assistência Social em convênio com a Associação Comunitária Beneficente Pe. Jose A. Machado Moreira. A inauguração aconteceu no mesmo ano e a Casa recebeu o nome de Cidinha Kopcak, em homenagem à feminista e militante do movimento popular, Maria Aparecida Pedra Kopcak.

Ivone de Assis Dias, que trabalha na Casa Cidinha Kopcak desde sua implantação há 14 anos, relembra essa trajetória:

Ah, eu comecei a participar do movimento quando eu mudei aqui para São Mateus, porque eu era da Zona Sul, mas, assim, sempre me chamou a atenção essa questão da mulher... desde a adolescência, que eu estava no colegial, eu lembro que um dia eu saindo da escola, eu vi uma faixa, "Primeiro Encontro Feminista", aqui da Região Sul, e aí, sem conhecer ninguém fui nesse encontro [...]. Estava muito em auge a discussão sobre o aborto, a defesa do aborto e também sobre o Movimento de Mulheres



nos bairros na periferia, enfim, era um momento em que as mulheres estavam indo para rua, o movimento estava ganhando uma visibilidade e eu era novinha, era adolescente, tinha o quê? 15 anos, participei dos grupos, e aí fiquei fascinada pela discussão sobre essas questões da mulher [...] aí, depois passaram alguns anos, eu comecei a me envolver mais com a questão política e depois acabei vindo para Zona Leste, São Mateus, e aqui conheci algumas mulheres do movimento, como a Flávia Pereira, algumas discussões que a Flávia fazia e eu me sentia envolvida. Aí fui indo nas reuniões, nas oficinas [...].

Em 2002 já tinha um grupo de mulheres e a ideia da gente ter um espaço para reunir, para chamar as mulheres; a gente fez um projeto, mas esse projeto não tinha verba, né? Eu lembro que uma das mulheres até mandou para França para ver se a gente conseguia financiamento através de uma ONG. Não deu certo, até que a Prudência, que também era desse grupo, ela tinha acabado de assumir a presidência da entidade Padre Moreira, e ela falou para a diretoria que já tinha um projeto escrito, apresentou e a entidade apresentou também para a Prefeitura, para a SMADS que na época a supervisora era a Marlene Merisse, que deu muito apoio, achou que sim, e é muito interessante porque aqui na região tinham vários serviços, mas não tinha nada para as mulheres. Mas como era através da Assistência, foi para o Conselho Municipal de Assistência, a ser discutido, teve também várias discussões dentro da própria Secretaria e... após alguns meses, depois de 9 meses, nasceu... assim... foi aprovado, né? [...]

Aí, passamos para organizar a questão de alugar uma casa, contratar funcionários e no dia 12 de setembro foi inaugurado. A gente fez uma festa mesmo de inauguração com a presença inclusive dos familiares da Cidinha Kopcak. E, enfim, de lá para cá a gente está caminhando... Aí, depois vieram as outras casas, como a casa Viviane dos Santos; a gente se inspirou muito na Casa Sofia, que foi a primeira casa que teve convênio com a Prefeitura e hoje a gente tem uma rede grande de serviços aqui no município e a maioria deles estão localizados aqui na Leste. Só na Leste nós temos 7 CDCMs, né?

Para saber mais sobre a Casa, conversamos com a coordenadora da Casa Cidinha, a assistente social Ivone de Assis Dias, 52 anos, que se afirma “coparda, mas com raízes negras, de origem afro”; com Ariana Alves Pereira, 24 anos, branca, psicóloga da Casa há um mês mais ou menos, seu primeiro emprego; com a orientadora social, a educadora Marlene Mello, 48 anos, branca, formada em Direito, e que antes do trabalho com as questões das mulheres foi cabeleireira, depois trabalhou com artesanato, começando seu trabalho na Casa com aulas de artesanato há 14 anos, desde a abertura, e hoje trabalha nos atendimentos, nos encaminhamentos e nas oficinas; com a advogada Débora Roque, 31 anos, branca, que começou a trabalhar no projeto em defesa da mulher em 2014, na Casa Zizi e veio para Casa Cidinha em 2016; com a assistente social Helen Karen do Nascimento, branca, que trabalha na Casa desde o final de 2013 e antes, a partir de 2008, trabalhava com medida sócia educativa e não tinha experiência com casos de mulheres vítimas de violência doméstica.

3.2.2.1. Quem são as Mulheres Atendidas

Ariana – [...] a grande maioria não tem grau de escolaridade, nem ensino fundamental terminou.

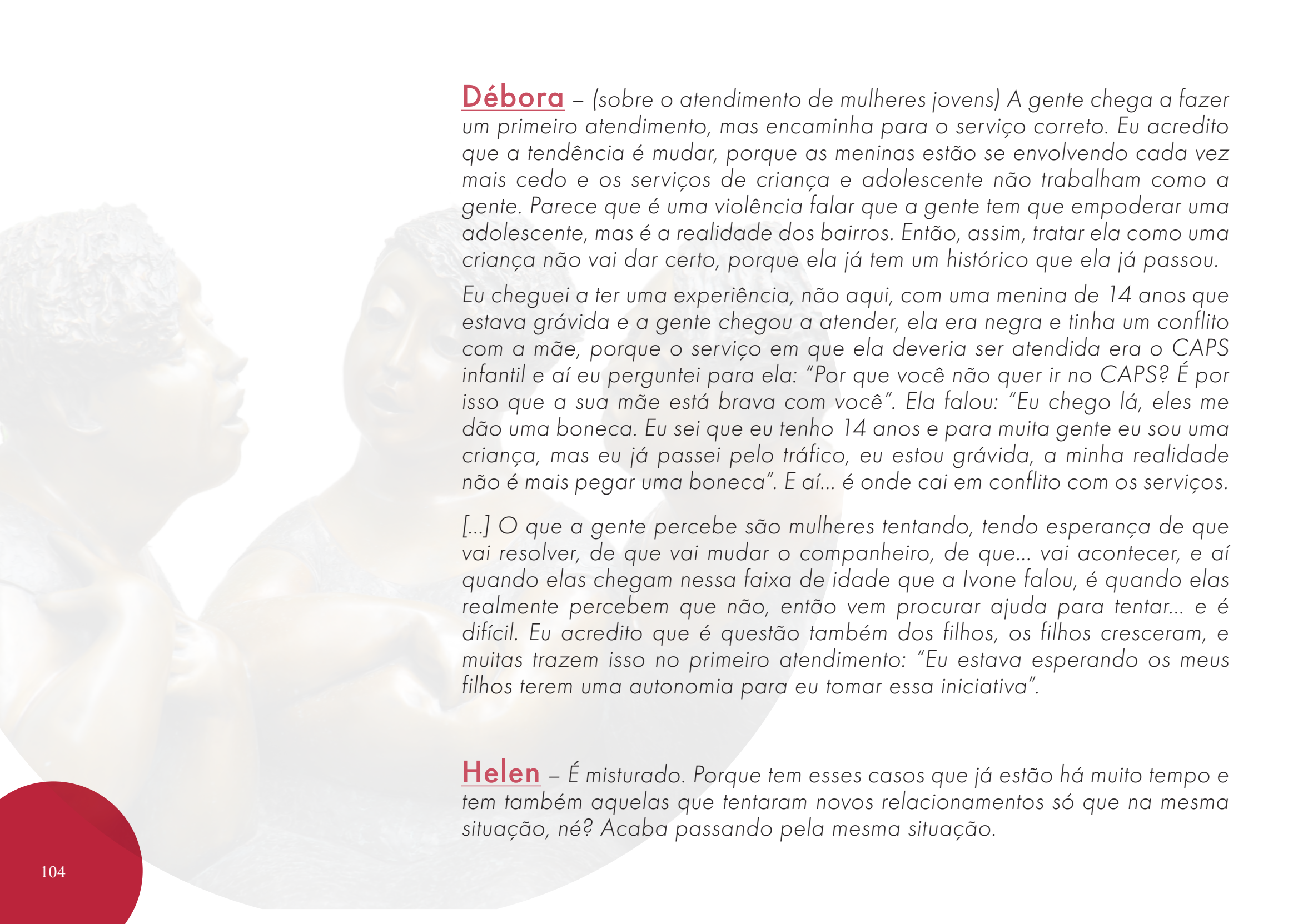
Ivone – [...] perfil dessa mulher que chega até aqui, de baixa escolaridade... É uma mulher com um perfil bem simples, moradora da região, as moradias quase sempre irregular. A maioria não está no mercado de trabalho, muitas vezes na economia informal, quando ela faz algum... quando ela tem aquele chamado 'bico', na economia informal, a gente fica até contente pois pelo menos ela tem alguma renda, ou ela trabalha em alguma terceirizada.

Débora – A gente tem muita diarista, faxineira. Geralmente, não estão registradas. Eu até já partilhei com a equipe, eu trabalhava na rede da Vila Prudente e vim trabalhar aqui, eu percebi que aqui a vulnerabilidade das mulheres é bem maior, com relação à escolaridade, com relação à cor, tem uma diferença da Vila Prudente, com relação à vida financeira mesmo. Lá, a procura maior era pelo serviço de psicologia, e aqui eu percebo que a procura maior é pelo serviço de assistência social. Então, assim, são bairros próximos, mas eu percebi essa diferença quando eu vim trabalhar aqui em São Mateus. Não que lá não tenham mulheres vulneráveis, mas aqui é bem maior...

Helen – Porque nós atendemos uma demanda, que eu acho que maior pelo lado do Iguatemi, porque nós pegamos também a questão do Iguatemi, [...] no fundão da Zona Leste, e nós nos deparamos que as mulheres têm essa primeira necessidade, depois elas vão verificar que estão passando por violência doméstica. Primeiro é essa necessidade da fome, a questão de levar o alimento para os filhos e é uma condição até para deixar de ficar no ciclo da violência ali... desse companheiro, esse agressor. Ela fica ali porque ela não tem como se manter...

Ivone – 70-80% são aqui da região. Tem alguns casos que a gente atende de Sapopemba, que para ela fica mais perto vir para cá. Então vem casos da Penha, do Carrão, que não tem CDCM. [...] As pesquisas apontam que as mulheres mais jovens sofrem violência, aqui nós atendemos as mulheres, o maior número de mulheres é na faixa depois dos 30 anos até os 59. De vez em quando aparecem casos até com menos de 18. [...] Mas nessa faixa de 20 a 30 anos são pouquíssimos os casos que a gente atende ... tem quatro, cinco, né?

[...] quando os filhos já são adultos... que ela é uma idosa, por exemplo, que está casada há muitos anos, eles falam: “Mãe, como é que você vai se separar? Tem 30 anos de casamento...”, porque só pensam em quem vai cuidar desse pai... Agora, nos casos que os filhos cobram da mãe é quando eles são adolescentes, que eles não suportam, eles acabam não suportando ver a mãe passar pela violência todos os dias, às vezes, a gente ouve muito relato dos próprios filhos falarem: “Mãe, faz alguma coisa, toma providência”, ou eles irem para cima do pai também. Agora, quando os filhos são mais velhos, já tem 40 anos de casamento, então, para o filho é inconcebível, essa mãe se separar do pai.



Débora – (sobre o atendimento de mulheres jovens) A gente chega a fazer um primeiro atendimento, mas encaminha para o serviço correto. Eu acredito que a tendência é mudar, porque as meninas estão se envolvendo cada vez mais cedo e os serviços de criança e adolescente não trabalham como a gente. Parece que é uma violência falar que a gente tem que empoderar uma adolescente, mas é a realidade dos bairros. Então, assim, tratar ela como uma criança não vai dar certo, porque ela já tem um histórico que ela já passou.

Eu cheguei a ter uma experiência, não aqui, com uma menina de 14 anos que estava grávida e a gente chegou a atender, ela era negra e tinha um conflito com a mãe, porque o serviço em que ela deveria ser atendida era o CAPS infantil e aí eu perguntei para ela: “Por que você não quer ir no CAPS? É por isso que a sua mãe está brava com você”. Ela falou: “Eu chego lá, eles me dão uma boneca. Eu sei que eu tenho 14 anos e para muita gente eu sou uma criança, mas eu já passei pelo tráfico, eu estou grávida, a minha realidade não é mais pegar uma boneca”. E aí... é onde cai em conflito com os serviços.

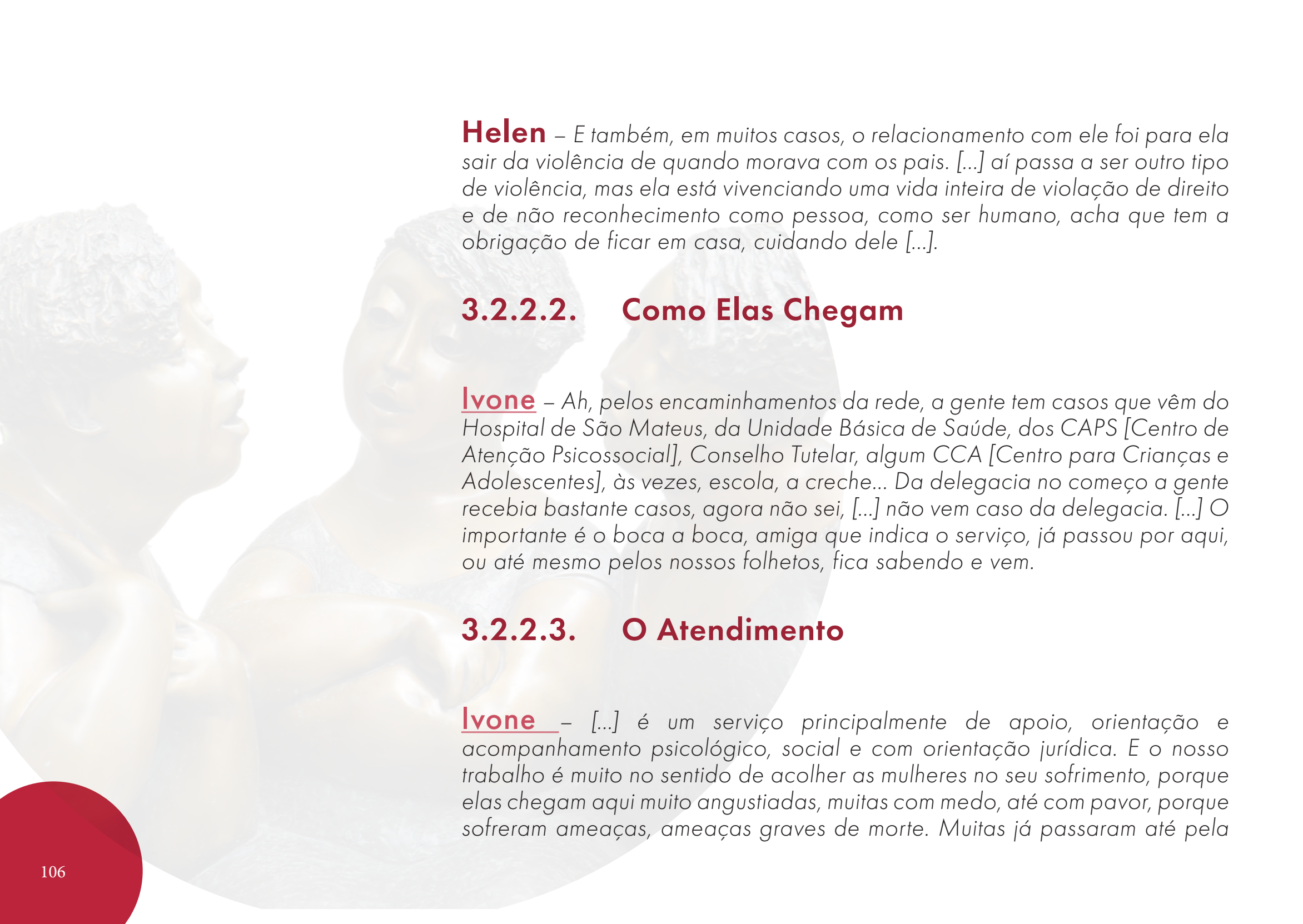
[...] O que a gente percebe são mulheres tentando, tendo esperança de que vai resolver, de que vai mudar o companheiro, de que... vai acontecer, e aí quando elas chegam nessa faixa de idade que a Ivone falou, é quando elas realmente percebem que não, então vem procurar ajuda para tentar... e é difícil. Eu acredito que é questão também dos filhos, os filhos cresceram, e muitas trazem isso no primeiro atendimento: “Eu estava esperando os meus filhos terem uma autonomia para eu tomar essa iniciativa”.

Helen – É misturado. Porque tem esses casos que já estão há muito tempo e tem também aquelas que tentaram novos relacionamentos só que na mesma situação, né? Acaba passando pela mesma situação.

Débora – O que eu percebo, quando a mulher está em uma situação de vulnerabilidade é muito mais fácil ela cair uma, duas, três, quatro vezes em um relacionamento violento. Mas... aqui eu não peguei nenhum de parceiros diferentes, é sempre o mesmo. Elas também têm um ideal. A gente percebe assim, nós mulheres, a gente cria um ideal de parceiro e a gente começa a acreditar que aquele parceiro é de um jeito e a gente não enxerga a violência.

Então, assim, teve um caso muito interessante aqui, que um dia do nada ele foi embora e quando ela chegou aqui, ela não se conformava, ela falava assim: “Por que ele foi embora? Eu quero saber por que ele fez isso comigo? A gente tinha uma relação perfeita, a gente era feliz”, e aí conforme ela foi passando pelo atendimento com a psicóloga, ela percebeu que o relacionamento dela não era perfeito. Que a violência já acontecia desde o início. Então eu percebo isso nas atendidas, até a gente mesmo tem que se policiar, porque a gente cria um ideal e a gente começa a acreditar que aquilo está acontecendo, que aquele parceiro é desse jeito. E não é.

[...] a maioria... a mãe viveu, a maioria traz muito a história de família do agressor: “A família ele é toda desestruturada, a mãe também apanhava, abuso sexual”, é o pacto de silêncio que ninguém fala, mas ela desconfia. [...] E elas carregam muito esse sentimento de cuidado. A gente tem mulheres que o cara arrebenta, mas à noite ela vai lá e faz a marmitta para ele levar no dia seguinte. E quando ele traz a história de uma família desestruturada, ela tem pena. [...] Elas trazem muito isso, a maioria das mulheres, e eu acho que a equipe compartilha dessa opinião, que elas não querem a prisão. Então, eu percebo muito isso, que a questão da casa pesa muito [...]. E aí é aquele medo [...] “Eu já sofri tanto na minha vida e agora eu tenho que abrir mão para começar do zero?”. Muitas vezes a gente tem que trabalhar isso.



Helen – *E também, em muitos casos, o relacionamento com ele foi para ela sair da violência de quando morava com os pais. [...] aí passa a ser outro tipo de violência, mas ela está vivenciando uma vida inteira de violação de direito e de não reconhecimento como pessoa, como ser humano, acha que tem a obrigação de ficar em casa, cuidando dele [...].*

3.2.2.2. Como Elas Chegam


Ivone – *Ah, pelos encaminhamentos da rede, a gente tem casos que vêm do Hospital de São Mateus, da Unidade Básica de Saúde, dos CAPS [Centro de Atenção Psicossocial], Conselho Tutelar, algum CCA [Centro para Crianças e Adolescentes], às vezes, escola, a creche... Da delegacia no começo a gente recebia bastante casos, agora não sei, [...] não vem caso da delegacia. [...] O importante é o boca a boca, amiga que indica o serviço, já passou por aqui, ou até mesmo pelos nossos folhetos, fica sabendo e vem.*

3.2.2.3. O Atendimento

Ivone – *[...] é um serviço principalmente de apoio, orientação e acompanhamento psicológico, social e com orientação jurídica. E o nosso trabalho é muito no sentido de acolher as mulheres no seu sofrimento, porque elas chegam aqui muito angustiadas, muitas com medo, até com pavor, porque sofreram ameaças, ameaças graves de morte. Muitas já passaram até pela*

situação de violência, de espancamentos. Então é muito no sentido de acolher essas mulheres, de perceber quais são as necessidades, a gente sempre tenta ver com elas o que estão buscando, qual o tipo de ajuda que a gente pode oferecer, a gente fala dos serviços que a Casa oferece, desde o atendimento social até as orientações jurídicas, as oficinas, os encaminhamentos externos. A gente também identifica se essa mulher ela está correndo risco, se ela sofreu ameaça de morte, quais são os recursos que ela tem para se defender, a gente também já faz algumas orientações nesse sentido, dela chamar a polícia, dela correr, dela pedir ajuda para os vizinhos, enfim, dela sair de casa, se ela tem outras alternativas. Através da equipe, a gente tenta ter essa atuação em conjunto para ver quais as alternativas melhores, mas, sempre partindo do desejo da mulher. E partindo também das políticas públicas. [...]

E o que a gente está assistindo nos últimos meses é assim: elas não estão conseguindo trabalho, não estão conseguindo pagar o aluguel; muitas estão voltando para a companhia do agressor, porque... ficaram desempregadas, estão sem renda, não conseguem pagar aluguel, são despejadas; elas não têm opção e acabam voltando para a companhia do agressor. Então está bem complicado. A crise, né? Porque antes, se ela tinha meios, se tinha trabalho, conseguia alugar uma casa ou até mesmo tinha aquele aluguel social, que a gente encaminhava. Estava fraco, bem devagar, a gente estava com poucos casos de mulheres que estavam conseguindo (o aluguel social), né? Porque a gente já teve gestão, então a gente encaminhava e conseguia. Agora, nessa gestão, não. Poucas mulheres conseguiram, mas ainda era uma porta de saída. Mas agora a gente nem isso, foi cortado, também esse recurso do aluguel social. Está muito complicado porque elas chegam aqui e é essa questão da moradia, da fome, de falar que não tem alimento em casa. A gente atendeu um caso na semana passada que ela falou: "Ou eu pago o aluguel ou eu compro a comida, e eu não vou ter outra opção, eu vou voltar para casa dele, porque eu não consigo pagar o aluguel". Então assim, antes a gente encaminhava para o CAT, a gente tem um CAT aqui perto, saía daqui ela já ia para o CAT e conseguia trabalho [...] agora elas vão lá e não tem vaga de emprego. [...]



Helen – Nesses últimos dois meses, nós tivemos um retrocesso que afetou na política e afetou economicamente também nos nossos atendimentos. Então acredito que é um reflexo. [...] Quando a mulher chega ao nosso serviço, passa pela triagem com o serviço social, daí nós fazemos a escuta e a mulher, ela geralmente decide o que quer fazer, se quer passar com a psicologia ou com o jurídico. Mas a gente tem um atendimento em grupo, para o qual é encaminhado essa mulher, e aí, no decorrer do grupo, ela vai ser atendida ou pela psicóloga ou pela advogada, havendo essa necessidade. Se a gente identificar que não tem como ela passar no grupo, porque é caso muito grave, ou ela automaticamente fala: “Não, eu quero passar com a psicóloga”, a gente vê que ela está muito angustiada, aí a gente já marca o atendimento direto.


Ivone – [...] o maior número de casos é de violência psicológica. Só que na violência psicológica, o que acontece? Todos têm ameaças, ameaça de morte. Aí a gravidade, né? Não é só xingamento ou humilhação, mas a ameaça de morte, que deixa elas apavoradas.

Débora – a gente tem mulheres que não sabem que a violência psicológica é violência, para ela é natural. [...]. E quando a gente começa a falar dos tipos de violência ela não sabe, porque está tão natural; a violência sexual é uma que a maioria não conhece, porque acha que a mulher tem as obrigações do casamento, né? Que era legalizado até então.

Ivone – Mas às vezes, ela é agredida por esse motivo, ela fala assim: “Ah, ele me maltrata, me bateu”, e não fica claro o motivo. Mas está faltando coisa nessa história, e muitas vezes é porque ela se negou: “Não vou dormir com você, não vou transar com você” e aí ele vai para cima dela, porque ele acha que ela está com outro. Então muitas agressões são porque ela falou não para ele.

Débora – Violência patrimonial também as mulheres pouco reconhecem, principalmente, quando ela não trabalha, só ele trabalha. Elas dizem assim: “Ah, ele quebrou o celular, mas foi ele que me deu. Então ele pode.” “Ah, o guarda-roupa foi ele comprou, então ele pode” e aí a gente começa a orientar que não é assim, e elas começam a conhecer.

Ivone – (sobre a utilização de todos os serviços da Casa) Há uma pequena porcentagem que adere, eu acredito que 40, 50%. Agora, tem outra porcentagem que não adere, que são aquelas que voltam lá na frente, e aí a situação já está mais grave, já se agravou muito. Mas geralmente, ela passa pelo serviço social, depois vai para o grupo, depois do grupo o atendimento é individual; ela fica na casa... assim... uns dois, três meses. Eu sinto que depois do terceiro mês, começa a espaçar mais as vindas dela, ela vai adquirindo mais autonomia. Mas ainda tem dificuldade dela aderir, tem muita falta, principalmente quando marca o atendimento psicológico, elas faltam. Agora, tem umas que são fora de série, elas vêm direitinho em todos os atendimentos, seguem as orientações. O jurídico, elas gostam muito de passar no jurídico, ela já vem assim com essa demanda: “Eu preciso conversar com a advogada”.



Helen – Naquele momento em que ela está querendo resolver tudo, que é aquele momento que ela está mais em fúria, quer resolver, ela deseja passar no jurídico: “Eu vou ter direito a casa? A metade da casa? O que eu vou ter direito se eu sair da minha casa, eu vou perder tudo? Vai ser abandono de lar?” Tudo isso elas perguntam no primeiro atendimento. E eu acredito que depois que ela começa a ter a autonomia, de caminhar para os serviços que ela tem que ir, que é a Defensoria, às vezes tem que passar pela audiência, ela já começa a se afastar da Casa.

Débora – Uma crítica que eu faço com relação ao jurídico dentro do CDCM é que a gente não atua, então, para elas é uma decepção [...]. A gente orienta. E, se ela realmente quiser dar entrada, encaminhamos para a Defensoria. Eu percebo que muitas voltam atrás por conta da burocracia da justiça [...] Ao mesmo tempo, eu sinto que a orientação jurídica fortalece. [...] Eu tento também passar para elas que elas podem ter um tempo para pensar, porque eu sinto que tem um receio e preconceito do serviço, porque acha que vai chegar aqui e a gente vai mandar fazer o boletim, mandar entrar com um processo na justiça e tal. [...] Porque naquele momento que elas vêm é o momento que elas não conseguem enxergar saídas, é aquele desespero. [...] Então ouvir a mulher acho que isso todo mundo da Casa tem que fazer, porque não adianta eu chegar com o meu conhecimento [...] e ela vai sair daqui e vai fazer o quê? Nada. Para ela não vai servir de nada. Então é dar esse tempo, se ela precisar de cinco atendimentos jurídicos, eu vou remarcando, mesmo que ela não venha.


[...] A gente percebe mulheres que chegam aqui se achando a pior mulher do mundo e aí de repente ela vai para o grupo, tem umas que até falam, assim: “Ai

gente, eu achei que a minha situação era ruim, mas eu estou vendo aqui que tem gente..." Então, melhor do que nós que estamos aqui com conhecimento técnico das faculdades e dos livros, são elas que vivem essa situação e passam umas para as outras, né? Se identificar.

Ivone – É grupo de apoio, um grupo de superação da violação de direito, tem um nome técnico, e é separado das oficinas, e toda quinta-feira, aquelas mulheres que já passaram no primeiro atendimento individual, que tem o perfil da violência, elas vão para esse grupo, para ter um contato com outras mulheres.

3.2.2.4. Oficinas, Projetos e Parcerias

Ivone – [Parcerias] Sim, a gente tem com o Hospital de São Mateus. Se chegar alguma mulher machucada aqui, a gente entra em contato para que as promotoras aguardem e fiquem com a mulher. E o CRAS também, muitas vezes, a gente precisa do CREAS e do CRAS, principalmente quando necessita abrigo, essa questão da vaga, do transporte dessa mulher; às vezes, tem situação dela não ter alimento em casa, a gente faz contato para ver se o CREAS consegue disponibilizar uma cesta básica. [...] a parceria que a gente tem é mais de fluxo, dos encaminhamentos. Agora, um outro tipo de parceria mais estruturada, a gente não tem, ou com alguma instituição para fazer um trabalho com a gente em conjunto, no momento, não.



Nas oficinas, a grande maioria vem da comunidade, e quando chega aqui fala que não passa por situação de violência. E no decorrer das oficinas, temos as socioeducativas, e elas vão identificando e passam por atendimento. Então, o nosso papel aqui também é importante em relação às mulheres da comunidade, é um espaço que quando faço grupo socioeducativo, eu deixo bem claro “É aberto para as mulheres, é um espaço de mulheres, os homens têm tantos espaços na sociedade, então, esse é um espaço de vocês, nosso, e está aberto”. Então, elas sentem-se pertencentes. A esse espaço, no caso das oficinas, sempre estão trazendo as amigas, isso é muito importante.

3.2.2.5. As Mulheres Negras e o CDCM

Débora – [Mulheres negras, pretas e pardas, quanto vocês acham] 80% eu acredito. A maioria, mas elas não se reconhecem. Se você perguntar, elas não vão falar que são negras.

Helen – Assim ... diferença do ponto de vista socioeconômico, eu não percebo muito diferença, porque são mulheres da periferia, então o contexto social é o mesmo. Agora, as mulheres negras tem a discriminação por parte do próprio parceiro, dos familiares. Nós tivemos um caso de uma mulher negra casada com um branco, os filhos [...] são gêmeos, um nasceu branco [...] e aí ela tratava melhor o menino branco do que o menino negro. Por quê? Era uma forma do agressor não ficar diretamente agredindo a mulher, que culpava ela porque o outro que era... E aí ela deu o menino para mãe dela cuidar. [...] Então, toda essa discussão teve, né? Mas a gente percebe que as mulheres são muito humilhadas pelos parceiros com palavras de baixo calão,


xingam de suja, macaca... A gente teve uma agora, recentemente, que ela tem um filho preto e ela arrumou outro companheiro, o filho é de outro pai. E esse companheiro, ele é boliviano, ele ofende o menino: "Seu macaco, tinha que ser um preto" e aí ela veio e eu fiz encaminhamento para Delegacia, injúria racial e aí ela falou: "É, mas ele fala sempre, né?", eu falei: "Não, a questão é que ele é sim racista, ele está fazendo toda essa agressão com o seu filho, então a gente vai encaminhar, sim". [...] Então a gente se depara muito, tanto as mulheres quanto os próprios filhos.

Ivone – Eu percebo muitas mulheres brancas com parceiros negros. [...] Então, eu vejo muitas que casaram com homens negros, pardos, negros, a maioria... Mas elas não... não relatam.

Marlene – [O racismo envolvido na relação familiar] A maioria não enxerga. [...] ela naturaliza, a gente naturaliza tudo e aí elas não... nem elas enxergam isso como uma violência...

Ivone – Não, ela traz mais situações de violência mesmo, doméstica. [...] Talvez a gente tenha que investigar um pouco mais. Assim ... não sei, ter lá no prontuário, no nosso formulário "Você já passou por alguma discriminação no relacionamento ou fora?", aí talvez venha...

Débora – Eu já atendi mulheres negras que a família não aceitava e dava todo apoio como também já atendi mulheres brancas, só que vice-versa também; já atendi das duas que a família deixou de lado. Quando a família é mais desestruturada, aí ela não consegue ter muito apoio.



Helen – A oportunidade de emprego às vezes aparece mais para branca do que para mulher negra. Então aí perdura mais, ela ficar com esse agressor, a gente percebe isso sim.

Ivone – É que talvez essa questão de discriminação, a mulher branca, a negra, talvez a gente, enquanto instituição, não tem ainda esse foco, esse olhar. Talvez se tiver um olhar mais apurado, investigar, vai aparecer essas diferenças.

Débora – É, porque quando eu estava no outro CDCM, realmente, a gente não falava de questões raciais. Quando eu vim para cá, que as meninas me indicaram participar da PLP [Promotoras Legais Populares], toda semana era um tema, só que todos os temas acabavam voltando para questão racial. E quando saiu o Mapa da Violência, também no ano passado, aí foi quando eu percebi que a gente tem que... começar a se pensar nessa questão, porque o número de mulheres brancas diminuiu, mas o número de mulheres negras [não podia] aumentar do que jeito que foi... Eu achei assim absurdo.

Mas eu tenho uma visão de que a Lei Maria da Penha, a porta de entrada dela é a Delegacia, é o boletim, são as medidas; e a gente sabe como que o negro é tratado na Delegacia, pela Polícia Militar. Então, as mulheres negras não vão ver isso como “Ah, eu vou lá, porque lá eu vou conseguir resolver”. Não. É a naturalização de tudo, a falta de representatividade das mulheres negras acho que conta muito, você vai chegar na Delegacia é um branco que você vai encontrar para te atender. Aqui no serviço, a maioria é branca, então, assim ...

Ivone – A gente teve durante muito tempo a Érica, que era a supervisora, que trazia direto material para [essa] discussão; a Lilian, que foi a psicóloga,

também, tinha toda uma... defesa, não só defesa, mas, traziam muito essa questão de gênero e raça. Teve a Rosângela também que foi nossa advogada, a Flávia também. Assim, lá atrás, a gente já fazia essa discussão; veio a Mabel fazer oficina com a gente, já tivemos palestras, acho que foi até a doutora Sonia que deu uma palestra lá no Hospital de São Mateus para a gente, de gênero e raça, teve a Marilda também, que fez oficina com a gente.

Helen – A própria organização teve duas formações; foi em 2014 e 2015 teve sobre gênero e teve sobre raça também.

Débora – A primeira vez que eu ouvi falar sobre a solidão da mulher negra... Eu sou branca, eu não paro para pensar nessas coisas, gente. E aí você ouvir de uma mulher negra que realmente a solidão da mulher negra é muito maior por conta de todo racismo... Quando eu comecei na questão da defesa e eu ouvia assim: “Ah, a mulher negra sofre mais”, aí eu me questionava, mas como é que sabe? Como é que você sabe? Você mede o sofrimento? Mas não, é fato! A mulher negra ela sofre mais. O racismo está acontecendo 24 horas e quem é branco não sofre racismo, não sofre. Então, ela sofre mais. Quando a gente fala do empoderamento, você empoderar uma mulher branca é uma coisa, empoderar uma mulher negra é vê-la evoluir de dia para cair à noite, para regredir em tudo isso e aí é onde se explica muitas vezes ela voltar, porque realmente é um sistema violento, porque ela não sabe se ela vai vencer, se ela vai terminar viva nesse sistema.

3.2.2.6. Noções de Direitos e Diversidade

Débora – *Eu acho que é difícil a gente reconhecer essa realidade, do privilégio dos homens com as mulheres, das mulheres brancas com as mulheres negras, é difícil. Só quando você começa a participar mesmo de debates, de discussão, começa a procurar livros, lê textos referente a isso. A gente teve experiências nesses dois últimos grupos socioeducativos de mulheres que falaram mal das mulheres que deixam o homem lavar: “Ah, meu filho trabalha o dia inteiro e a mulher dele não faz nada. Então a gente não pode também ficar...”. Então elas não conseguem..., a gente não percebe, eu não percebia essa realidade, do que é ser mulher, dessa jornada tripla. Ainda que enxergue, o que a gente faz para mudar? Nada, vou chegar na minha casa e vou lavar a minha louça e a roupa e a cueca, é muito assim ...*

Ariana – *Já é difícil para a gente que tem esse conhecimento, que está nessa vivência, para uma mulher que está na vulnerabilidade é muito difícil ter essa compreensão e de se enxergar.*

Ivone – *Então... na periferia, entre as mulheres pobres, a periferia, ainda está distante, né? Essa discussão de gênero para elas...*

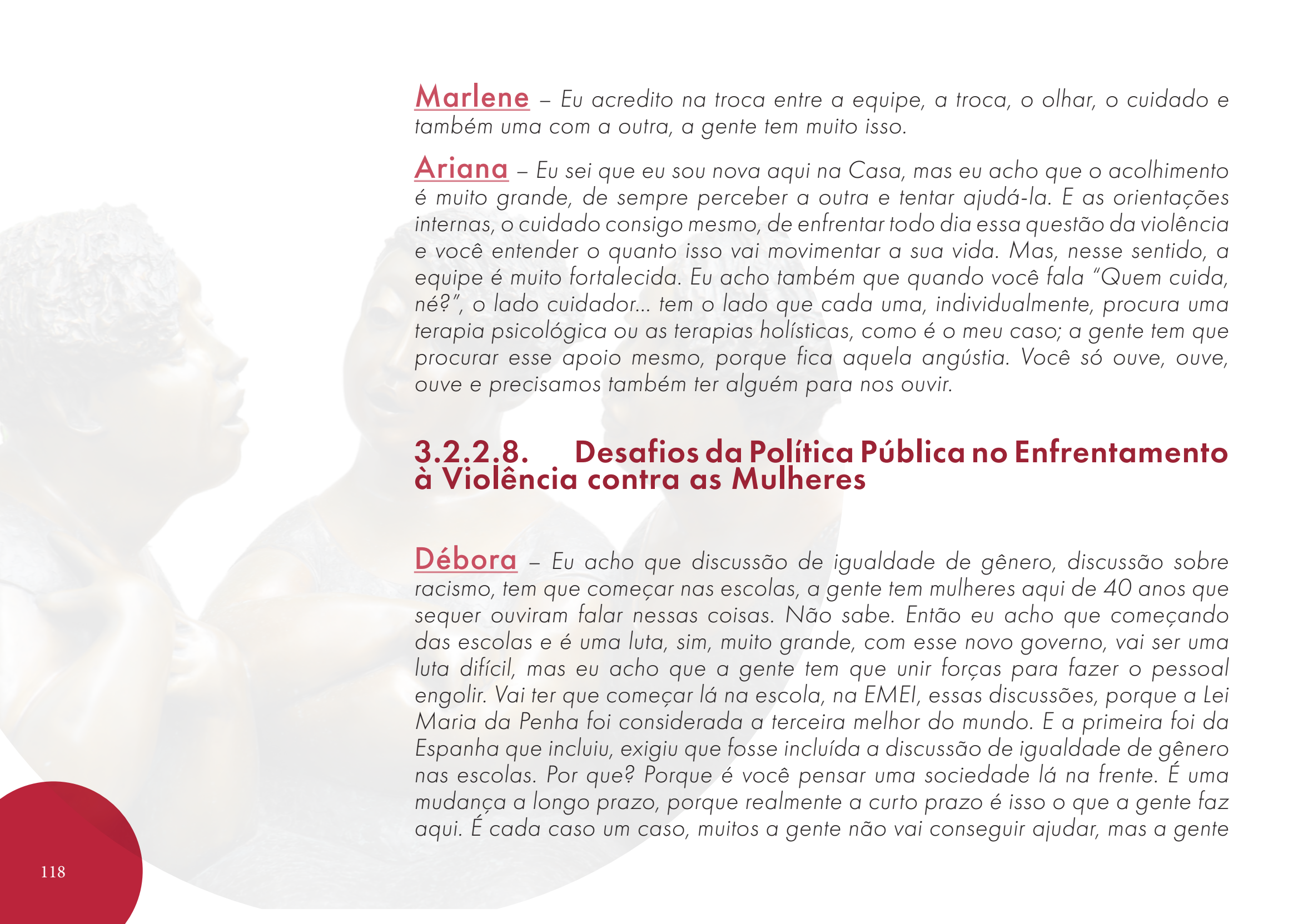
Helen – *A desconstrução de uma sociedade inteira patriarcal, né?*

Débora – *E racista... Mas a gente vê uma pequena mudança, a gente vê outras; ao mesmo tempo que ainda tem essas que defendem que é a mulher que tem que lavar, passar, cozinhar, tem umas que já chegam falando assim: “Olha, eu não quero me separar dele, mas eu quero aprender a lidar” [...] ao mesmo tempo que ela aceitou tudo isso, ela sabia que era errado a forma como ela era tratada. Então a gente percebe que tem muitas já [se rebelando].*

Ivone – Até porque hoje o feminismo está mais vivo, né? As escolas têm trabalhado isso. De uma forma que acaba chegando para elas, só que muitas não prestam atenção, outras já absorvem... tem uma maioria ainda que não absorve. E aqui a gente tenta despertar isso nela, para ela ter esse olhar. Mas, por outro lado, chegam mulheres aqui que a gente se surpreende. Antes chegava aquela mulher assim, negra, cabelo preso, com lencinho, hoje não, ela já chega com visual empoderado. Cabelo solto, maquiagem, toda bela. E você olha para ela, o jeito que ela fala, o jeito que ela se impõe e você fala: “Ela não sofre”, mas sofre.

3.2.2.7. Quem Cuida das Profissionais

Ivone – Ah, a gente, tenta ter um ambiente de trabalho que a gente tenha momentos também de alegria, de brincadeiras, porque a gente nunca sabe como vai ser o nosso dia. Como vai começar, como vai terminar; tem dia que é tranquilo, que é muito tranquilo, mas tem dia que é uma loucura, que é um caos atrás do outro; às vezes, tem situações de abrigamento que a gente tem que correr atrás de vaga, tem que levar a mulher muitas vezes para o hotel; tem que fazer um monte de contato para ver se consegue o transporte. Essa mulher ainda não tem o boletim, ainda não fez o IML, então tem dias assim. Nesses dias a gente sai daqui surtadas. Mas o que dá uma contrabalança nesse tudo aí, equilíbrio, é que tem dias que é mais tranquilo. Apesar de que a gente tem o CREAS, tem a entidade, e eu como coordenadora tenho muitas tarefas, é um serviço pequeno que só tem 7 profissionais, mas eu tenho muita tarefas, às vezes burocráticas ou de ir nas reuniões. Mas a gente consegue dar conta... a gente não tem demanda reprimida de mulher que precisa ficar na fila [...]. Eu penso no envolvimento emocional, porque tem uma carga emocional que é terrível.



Marlene – *Eu acredito na troca entre a equipe, a troca, o olhar, o cuidado e também uma com a outra, a gente tem muito isso.*

Ariana – *Eu sei que eu sou nova aqui na Casa, mas eu acho que o acolhimento é muito grande, de sempre perceber a outra e tentar ajudá-la. E as orientações internas, o cuidado consigo mesmo, de enfrentar todo dia essa questão da violência e você entender o quanto isso vai movimentar a sua vida. Mas, nesse sentido, a equipe é muito fortalecida. Eu acho também que quando você fala “Quem cuida, né?”, o lado cuidador... tem o lado que cada uma, individualmente, procura uma terapia psicológica ou as terapias holísticas, como é o meu caso; a gente tem que procurar esse apoio mesmo, porque fica aquela angústia. Você só ouve, ouve, ouve e precisamos também ter alguém para nos ouvir.*

3.2.2.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres


Débora – *Eu acho que discussão de igualdade de gênero, discussão sobre racismo, tem que começar nas escolas, a gente tem mulheres aqui de 40 anos que sequer ouviram falar nessas coisas. Não sabe. Então eu acho que começando das escolas e é uma luta, sim, muito grande, com esse novo governo, vai ser uma luta difícil, mas eu acho que a gente tem que unir forças para fazer o pessoal engolir. Vai ter que começar lá na escola, na EMEI, essas discussões, porque a Lei Maria da Penha foi considerada a terceira melhor do mundo. E a primeira foi da Espanha que incluiu, exigiu que fosse incluída a discussão de igualdade de gênero nas escolas. Por que? Porque é você pensar uma sociedade lá na frente. É uma mudança a longo prazo, porque realmente a curto prazo é isso o que a gente faz aqui. É cada caso um caso, muitos a gente não vai conseguir ajudar, mas a gente*

tem que começar a pensar a longo prazo, que sociedade a gente quer? E eu acredito que... vai resolver? Não sei, mas é uma tentativa de fazer, começar a discutir isso nas escolas.

Helen – Acho que dificuldade a gente encontra em todo o momento em relação aos serviços, mas a gente, o nosso trabalho, eu acredito que é de formiguinha mesmo, fortalecer essas mulheres, empoderá-las para que elas possam futuramente estar conosco aí, para essa luta contra a violência em relação às mulheres. Então, eu acho que o nosso trabalho realmente tem entraves, sim, dificuldades, a rede tem as suas limitações, mas a gente... trabalhando aqui diariamente com esse intuito de fortalecer a mulher, no sentido dela criar autonomia e perceber que ela é uma mulher, sujeita de direitos não só de deveres, isso já é um grande avanço para a gente batalhar contra a violência, né?

Ivone – E dessas mulheres, 60% estão em situação de vulnerabilidade social, que é a questão da moradia, da renda e dos alimentos; que não consegue tomar decisões, dar passos para essa situação de vulnerabilidade. Eu diria que os outros 40% é por uma questão até de... dependência emocional, não conhecer os seus direitos. Mas, uma grande parte... a mulher é muito simples, ela sabe o que ela quer, ela não quer mais aquela vida, mas ela não tem como resolver essa situação, a parte socioeconômica, passa muito aí pela questão socioeconômica, para ela conseguir sair desse ciclo de violência.

[...] Às vezes, a gente tem algumas frustrações, aquele caso que a mulher estava dando passos, ela dá um passo para frente e dá um passo para trás, ela retorna, reata com o agressor, volta para casa; ou estava no abrigo e volta [...], é um balde de água fria..., mas, acontece isso com as mulheres, elas têm autonomia até para isso [...].



Eu sempre coloquei na minha cabeça assim, que se ela voltar 30x aqui, a gente vai ter que atender as 30, sempre pensando um modo diferente para que dê certo. Porque quando a mulher decide procurar ajuda, o sistema que ela vai enfrentar é tão violento quanto a violência que ela sofria na casa dela. Então, eu não penso que ela está escolhendo a violência do que a liberdade. Não. Porque para ela alcançar essa liberdade, ela vai ter que enfrentar um sistema machista, um sistema racista, então... me preocupo com a decisão dela, se ela tem certeza do que ela está fazendo, do que ela quer. Eu não fico angustiada, porque se é a decisão dela, né? Mas às vezes ela subestima o risco [...]. A Graziela, ela sempre fala: "Gente, a gente trabalha com a ambivalência, as mulheres queiram ou não, as mulheres são ambivalentes. Elas são contraditórias muitas vezes". Então, com essa ambivalência que a gente tem que entender, né? Tem que entender essa ambivalência delas. Uma hora elas querem, outra hora elas não querem. Elas são ambivalentes. Ela dá um passo e volta três, né? [...] Ah, mas tem a parte também alegre, das mulheres que conseguem romper a violência, depois você vê o avanço dela, a evolução.

Débora – *É uma desconstrução. É falar para ela: "Tudo o que você aprendeu, tudo o que você viveu, desde que você nasceu, está errado, não é assim".*

Ariana – *E o que eu vi quando cheguei aqui é a questão do tempo, porque cada uma tem o seu tempo. Você vê tem caso de mulher de 10 anos que ela veio aqui, vai voltar agora, e refletir tudo de novo que já foi refletido, mas que é o tempo dela... então, não tem como você cronometrar, isso vai acontecer e nesse tempo vai resolver.*

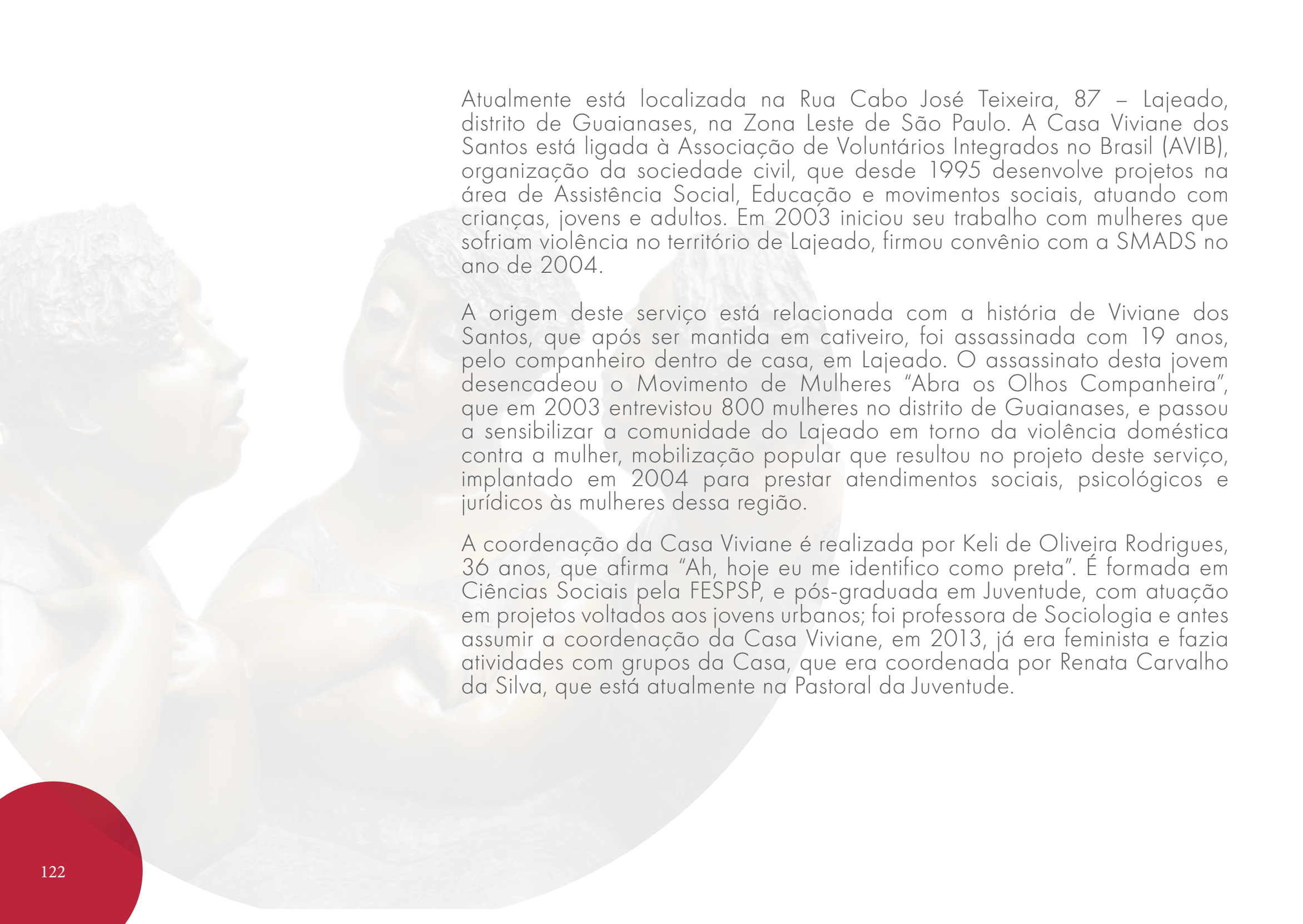
The image features a graphic design with several overlapping circles in various shades of red. The largest circle is a dark red and contains the text '3.2.3' in a large, white, serif font. To the right of this circle, the text 'CDCM' is written in a smaller, white, sans-serif font. Below 'CDCM', the word 'Casa' is written in a white, sans-serif font. At the bottom of the composition, the name 'Viviane dos Santos' is written in a large, white, sans-serif font. The background is white, and the overall aesthetic is clean and modern.

3.2.3

CDCM

Casa

Viviane dos Santos



Atualmente está localizada na Rua Cabo José Teixeira, 87 – Lajeado, distrito de Guaianases, na Zona Leste de São Paulo. A Casa Viviane dos Santos está ligada à Associação de Voluntários Integrados no Brasil (AVIB), organização da sociedade civil, que desde 1995 desenvolve projetos na área de Assistência Social, Educação e movimentos sociais, atuando com crianças, jovens e adultos. Em 2003 iniciou seu trabalho com mulheres que sofriam violência no território de Lajeado, firmou convênio com a SMADS no ano de 2004.

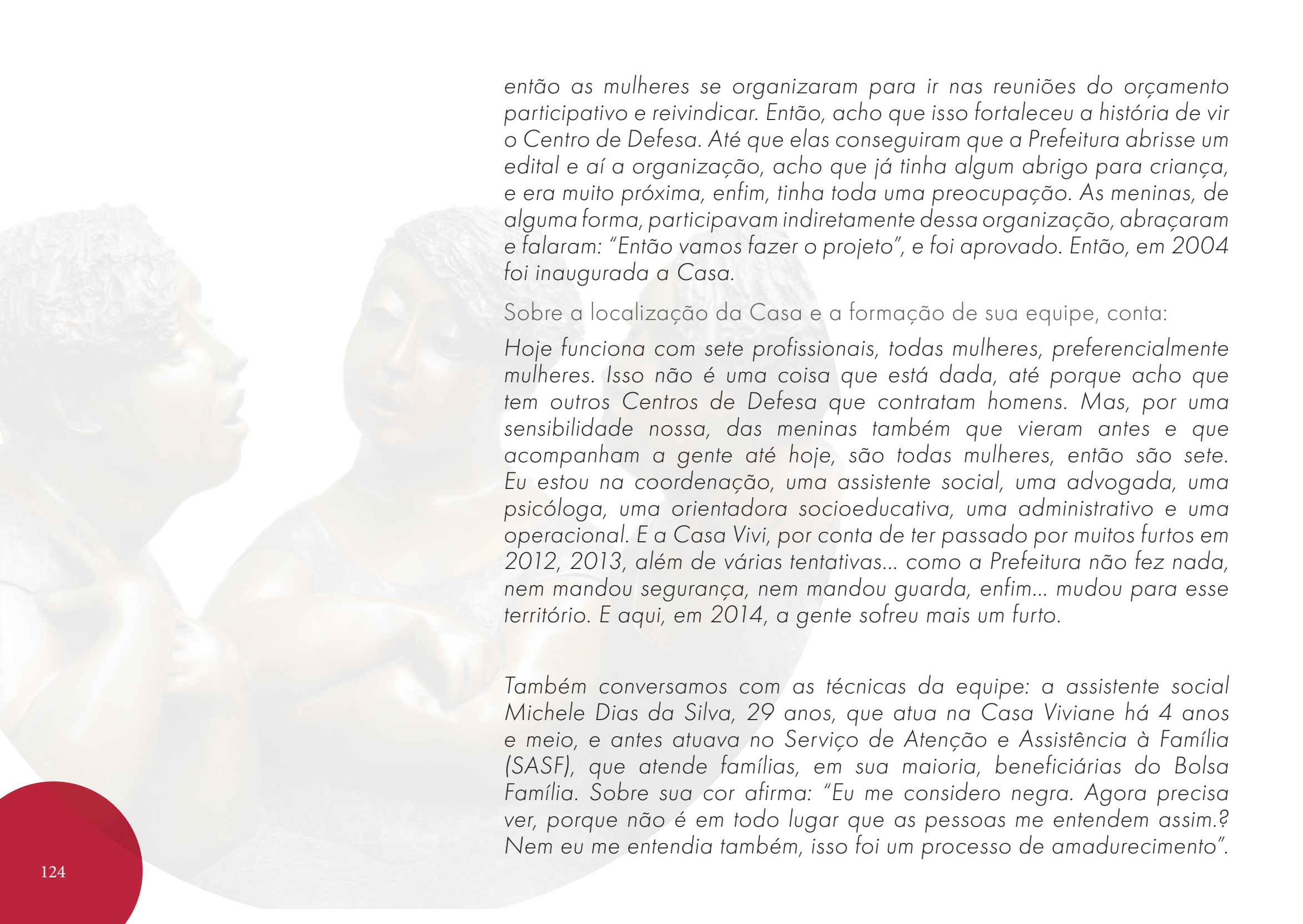
A origem deste serviço está relacionada com a história de Viviane dos Santos, que após ser mantida em cativeiro, foi assassinada com 19 anos, pelo companheiro dentro de casa, em Lajeado. O assassinato desta jovem desencadeou o Movimento de Mulheres “Abra os Olhos Companheira”, que em 2003 entrevistou 800 mulheres no distrito de Guaianases, e passou a sensibilizar a comunidade do Lajeado em torno da violência doméstica contra a mulher, mobilização popular que resultou no projeto deste serviço, implantado em 2004 para prestar atendimentos sociais, psicológicos e jurídicos às mulheres dessa região.

A coordenação da Casa Viviane é realizada por Keli de Oliveira Rodrigues, 36 anos, que afirma “Ah, hoje eu me identifico como preta”. É formada em Ciências Sociais pela FESPSP, e pós-graduada em Juventude, com atuação em projetos voltados aos jovens urbanos; foi professora de Sociologia e antes assumir a coordenação da Casa Viviane, em 2013, já era feminista e fazia atividades com grupos da Casa, que era coordenada por Renata Carvalho da Silva, que está atualmente na Pastoral da Juventude.

Segundo Keli, a história da Casa Viviane,

Ela é um pouco resultado de uma mobilização do grupo de mulheres aqui do Lajeado, [...] entre elas a Rê [Renata Carvalho da Silva, ex-coordenadora da Casa], que participava junto na comunidade, estava fazendo faculdade de Serviço Social e ela trabalhava num abrigo para mulheres. Então, esse tema estava muito presente na cabeça dela, mas no cotidiano das mulheres do Lajeado, da comunidade, que vira e mexe sabiam de alguma mulher que tinha sido morta, não é nem que sofria violência, mas que tinha sido morta. E como também tinha um padre bem parceiro nessa localidade, que era o padre Alberto, elas pensaram: "Vamos nos juntar", e montaram esse grupo que chamava: "Abre os olhos, companheiras", que resultou em fazer essa pesquisa. Na época, por conta dos padres estarem aqui e a ordem ser da Itália, eu acho né, os xaverianos serem da Itália, o padre Alberto, era da Itália, tinha alguns estudantes da Itália aqui também, fazendo um intercâmbio bem nesse período, então eles ajudaram nessa parceria, a fazer a pesquisa. E aí eu acho que de 30 a 50 mulheres se juntaram, da comunidade, voluntárias, e foram fazendo entrevistas... elas entrevistaram 800 mulheres. Não me lembro se elas conseguiram computar tudo, tabular tudo, mas desse número, elas chegaram ao resultado de que mais de 70% sofriam algum tipo de violência, não conheciam nenhum tipo de equipamento de proteção...

Então, essa documentação fortaleceu elas a pedirem um Centro de Defesa aqui, porque eu acho que o único que tinha era a Casa Cidinha, em São Mateus. E aqui, nessa região, não só aqui em Guaianases, mas em Itaquera, Cidade de Tiradentes, nesses espaços não tinha nenhuma Casa. Então passou a ser uma demanda do grupo de mulheres. Nesse período, como era década de 2000, tinha a história do orçamento participativo,

A faded, grayscale background image showing a woman and a young child. The woman is on the right, looking towards the left. The child is on the left, also looking towards the left. The image is semi-transparent, allowing the text to be read over it.

então as mulheres se organizaram para ir nas reuniões do orçamento participativo e reivindicar. Então, acho que isso fortaleceu a história de vir o Centro de Defesa. Até que elas conseguiram que a Prefeitura abrisse um edital e aí a organização, acho que já tinha algum abrigo para criança, e era muito próxima, enfim, tinha toda uma preocupação. As meninas, de alguma forma, participavam indiretamente dessa organização, abraçaram e falaram: “Então vamos fazer o projeto”, e foi aprovado. Então, em 2004 foi inaugurada a Casa.

Sobre a localização da Casa e a formação de sua equipe, conta:

Hoje funciona com sete profissionais, todas mulheres, preferencialmente mulheres. Isso não é uma coisa que está dada, até porque acho que tem outros Centros de Defesa que contratam homens. Mas, por uma sensibilidade nossa, das meninas também que vieram antes e que acompanham a gente até hoje, são todas mulheres, então são sete. Eu estou na coordenação, uma assistente social, uma advogada, uma psicóloga, uma orientadora socioeducativa, uma administrativo e uma operacional. E a Casa Vivi, por conta de ter passado por muitos furtos em 2012, 2013, além de várias tentativas... como a Prefeitura não fez nada, nem mandou segurança, nem mandou guarda, enfim... mudou para esse território. E aqui, em 2014, a gente sofreu mais um furto.

Também conversamos com as técnicas da equipe: a assistente social Michele Dias da Silva, 29 anos, que atua na Casa Viviane há 4 anos e meio, e antes atuava no Serviço de Atenção e Assistência à Família (SASF), que atende famílias, em sua maioria, beneficiárias do Bolsa Família. Sobre sua cor afirma: “Eu me considero negra. Agora precisa ver, porque não é em todo lugar que as pessoas me entendem assim.? Nem eu me entendia também, isso foi um processo de amadurecimento”.

Entrevistamos ainda: a estudante de Serviço Social, Thaís Ribeiro, 36 anos, negra, que ingressou há duas semanas na Casa; Alessandra Sales Pereira, 31 anos, que faz o acolhimento das mulheres que chegam nos primeiros atendimentos, é educadora da Casa há 10 meses e antes trabalhava na Rede Criança, com crianças em situação de violência doméstica; a psicóloga Marta Vale da Silva, 42 anos, declara-se morena e atua na Casa Viviane há 5 anos; Caroline Neri Gondran, 24 anos, branca, é auxiliar administrativa da Casa há 1 ano e 8 meses e antes trabalhava em shopping center; e Maria Margarida da Silva, 62 anos, negra, tem função operacional na Casa há mais de 10 anos, e é Promotora Legal Popular há 6 anos, sendo que antes de entrar na Casa trabalhava como cuidadora de idosos.



3.2.3.1. Quem são as Mulheres Atendidas

Keli – A prevalência é do Lajeado, [...] a gente recebe mulheres também de outros espaços, mas a grande maioria, 80% a 90% são as mulheres daqui. De outros municípios que chegam é Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, porque não têm casas de atendimento, acabam sabendo e vêm. Uma ou outra de Mogi, às vezes. A idade média é, a grande maioria entre 30 e 40 anos. No geral, há um equilíbrio aí entre as mulheres que se declaram negras e as que se declaram brancas. O que aparece para gente nesse período são algumas mulheres bolivianas, as imigrantes... Escolaridade: ensino fundamental e médio, a gente não recebe tanta mulher que não sabe ler nem escrever. Mas, às vezes, é Ensino Fundamental incompleto, prevalência é Ensino Fundamental [...]. Situação socioeconômica, a gente tem recebido nos últimos períodos muitas mulheres desempregadas, as que estão empregadas estão em empregos precários, terceirizados, sem carteira assinada, de contrato, enfim...

Michele – Eu acho que atualmente, a maioria das mulheres são aqui da região e algumas, acho que a gente tem umas 2 ou 3 são de Ferraz de Vasconcelos, que é um município vizinho nosso. Mas antigamente, antes dessa ampliação dos conveniamentos, que a Casa Viviane era uma das únicas aqui na região, atendia mulheres de vários territórios, então, Cidade de Tiradentes, São Miguel, Itaim Paulista, muitas de Ferraz, Itaquera. [...] a gente tem na Zona Leste em torno de uns 7 Centros de Defesa [...]. E a faixa etária, ela é muito diversa, tem períodos que a gente recebe meninas muito jovens, de 18, 19, 20 anos e tem casos gritantes de violência, que vem desde a adolescência e até as mulheres de... tem uma usuária... 76 [anos], que participa dos espaços

da casa. A gente tem muitas mulheres que vêm para cá para além da situação de violência, estão em situação de vulnerabilidade seríssima e a rede de atendimento da Assistência Social não dá conta da demanda dessas mulheres [...] não é todas, mas a maioria das mulheres que vêm para atendimento, está vivenciando alguma situação de risco e de vulnerabilidade social também. [...] Algumas remuneradas, mas é muito gritante a quantidade de mulheres que vêm para cá que têm uma situação econômica muito precária. Muitas não têm casa, tem muitos casos que a gente encaminha também para a Secretaria de Habitação, que também não absorve essa demanda, que não é só da Casa Viviane, mas dos CDCMs como um todo, do ponto de vista dos programas sociais, de aluguel social, de algum programa de moradia que também não absorve [...] Não sei quantificar, mas acho que 80% das mulheres que a gente atende está vivenciando algum tipo de situação nesse sentido. E isso é, na nossa opinião, um fator preponderante para o rompimento da violência. Às vezes, a mulher não tem trabalho, ela não vai sair, por exemplo, de casa com os filhos para a rua. Não é que ela prefere, mas ela tem que permanecer nessa situação que ela está vivenciando, de humilhação, de violência psicológica, verbal, patrimonial e por aí vai, por conta dessa situação de vulnerabilidade.

Marta – Ah, não sei quantificar realmente, seria muito difícil de a gente quantificar. Eu acho que é bem equilibrada a quantidade de mulheres negras, brancas, eu acho que isso tem um equilíbrio [...]. Não dá para falar que tem mais mulheres negras, mais mulheres brancas... [...] E a gente também recebe algumas mulheres estrangeiras, né, não é algo que a gente receba todos os dias, mas já passaram algumas mulheres de outras nacionalidades aqui, mas de origem africana. Então são mais descendentes africanas, a gente tem uma comunidade aqui de angolanos, nigerianos, aqui na região, então por

conta disso, algumas mulheres vêm aqui no serviço. Mas são atendimentos mais pontuais, acho que nesse período que nós estamos aqui nessa casa, em 3 anos, eu acho que nós tivemos 3, 4 atendimentos de mulheres nigerianas, cabo-verdianas, acho que cada uma de uma nacionalidade.

Michele – Tem algumas latino-americanas, bolivianas, mas não são a maioria.

3.2.3.2. Como Elas Chegam

Keli – A maior parte das mulheres vem por meio de encaminhamento, feito pelos equipamentos de Saúde e da Assistência. Embora também a gente receba mulheres que venham da Educação, sabe, que é esse contato que a gente tem com alguma creche, com as escolas, o diretor ou diretora de escola reconhece e fala para vir, encaminha e tal. [...] Mas tem as mulheres que vêm autonomamente, de conhecer as vizinhas, as mulheres que conhecem e que fazem esse contato com elas...

Alessandra – [...] Algumas eu atendi que buscaram na Internet alguma informação, mas é sempre encaminhado pela UBS, Conselho Tutelar, escolas, às vezes, vem também, encaminhada pela SASF; serviços da rede, em geral, fazem esses encaminhamentos. [...] Todas elas chegam muito fragilizadas, desempoderadas, muitas despersonalizadas, perdem a própria identidade, não se reconhecem como sujeito, como pessoa, não sabem quem são, não

têm sonhos, não acreditam em si mesmas. [...] A gravidade de tudo isso varia muito, depende, tem algumas mulheres que estão fragilizadas, mas que não é uma situação tão grave, à medida que a gente vai trabalhando essa mulher consegue, de fato, se empoderar, se reconhecer dentro desse processo, vai adquirindo autonomia para romper com essa situação. Tem outras mulheres que chegam em situações muito graves, apresentam quadros psiquiátricos graves. Não é só uma questão de depressão, né? Então, muitas delas estão em acompanhamento no Centro de Defesa, estão em acompanhamento também no CAPS, estão em atendimento nas unidades básicas de saúde. Muitas delas apresentam quadros graves.

Marta – [...] acho que nem todas as mulheres que estão aqui sofreram violência a vida inteira, uma violência geracional, intergeracional. Muitas mulheres sofreram, sim, já vêm de uma geração que a mãe sofreu violência doméstica, a avó também sofria violência doméstica; outras mulheres sofreram violência dos pais, a mãe ou o pai agredia, e que num relacionamento adulto hoje, numa vida conjugal também sofre violência. Mas também tem muitas mulheres que não sofreram violência na infância, não sofreram violência dos pais, o contrário, né? Elas chegam muitas vezes bastante frustradas porque tiveram uma vida familiar estruturada, tiveram pais amorosos e aí, de repente, vão para um relacionamento e elas se veem dentro de uma situação dessas [...]. Também têm esse choque por vivenciar essa situação... Às vezes, a gente acha que o fato delas terem vivenciado violência é um fator condicionante da violência atual. [...] às vezes, é o contrário. [...] Também causa um trauma na vida dessa mulher, também é muito complicado, muito difícil para ela lidar com essas situações, então depende muito. [...] Mas tem um fator que eu acho que é importante e que ocorre muito, muitas mulheres podem não ter

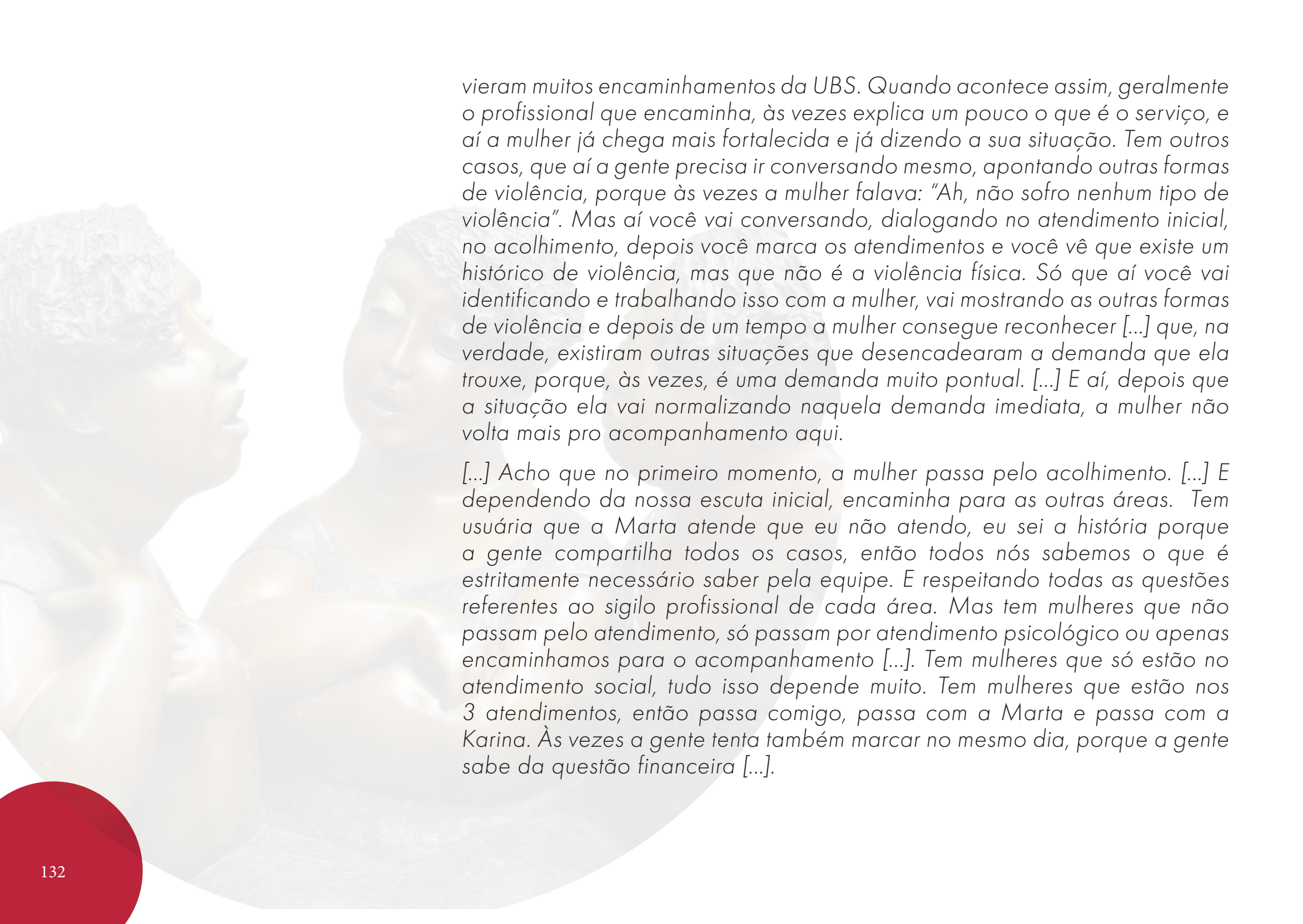
vivenciado violência doméstica dessa forma, mas tem muitos casos de mulheres que sofreram abuso ou assédio na infância, [...] algo marcante, muitas vezes foi um assédio, um olhar de alguém [...] Colocava no colo para brincar de cavalinho e de repente tinham alguns gestos diferentes ali, que... às vezes, a pessoa não chegou de fato nem a tocar, mas que ela percebia a respiração da pessoa diferente, o modo de olhar diferente e hoje ela entende que aquilo tinha uma intencionalidade. Isso marcou a vida dessa pessoa, marcou a vida dessa mulher. Mas também não são todas as mulheres que isso ocorre...

3.2.3.3. O Atendimento

Keli – A gente tem uma particularidade; por exemplo, até 2011, 2012, atendia toda a Cidade Tiradentes, São Mateus, Guaianases inteiro, desses territórios todos que as mulheres chegavam. Ferraz de Vasconcelos, que é fronteira aqui e que a gente ainda atende. Então o volume de atendimento era muito, muito, muito maior do que é hoje, as meninas tinham, em média, 30 atendimentos/mês. 30 atendimentos significa 30 mulheres que deram entrada naquele mês, fora o retorno. Teve a mudança, outra Casa em Guaianases [novo CDCM] e outras Casas na Leste, por exemplo, na Cidade de Tiradentes tem a [Casa] Anastácia, então muitas mulheres que eram atendidas aqui da Cidade de Tiradentes, passou a ser atendida lá. E a gente tem uma oscilação de entrada de mulheres, no mês passado teve 17 mulheres, 17 que a gente computou, mas tem por volta de 20, essa é a média. A média fica em torno de 13 a 15 mulheres que dão entrada, mas o nosso atendimento não é só com as mulheres que entram, mas que passam no mês. Então a nossa capacidade é 100. Ultrapassa, porque a gente contabiliza as mulheres que vêm para oficina, quantas vezes elas vêm pra oficina, além dos atendimentos que entram e mais os retornos e

as atividades que a gente faz externamente, às vezes, é equipamento Saúde, da Assistência. E a gente alcança essas mulheres de alguma forma. [...] Se ela vem em relação a um caso de violência, veio procurando informações, a gente já marca o atendimento para elas, porque aqui é marcado. [...] Se a gente percebe que ela está correndo risco sério, que ela nem vai poder voltar para casa naquele dia, o atendimento é feito na hora. E aí, quando elas chegam, as meninas fazem o primeiro atendimento que é esse acolhimento mais específico, elas vão atender, vão conversar com as mulheres, entender um pouco mais a história e vão propor um acompanhamento para ela, ou social, ou psicológico, às vezes ela passa nos dois durante um tempo, ainda vai fazer algum atendimento jurídico. Mas é sempre fazendo esse plano junto com elas.


Michele – Aqui na Casa a gente tem duas portas de entrada para esse processo. A gente tem os espaços das oficinas, muitas mulheres vêm para cá primeiro buscando esses espaços mais coletivos, e aí como a gente sempre busca fazer a discussão de gênero, mesmo perpassando pelas oficinas, fazemos outras atividades e convidamos as mulheres das oficinas para participar, essas mulheres acabam se reconhecendo dentro de algum desses processos que a gente apresenta, e aí elas vêm para o atendimento. Outras mulheres já chegam no atendimento relatando a situação de violência, porque, às vezes, [elas] já vem encaminhada de outros lugares, vem encaminhada das delegacias, isso não vem acontecendo tanto, faz um tempo que a gente não recebe encaminhamento de delegacia... Mas a Saúde encaminha bastante, o CAPS, algumas UBS, até porque as meninas fizeram um trabalho muito bacana com as UBS aqui, a Marta, a Kelly e as outras meninas do MulherAção, fizeram formação nas UBS, então a gente sentiu um reflexo disso, porque



vieram muitos encaminhamentos da UBS. Quando acontece assim, geralmente o profissional que encaminha, às vezes explica um pouco o que é o serviço, e aí a mulher já chega mais fortalecida e já dizendo a sua situação. Tem outros casos, que aí a gente precisa ir conversando mesmo, apontando outras formas de violência, porque às vezes a mulher falava: “Ah, não sofro nenhum tipo de violência”. Mas aí você vai conversando, dialogando no atendimento inicial, no acolhimento, depois você marca os atendimentos e você vê que existe um histórico de violência, mas que não é a violência física. Só que aí você vai identificando e trabalhando isso com a mulher, vai mostrando as outras formas de violência e depois de um tempo a mulher consegue reconhecer [...] que, na verdade, existiram outras situações que desencadearam a demanda que ela trouxe, porque, às vezes, é uma demanda muito pontual. [...] E aí, depois que a situação ela vai normalizando naquela demanda imediata, a mulher não volta mais pro acompanhamento aqui.

[...] Acho que no primeiro momento, a mulher passa pelo acolhimento. [...] E dependendo da nossa escuta inicial, encaminha para as outras áreas. Tem usuária que a Marta atende que eu não atendo, eu sei a história porque a gente compartilha todos os casos, então todos nós sabemos o que é estritamente necessário saber pela equipe. E respeitando todas as questões referentes ao sigilo profissional de cada área. Mas tem mulheres que não passam pelo atendimento, só passam por atendimento psicológico ou apenas encaminhamos para o acompanhamento [...]. Tem mulheres que só estão no atendimento social, tudo isso depende muito. Tem mulheres que estão nos 3 atendimentos, então passa comigo, passa com a Marta e passa com a Karina. Às vezes a gente tenta também marcar no mesmo dia, porque a gente sabe da questão financeira [...].

Marta – [...] Tem alguns encaminhamentos que já dentro da sala, no próprio atendimento, a gente entende que já pode fazer. [...] A gente orienta a mulher a registrar o boletim de ocorrência em determinado caso, [...] mas não é primordial [...], que tem outras formas da mulher romper com a situação de violência que não necessariamente pela judicialização do processo [...] Se for um caso da gente fazer já o encaminhamento nesse primeiro contato, dar os encaminhamentos que ela precisa, a gente se reúne depois em equipe, conversamos para discutir o caso e ver as possibilidades de atendimento. Então, há necessidade de um atendimento psicológico? Há necessidade de um atendimento social? Há necessidade do atendimento jurídico? Dos três, o que adapta melhor? Quais são as demandas dela? De que forma a gente pode trabalhar? Olha, não cabe nesses espaços técnicos, mas é uma melhor forma de a gente abordar esse... O acompanhamento dessa mulher nesse momento, é nos espaços coletivos, por exemplo, a gente encaminha para as oficinas que são espaços coletivos. Às vezes, a demanda é da Saúde, então encaminhamos essa mulher para a Saúde. [...] Então ela vai porque ela está sofrendo, quer romper com essa situação, mas ela não identifica a situação que ela está vivenciando como uma violência. [...] E aí no decorrer do atendimento, ela vai identificando, vai percebendo que aquilo que ela vivenciou, não só naquele momento, mas que ela vem vivenciando muitas vezes há anos, trata-se de uma violência doméstica, trata-se de uma violência de gênero, uma violência contra a mulher, e que o que ela está vivenciando no presente, já é uma consequência de algo que vem se acumulando durante anos e anos de violência, e chega um momento em que tudo isso eclode.

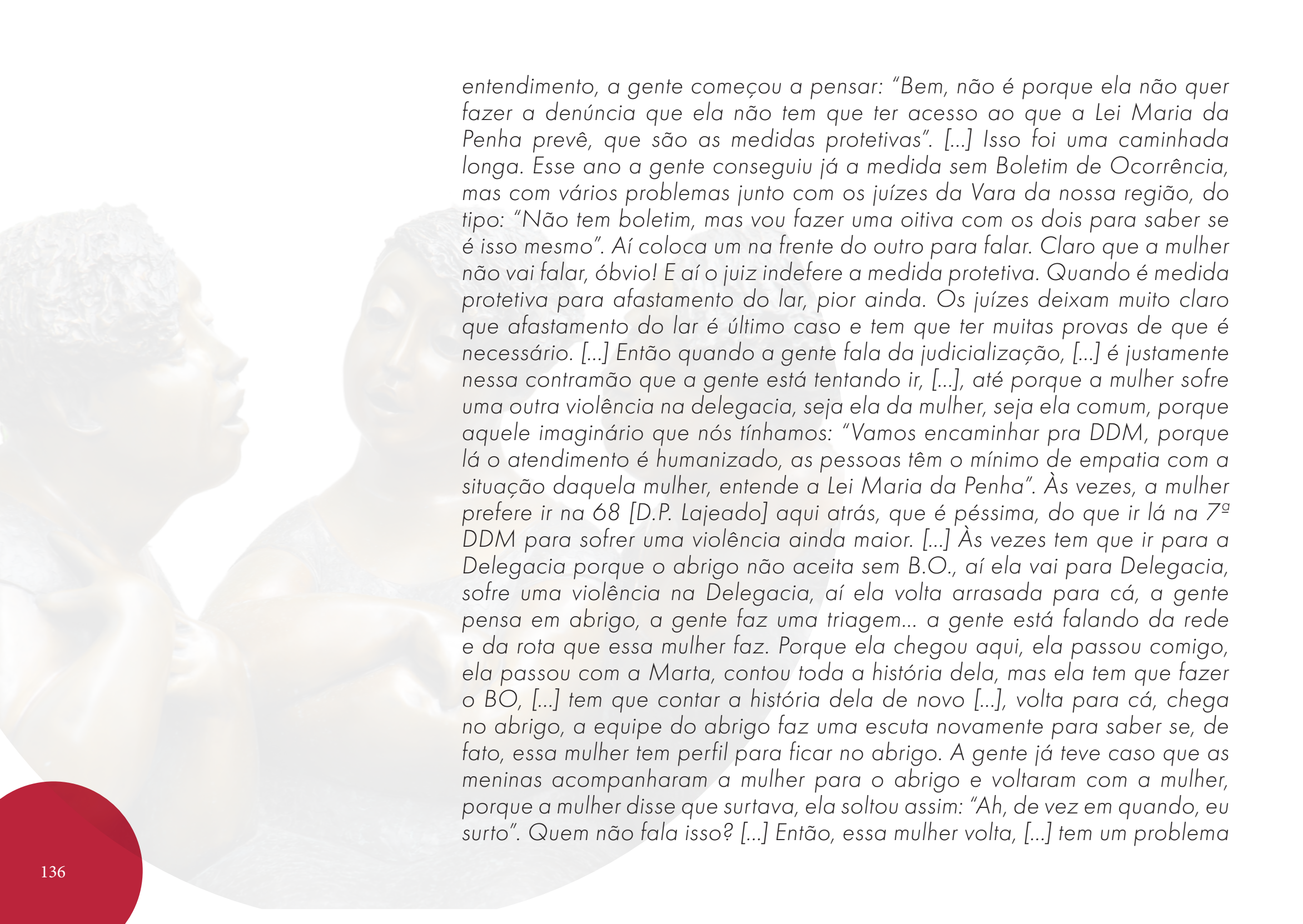


Michele – A gente parte do pensamento que precisamos respeitar o momento das mulheres, muitas vezes, o nosso entendimento técnico para essa mulher é fundamental ela permanecer no atendimento com a gente. Mas para ela isso não é fundamental, isso é muito visível nos atendimentos jurídicos, por exemplo. Elas vêm, têm toda a orientação jurídica, a advogada faz o encaminhamento necessário junto à Defensoria, aí consegue resolver a guarda, consegue resolver a petição, consegue resolver essas questões objetivas, e aí elas vão. E às vezes está em atendimento comigo e com a Marta, mas ela resolveu a situação [...]. Ou como a gente colocou algumas vão para abrigo... E acho que é um fato muito importante, que é o quanto o município de São Paulo, falando da nossa realidade na capital, é irresponsável com a política, que não existe uma política de pós-abrigamento. A mulher sai do abrigo e muitas vezes ela volta para a situação de violência, muitas vezes isso acontece... [...] Os abrigos também têm muita dificuldade de trabalhar isso [...]. A rede socioassistencial é totalmente falha [...], seria necessário que essa mulher tivesse uma estrutura para sair desse processo. E aí ela está ali no abrigo com outras mulheres, com outras crianças, muitas delas também têm filhos, os conflitos são constantes... E aí ela começa a olhar para aquela situação inicial quando ela chegou aqui, antes de ir para o abrigo, e ela começa a pensar: “Não estava tão ruim assim. Vou voltar. Por que vou ficar aqui? Fazendo o quê?”. Então muitas voltam para o companheiro, as que não voltam para o companheiro têm uma dificuldade tremenda de seguir, porque não consegue trabalho, porque não consegue alguém para cuidar dos seus filhos... Mulheres com filhos pequenos que vão para o abrigo, ficam totalmente incapacitadas para a vida laboral. Porque o abrigo não tem condições de dar conta daquela criança. Não tem creche para todas as crianças, então ela não pode trabalhar. Então ela vai ficar no abrigo com aquela criança quanto tempo, sem poder trabalhar? Ela vai ter que sair dali em algum momento e sem trabalho. Então, não existe uma

política que vise o desabrigo dessa mulher e o acompanhamento, o pós-abrigo. Então nós temos mulheres que vão para abrigo, sim, que saem dessa situação, mas voltam para o companheiro, não volta para a Casa Viviane. Muitas vezes, a mulher sai do abrigo, a gente nem sabe que a mulher saiu do abrigo, o abrigo não informa [...], porque às vezes ela, na maioria das vezes, volta para o território, mas acontece muito dessas mulheres voltarem depois de um tempo para cá. [...] Então, isso é recorrente: as mulheres saírem e voltarem. E a gente faz algumas buscas, quando a mulher sai do atendimento, a gente liga... [...]. Depois disso, a gente não fica mais ligando, porque é um momento da mulher. Acho que tem que existir uma normativa, uma instrução, qualquer coisa, para que exista uma política de abrigo. [...] Não é um depósito que você vai lá e deposita a mulher no abrigo e “Pronto, me livrei do problema”.

Marta – A penalização dele, por uma agressão que eles praticaram, é uma questão que dificilmente as mulheres querem. [...] muitas delas vão lá, registram o boletim de ocorrência, dão prosseguimento... Outras mulheres não dão prosseguimento, mas quando elas recorrem a esse fator, é porque elas não estão, de fato, conseguindo ter elementos para que essa violência cesse. Como, por exemplo, a questão da perseguição.

Michele – Sim, e mesmo assim, muitas delas não aceitam fazer o boletim de ocorrência. E através desse entendimento, de que a medida protetiva não deve ser atrelada ao B.O., a gente vem construindo, enquanto rede de enfrentamento à violência aqui na Zona Leste, junto com a Defensoria, com GEVID, com NUDEN, com Ministério Público, enfim... [...] Você está vendo que o cara vai fazer alguma coisa, mas ela fala: “Mas ele é o pai dos meus filhos. Se eu denunciar, ele vai perder o trabalho, vai ficar desempregado, vai ficar mais puto ainda e ele vai querer me matar”. Então, a partir desse




entendimento, a gente começou a pensar: “Bem, não é porque ela não quer fazer a denúncia que ela não tem que ter acesso ao que a Lei Maria da Penha prevê, que são as medidas protetivas”. [...] Isso foi uma caminhada longa. Esse ano a gente conseguiu já a medida sem Boletim de Ocorrência, mas com vários problemas junto com os juízes da Vara da nossa região, do tipo: “Não tem boletim, mas vou fazer uma oitiva com os dois para saber se é isso mesmo”. Aí coloca um na frente do outro para falar. Claro que a mulher não vai falar, óbvio! E aí o juiz indefere a medida protetiva. Quando é medida protetiva para afastamento do lar, pior ainda. Os juízes deixam muito claro que afastamento do lar é último caso e tem que ter muitas provas de que é necessário. [...] Então quando a gente fala da judicialização, [...] é justamente nessa contramão que a gente está tentando ir, [...], até porque a mulher sofre uma outra violência na delegacia, seja ela da mulher, seja ela comum, porque aquele imaginário que nós tínhamos: “Vamos encaminhar pra DDM, porque lá o atendimento é humanizado, as pessoas têm o mínimo de empatia com a situação daquela mulher, entende a Lei Maria da Penha”. Às vezes, a mulher prefere ir na 68 [D.P. Lajeado] aqui atrás, que é péssima, do que ir lá na 7ª DDM para sofrer uma violência ainda maior. [...] Às vezes tem que ir para a Delegacia porque o abrigo não aceita sem B.O., aí ela vai para Delegacia, sofre uma violência na Delegacia, aí ela volta arrasada para cá, a gente pensa em abrigo, a gente faz uma triagem... a gente está falando da rede e da rota que essa mulher faz. Porque ela chegou aqui, ela passou comigo, ela passou com a Marta, contou toda a história dela, mas ela tem que fazer o BO, [...] tem que contar a história dela de novo [...], volta para cá, chega no abrigo, a equipe do abrigo faz uma escuta novamente para saber se, de fato, essa mulher tem perfil para ficar no abrigo. A gente já teve caso que as meninas acompanharam a mulher para o abrigo e voltaram com a mulher, porque a mulher disse que surtava, ela soltou assim: “Ah, de vez em quando, eu surto”. Quem não fala isso? [...] Então, essa mulher volta, [...] tem um problema

de saúde mental, tem um comprometimento dessa ordem, o direito dela, a política não dá conta. Não dá conta, não contempla essa mulher. [...] Porque tem mulher que vai para o abrigo porque não tem possibilidades, porque não tem um auxílio-aluguel, porque não tem um programa de transferência de renda, que é ridículo o valor, mas que faz toda a diferença... Porque não tem uma família que apoie ela, porque não tem nada. Ela vai ficar na rua? Então ela vai para o abrigo... .. "Ah, você surta?", [...] pode voltar lá para a Casa Viviane que é de onde você veio. [...] Porque ela é um objeto. Não é um sujeito. Aí, o que a gente vai fazer? Colocar essa mulher num hotel. A gente não tem hotel em Guaianases, a gente tem motel. A mulher vai ficar com os filhos no motel... ainda que a gente até tem uns legazinhos, né, que a gente faz umas parcerias, que vem comida e tal... Mas gente! pensa que violência! a mulher ficar num quarto, trancada, três dias, com filho pequeno, num motel. [...]

Então, para a gente isso é inadmissível. [...] E é isso, a nossa região não tem, não tem um lugar adequado [...] que ela pode descer e tomar um café com as crianças... mesmo que fique dentro do hotel, mas que tenha um espaço de convivência [...]. A gente tem uma verba dentro do nosso convênio que é previsto para isso [...].

A gente já atendeu mulheres que têm uma condição financeira mais tranquila. E, de fato, são mulheres que conseguem encaminhar as coisas com mais facilidade. A maioria das mulheres que passa por atendimento aqui, é aquele perfil que a gente colocou, mulheres que têm dificuldades financeiras, e essas dificuldades financeiras são um dos agravantes no sentido delas não conseguirem romper com a violência. Às vezes, a família estendida também tem dificuldades financeiras, então não dá para contar com a mãe, não dá para contar com o irmão por conta disso. Além do fato de que o ciclo da violência não colabora muito, porque, às vezes, a mulher rompe



uma vez, a família apoia e aí ela volta. [...] Agora, as mulheres que têm uma situação socioeconômica melhor, conseguem alugar uma casa, conseguem um outro lugar, as viabilidades são maiores, né. Tem algumas que passam por atendimento muito pontual, mais atendimento psicológico, porque essas mulheres, atendimento social com esse perfil, especificamente, não tem.

Marta – A gente já atendeu advogadas, professoras, assistente social, policial... mulheres que têm um emprego fixo, que têm uma renda, tem como se manter, então, claro que esse fator ajuda muito. Porque ela não fica condicionada àquele fator financeiro, ... às vezes, isso não significa que ela tenha apoio de familiares, muitas vezes os familiares não apoiam. Muitas vezes os familiares, assim como as outras mulheres, esses familiares também têm os ideais religiosos, que dizem que a mulher tem que casar, tem que permanecer casada para sempre ou que a mulher tem que esperar mais um pouco... que esse marido vai mudar, então ela permanece nessa esperança de que ele venha a mudar. Então, assim como as mulheres que estão numa situação de vulnerabilidade, essas mulheres que estão numa situação melhor, numa classe social melhor, facilita ajudá-las a romper com a situação, sim, porque muitas delas conseguem alugar uma casa, mesmo não tendo o apoio de algum familiar, elas conseguem alugar uma coisa.

Michele – Por isso que a gente fala que a violência doméstica, a violência contra a mulher é uma das violências que perpassam as duas classes existentes, então é contra ela que a gente luta. Agora, quem tem dinheiro, tem outras formas de enfrentar. [...] Agora, as mulheres mais pobres, realmente é um calvário.


Marta – *É a mais cruel das democracias, é a violência contra a mulher. É o fator mais democrático e mais cruel que existe, é a violência contra a mulher, porque ele perpassa por todas as classes sociais e étnicas.*

3.2.3.4. Oficinas, Projetos e Parcerias

Michele – *Aqui na Casa Viviane a gente tem muita de dança, de teatro... A gente teve "Contos de Viviane", que foi uma forma de politização das mulheres, de denúncia da sua situação através da literatura, da arte...*

Keli – *Quando as mulheres chegam aqui, todas vêm procurar alguma oficina. A gente senta, sobretudo a educadora, quando ela não está sou eu que faço esse primeiro acolhimento. [...] Em muitos casos, as meninas começam a perceber, ela dá conta já que existem algumas questões, então a gente faz mais atendimento em grupo, ou a gente liga e fala para ela continuar participando das atividades aqui na Casa, das oficinas de artesanato, de ginástica, de dança... Os chás que a gente faz, além do grupo social, do psicológico. As meninas pensaram e fizeram um cine, a partir das demandas que elas trazem no grupo; elas assistem a um filme e fazem um debate em cima desse filme, um negócio mais ampliado. E é isso que a gente vai oferecendo.*

A oficina é completamente aberta. Na verdade, as mulheres que mais participam das oficinas são as mulheres da comunidade. As mulheres que estão em acompanhamento ainda estão muito vulneráveis, muito frágeis e preferem fazer um acompanhamento individual, além de, às vezes, trabalhar, às vezes, tem a relação com filho e não dá conta de fazer isso aqui. Mas a maioria das mulheres que estão nas oficinas, são mulheres da comunidade ou que já passaram por atendimento e agora não estão mais no atendimento individual técnico e estão aqui na comunidade e fazem. E às vezes fazem mais de uma.

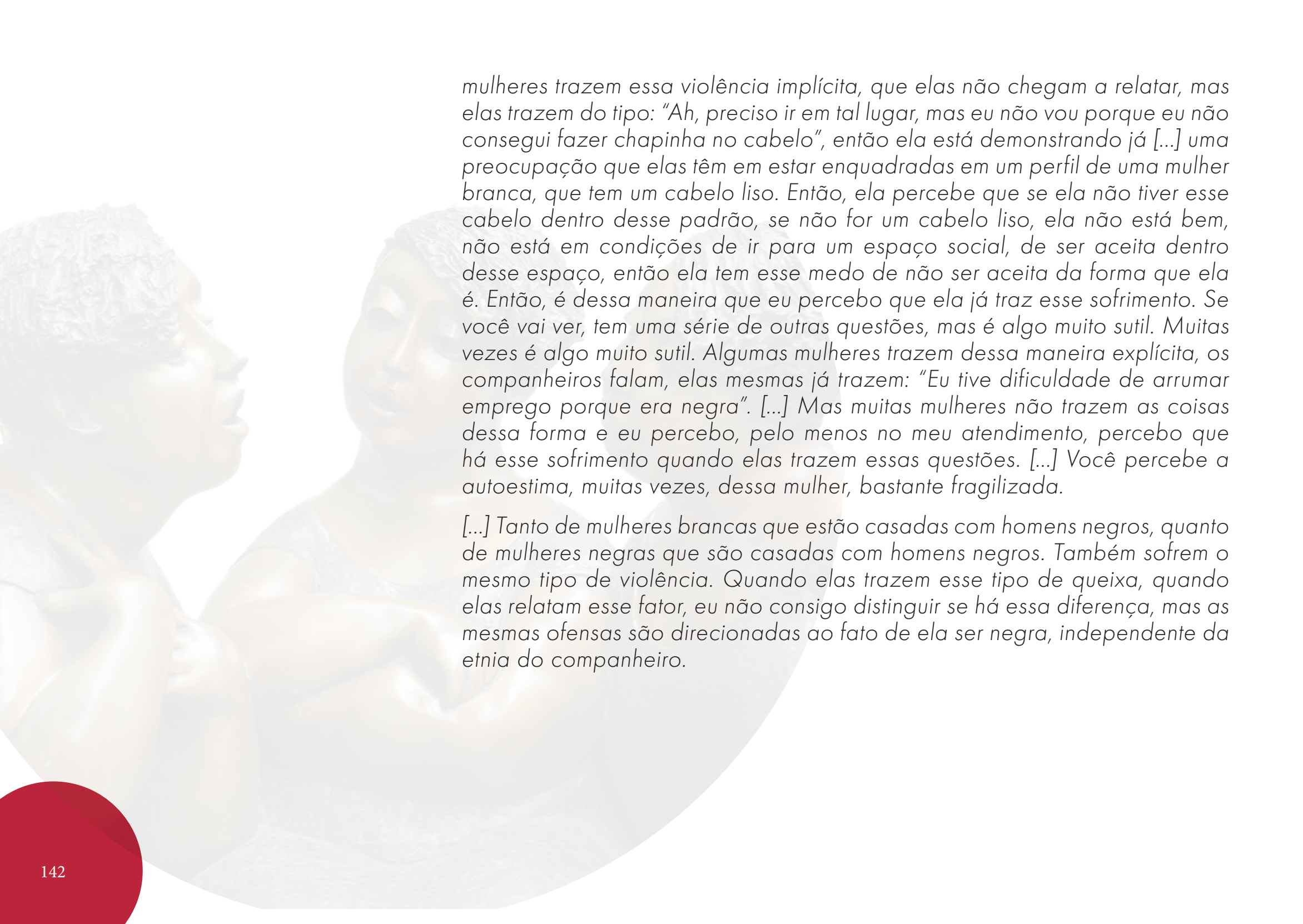
The background of the page features a faded, grayscale image of two women. On the left, a woman with curly hair is shown in profile, looking towards the right. On the right, another woman is shown from the chest up, looking towards the first woman. They appear to be in a conversation. The text is overlaid on the right side of the image.

[...] A gente já teve mais parcerias, isso ao longo do tempo foi precarizando mesmo, fechando as portas em muitas coisas. Uma das últimas diz respeito à educação, era o Cursinho da Poli, "Poli Saber", mas a gente também tinha pouca adesão das mulheres, embora a gente também indicasse filhas, mas elas tinham uma série de dificuldades para ir, mas a gente manteve um bom tempo, esse ano não manteve mais. [...] As parcerias que a gente mantém ainda, por exemplo, a gente tem o NAMA - é um Núcleo Alternativo de Mulheres Artesãs, [...] mas ela não é uma cooperativa legal, é um grupo autônomo, ou seja, não tem nenhuma oficinaira com elas. Às quintas-feiras elas se reúnem e fazem o fuxico, porque a gente está desde 2006, mais ou menos, vinculada à loja social, só que também é um programa da Prefeitura que as mulheres expõem lá. Então é esse tipo de parceria. E a maior parte das nossas parcerias estão vinculadas a movimentos, às redes que a gente vai participando: "Católicas pelo Direito de Decidir", durante muito tempo, "Marcha Mundial de Mulheres" e os Coletivos mais nossos, vamos dizer assim, os periféricos mais próximos e tal. Com Geledés, não diretamente, mas com a Margô que fazia o curso de Promotoras Legais. [...]. Os CEUs, mas é uma parceria meio que pontual, [...] sobretudo o CEU Lajeado, que é onde a gente mantém uma ligação mais próxima e territorial mesmo, a passeios que a gente vai, que é uma atividade que a gente faz muito com as mulheres e tal... Essas são as parcerias mais pontuais. Não é uma parceria no sentido, por exemplo, com as universidades que têm já um núcleo jurídico, então se encaminha, porque isso também é um fluxo, né, mas não temos.

3.2.3.5. As Mulheres Negras e o CDCM

Keli – Acho que a gente se debruçou pouco sobre isso, mas as mulheres que apareceram e das discussões que a gente acabou fazendo mais abertas, [...] aparecia muito um sofrimento... O racismo aparecia por conta da estética mesmo, de ter a questão do cabelo, de como se sentia, de como foi humilhada durante muito tempo, da dificuldade de lidar com isso... Essa é uma das questões que mais aparecem. Talvez no atendimento técnico e individual, as meninas tragam elementos mais apurados, que eu acho que tem no sentido de um adoecimento psíquico mesmo, mas eu não sei medir. [...] Temos enfrentado pouco esse recorte racial, é sempre uma coisa muito geral, sabe? As mulheres, a doença mental, a saúde mental das mulheres, mas agora a gente tem conversado um pouco... Eu percebo que é mais vulnerável, por conta do desemprego, são mulheres sozinhas, [...] ou estão cuidando dos filhos, ou estão cuidando dos netos e nesse sentido é mais, bem mais vulnerável. Situações precárias mesmo, são mulheres que trabalham quando conseguem trabalho, [...] são diaristas, então ganham pingado, assim.

Marta – Eu acho que, às vezes, a mulher negra sofre um outro preconceito, ela vem sofrendo outro tipo de violência, tem sofrimento em decorrência da etnia e muitas vezes ela própria não se dá conta disso. Ela vem... Além de ela sofrer a violência doméstica, ela sofre essa violência étnico-racial, muitas vezes o próprio companheiro chega, pratica esse tipo de violência contra ela... Alguns xingamentos, algumas mulheres chegaram a relatar isso: “Sua negra fedida”, “Esse cabelo de Bombril”, “Você tem um cabelo horroroso.” E algumas mulheres não chegam a relatar que o marido falou, que eles dizem que elas são muito feias ou que elas se sentem nessa condição. Algumas

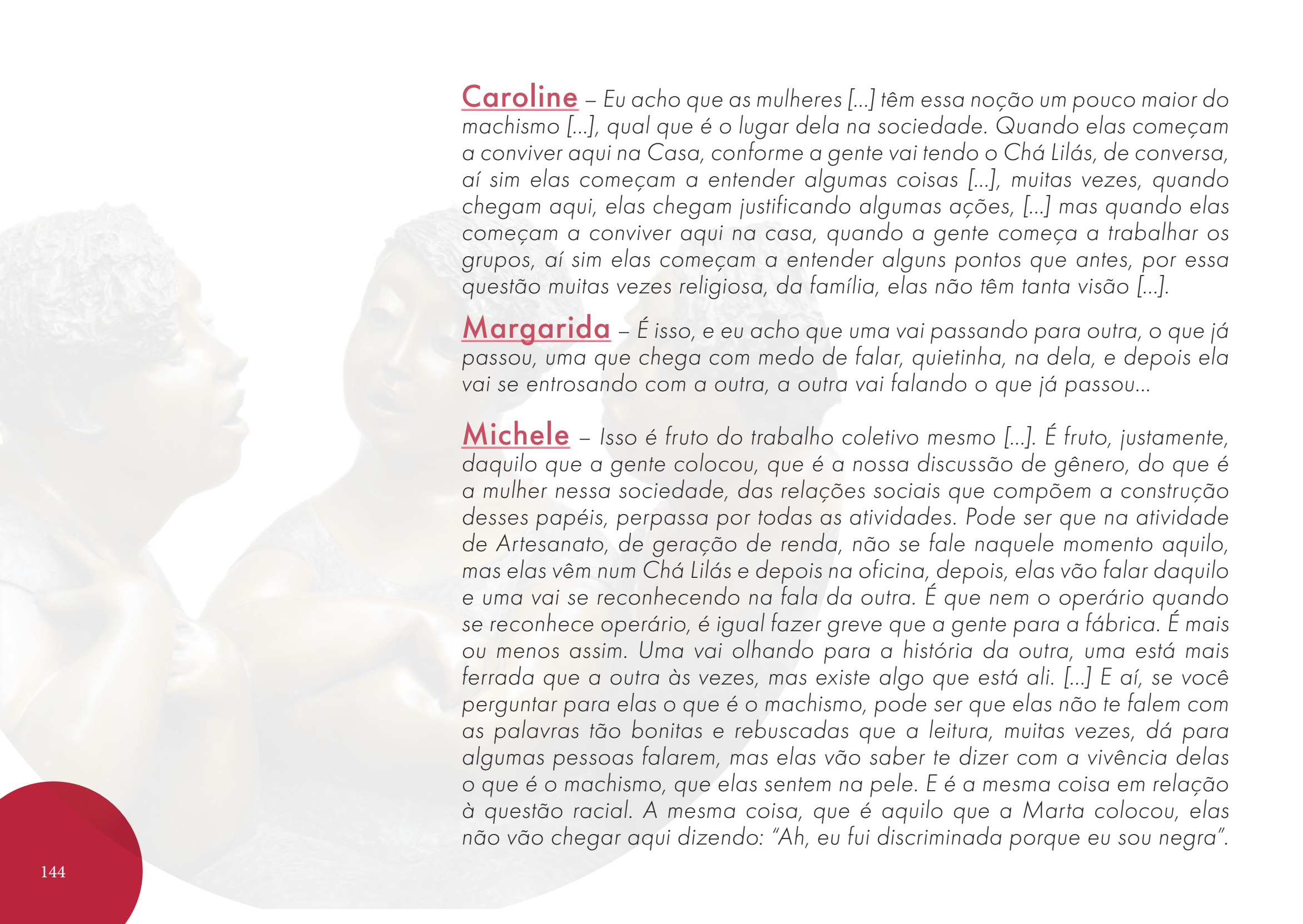


mulheres trazem essa violência implícita, que elas não chegam a relatar, mas elas trazem do tipo: “Ah, preciso ir em tal lugar, mas eu não vou porque eu não consegui fazer chapinha no cabelo”, então ela está demonstrando já [...] uma preocupação que elas têm em estar enquadradas em um perfil de uma mulher branca, que tem um cabelo liso. Então, ela percebe que se ela não tiver esse cabelo dentro desse padrão, se não for um cabelo liso, ela não está bem, não está em condições de ir para um espaço social, de ser aceita dentro desse espaço, então ela tem esse medo de não ser aceita da forma que ela é. Então, é dessa maneira que eu percebo que ela já traz esse sofrimento. Se você vai ver, tem uma série de outras questões, mas é algo muito sutil. Muitas vezes é algo muito sutil. Algumas mulheres trazem dessa maneira explícita, os companheiros falam, elas mesmas já trazem: “Eu tive dificuldade de arrumar emprego porque era negra”. [...] Mas muitas mulheres não trazem as coisas dessa forma e eu percebo, pelo menos no meu atendimento, percebo que há esse sofrimento quando elas trazem essas questões. [...] Você percebe a autoestima, muitas vezes, dessa mulher, bastante fragilizada.

[...] Tanto de mulheres brancas que estão casadas com homens negros, quanto de mulheres negras que são casadas com homens negros. Também sofrem o mesmo tipo de violência. Quando elas trazem esse tipo de queixa, quando elas relatam esse fator, eu não consigo distinguir se há essa diferença, mas as mesmas ofensas são direcionadas ao fato de ela ser negra, independente da etnia do companheiro.

3.2.3.6. Noções de Direitos e Diversidade

Keli – *Eu acho que muitas mulheres vêm com informações muito distorcidas e acabam chegando para orientação ou quer saber de alguma coisa falando: “Ai, eu vou perder minha casa, se eu sair de casa”. Porque isso, inclusive, é reforçado por alguns equipamentos, sobretudo Polícia, Segurança Pública, que dão outra informação, vão desestimular determinadas coisas; as famílias, às vezes, atrapalham também nesse sentido... Então elas vêm muito confusas em relação a isso. A maioria sabe o que é a Lei Maria da Penha, mas desconhece, de fato, o que aquela lei pode assegurar para ela, o que significa aquilo. O que a gente percebe é que as mulheres, na maioria das vezes, têm informações muito desencontradas, muito enfraquecidas também no que diz respeito aos próprios direitos, e por isso a gente faz algumas atividades aqui, e a gente percebe muito a mudança das mulheres no discurso, inclusive. Quando elas têm um acompanhamento, quando elas começam a participar não só dos grupos técnicos, as meninas tocam o grupo social e grupo psicoterapêutico, o Chá Lilás, que é um espaço maior... Então na hora da troca, que a gente vai falando, elas também estão muito mais fortalecidas mesmo, as mulheres acabam tendo discursos muito politizados, até. Porque são discussões que a gente faz com elas, então a gente consegue fazer esse comparativo, a gente percebe a mudança de mentalidade, de como isso faz elas solidarizarem mais, pensarem em se organizar, que é um pouco isso que a gente pensa em potencializar aqui também. Então isso vem com o processo, se elas continuam na Casa [...] a expansão dessa consciência vai se dar à medida que ela participa, porque as conversas, sobretudo em relação ao atendimento social, que vai fazer essa entrada de falar um pouco da raiz social, desses problemas que ela têm vivido e de como é fundamental, inclusive, para ela romper com a situação, se perceber nisso.*



Caroline – *Eu acho que as mulheres [...] têm essa noção um pouco maior do machismo [...], qual que é o lugar dela na sociedade. Quando elas começam a conviver aqui na Casa, conforme a gente vai tendo o Chá Lilás, de conversa, aí sim elas começam a entender algumas coisas [...], muitas vezes, quando chegam aqui, elas chegam justificando algumas ações, [...] mas quando elas começam a conviver aqui na casa, quando a gente começa a trabalhar os grupos, aí sim elas começam a entender alguns pontos que antes, por essa questão muitas vezes religiosa, da família, elas não têm tanta visão [...].*

Margarida – *É isso, e eu acho que uma vai passando para outra, o que já passou, uma que chega com medo de falar, quietinha, na dela, e depois ela vai se entrosando com a outra, a outra vai falando o que já passou...*

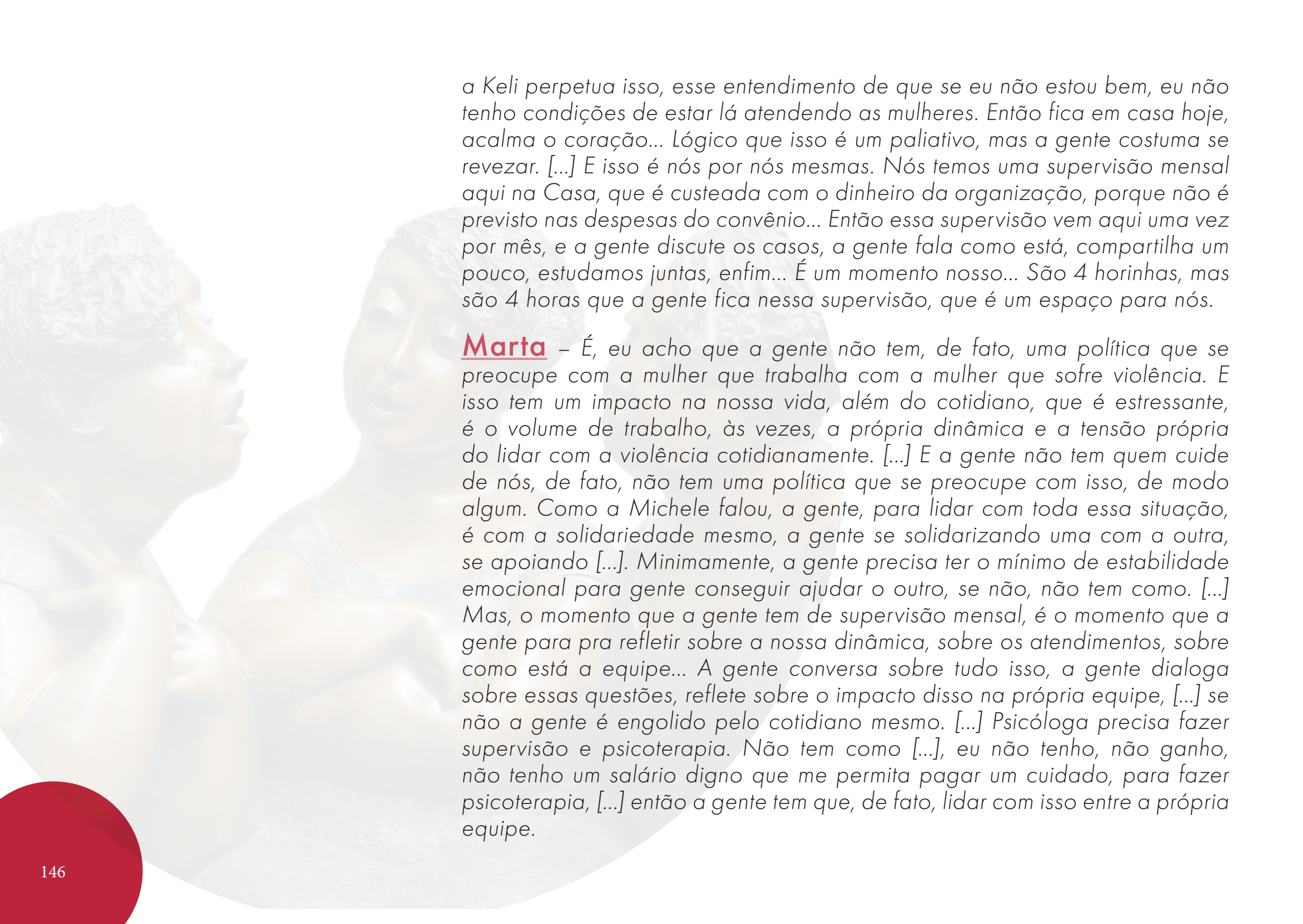
Michele – *Isso é fruto do trabalho coletivo mesmo [...]. É fruto, justamente, daquilo que a gente colocou, que é a nossa discussão de gênero, do que é a mulher nessa sociedade, das relações sociais que compõem a construção desses papéis, perpassa por todas as atividades. Pode ser que na atividade de Artesanato, de geração de renda, não se fale naquele momento aquilo, mas elas vêm num Chá Lilás e depois na oficina, depois, elas vão falar daquilo e uma vai se reconhecendo na fala da outra. É que nem o operário quando se reconhece operário, é igual fazer greve que a gente para a fábrica. É mais ou menos assim. Uma vai olhando para a história da outra, uma está mais ferrada que a outra às vezes, mas existe algo que está ali. [...] E aí, se você perguntar para elas o que é o machismo, pode ser que elas não te falem com as palavras tão bonitas e rebuscadas que a leitura, muitas vezes, dá para algumas pessoas falarem, mas elas vão saber te dizer com a vivência delas o que é o machismo, que elas sentem na pele. É a mesma coisa em relação à questão racial. A mesma coisa, que é aquilo que a Marta colocou, elas não vão chegar aqui dizendo: “Ah, eu fui discriminada porque eu sou negra”.*

[...] Às vezes ela não sabe dar o nome, e aí cabe a gente dizer que isso tem nome e isso é racismo. A mesma coisa quando a mulher sofre violência sexual do companheiro, que ela não vai dizer: "Ah, eu fui estuprada". E a gente vai dizer: "Não, você foi. Isso é um estupro". Dar nome para as coisas é muito importante. Eu acho que é esse processo que as meninas colocaram aqui, coletivo mesmo.

3.2.3.7. Quem Cuida das Profissionais

Keli – Acho que à medida que a equipe vai se afinando, vão se cuidando umas das outras, o que também não é o suficiente, a gente não tem um acompanhamento psicológico. [...] Entre a gente [...] temos supervisão com a Marilda, que acho que sempre quem fez supervisão aqui com a gente, esse dinheiro não existe em todos os CDCMs, é uma opção da organização, que entende como importante para as profissionais. Então acaba sendo espaço de estudo e de compartilhar problemas, casos e os nossos casos, quanto tem. Então, esse é o único cuidado que a gente tem, [...] fazer um ambiente melhor possível, [...] a gente cumpre uma carga horária que dê conta também do atendimento com as mulheres mas, por exemplo, quando uma não está se sentindo bem, fala à outra e quando não dá para vir [...]. Então é isso, a gente vai se afinando nesse sentido.

Michele – É que, aqui na Casa Viviane, a gente sempre teve um lance de solidariedade muito forte umas com as outras. Então, é muito corriqueiro problemas de saúde que se somatizam, às coisas se somatizam no nosso corpo. E aí, desde que eu entrei, por isso que eu acho esse lugar fantástico, sempre teve essa ideia, que foi passada desde a Tatiane, a antiga coordenadora, e



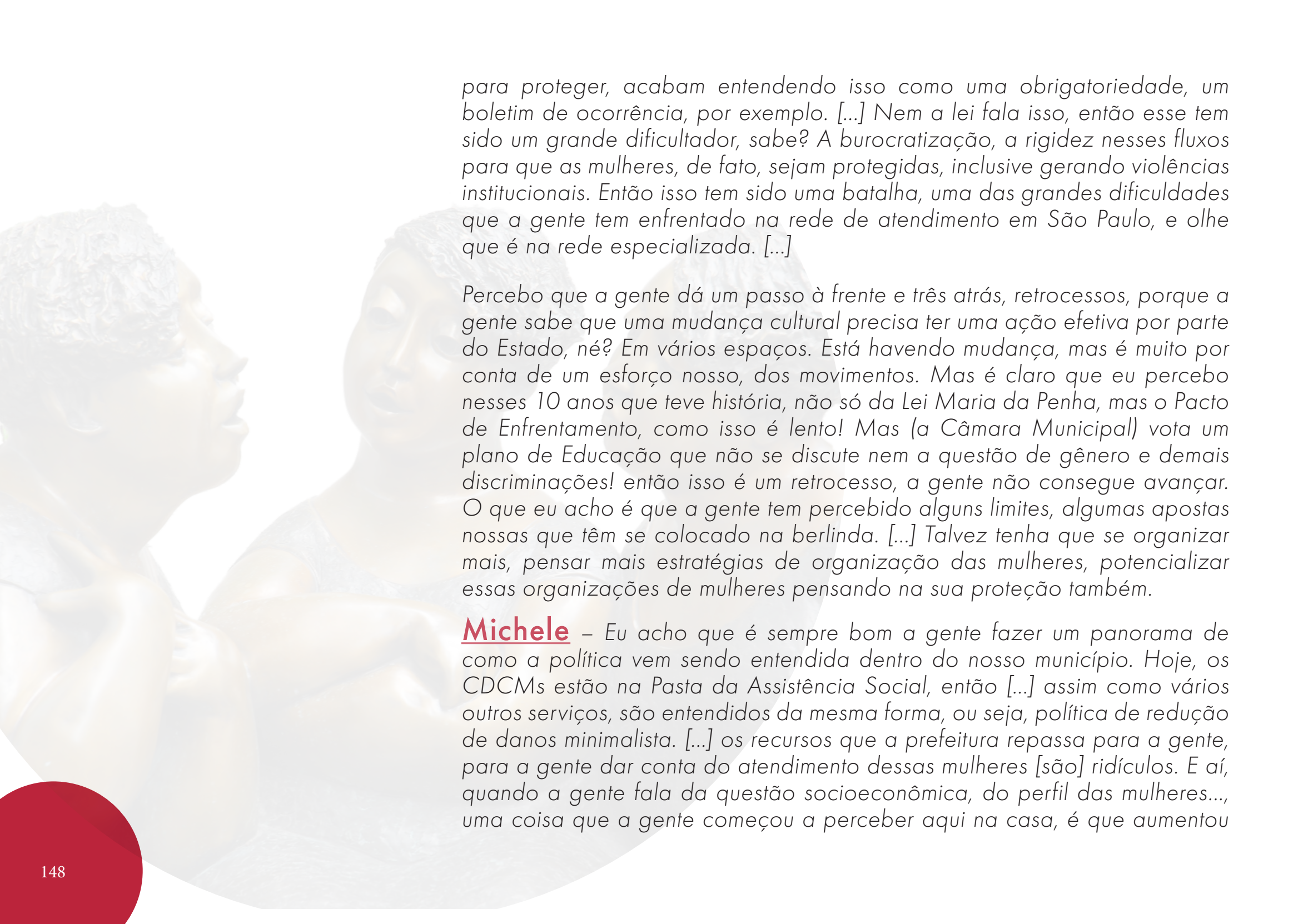
a Keli perpetua isso, esse entendimento de que se eu não estou bem, eu não tenho condições de estar lá atendendo as mulheres. Então fica em casa hoje, acalma o coração... Lógico que isso é um paliativo, mas a gente costuma se revezar. [...] E isso é nós por nós mesmas. Nós temos uma supervisão mensal aqui na Casa, que é custeada com o dinheiro da organização, porque não é previsto nas despesas do convênio... Então essa supervisão vem aqui uma vez por mês, e a gente discute os casos, a gente fala como está, compartilha um pouco, estudamos juntas, enfim... É um momento nosso... São 4 horinhas, mas são 4 horas que a gente fica nessa supervisão, que é um espaço para nós.

Marta – É, eu acho que a gente não tem, de fato, uma política que se preocupe com a mulher que trabalha com a mulher que sofre violência. E isso tem um impacto na nossa vida, além do cotidiano, que é estressante, é o volume de trabalho, às vezes, a própria dinâmica e a tensão própria do lidar com a violência cotidianamente. [...] E a gente não tem quem cuide de nós, de fato, não tem uma política que se preocupe com isso, de modo algum. Como a Michele falou, a gente, para lidar com toda essa situação, é com a solidariedade mesmo, a gente se solidarizando uma com a outra, se apoiando [...]. Minimamente, a gente precisa ter o mínimo de estabilidade emocional para gente conseguir ajudar o outro, se não, não tem como. [...] Mas, o momento que a gente tem de supervisão mensal, é o momento que a gente para pra refletir sobre a nossa dinâmica, sobre os atendimentos, sobre como está a equipe... A gente conversa sobre tudo isso, a gente dialoga sobre essas questões, reflete sobre o impacto disso na própria equipe, [...] se não a gente é engolido pelo cotidiano mesmo. [...] Psicóloga precisa fazer supervisão e psicoterapia. Não tem como [...], eu não tenho, não ganho, não tenho um salário digno que me permita pagar um cuidado, para fazer psicoterapia, [...] então a gente tem que, de fato, lidar com isso entre a própria equipe.

3.2.3.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Keli – Acho que a Lei Maria da Penha continua sendo o maior ganho para a gente, com todas as novidades que ela trouxe, enfim. Acho que houve, mesmo que timidamente, falando por São Paulo, a expansão de uma rede de serviço, só que para a gente é sempre um pouco preocupante, você se expande, mas você também não tem aquele controle social para aquilo. Existe um edital e uma abertura de um Centro de Defesa, ou de um abrigo, por exemplo. Mas às vezes, as organizações que estão por trás não têm o menor compromisso com aquela pauta, sendo religiosas ou não necessariamente, não têm um compromisso com aquilo, sem falar na precariedade que é a verba destinada para esses serviços. Eu acho que tem uma nuance diferente, por exemplo, a Casa Vivi ou serviços que têm uma aproximação com movimentos sociais, ou mesmo as trabalhadoras, minimamente, que tem. Mas o nosso caso, que não é necessariamente uma organização feminista, mas que tem mulheres feministas que estão dentro desses espaços, então isso fortalece o trabalho, faz pensar e ajuda a pensar as políticas públicas na cidade. Então, acho que isso é uma coisa, você tem a expansão dos serviços, mas não necessariamente significa qualidade no geral. A gente continua sendo serviços conveniados, a gente sabe o que significa conveniamento, terceirização e mesmo com a entrada da Secretaria das Mulheres [...].

Eu não vejo que foi só falta de recurso, mas de uma atuação política que desse conta de fortalecer a rede de atendimento, e isso não aconteceu. Isso não aconteceu, então um dos desafios que a gente tem no atendimento às mulheres é perceber os vários furos, que mesmo o Judiciário e a Segurança Pública não são respostas para garantir a proteção das mulheres, porque se a gente for pensar, uma mulher a gente está falando de cruzamentos aí, de violência urbana e doméstica. Mulheres não querem ter contato com a Polícia, não querem ter contato com o Judiciário, mas os abrigos que estão



para proteger, acabam entendendo isso como uma obrigatoriedade, um boletim de ocorrência, por exemplo. [...] Nem a lei fala isso, então esse tem sido um grande dificultador, sabe? A burocratização, a rigidez nesses fluxos para que as mulheres, de fato, sejam protegidas, inclusive gerando violências institucionais. Então isso tem sido uma batalha, uma das grandes dificuldades que a gente tem enfrentado na rede de atendimento em São Paulo, e olhe que é na rede especializada. [...]

Percebo que a gente dá um passo à frente e três atrás, retrocessos, porque a gente sabe que uma mudança cultural precisa ter uma ação efetiva por parte do Estado, né? Em vários espaços. Está havendo mudança, mas é muito por conta de um esforço nosso, dos movimentos. Mas é claro que eu percebo nesses 10 anos que teve história, não só da Lei Maria da Penha, mas o Pacto de Enfrentamento, como isso é lento! Mas (a Câmara Municipal) vota um plano de Educação que não se discute nem a questão de gênero e demais discriminações! então isso é um retrocesso, a gente não consegue avançar. O que eu acho é que a gente tem percebido alguns limites, algumas apostas nossas que têm se colocado na berlinda. [...] Talvez tenha que se organizar mais, pensar mais estratégias de organização das mulheres, potencializar essas organizações de mulheres pensando na sua proteção também.

Michele – Eu acho que é sempre bom a gente fazer um panorama de como a política vem sendo entendida dentro do nosso município. Hoje, os CDCMs estão na Pasta da Assistência Social, então [...] assim como vários outros serviços, são entendidos da mesma forma, ou seja, política de redução de danos minimalista. [...] os recursos que a prefeitura repassa para a gente, para a gente dar conta do atendimento dessas mulheres [são] ridículos. E aí, quando a gente fala da questão socioeconômica, do perfil das mulheres..., uma coisa que a gente começou a perceber aqui na casa, é que aumentou

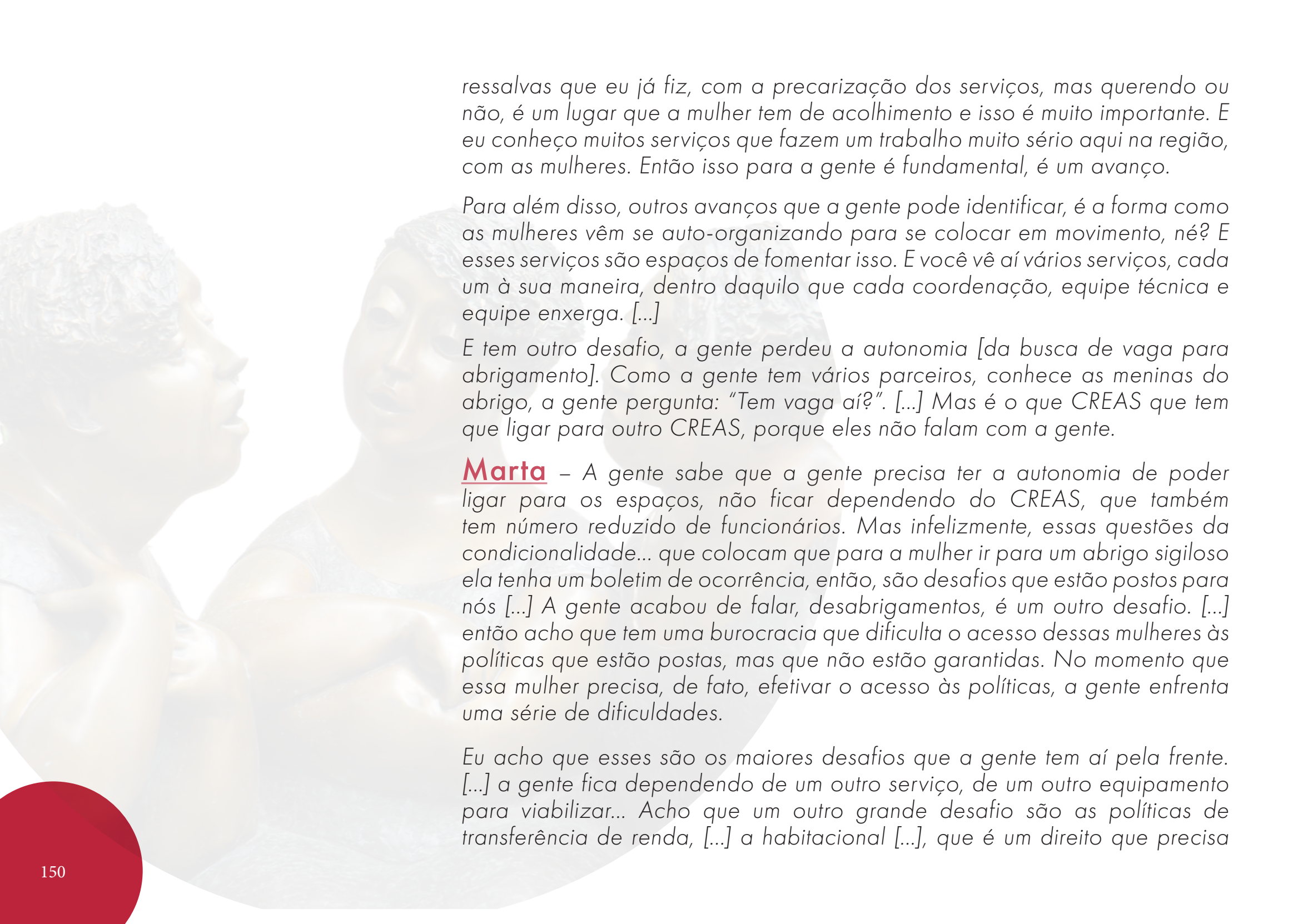
muito o número do atendimento de mulheres nos espaços coletivos. E é engraçado, porque parece que não tem nada a ver isso, mas tem tudo a ver com o entendimento do município com relação aos serviços.

Muitas mulheres, a gente sabe que a refeição que elas vão fazer é aqui. É a bolacha que tem lá embaixo, é o suco que tem lá, é o café que as meninas fazem, é o leite que coloca lá... E muitas. [...] O recurso é o mesmo, a inflação aumentou, tudo aumentou, o nosso recurso é o mesmo.

Do ponto de vista financeiro, a política de enfrentamento à violência contra a mulher e a operacionalização do serviço são negligenciados pela Secretaria de Assistência. A gente está falando da parte que nos toca, mas eu tenho certeza que os demais serviços nessa Pasta estão na mesma situação. E por que a gente fala isso? É o olhar minimalista que se tem para a demanda, para a situação. É violência contra a mulher. [...]

Fazendo um link com a conjuntura, as mulheres não estão conseguindo emprego, os benefícios sociais, a gente teve uma notícia no último Chá Lilás, [...] que a coordenadora do CRAS aqui próximo da gente, que é o nosso CRAS de referência, ela disse [...] que o governo federal já anunciou o corte para o município de São Paulo, capital, de 300 mil famílias do Bolsa Família. [...] Não estou dizendo que elas vêm para cá só para comer, mas elas vêm para a atividade e aqui, às vezes, é o espaço que elas tem comida. [...] Então é com isso que a gente lida. Não tem diálogo com a fome. E essa crise, essa mudança de governo impacta no nosso trabalho e o nosso serviço vem sentindo. [...] A mão mais pesada é em cima da gente.

Então isso é um desafio, mas a gente também não pode ser fatalista e só falar das coisas ruins. Existem as possibilidades de avanço, eu acho que o aumento no número de CDCMs foi muito bom. Claro que com todas essas



ressalvas que eu já fiz, com a precarização dos serviços, mas querendo ou não, é um lugar que a mulher tem de acolhimento e isso é muito importante. E eu conheço muitos serviços que fazem um trabalho muito sério aqui na região, com as mulheres. Então isso para a gente é fundamental, é um avanço.

Para além disso, outros avanços que a gente pode identificar, é a forma como as mulheres vêm se auto-organizando para se colocar em movimento, né? E esses serviços são espaços de fomentar isso. E você vê aí vários serviços, cada um à sua maneira, dentro daquilo que cada coordenação, equipe técnica e equipe enxerga. [...]

E tem outro desafio, a gente perdeu a autonomia [da busca de vaga para abrigo]. Como a gente tem vários parceiros, conhece as meninas do abrigo, a gente pergunta: “Tem vaga aí?”. [...] Mas é o que CREAS que tem que ligar para outro CREAS, porque eles não falam com a gente.

Marta – A gente sabe que a gente precisa ter a autonomia de poder ligar para os espaços, não ficar dependendo do CREAS, que também tem número reduzido de funcionários. Mas infelizmente, essas questões da condicionalidade... que colocam que para a mulher ir para um abrigo sigiloso ela tenha um boletim de ocorrência, então, são desafios que estão postos para nós [...] A gente acabou de falar, desabrigoamentos, é um outro desafio. [...] então acho que tem uma burocracia que dificulta o acesso dessas mulheres às políticas que estão postas, mas que não estão garantidas. No momento que essa mulher precisa, de fato, efetivar o acesso às políticas, a gente enfrenta uma série de dificuldades.

Eu acho que esses são os maiores desafios que a gente tem aí pela frente. [...] a gente fica dependendo de um outro serviço, de um outro equipamento para viabilizar... Acho que um outro grande desafio são as políticas de transferência de renda, [...] a habitacional [...], que é um direito que precisa

ser garantido e que nós estamos retrocedendo cada vez mais nesse sentido e que afeta muito as mulheres, que dificulta todo o processo de rompimento com a situação de violência. Aliás, [...] acho que mantém as mulheres nesse processo de violência.

Michele – E tem coisas que eu acho que cai na conta dos movimentos de mulheres e nos movimentos feministas, coletivos e afins. Porque isso que a gente está passando aqui, é público, o sucateamento do serviço da rede é público. E quando a gente tentou ir para o enfrentamento via Defensoria Pública, escrevemos carta, fizemos manifestação, das trabalhadoras dos Centros de Defesa, somente dois coletivos chegaram junto, e o resto... um entrou na máquina, né? [...]

Então, isso é uma coisa que a gente conversou, que quando teve a audiência na Defensoria, lá lemos a carta, é um manifesto falando da precarização da rede [...], mas a gente sentiu uma solidão profunda: cadê os movimentos de mulheres que tanto lutaram para que esses serviços existissem? Porque a gente sabe que esse serviço é fruto da luta desses movimentos... onde eles estão?

Os Centros de Defesa estão sendo sucateados. Isso precisa aparecer, o quanto esse sucateamento vai impactar e vem impactando na vida das mulheres, tanto trabalhadoras quanto usuárias, [...] e essa crise estrutural está vindo de cima para baixo, esmagando a gente aqui embaixo.



3.2.4

CDCM

Casa

MulherAção

Está localizado na Rua Luís Lopes Correa, 116 - Guaianases, Zona Leste da cidade de São Paulo. Está ligada ao Instituto Social Santa Lúcia, que mantém um convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo/SMADS, desde 2012. É um serviço público, porém terceirizado.

O CDCM MulherAção é coordenado por Rute Alonso Silva, que não pode participar da conversa que realizamos com as profissionais da equipe: Bruna Cardoso, Keyse Silva, Priscila Novaes e Talita Melo.

Bruna Cardoso, 27 anos, branca, é psicóloga, integra a equipe há cerca de 1 mês, e antes integrava na USP um grupo de pesquisa sobre saúde mental; Keyse Silva, 31 anos, negra, é assistente social, iniciou-se como profissional no Núcleo de Defesa de Idosos, foi estagiária da Procuradoria da Mulher, e atua no MulherAção desde 2013; Priscila Novaes, 32 anos, negra, é orientadora socioeducativa, está na equipe há 7 meses e integra também o Coletivo Mulheres de Orí; Talita Melo, 30 anos, é advogada, atua na Pastoral Carcerária, em movimentos de mulheres, moradia e direitos humanos, e integra a equipe há 2 anos, e sobre sua cor, fez a seguinte declaração:

...eu acho difícil. Eu tenho a dizer que eu não consigo me identificar como branca, porque para mim significa me identificar, não que as pessoas brancas sejam opressoras, não é isso, mas eu estou querendo dizer que esse processo afirmativo de afirmar branco é muito..., não consigo. Mas, apesar da ascendência indígena, também sei que não estou no lugar de indígena ou de negra, eu não tenho afrodescendência também, então eu não sei responder.

Além dessa profissionais a equipe do CDCM MulherAção conta com mais duas integrantes, no administrativo e o operacional.


3.2.4.1. Quem são as Mulheres Atendidas

Talita – O convênio é de 100 mulheres, mas é bastante flutuante, acho que a gente, às vezes, atende mais mulheres e os atendimentos a gente não contabiliza, só os atendimentos individuais, a gente contabiliza também todas as outras coisas que a gente faz na casa, desde os chás da tarde, as oficinas e tal. Então flutua, mas o convênio é de 100, a gente tem que cumprir essa meta todos mês, então é uma das coisas que eu estou te falando quando vira política pública, tem uma meta. Embora esse não seja um serviço que tenha recorte de renda, a maioria das mulheres que procuram serviços é pobre, isso é diferente, por exemplo, da Defensoria Pública, que tem recorte de renda e tal, aqui não tem, mas são essas as mulheres que procuram. Elas são basicamente daqui. A gente tem uma restrição de atender o território, porque tem CDCMs em outros territórios, a gente tem restrições e provavelmente para a mulher é melhor e é mais cômodo de descolamento – mas não que a gente não atenda mulheres de outros lugares quando elas preferem ficar aqui, aí a gente mantém a opção dela, não tem problemas. Mas o recorte que a gente faz não é de renda, é de território, territorial, então, a maioria das mulheres são daqui, um pouco de Tiradentes embora tenha a [CDCM] Casa Anastácia, mas tem gente que está mais próximo daqui do que de lá, assim como tem gente que fica entre a [CDCM Casa] Viviane e a gente, então é dessa região aqui.

Priscila – Eu enxergo aqui... porque é difícil... as mulheres algumas delas não têm essa visão, esse recorte racial, então ela tende a ver mulheres brancas, morenas, pardas... mas eu enxergo número considerável de negras, e aí eu vejo uma diferença tanto no atendimento técnico como na convivência. Na

convivência eu acho que é um misto, uma mistura, e no atendimento técnico, eu vejo mulheres negras, eu vejo com mais frequência, isso que eu enxergo. Não vejo muitas mulheres jovens aqui, é bem difícil e vejo mulheres mais velhas, principalmente na parte de convivência nas oficinas, então eu vejo mulheres mais velhas mesmo, na dança, na ginástica, no artesanato principalmente.

Talita – Mas é tipo... entre 30 e 44 anos. São mulheres adultas. Eu acho que são, predominantemente, chefes de família, mães solteiras. Chefes de família e mães solteiras vêm – não significa que são chefes de família que sustentam no sentido, enfim, na construção de burguês ou classe média que a gente tem, mas eu acredito que são uma configuração que eu compartilhei, como um matriarcado de misérias. Eu acho que essa construção da mulher como dependente é uma despolitização da construção de que isso é fruto do machismo, sabe? Claro que mulheres pobres têm situação de dificuldade econômica, mas eu acho que começou a se construir quando as mulheres começaram a chegar às Delegacias ou no noticiário, [em] 1999, antes da Lei Maria da Penha, a resposta do judiciário ou do sistema de justiça criminal como um todo, foi de que: “Ah, o problema dessa mulher é que ela não tem um emprego, o problema dela é que ela não tem...”. Várias pesquisas que mostram isso... Está tudo aí, a Constituição está aí, os direitos estão aí, essas mulheres não vão atrás, e isso poderia possibilitar enfrentar o machismo. Não que não tenha essas questões, as desigualdades sociais e tal, mas me parece que isso acabou sendo uma forma de despolitizar o enfrentamento do machismo, porque é tudo isso, mas é machismo também, é controle direto do corpo da mulher, da vida das mulheres por esses homens. E não estou falando de homens poderosos, estou falando de homens igualmente pobres, igualmente negros, em situações de dificuldade, enfim. E aí isso foi meio que jogando as mulheres, meio que para não enfrentar a situação de machismo, mas para ser atendida. Porque aí cria-se, eu não sou contra a criação de



serviço, imagina, pelo contrário, eu acho que são espaços e tal, mas parece que isso substituiu o processo de organização contra o machismo e virou atendimento das mulheres para efetivar direitos. Não que não tenha que efetivar, não é isso. Depois começou a surgir o discurso de que o problema é psicológico. O problema era social, agora o problema é psicológico e têm todas essas questões, mas parece que sai um pouco da discussão do machismo, sabe? Então, essa mulher vai lá para ser escutada, atendida, então parece que esse é o problema, e não a desigualdade sócio racial e de gênero, que é estruturante do funcionamento louco dessa sociedade.


Keyse – Eu vejo também, que algumas mulheres declaram essa dependência econômica como uma ferramenta para justificar o porquê ela permanece ali. Então como se ela tivesse que justificar para alguém o porquê que ela está ali. Então, ela se apoia nisso, na dependência econômica: “Não, eu não estou com ele porque eu não consegui romper, eu estou com ele porque eu dependo dele, porque ele é o provedor da casa”, enfim... e quando de repente não é isso, de repente ela pode ter outros meios. Eu vejo algumas mulheres que declaram isso.

3.2.4.2. Como Elas Chegam

Talita – [...] tem mulheres que vêm para convivência mesmo, para estar no espaço com outras mulheres, estabelecer laço social, mas a massa é de atendimento individual e aí eu acho que tem que pensar também como que a gente se organiza. E a imensa maioria é para situação de violência mesmo, está em situação de violência, um ou outro caso, por exemplo, uma mãe que teve um filho preso e procurou algum tipo de orientação, ou uma senhora mais velha mais idosa que busca orientação de benefício social.

Só que como a gente não faz uma triagem de estar ou não em situação de violência, primeiro a gente faz uma escuta bastante livre, na maioria das vezes a demanda que ela traz é como se não tivesse nada a ver com violência, vai desvelando a demanda de violência que, muitas vezes, não é atual, mas é histórica e aí é um espaço importante para essa mulher de fala. Às vezes, a gente vai tomar ação nenhuma, não vou fazer nenhum encaminhamento para Delegacia, Defensoria ou no atendimento social, mas é um espaço em que vai ter escuta para ela trazer essas coisas, enfim.

Eu vejo um grande desafio é como as mulheres conhecem os CDCMs, como que elas vão ter acesso ao CDCM? A gente sabe que é alguma amiga, indicação de uma UBS, de algum local. Mas é muito difícil, elas ficam na condição de ter que acessar algum serviço para esse serviço indique o CDCM. Eu entendo que tem que haver a proteção da equipe, a proteção de nós mulheres trabalhadoras, mas o espaço aqui não tem nada na frente identificando, acabou limitando muito, eu acabo selecionando quem são essas mulheres que vão ter acessos a esse espaço, por isso que é um controle.



Então... a enfermeira tem que identificar que é uma violência doméstica, ela não pode identificar que é uma violência doméstica, ela não vai encaminhar para cá. Então como fazer para que essas mulheres tenham acesso aos CDCMs, só através de um outro serviço, serviço de saúde? É mais pelo serviço de saúde que ela chega até aqui. Então eu acho que é isso, esse desafio de poder não depender só dessa movimentação, porque se a gente depende desse movimento no boca a boca, ele não acontece, a gente não fala, a gente não se organiza, então elas não ficam sabendo.

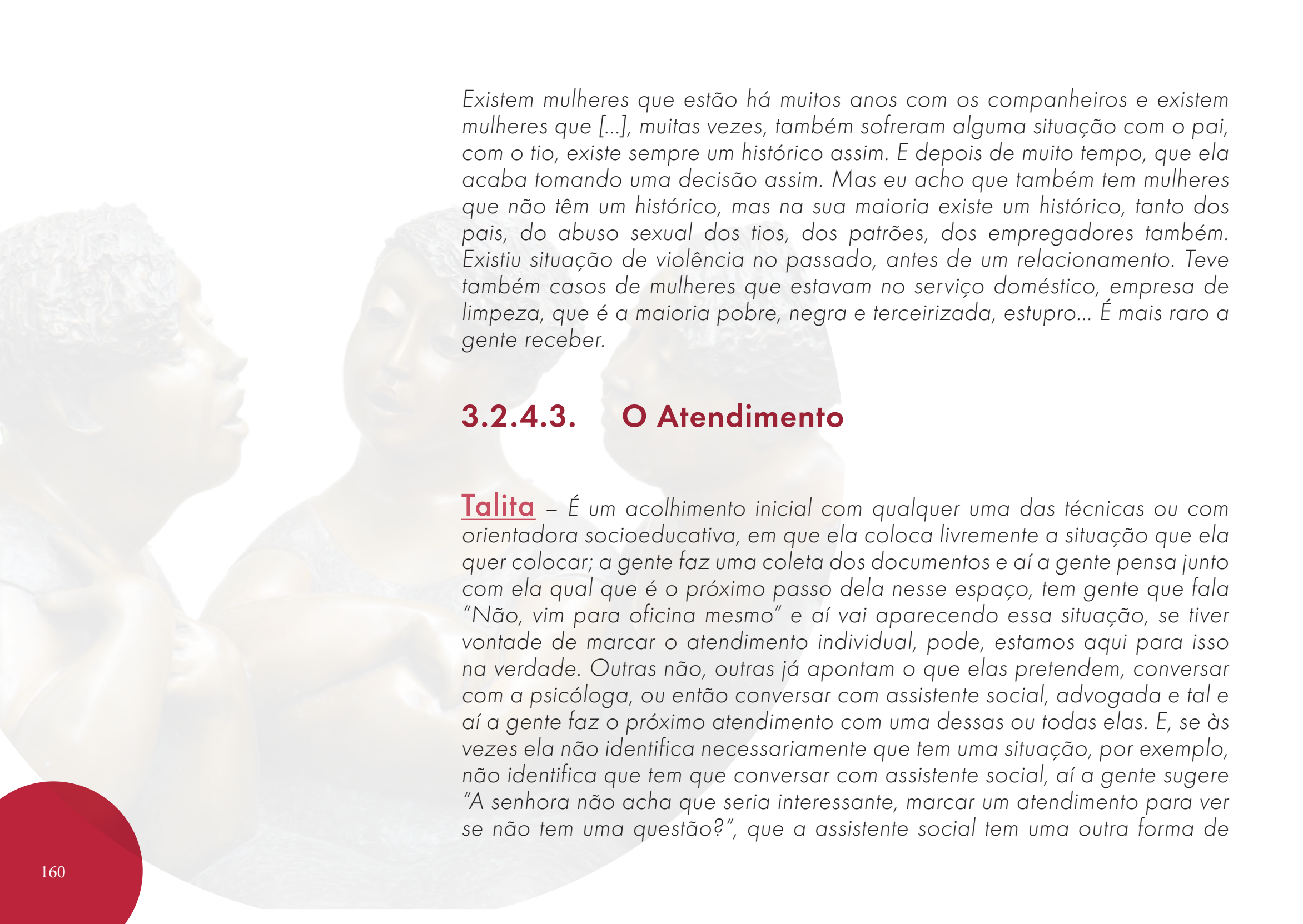
Keyse – Eu acredito que seja espontaneamente a situação de violência física, porque quando chegam aqui é o que elas mais identificam, que existe uma situação grave; existem mulheres que chegam por conta da psicológica, por humilhações, mas eu acho que muitas colocam que não existiu violência porque ele não agrediu, então a maioria que chega falando mesmo da situação de violência, que busca já um centro de acolhido, um abrigo, porque existiu uma situação já mais grave [...]

Eu penso também nos filhos, geralmente quando passa dela para os filhos, quando é a vida dos filhos, situação de abuso sexual dos filhos. Eu acho que o que menos elas identificam é violência sexual, vai aparecer depois de 3, 4 atendimentos, porque a gente dá uma cutucada. Eu acho que quando aparece um sintoma psíquico também, “Eu não estou dando mais conta, estou angustiada, não estou dormindo”, quando o medo se materializa num sintoma, sabe quando parece que dá para ver? Dá para pegar? Tipo, é um sintoma que chegou em um grau de depressão, quando sintomatiza assim e quando você consegue ver. O CRAS, a creche, Defensoria Pública manda para a gente às vezes. Delegacia é mais difícil.

Talita – *Eu acho que sempre é uma decisão, e acho que também não é... eu fico pensando que decisão é muito difícil de ser tomada sozinha, porque ninguém toma sozinha, você toma decisão em diálogo. E aí eu acho que decisão, talvez não nesse sentido assim, de um ato voluntário, mas tem um processo de decisão de esgotamento. Essa coisa que também as pessoas falam “As mulheres não falam de violência, elas não falam e tal”. Sim, tem toda uma... historicamente, tem uma repressão para que as mulheres neutralizem a violência, mas as mulheres falam de violência, elas falam com suas vizinhas, com seus filhos, com seus familiares, elas contam sim no posto. Essa coisa de que existe esse silêncio, o que eu acho... o que separou isso, tipo, é essa ideia de que falar é igual a denúncia.*

Então, eu acho perigoso isso, quando se criou essa ideia de que tem que denunciar, tem que denunciar. Na verdade denunciar para quem? Para o Estado e denunciar para o Estado, na maioria das vezes para um delegado de polícia, não é fácil. É um homem que é extremamente grosseiro, que sua lógica de atuação não é para proteger a vida das mulheres, ainda mais pobres, negras. Então, é muito difícil sim de fazer esse movimento de falar com policial, com o médico, mas com os seus familiares e, muitas vezes, com a enfermeira, com a psicóloga, com a assistente social, sabe, isso já aparece mais. E o que se via fazer com isso, já é outro passo, como enfrentar isso.

Então, eu acho que tem um processo de decisão sim, eu acho que essa decisão que é construída na mídia, que a mulher tem que fazer, tem que acontecer, eu acho que não é isso que a gente está falando, é outro processo de decisão e precisa ser considerado, sabe? De uma maneira geral, ela sempre vem aqui a partir de uma relação sim. A partir de uma vizinha, a partir de uma conversa na UBS em que a profissional conseguiu identificar isso. Na escola é menos comum, bem menos comum, muito difícil.

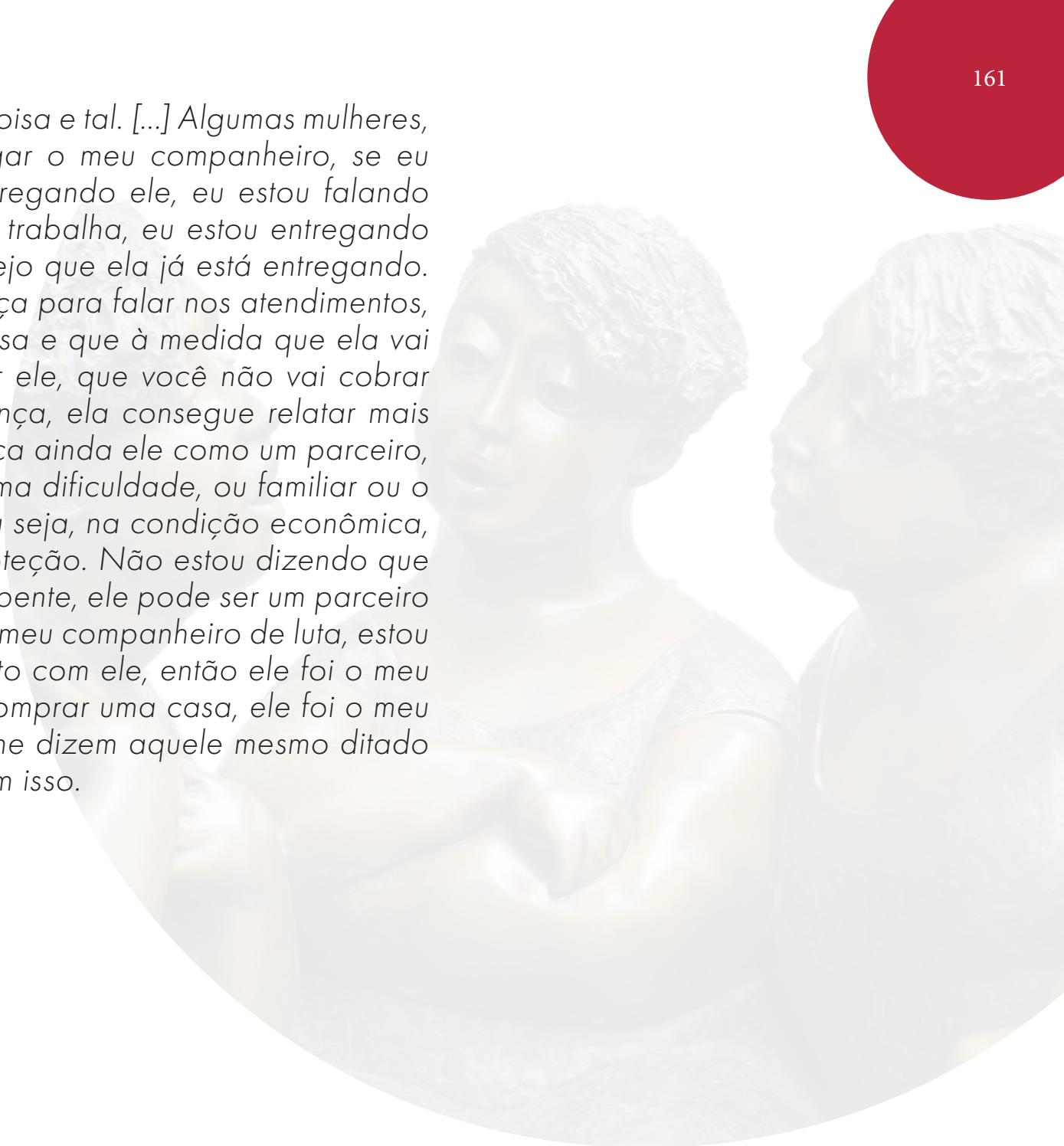


Existem mulheres que estão há muitos anos com os companheiros e existem mulheres que [...], muitas vezes, também sofreram alguma situação com o pai, com o tio, existe sempre um histórico assim. E depois de muito tempo, que ela acaba tomando uma decisão assim. Mas eu acho que também tem mulheres que não têm um histórico, mas na sua maioria existe um histórico, tanto dos pais, do abuso sexual dos tios, dos patrões, dos empregadores também. Existiu situação de violência no passado, antes de um relacionamento. Teve também casos de mulheres que estavam no serviço doméstico, empresa de limpeza, que é a maioria pobre, negra e terceirizada, estupro... É mais raro a gente receber.

3.2.4.3. O Atendimento

Talita – É um acolhimento inicial com qualquer uma das técnicas ou com orientadora socioeducativa, em que ela coloca livremente a situação que ela quer colocar; a gente faz uma coleta dos documentos e aí a gente pensa junto com ela qual que é o próximo passo dela nesse espaço, tem gente que fala “Não, vim para oficina mesmo” e aí vai aparecendo essa situação, se tiver vontade de marcar o atendimento individual, pode, estamos aqui para isso na verdade. Outras não, outras já apontam o que elas pretendem, conversar com a psicóloga, ou então conversar com assistente social, advogada e tal e aí a gente faz o próximo atendimento com uma dessas ou todas elas. E, se às vezes ela não identifica necessariamente que tem uma situação, por exemplo, não identifica que tem que conversar com assistente social, aí a gente sugere “A senhora não acha que seria interessante, marcar um atendimento para ver se não tem uma questão?”, que a assistente social tem uma outra forma de

abordar, que pode ser que apareça alguma coisa e tal. [...] Algumas mulheres, eu já escutei falando, "Eu não posso entregar o meu companheiro, se eu abrir um boletim de ocorrência eu estou entregando ele, eu estou falando o endereço dele, eu estou falando onde ele trabalha, eu estou entregando ele para a polícia". E, de certa maneira eu vejo que ela já está entregando. Tanto que eu não sinto que ela tem insegurança para falar nos atendimentos, eu não sinto. Eu sinto que ela omite muita coisa e que à medida que ela vai tendo segurança, que você não vai entregar ele, que você não vai cobrar depois. Então à medida que ela tem segurança, ela consegue relatar mais coisas. [...] Porque eu imagino que ela identifica ainda ele como um parceiro, ou seja, no momento que ela passa por alguma dificuldade, ou familiar ou o que seja, ele ainda pode ser um parceiro. Ou seja, na condição econômica, ele ainda pode ser um parceiro, tem essa proteção. Não estou dizendo que ele é um parceiro, mas ela imagina que, de repente, ele pode ser um parceiro ainda, então "Não vou entregar ele", "Ele é o meu companheiro de luta, estou há 20 anos com ele, há 20 anos vivendo junto com ele, então ele foi o meu companheiro. Se a gente conseguiu, sei lá, comprar uma casa, ele foi o meu companheiro ali nas lutas". Muitas mulheres me dizem aquele mesmo ditado "Ruim com ele, pior sem ele", elas ainda dizem isso.




3.2.4.4. Oficinas, Projetos e Parcerias

Priscila – Na segunda-feira tem aula de ginástica, que é a zumba, na terça-feira é intercalado: uma terça-feira tem a oficina de literatura e criatividade, agora elas estão confeccionando frases em pano de prato, e aí na outra terça-feira é oficina de áudio visual, então elas estão entendendo equipamentos, produzindo, fizeram algumas entrevistas, estão na parte agora de finalização e edição. E as quartas-feiras são livres, para programar... pode ser uma roda de conversa, ou um convite de alguma mulher para conversar sobre determinado assunto. E na quinta-feira tem oficina de artesanato e agora recentemente é contação de história, mas foi por conta da demanda das mulheres vêm para a oficina de artesanato e elas trazem as crianças e aí não tinha uma atividade voltada para as crianças, então elas estavam divididas no artesanato, mas tem as crianças e tal... aí nós pensamos a princípio na contação de história, mas que não se desenvolveu dentro desse molde e a Thaís Teles faz algumas atividades com as crianças; na sexta-feira também é livre, elas utilizam como decidirem o espaço na sexta-feira. Eu também fiz algumas oficinas de gastronomia e pensei na geração de renda, então nós fizemos pão de mel, trufa e agora a última foi de salgados para festas e a próxima será de confeitaria, bolos.

Talita – Os orçamentos das oficinas, ou modelo de atendimento, tudo isso é um pouco pré-estabelecido... claro que é feito de acúmulo de lutas de feministas, de lutas de mulheres para ter uma casa em que tivesse atendimentos individuais e atividades coletivas, até porque essa casa, essa não, mas a maioria das casas se tornaram serviço público depois de terem sido experiência histórica de mulheres que se organizaram para atender mulheres em situação

de violência nos anos 80, 90 e tal. Depois disso teve uma luta para que isso fosse política pública. Então, lá atrás existia a experiência de que as pessoas iam acordando, que seria desse jeito, daquele jeito e tinha mais ou menos uma mobilidade assim “Vai ser oficina ou não, a gente vai pensar em outra coisa”. Quando se torna política pública, tem mais ou menos algo pré-estabelecido, então... não estou fazendo nenhuma crítica, mas estou colocando isso para gente pensar, porque o modelo de organização de atendimentos individuais, de tomar a maioria do tempo das pessoas trabalhadoras daqui, e aí menos tempo para ou menos espaço de tempo e de equipe para pensar as atividades coletivas, e aí elas iam muito no formato de oficinas, de algo já pronto que, mesmo que seja pensado pela equipe é muito difícil pensar com as mulheres... Então, só caracterizar isso, tem uma gestão pré-estabelecida na medida que vira política pública e aí a gente tem que pensar nisso, o quanto isso pode, não é que necessariamente acontece, mas ser processos organizativos mas que seja mais de enfrentamento mesmo.

Priscila – Tem o Fundo de Solidariedade, que é do governo do Estado, então desde quando eu estou, se não me engano, 3 mulheres fizeram um curso de padaria artesanal, de panificação. Além do fundo solidário, a gente recebe algumas vagas também do CAT [Centro de Atendimento ao Trabalhador], eu não vejo como uma parceria, porque ele simplesmente divulga as vagas. Eu sinto falta realmente de ser uma parceria, de ter um parceiro. Tem o SEBRAE, que a gente buscou algumas vagas, mas aí seria mais voltado para mulheres que são microempreendedoras, então elas têm que se formalizar para ter acesso a esses cursos; eu tentei alguns contatos, que seria algumas empresas de Call Center, telemarketing, mas foi bem difícil para a gente estabelecer essa parceria, porque o que me passam é simplesmente o e-mail, um canal comum, que seria para todas outras pessoas acessarem. Então eu sinto dificuldade para parcerias exatamente; tem duas mulheres aqui que são bolivianas, elas

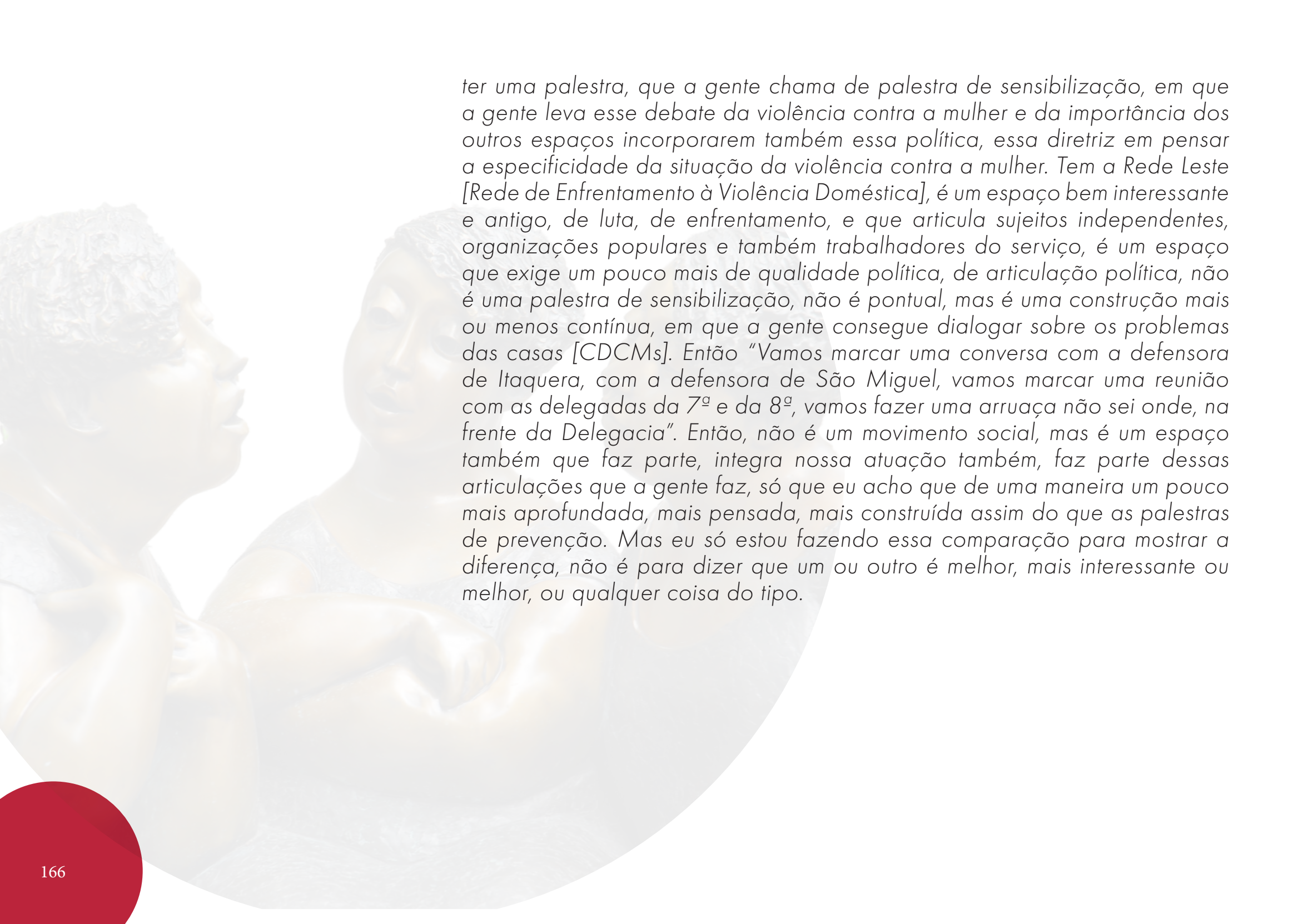


não têm documentação, então elas não conseguiram fazer esse curso da padaria artesanal, e aí eu questionei, expliquei a situação, também não senti essa parceria porque elas não conseguiram fazer o curso, e com certeza não vão conseguir fazer outras coisas. É difícil eles entenderem o que é o serviço, entender a diversidade das mulheres que atendemos aqui para poder de fato a gente se completar. E em relação ao trabalho, emprego, nessas empresas de telemarketing, eu senti que o discurso é muito bonito assim “tudo bem, encaminha, encaminha”, mas eles já pensam como uma empresa, um empregador, então por que eu vou empregar uma mulher que está nessa situação? Para ela faltar no trabalho, para ele ter problemas? Então tem essa mentalidade do empregador.

Keyse – Marina [ex-coordenadora do CDCM MulherAção] teve a ideia de fazer roda de conversa com os alunos do ensino fundamental, do ensino médio; ela iniciou, mas não concluiu, eu acho que só fez em duas escolas e ela viu, entendeu, que era muito importante, era necessário. A gente recebeu um grupo de alunos, meninos, o professor entrou em contato e falou que a classe estava passando por algumas situações de desrespeito com meninas e aí ele pediu e ela abriu uma exceção e eram só meninos, 30 meninos; fizeram um grupo e ficaram bem apertados. Mas foi algo pontual. Daí, ela fez essas oficinas fora, nas escolas e entendeu que seria importante, a ideia era que começasse esse ano, mas não foi para frente. Com o CAT, nunca avançavam, então eu acabei não pensando em encaminhar, porque tinham essas vagas, vagas terceirizadas, que muitas vezes são o maior campo de trabalho dessas mulheres. Algumas mulheres que a gente encaminhou, teve uma questão que a gente identificou como racismo; a gente encaminhou essa mulher e já estava certo, a gente tinha conversado e tudo: “Você vai passar na entrevista, conversar” e aí eles não contrataram, ela voltou falando que ia aguardar a resposta e desde então não retornaram. A pessoa que tinha

indicado a vaga ligou falando que eles não tinham contratado porque ela era negra, ela ia ficar no setor próximo a cargos superiores, e eles não iam querer. Ela era negra, obesa, então todos os estigmas aí. E ela não identificou dessa forma, a gente conversou, eu coloquei um pouco do que tinha chegado para gente, como que a gente identificava isso e ela não via isso como um problema, achou que era mais um erro, que tinha se fechado para ela. A gente conversou sobre isso, como falar com uma pessoa se ela nem identifica que existe racismo, bem difícil... não dá para falar se ela não identifica aquilo. A questão do trabalho é um grande problema, principalmente agora que até os lugares que a gente encaminhava não estão mais contratando, e paralelo a isso é a economia solidária, a geração de renda... enfim, tem muitas mulheres que não querem trabalhar formalmente e é isso mesmo, é bom que elas sigam o caminho delas, o que elas querem construir, onde elas querem trabalhar. Muitas têm a necessidade de permanecer em casa por causa dos filhos, isso é uma grande dificuldade inclusive delas começarem a trabalhar, quem vai gerenciar os filhos, é um grande conflito. A rede de apoio é pequena, não tem essa família para auxiliar e aí esse comecinho de trabalho e quem sabe essa questão dos filhos é bem complicada, muitas acabam não prosseguindo no trabalho.

Talita – [Parcerias] A gente tem previsão legal na própria lei Maria da Penha de atuação em rede, para além disso, como serviço público, é quase irreversível também a necessidade de se atuar em rede, porque tudo que a gente faz aqui, qualquer tipo de encaminhamento necessita de diálogo com outro espaço, desde INSS, Defensoria Pública, Delegacia, hospitais, então isso faz parte da atuação... Então, conversar com profissionais da saúde, da UBS mais próxima, com profissionais da escola que tem aqui próxima, mesmo com Delegacia, a gente fez esse diálogo. Essa articulação ela acontece o tempo inteiro, então se você pega a nossa agenda sempre vai




ter uma palestra, que a gente chama de palestra de sensibilização, em que a gente leva esse debate da violência contra a mulher e da importância dos outros espaços incorporarem também essa política, essa diretriz em pensar a especificidade da situação da violência contra a mulher. Tem a Rede Leste [Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica], é um espaço bem interessante e antigo, de luta, de enfrentamento, e que articula sujeitos independentes, organizações populares e também trabalhadores do serviço, é um espaço que exige um pouco mais de qualidade política, de articulação política, não é uma palestra de sensibilização, não é pontual, mas é uma construção mais ou menos contínua, em que a gente consegue dialogar sobre os problemas das casas [CDCMs]. Então “Vamos marcar uma conversa com a defensora de Itaquera, com a defensora de São Miguel, vamos marcar uma reunião com as delegadas da 7ª e da 8ª, vamos fazer uma arruaça não sei onde, na frente da Delegacia”. Então, não é um movimento social, mas é um espaço também que faz parte, integra nossa atuação também, faz parte dessas articulações que a gente faz, só que eu acho que de uma maneira um pouco mais aprofundada, mais pensada, mais construída assim do que as palestras de prevenção. Mas eu só estou fazendo essa comparação para mostrar a diferença, não é para dizer que um ou outro é melhor, mais interessante ou melhor, ou qualquer coisa do tipo.

3.2.4.5. As Mulheres Negras e o CDCM

Priscila – *Eu vejo elas procurando algo muito pontual: eu preciso fazer um currículo, eu preciso conversar com a advogada, porque eu quero isso e aquilo. Ela quer acessar algo, ela quer garantir algo que ela não conseguiu em outro lugar, então aqui talvez seja uma possibilidade desse fortalecimento, dela conseguir alguma coisa específica, eu acho que é isso. Tanto que eu vejo elas procurando muito atendimento técnico, que elas querem algo exatamente. Eu queria conversar com isso, eu queria ouvir aquilo, eu queria currículo, eu queria uma vaga de emprego, eu queria que fizesse tal coisa, ela vem direcionada assim. Parece que ela já sabe o que está acontecendo e ela imagina que aquilo vai minimizar o que está passando, então ela vem bem pontual. Entre pretas e pardas, o maior número, acredito que de pardas.*

Talita – *Até porque são mulheres, como a gente estava falando, que estão trabalhando informalmente ou formalmente, a maioria informal. Aí dificulta o acesso as atividades, a outras rodas de conversas, de diálogo, o espaço que elas consigam decidir juntas, elas não estão nesse espaço. Elas estão mais nas rodas de convivência, que não identificaram ainda que é uma situação de violência, estão mais acessando o espaço, não estão trabalhando muitas vezes, tem esse falso imaginário de que depende do companheiro, mas elas estão aqui produzindo e até vendendo as coisas que elas fazem nas oficinas, não se dão conta que talvez sejam um caminho para elas conseguirem sair dessa condição e ter uma autonomia financeira.*



Priscila – Não que no momento de convivência as mulheres negras não estejam também, elas também estão, mas eu vejo que no momento de convivência, as mulheres negras não estão exatamente em uma situação de violência, elas não falam que estão em uma situação de violência, elas não estão no atendimento técnico. Quando a mulher negra está aqui dentro em uma situação de violência, é por um atendimento técnico, ela precisa alguma coisa exatamente, precisa de algo. [...] e, se elas conseguirem esse algo específico, elas não voltam mais, se elas conseguiram um emprego, elas conseguiram resolver a questão da casa, a questão dos filhos, elas não voltam mais. Não que ela não esteja ainda na situação de violência, mas ela conseguiu resolver aquilo que ela queria.


Talita – Ela vem no dia de folga, de manhã, porque depois ela tem outras coisas para fazer, ela vem no horário de almoço fazer alguma outra coisa, tirar Xerox de algum documento, vem em alguns momentos assim. Eu fico pensando que as mulheres que estão no espaço de convivência, elas têm o mínimo de condição de sobrevivência. Então, elas conseguem ter um espaço de convivência, um momento que seria para elas, enquanto que outras não conseguem. Não conseguem porque ou estão trabalhando ou porque aquilo não cabe na vida delas, não cabe na minha vida, sentar e fazer o artesanato. Cabe eu ir lá e perguntar alguma coisa, ter acesso alguma coisa, mas esse momento não me cabe.

Keyse – Eu enxergo o racismo, mas ela não relata. Em algumas eu encontro até dificuldade para expressar que é uma situação de racismo, elas não relatam.

Talita – *Eu acho que não. Mas eu acho por outro lado também, que esse discurso afinado, mesmo do movimento feminista, movimento negro, às vezes, ele está disperso na fala. Então, ele aparece de outra forma. Igual estava falando da denúncia. Eu acho, por exemplo, uma das meninas que a gente atendeu recentemente, eu comentei isso com você. Ela falou assim: “Daí eu me dei conta que eu sempre fui a fortaleza dele e não ao contrário”, e essa mulher é negra. Quando ela fala isso, ela está falando dessa relação que a mulher negra sempre discutiu. Eu não domino assim, mas pelo que eu escuto desses debates, dessas discussões e tal, eu acho que está muito explícita ali naquela fala dela. Não é que ela tem a consciência exata do racismo, mas ela tem alguma consciência do ela está vivendo.*

Eu acho que tem outra senhora que é mais velha, que ela é uma mulher muito inteligente, ela é negra. Ela tem dimensão, na fala dela, ela tem dimensão, ela nunca usa o racismo, mas ela fala. Eu acho que existe assim, eu acho que, no geral, de fato não é super presente, mas eu acho que fica atenta a isso. E assim, eu só fiquei atenta, por exemplo, a isso que ela falou, depois que a gente começou a falar aqui de racismo, de essa discussão aparecer e a gente falar “A gente precisa entender”. Aí eu fui ficar atenta e liguei com outras coisas, que eu ia no espaço de movimento de mulheres negras, isso é falado e tal... e aí que caiu a minha ficha, assim, do que ela estava falando. Até porque elas concordam e até porque elas passam por isso todos os dias, elas sentem que existe uma questão que está errada. Então verbaliza aquilo...

Eu atendi uma mulher e ela trabalha em RH, não lembro agora exatamente o que é o trabalho, em uma multinacional e ela foi mandada embora. Uma amiga indicou outra empresa, uma pessoa ligou, elas conversaram, já estava meio que fechado a vaga de trabalho dela, e aí ela foi para essa empresa passar na entrevista, mas já estava certo, ela falou “Só vim fechar mesmo a documentação, está tudo certo”. Ela falou comigo que quando ela chegou lá,



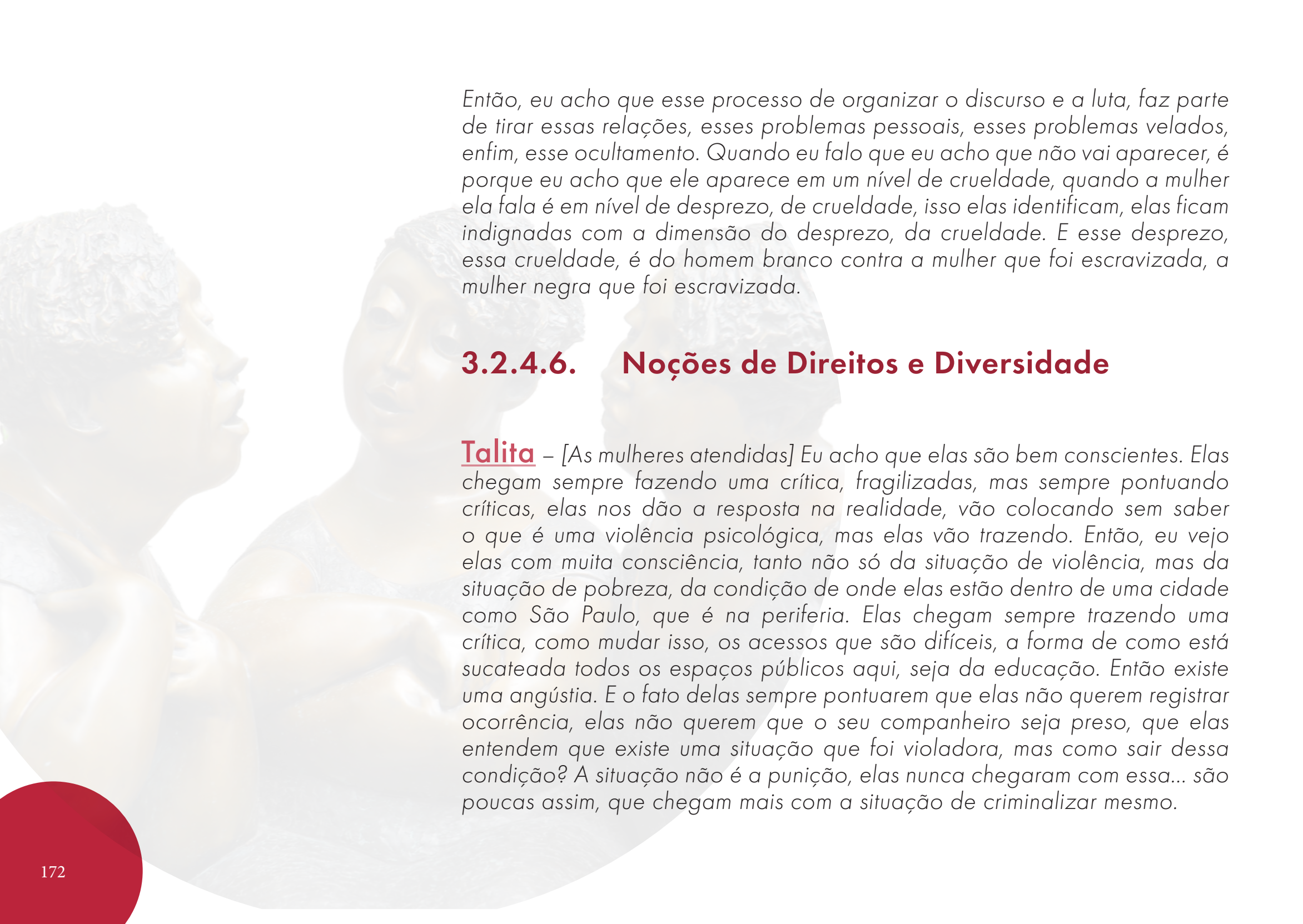
a mulher falou que tinha havido um engano, que ela não ia ser contratada. E ela era uma mulher negra, obesa. Ela fala assim: “Eu sei que aconteceu alguma coisa, porque quando eu cheguei lá ela não quis me contratar”, e eu falei: “Mas o que você acha que aconteceu?”; “Ah, porque eu sou negra, porque eu sou obesa”. A gente tem que colocar isso, porque se não falar, isso apaga. Se ela não fala: “Sim, ela foi racista”, você apaga.

Priscila – O racismo ele dói, então não é fácil falar. Essas mulheres não estão fortalecidas quanto nós estamos, temos acesso à muita informação. Então para nós, até em algum momento, quantas vezes a gente passa por situação de racismo, e a gente alguma vez não consegue se colocar, não consegue dizer “É racismo sim”. Então, essas mulheres elas sentem sim. Elas sentem, elas expressam dessa maneira, mas até dizer, ter essa firmeza para dizer “É racismo”, porque a partir do momento que eu digo é racismo, eu vou ter que fazer algo, eu não vou poder parar ali... “É racismo sim e não está me contratando por isso sim, eu vou ter que tomar alguma providência”. Então, elas sentem, ao longo da vida dela elas sentem, elas expressam, elas sabem que a boa aparência, a chamada boa aparência, vai contar na hora dela conseguir um trabalho. Ela identifica tudo isso, mas ela não expressa exatamente como racismo. Primeiro porque ela não tem essa consciência, essa dimensão do racismo. Segundo, ela não está fortalecida e só o fato dela não estar fortalecida, ela não tem essa dimensão de racismo, mas não é por isso que ela não sente, ela sente, em alguns momentos ela vai dizer com outras palavras. Então também já escutei assim em momentos de oficinas uma mulher dizendo: “Eu escolhi essa área, mas é muito difícil para mim ser colocada nessa área. Eu sou formada em RH e eu sou negra e eu sou gorda, como que eu vou trabalhar no RH assim dessa maneira”. Eu acho que foi

uma das poucas vezes, se não foi a única vez que eu escutei falando exatamente, “porque eu sou negra, porque eu sou negra, gorda e tal, e é por isso que eu não consigo colocação”. Mas ao contrário, eu vejo que elas sentem, mas elas não expressam exatamente, não falam de racismo, dificilmente eu escutei essa palavra aqui.

Talita – Atualmente tem uma moça aqui, ela não trouxe essa questão com relação ao companheiro, mas ela não se sente nem um pouco acolhida com a família dele. E já ele é extremamente acolhido pela família dela, mesmo a maioria das pessoas sabendo que ele agride ela verbalmente, psicologicamente. Ele é branco e ela é negra. Ela trouxe isso, ela falou que nunca foi acolhida pela família dele, ela pontuou isso, por causa da cor dela ela sente essa rejeição e que eles sabem o que acontece com ela, o que o companheiro faz com ela e ela não é acolhida de forma alguma. O meu palpite, é que isso não vai aparecer jamais explícito, assim, nunca. Ou seja, isso é racismo, fala da forma como a gente fala com o machismo, ninguém, nenhuma mulher que chegou, pelo menos que eu já atendi... “Ele é machista”. Ela sempre vai trabalhar no âmbito das relações pessoais.

O que a gente de alguma maneira faz aqui, é tentar trabalhar esse salto das relações pessoais, pode até ser que ela tenha alguma participação nisso, não na violência que ela sofre, mas naquela relação do jeito como é. Mas tem um momento ali, que aquilo é obra de uma sociedade estruturada. E eu acho que o mesmo vale para a situação de racismo, acho, não sei. Que é preciso dar esse salto, identificar isso como racismo. Mas a gente identifica a partir dos relatos e na forma como eles aparecem, eles aparecem bastante diluídos assim, e porque eles aparecem na relação humana. Por isso que ele aparece do jeito que aparece, parece que é um problema individual, pessoal, assim como o de machismo, que é difícil da gente perceber.



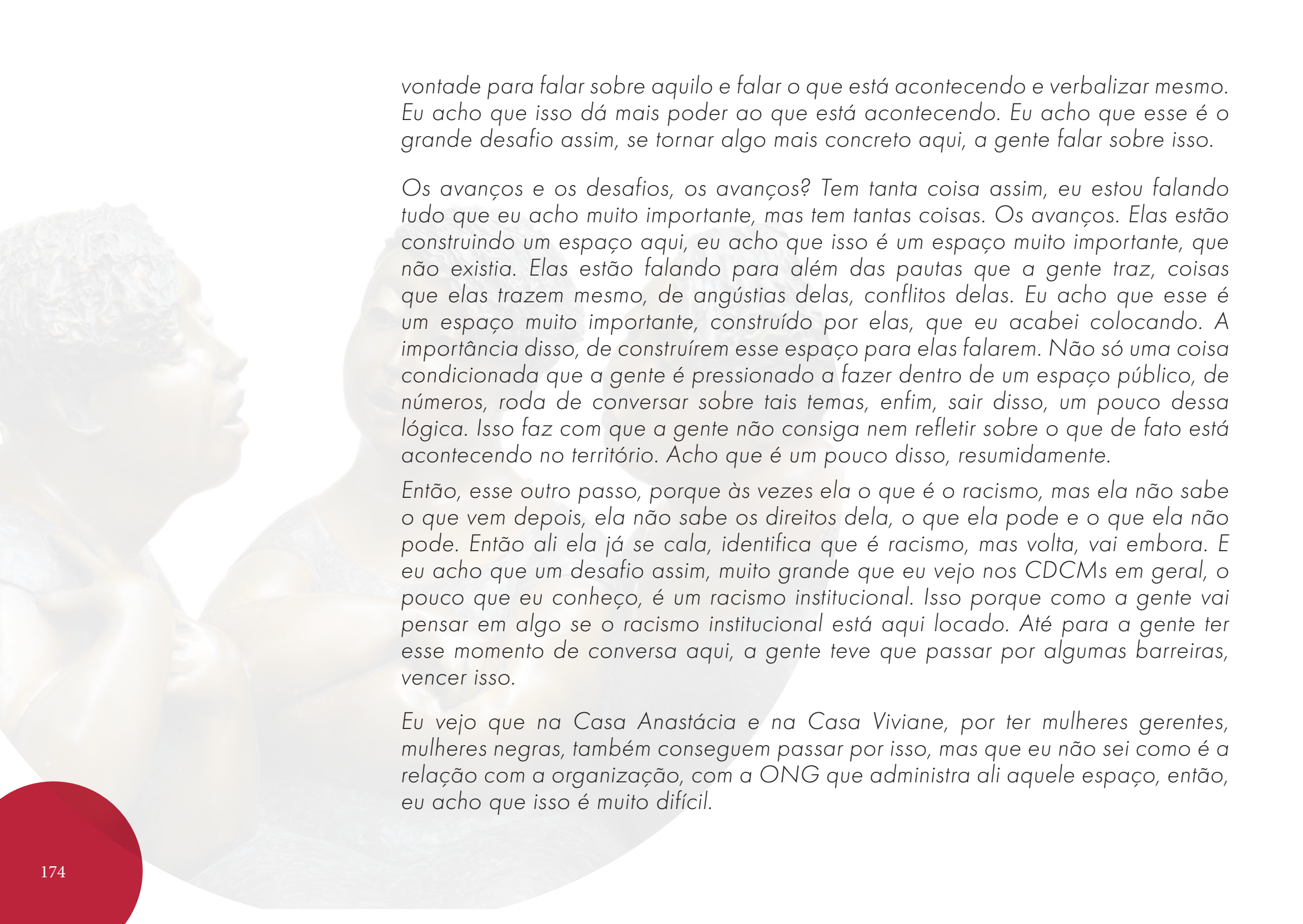
Então, eu acho que esse processo de organizar o discurso e a luta, faz parte de tirar essas relações, esses problemas pessoais, esses problemas velados, enfim, esse ocultamento. Quando eu falo que eu acho que não vai aparecer, é porque eu acho que ele aparece em um nível de crueldade, quando a mulher ela fala é em nível de desprezo, de crueldade, isso elas identificam, elas ficam indignadas com a dimensão do desprezo, da crueldade. E esse desprezo, essa crueldade, é do homem branco contra a mulher que foi escravizada, a mulher negra que foi escravizada.

3.2.4.6. Noções de Direitos e Diversidade

Talita – [As mulheres atendidas] Eu acho que elas são bem conscientes. Elas chegam sempre fazendo uma crítica, fragilizadas, mas sempre pontuando críticas, elas nos dão a resposta na realidade, vão colocando sem saber o que é uma violência psicológica, mas elas vão trazendo. Então, eu vejo elas com muita consciência, tanto não só da situação de violência, mas da situação de pobreza, da condição de onde elas estão dentro de uma cidade como São Paulo, que é na periferia. Elas chegam sempre trazendo uma crítica, como mudar isso, os acessos que são difíceis, a forma de como está sucateada todos os espaços públicos aqui, seja da educação. Então existe uma angústia. E o fato delas sempre pontuarem que elas não querem registrar ocorrência, elas não querem que o seu companheiro seja preso, que elas entendem que existe uma situação que foi violadora, mas como sair dessa condição? A situação não é a punição, elas nunca chegaram com essa... são poucas assim, que chegam mais com a situação de criminalizar mesmo.

A gente atende uma família boliviana. E a gente já levantou algumas discussões de onde que estão essas pessoas, onde estão essas mulheres, essas indígenas que estão aqui no espaço, que estão aqui nos territórios, nas periferias e a gente não acessa. Muitas mulheres chegam encaminhadas de outros espaços, possivelmente elas não estão nesses espaços também. Eu acredito que elas estejam até nos espaços delas, ali de talvez, como eu posso dizer? Dentro desse núcleo aí, dentro das famílias que vieram, que eu acho que é o espaço que protege mais as mulheres aqui no Brasil. [...] Eu acho que o grande desafio é elas acessarem minimamente esses direitos aqui que todos nós temos quanto brasileiros, elas entraram aqui, elas estão nesse espaço, elas têm um mínimo de direito. [...] Em uma ocupação que eu acompanhava também, os bolivianos estavam indo nos coletivos de cultura, estavam em todos os espaços organizando. Eu acho que eles têm um sentimento Latino Americano que a gente não tem, a gente acha que a gente é quem assim? E eles têm isso muito forte. [...] É um grande desafio.

Eu acho que, principalmente, a gente estar falando sobre isso aqui e identificar essas questões, tanto de violência doméstica, tanto de racismo, existem e verbalizar isso. Eu acho que por mais que essa mulher, a importância dela identificar, mas quando ela fala disso? ela tem que combater. Só o fato de ela saber que aquilo, só o fato dela falar racismo, eu acho que ela se empodera de falar e resolver o fato em si que aconteceu, de ela ter condições de começar a falar isso. Eu acho que é igual situação de violência doméstica que a gente fala. Quando a gente fala sobre violência, as mulheres já saem daqui falando disso, fica mais claro até para o outro ouvir. Quando o outro ouve e vê isso sendo falado: "Machismo", começa a identificar de fato o que é. Por isso que eu acho importante a gente começar a falar isso, ser muito claro. Não só a gente identificar, mas a gente começar a falar junto com elas, isso se tornar um fato que elas entendam, que elas saibam, que elas consigam se sentir à



vontade para falar sobre aquilo e falar o que está acontecendo e verbalizar mesmo. Eu acho que isso dá mais poder ao que está acontecendo. Eu acho que esse é o grande desafio assim, se tornar algo mais concreto aqui, a gente falar sobre isso.

Os avanços e os desafios, os avanços? Tem tanta coisa assim, eu estou falando tudo que eu acho muito importante, mas tem tantas coisas. Os avanços. Elas estão construindo um espaço aqui, eu acho que isso é um espaço muito importante, que não existia. Elas estão falando para além das pautas que a gente traz, coisas que elas trazem mesmo, de angústias delas, conflitos delas. Eu acho que esse é um espaço muito importante, construído por elas, que eu acabei colocando. A importância disso, de construírem esse espaço para elas falarem. Não só uma coisa condicionada que a gente é pressionado a fazer dentro de um espaço público, de números, roda de conversar sobre tais temas, enfim, sair disso, um pouco dessa lógica. Isso faz com que a gente não consiga nem refletir sobre o que de fato está acontecendo no território. Acho que é um pouco disso, resumidamente.

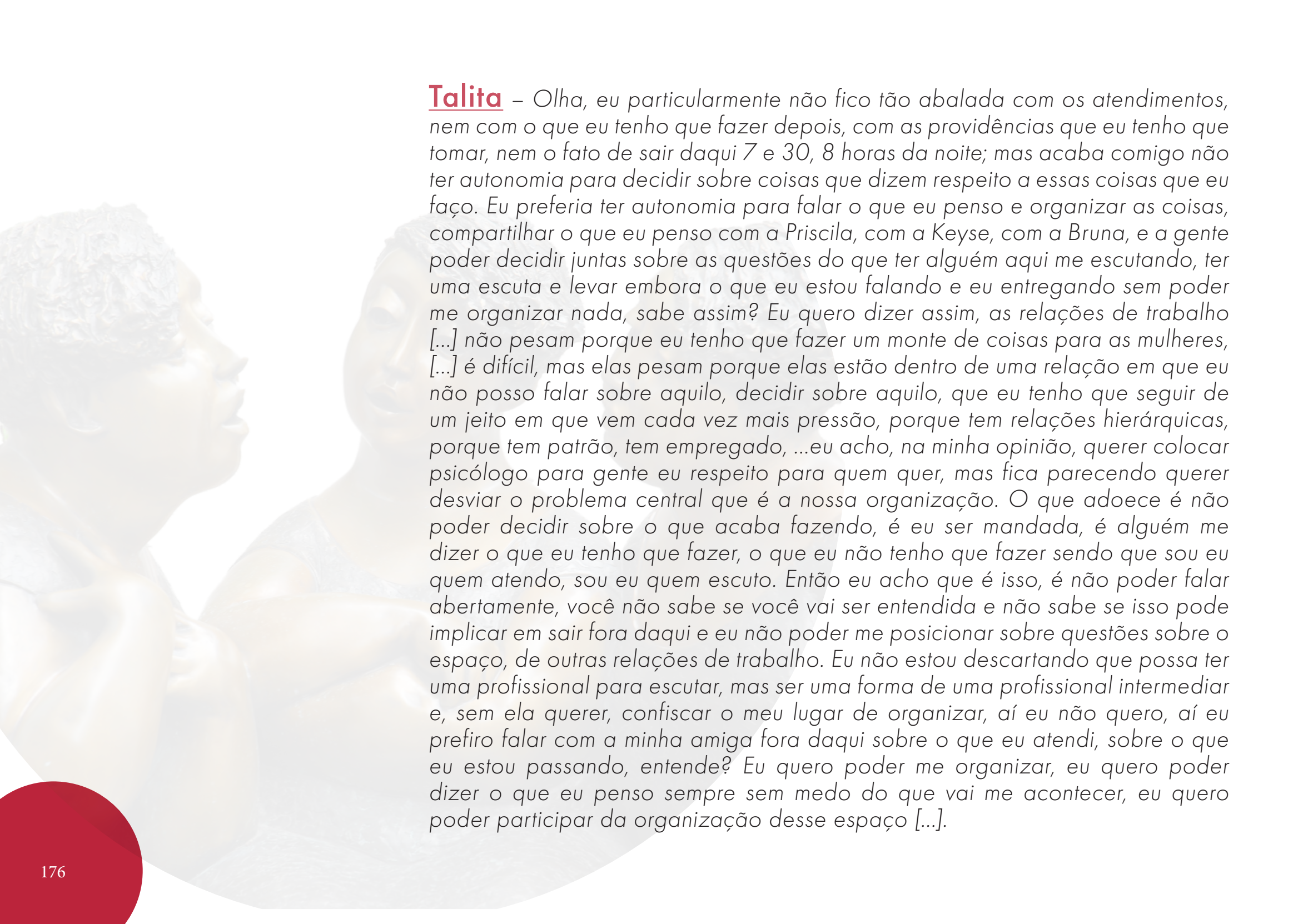
Então, esse outro passo, porque às vezes ela o que é o racismo, mas ela não sabe o que vem depois, ela não sabe os direitos dela, o que ela pode e o que ela não pode. Então ali ela já se cala, identifica que é racismo, mas volta, vai embora. E eu acho que um desafio assim, muito grande que eu vejo nos CDCMs em geral, o pouco que eu conheço, é um racismo institucional. Isso porque como a gente vai pensar em algo se o racismo institucional está aqui locado. Até para a gente ter esse momento de conversa aqui, a gente teve que passar por algumas barreiras, vencer isso.

Eu vejo que na Casa Anastácia e na Casa Viviane, por ter mulheres gerentes, mulheres negras, também conseguem passar por isso, mas que eu não sei como é a relação com a organização, com a ONG que administra ali aquele espaço, então, eu acho que isso é muito difícil.

Quando a gente... como que eu vou pensar em avanços aqui, com as mulheres aqui na ponta, se aqui eu já não consigo? Eu acho que esse é um desafio assim muito grande, tanto que quando os CDCMs foram pensados, ninguém pensou na questão racial, ninguém pensou nisso. E aí eu acho que esse é um desafio que a gente está aí tentando superar. Os avanços... assim que eu vejo... são mulheres, a equipe formada por mulheres, ou são do território, ou são da região, não são pessoas distantes que não entendem o que está acontecendo ali. Eu acho que isso é um avanço e eu vejo que isso foi pensando. Eu não conheço os outros, mas eu vejo que isso foi pensando, na Casa Anastácia. Quando eu participei do processo seletivo, isso aqui foi pensando também. Então eu acho que isso é um avanço que eu acho que faz uma grande diferença.

3.2.4.7. Quem Cuida das Profissionais

Priscila – A gente está em um espaço terceirizado, e aí a gente só tem tudo o que um espaço terceirizado tem para todo mundo, desde auxiliar de limpeza até a gente é terceirizado. E, às vezes, pelo menos eu, acredita que não vai te afetar, eu comecei a identificar ao longo desse tempo que de uma certa forma, que conscientemente, afeta sim. Quando a gente fala coisas bonitas e coisas boas, efeito no corpo, e quando uma pessoa traz algum absurdo, violador, a gente com certeza fica angustiada e com certeza aquilo deve ter algum efeito no corpo. Desde os atendimentos até as relações de trabalho, tem um grande efeito e não existe esse espaço [de cuidado das profissionais], nunca foi pensado, o espaço já foi colocado, criado sem essa verba, política sem essa verba, esse dinheiro vem para as oficinas. E aí é isso, a gente não paga, não consegue pagar algo para gente fora desse espaço, e a gente está, de uma certa forma, dentro dessa dinâmica.



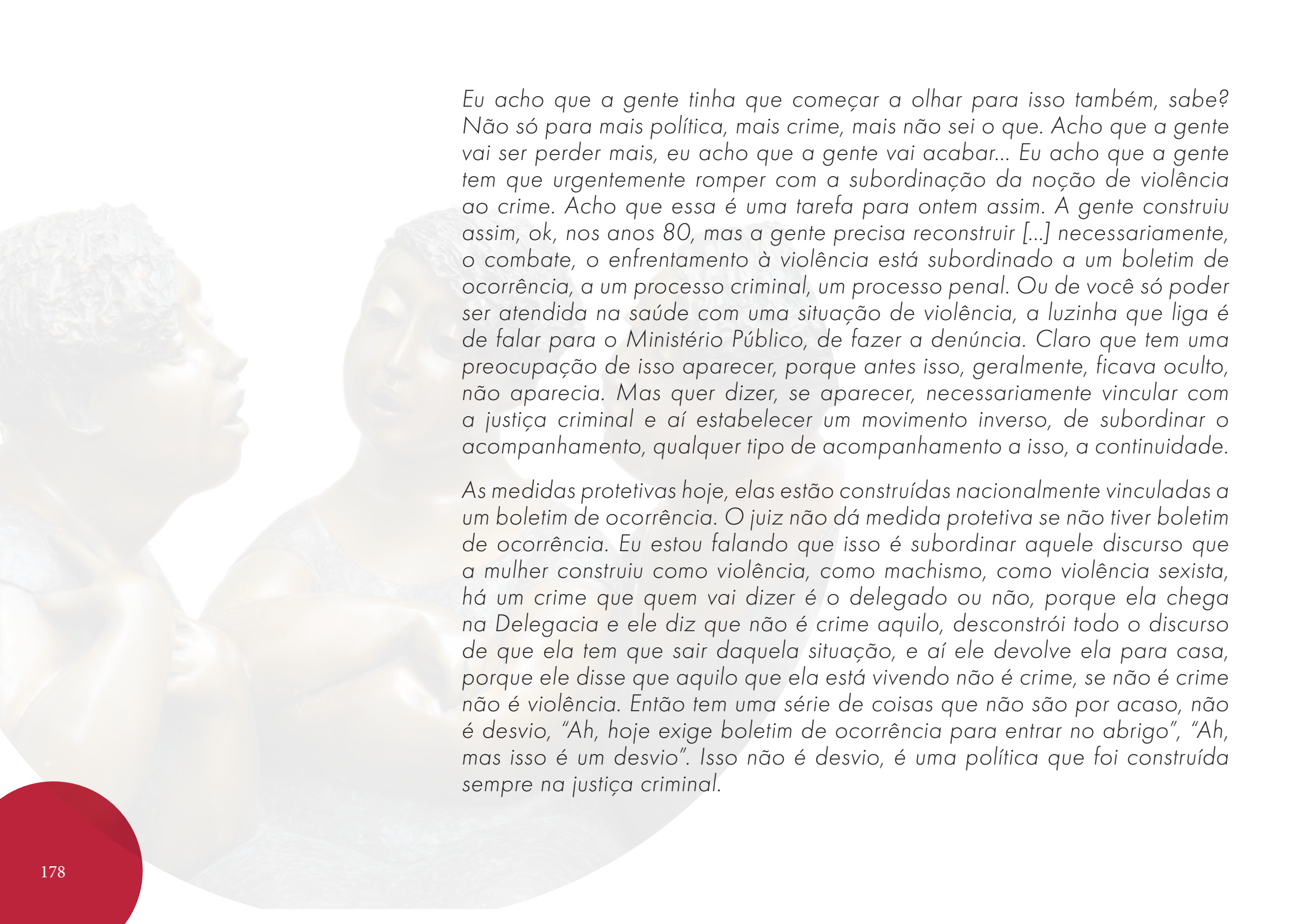
Talita – Olha, eu particularmente não fico tão abalada com os atendimentos, nem com o que eu tenho que fazer depois, com as providências que eu tenho que tomar, nem o fato de sair daqui 7 e 30, 8 horas da noite; mas acaba comigo não ter autonomia para decidir sobre coisas que dizem respeito a essas coisas que eu faço. Eu preferia ter autonomia para falar o que eu penso e organizar as coisas, compartilhar o que eu penso com a Priscila, com a Keyse, com a Bruna, e a gente poder decidir juntas sobre as questões do que ter alguém aqui me escutando, ter uma escuta e levar embora o que eu estou falando e eu entregando sem poder me organizar nada, sabe assim? Eu quero dizer assim, as relações de trabalho [...] não pesam porque eu tenho que fazer um monte de coisas para as mulheres, [...] é difícil, mas elas pesam porque elas estão dentro de uma relação em que eu não posso falar sobre aquilo, decidir sobre aquilo, que eu tenho que seguir de um jeito em que vem cada vez mais pressão, porque tem relações hierárquicas, porque tem patrão, tem empregado, ...eu acho, na minha opinião, querer colocar psicólogo para gente eu respeito para quem quer, mas fica parecendo querer desviar o problema central que é a nossa organização. O que adocece é não poder decidir sobre o que acaba fazendo, é eu ser mandada, é alguém me dizer o que eu tenho que fazer, o que eu não tenho que fazer sendo que sou eu quem atendo, sou eu quem escuto. Então eu acho que é isso, é não poder falar abertamente, você não sabe se você vai ser entendida e não sabe se isso pode implicar em sair fora daqui e eu não poder me posicionar sobre questões sobre o espaço, de outras relações de trabalho. Eu não estou descartando que possa ter uma profissional para escutar, mas ser uma forma de uma profissional intermediar e, sem ela querer, confiscar o meu lugar de organizar, aí eu não quero, aí eu prefiro falar com a minha amiga fora daqui sobre o que eu atendi, sobre o que eu estou passando, entende? Eu quero poder me organizar, eu quero poder dizer o que eu penso sempre sem medo do que vai me acontecer, eu quero poder participar da organização desse espaço [...].

3.2.4.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Talita – Tem relação com a política pública voltada para a proteção das mulheres. Porque na medida em que estabelece que essa proteção vai ser estabelecida pelo espaço, essa vida nunca vai ter vez no sistema da justiça criminal, por exemplo, [...] porque o sistema de justiça ele é seletivo, ele seleciona... não seleciona a vida das mulheres pobres e negras para serem protegidas, entende?

Eu acho que essa política de prevenir a violência, ela é contra indulgente, e não à toa ela fortaleceu, ela permitiu mais a proteção das mulheres brancas; mulheres brancas têm outras redes, nem vai para a Delegacia para formalizar esse tipo de ocorrência. Eu acho que o padrão de mulher que é protegida, que é tutelada pelo Estado, é um padrão de... É uma mulher que não é mulher negra, socialmente construída, sabe? Tipo, é aquela mulher que corresponde aos bons dóceis padrões de gênero, é essa mulher. Então, construir a política a partir do sistema de justiça criminal e da tutela do Estado, em um país que a luta contra a escravidão precisou se construir a partir de Quilombos, ou seja, fora de uma luta pelo Estado, não sei o que, é isso também, sabe?

Eu acho que ela desorganiza a gente, é para a nossa desorganização. Então o que eu quero dizer? Será que temos que botar mais força no sistema penal? Recentemente foi aprovado feminicídio, será que fortalece ainda mais o sistema penal, que é o mesmo sistema que encarcera hoje 40 mil mulheres? Aquele monte de mulher pobre, negra e enfileirada, naquelas filas, será que isso não recai mais sobre essas mulheres, para enfileirar mais mulheres, para encarcerar mais mulheres? E criar mais expectativas que serão protegidas sem necessariamente serem protegidas, sem a gente se organizar para fazer esse enfrentamento com o machismo? Será que criar mais tipos penais mais específicos? [...] Porque eu também não sei como fazer, acho que a gente precisa muito e tem um monte de gente fazendo, tem um monte de mulher, movimento de mulher em movimento de moradia, fazendo ocupação, mulher fazendo sua própria proteção.



Eu acho que a gente tinha que começar a olhar para isso também, sabe? Não só para mais política, mais crime, mais não sei o que. Acho que a gente vai ser perder mais, eu acho que a gente vai acabar... Eu acho que a gente tem que urgentemente romper com a subordinação da noção de violência ao crime. Acho que essa é uma tarefa para ontem assim. A gente construiu assim, ok, nos anos 80, mas a gente precisa reconstruir [...] necessariamente, o combate, o enfrentamento à violência está subordinado a um boletim de ocorrência, a um processo criminal, um processo penal. Ou de você só poder ser atendida na saúde com uma situação de violência, a luzinha que liga é de falar para o Ministério Público, de fazer a denúncia. Claro que tem uma preocupação de isso aparecer, porque antes isso, geralmente, ficava oculto, não aparecia. Mas quer dizer, se aparecer, necessariamente vincular com a justiça criminal e aí estabelecer um movimento inverso, de subordinar o acompanhamento, qualquer tipo de acompanhamento a isso, a continuidade.

As medidas protetivas hoje, elas estão construídas nacionalmente vinculadas a um boletim de ocorrência. O juiz não dá medida protetiva se não tiver boletim de ocorrência. Eu estou falando que isso é subordinar aquele discurso que a mulher construiu como violência, como machismo, como violência sexista, há um crime que quem vai dizer é o delegado ou não, porque ela chega na Delegacia e ele diz que não é crime aquilo, desconstrói todo o discurso de que ela tem que sair daquela situação, e aí ele devolve ela para casa, porque ele disse que aquilo que ela está vivendo não é crime, se não é crime não é violência. Então tem uma série de coisas que não são por acaso, não é desvio, "Ah, hoje exige boletim de ocorrência para entrar no abrigo", "Ah, mas isso é um desvio". Isso não é desvio, é uma política que foi construída sempre na justiça criminal.

Então, eu acho que tem que romper com isso... a gente já tem a justiça criminal, a gente já tem a Delegacia de defesa da mulher, ótimo. Mas a gente centrar mais ainda as nossas energias, que são poucas, ou são muitas, mas a gente gastar em tentar criar novos tipos penais, crimes de feminicídio, agora contra as mulheres brancas, contra as mulheres negras, eu acho que isso é roubar uma energia nossa.

Eu acho que é aquilo que eu tinha falado, se a gente tivesse organizado mais fortalecimentos nas pessoas de organizações, eu acho que a gente conseguiria fazer um diálogo mais forte de pressão, por essas instâncias, que de alguma maneira elas estão aí, estão colocadas como uma forma de enfrentamento.... E aí essa é a segunda, enfim, eu acho que tem que romper, a criminalização do cara pode ser um aspecto do enfrentamento de violência, mas ele não poder ser central e direcionar todas as outras. Eu acho que a gente tem que abrir mão de colocar as nossas energias nisso, porque centrar as nossas energias nisso, fortalece ainda mais essa lógica de que a nossa vida não é protegida, ou a vida dessas mulheres, não sei. E aí eu acho que esses espaços que a gente tem, para o âmbito que a gente já está fazendo, é urgente também a gente conseguir, como a gente falou que está fazendo aqui, fortalecer processos organizativos, é urgente assim.

A gente tem que ter espaço, abrir espaço na agenda, para a gente fortalecer esses processos e para que eles continuem andando, independente da gente, independente de uma ONG, de um Estado. Eu acho que nesse sentido, tem uma tentativa agora na Rede Leste, de tentar fazer um encontro literalmente, de encontrar mulheres que são atendidas nos serviços. Parece um negócio simples, besta, que a gente deveria ter feito há muito tempo, afinal a Rede Leste tem o enfrentamento à violência contra a mulher, mas as mulheres nunca se encontraram ou as trabalhadoras nunca se encontraram para pensar a violência fora dos nossos problemas cotidianos de trabalho, "Ah, eu vou levar para o abrigo". E a ideia seria um encontro com caráter minimamente autônomo, pensar se isso pode possibilitar lutar no bairro, autônomos contra a violência. A gente vai até

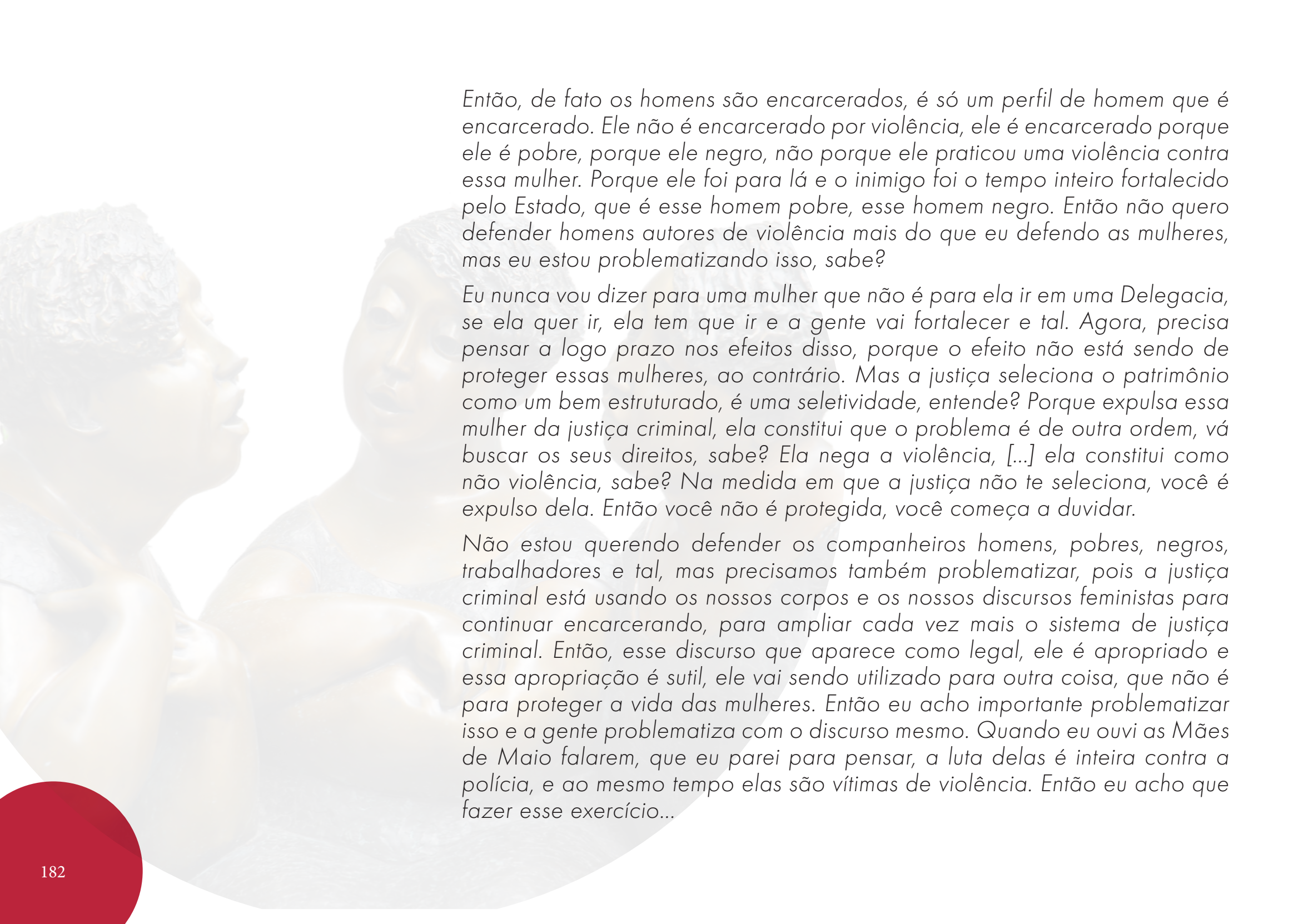
fazer um encontro para pensar sobre isso, mulheres de lutas autônomas e tal. E autônomas não significa que ela não faz usos dos equipamentos públicos, ela faz, mas ela faz quando ela quer, da forma que ela quer e com pressão. Serve mais para gerir a vida dela do que para outra coisa assim.

Eu acho que é isso, esse espaço precisa servir para isso, além de todas as outras coisas que ele faz. Vou dar um último exemplo. Tem uma mulher que mora aqui perto, na rua de cima, e um dia eu estava chegando, estava correndo para chegar no atendimento e aí eu vi a mulher atravessando assim a minha frente e indo acionar dois PMs que estavam ali por conta de um furto que estava acontecendo. Ela só falou: "Tive que chamar a polícia, não sei o quê". E ela explicou que ele estava agredindo ela naquele momento, ..., e aí, tudo o que a gente pode fazer – e não é nenhuma crítica à gente, porque a gente não tem condição mesmo – é abrir a agenda e marcar um atendimento para ela na próxima semana, para escutar e não sei o que, a gente não consegue interferir no momento do conflito na rua de cima. E sabe quem interferiu? O PM. E sabe como ele tratou ela? ...Não estou falando que a gente deveria ter feito, porque a gente não tem nem organização para isso. A gente nem pensa nisso. Aliás, a gente tem sempre um discurso de proteger as civis, porque é uma proteção para as mulheres, para as trabalhadoras, esse discurso é meio repetido, assim ... Então, ir para lá seria expor o serviço, expor outras mulheres e não sei o quê... Enquanto isso ela estava lá, sozinha, tentando enfrentar uma situação de violência, com um monte de mulher aqui na casa. A gente não tem força, não teve capacidade de subir para intervir naquele processo, interferir, falar "Não". Tipo, dar um apoio para aquela mulher, entendeu? Segurar aquele cara, vaza daqui. A gente deixou isso na mão da PM e ele foi um lixo, ela foi maltratada pela PM, que estava lá para acolher crime de verdade. É assim que eu ouvi uma delegada falar uma vez, que o tempo dela não é para tratar de violência, é de crime, e crime de

verdade é roubo, furto, propriedade privada, não é vida... E a PM não queria levar ele, aí ela bateu o pé, levou, quando ela chegou na Delegacia de Polícia os caras não queriam registrar, mandaram ela para cá. Bem dizendo, eles queriam mandar ela para casa.

O que a gente faz de diferente que a polícia faz? A gente atende depois do que aconteceu. Porque eles falam isso, "Ah, minha senhora, isso que a senhora está narrando não é crime". Então tem que esperar acontecer alguma coisa para depois registrar, para tomar alguma providência depois do que aconteceu. E a gente acaba fazendo isso. Não é que eu estou sendo dura com o que a gente faz, mas é importante a gente parar para pensar nisso, entende? Em que momento a gente está conseguindo se organizar para interferir mesmo no momento que essa situação de violência está acontecendo, para que ela tenha uma organização mais perene, para que ela nem aconteça, para que ela seja mediada antes, sabe? É nesse sentido assim. Por isso que a tarefa nossa é abrir espaço no nosso trabalho para fortalecer esses processos.

Eu acho que resolver o machismo com justiça criminal é um equívoco. Porque eu acho que a justiça criminal, ela tem uma função muito clara, que é selecionar o patrimônio. Não à toa hoje, 80% das pessoas que estão presas, estão presas por roubo, furto, receptação e tráfico, sobretudo tráfico. E ela faz isso, porque nisso ela encarcera os mesmos sujeitos de sempre, homens e mulheres negros, pobres, moradores da periferia, jovens, na sua maioria. A situação das mulheres é dramática, por exemplo. Então, mesmo que você fortaleça a justiça criminal para supostamente resolver a situação de violência, você fortalece a justiça criminal, ou seja, é uma Delegacia aberta. Uma Delegacia aberta vai atuar no combate que é o que eles chamam de crime e a selecionar aqueles sujeitos que eles consideram criminoso.



Então, de fato os homens são encarcerados, é só um perfil de homem que é encarcerado. Ele não é encarcerado por violência, ele é encarcerado porque ele é pobre, porque ele negro, não porque ele praticou uma violência contra essa mulher. Porque ele foi para lá e o inimigo foi o tempo inteiro fortalecido pelo Estado, que é esse homem pobre, esse homem negro. Então não quero defender homens autores de violência mais do que eu defendo as mulheres, mas eu estou problematizando isso, sabe?

Eu nunca vou dizer para uma mulher que não é para ela ir em uma Delegacia, se ela quer ir, ela tem que ir e a gente vai fortalecer e tal. Agora, precisa pensar a logo prazo nos efeitos disso, porque o efeito não está sendo de proteger essas mulheres, ao contrário. Mas a justiça seleciona o patrimônio como um bem estruturado, é uma seletividade, entende? Porque expulsa essa mulher da justiça criminal, ela constitui que o problema é de outra ordem, vá buscar os seus direitos, sabe? Ela nega a violência, [...] ela constitui como não violência, sabe? Na medida em que a justiça não te seleciona, você é expulso dela. Então você não é protegida, você começa a duvidar.

Não estou querendo defender os companheiros homens, pobres, negros, trabalhadores e tal, mas precisamos também problematizar, pois a justiça criminal está usando os nossos corpos e os nossos discursos feministas para continuar encarcerando, para ampliar cada vez mais o sistema de justiça criminal. Então, esse discurso que aparece como legal, ele é apropriado e essa apropriação é sutil, ele vai sendo utilizado para outra coisa, que não é para proteger a vida das mulheres. Então eu acho importante problematizar isso e a gente problematiza com o discurso mesmo. Quando eu ouvi as Mães de Maio falarem, que eu parei para pensar, a luta delas é inteira contra a polícia, e ao mesmo tempo elas são vítimas de violência. Então eu acho que fazer esse exercício...

Eu entendo que foi o movimento feminista que politizou isso assim: é crime quando eu digo que é crime, porque é machismo sim, mas para além do que deveria ser, a gente teria que pensar no que é, no foi nesses 30 anos e no que está sendo, no que pode continuar a ser, sabe? Eu vejo uma descrença. E mais do que a gente falar que falta isso, falta aquilo, é partir desse desânimo para poder fazer uma crítica das apostas que a gente fez nesses 30 anos de movimentos das mulheres. Eu acho que a gente teve um ganho, com certeza. O movimento é contraditório, mas a gente tem. Mas por outro lado, apostas na proteção das mulheres via Estado e cada vez mais via Estado. Por isso que eu falo assim, é importante a gente parar para pensar nas coisas que faltam, porque quando a gente acha que falta, a gente aposta mais. Porque tem um processo autônomo de proteção que sempre foi feito no Brasil e na América Latina como um todo, assim, das mulheres se protegerem, das mulheres organizarem os seus processos organizativos de proteção do enfrentamento à violência. Colocar isso nas mãos do Estado, no mesmo Estado que sempre falta para elas, que prende elas. Na época que eu tive experiência de agente prisional feminina, todas as mulheres que estavam presas, tinham passado por situação de violência. Pergunta para elas se elas querem saber de criminalizar... Não querem porque elas sabem que isso fortalece o próprio Estado que encarcera elas. Isso não significa que elas queiram viver em situação de violência, é muito diferente.

Eu fico pensando assim, que uma coisa é ter isso, essas políticas e tal e outra coisa é delegar essa proteção do Estado assim. Um Estado que tem herança de massacre contra os indígenas, de escravização, e isso não vai ser superado pelo Estado, vai ser superado pelas lutas. E aí será que a vida das mulheres pobres e negras cabe nos Tribunais Penais? Cabe no Estado? Olhar para isso não significa ser a favor de menos direito, de desmantelar mais, disso aqui acabar, mas é problematizar isso no movimento o tempo inteiro, contraditório

assim, dialético mesmo. A gente vai e faz, tem aqui, tem esse espaço, mas a gente precisa se organizar, a gente precisa ter a nossa organização. Tem mulheres fazendo isso em outro lugar, as guerrilheiras, as mulheres no México, outras mulheres na América Latina, a gente precisava resgatar isso. Pensar em políticas públicas, é isso, mas todo o nosso foco hoje tem sido nisso. Eu acho que o espaço [CDCM] pode possibilitar é justamente a organização autônoma. As mulheres vêm para cá, elas tem aqui como referência, a gente entende que é importante tudo isso, como que a gente consegue a partir disso contribuir com processos organizativos? Retomar processos organizativos, que sempre existiram aqui, que estão nas heranças africanas, indígenas.

The image features a graphic design with several overlapping circles in various shades of red. The largest circle is a dark red and contains the text '3.2.5' in a large, white, serif font. To the right of this circle, the text 'CDCM Casa Anastácia' is written in a smaller, white, sans-serif font, stacked in three lines. The background is white, and the overall composition is clean and modern.

3.2.5

CDCM
Casa
Anastácia



Está localizado na Rua Areia da Ampulheta, 101 - Castro Alves - Cidade Tiradentes, distrito da Zona Leste da cidade de São Paulo.

É um serviço público, terceirizado, que existe desde 2012, mantido por meio de convênio entre Prefeitura do Município de São Paulo/SMADS e a Associação de Voluntários Integrados no Brasil (AVIB), a mesma organização da sociedade civil, que, desde 2004, mantém o serviço do Centro de Defesa e de Convivência da Mulher "Viviane dos Santos". A AVIB, segundo Suzi Souza Lucena, que trabalha desde a implantação da Casa Anastácia, era de uma ordem religiosa da Igreja Católica: *"é uma ONG, que há tempos atrás foi ligada com a igreja, hoje não é mais, hoje ela está totalmente independente, é uma associação mesmo, de moradores."*

Conversamos com Ana Paula de Santana Correia, mestre em Ciências Sociais pela UNIFESP, que assumiu há alguns meses a coordenação dos serviços prestados pela Casa Anastácia; Michele Alves, psicóloga, que trabalha na Casa há um ano; Suzi Souza Lucena, assistente social, que trabalha na Casa há quatro anos e há dois anos e meio é assistente social. A equipe conta ainda com advogada, orientadora socioeducativa, assistente administrativo e assistente operacional. Com exceção da advogada, as outras profissionais declaram-se negras. A supervisão da equipe, uma contrapartida da ONG, é feita uma vez por mês por Marilda, doutora em ciências sociais e assistência social. Além disso, há o serviço de mulheres que fazem oficinas de geração de renda.

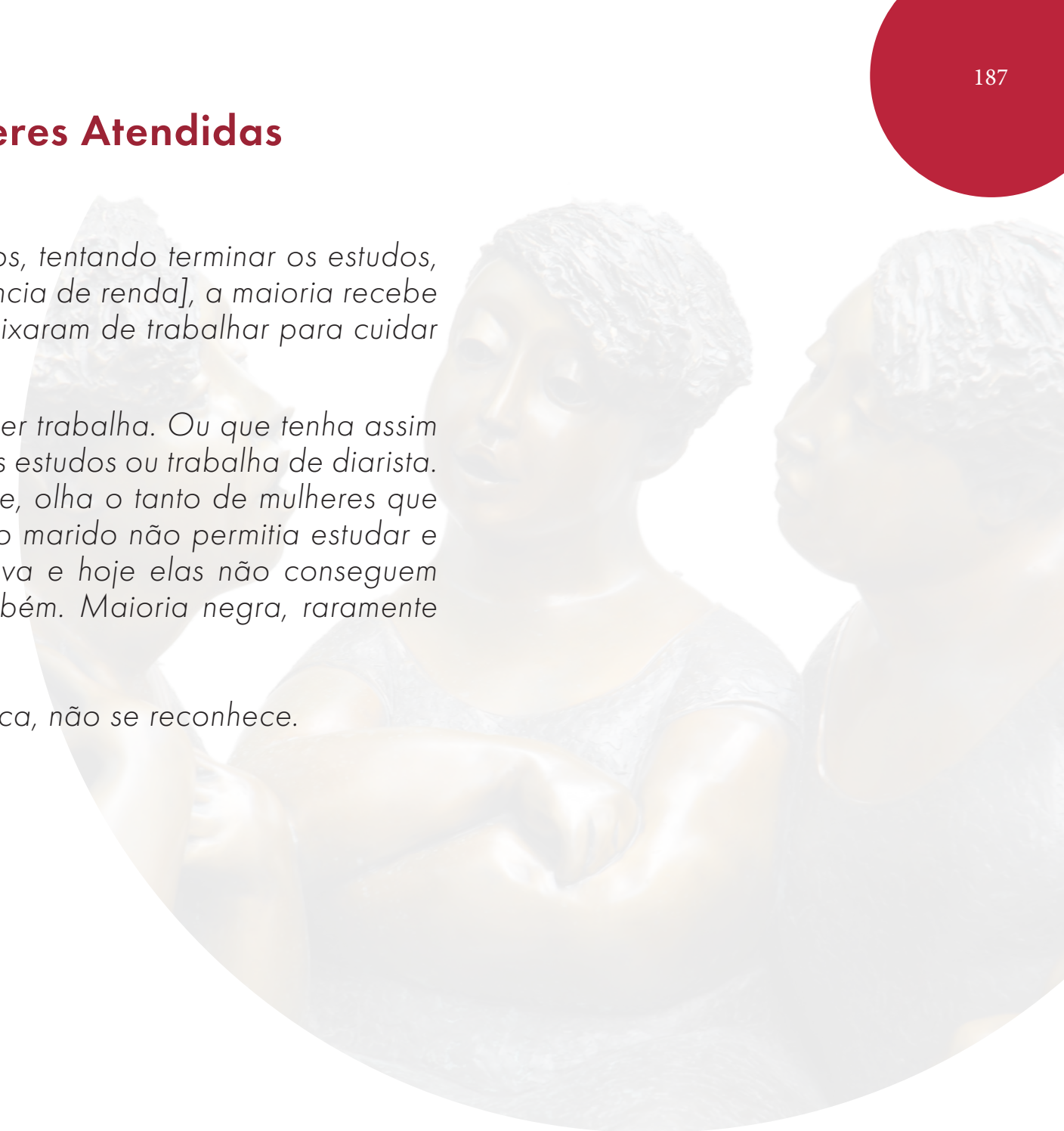
3.2.5.1. Quem são as Mulheres Atendidas

Ana Paula – *Elas tem entre 35 a 45 anos, tentando terminar os estudos, a maioria é perfil de programa [de transferência de renda], a maioria recebe bolsa família. São do lar, não trabalham, deixaram de trabalhar para cuidar dos filhos, do marido.*

Michele – *É um ou outro caso que a mulher trabalha. Ou que tenha assim um estudo, mas a maioria, ou não terminou os estudos ou trabalha de diarista. Nunca trabalhou, nunca estudou... É verdade, olha o tanto de mulheres que não conseguiu terminar os estudos, porque o marido não permitia estudar e nem permitiu trabalhar, porque não precisava e hoje elas não conseguem mais, pela idade não conseguem mais também. Maioria negra, raramente branca.*

Ana Paula: *[Negra] E que não se identifica, não se reconhece.*

Suzi: *Maioria preta.*



3.2.5.2. Como Elas Chegam

Michele – Vários caminhos, posto de saúde, OS [organizações sociais], escola. Nos últimos tempos, a gente fez um trabalho com as UBS de divulgação, de conversa sobre queixosas, para que elas possam entender que, às vezes, é muito mais que uma reclamação da dor física, então até que está uma parceria bacana, estão ligando sempre, hoje mesmo ligou uma pedindo auxílio e por orientação; sozinha também vem bastante.

Suzi – Encaminhamentos e espontâneo. Eu percebo que elas vêm bastante pela UBS, tem vindo muita pela UBS.

Ana Paula – Tem mulheres que, às vezes, a situação não é só violência, por conta disso, veio aqui, gostou do atendimento, achou que deu resultado e fala para outras.

Michele – Estão divulgando boca a boca. E tem um índice alto de violência sofrida, familiar, assim com o filho usuário de droga, então.

Ana Paula – Sexual também, muito.

Suzi – Vêm com amigas, às vezes, vêm com a mãe, algumas vêm sozinhas, dificilmente ela vem com o agressor [...].


Michele – Às vezes, ela vem sozinha, mas ela tem uma rede de apoio, agora, tem uma que não pode contar com ninguém, [...]. Então, eu acho que fica meio na metade, ela tem a mãe que sabe da situação, mas não tem como socorrer, no momento de sair de casa, acaba tendo que recorrer a abrigos mesmo porque tem medo do agressor, ou não tem condições mesmo.

Ana Paula – [Mulheres estrangeiras] A gente já atendeu algumas, mas bem pouco. Agressor tem mais nigeriano, geralmente.

3.2.5.3. O Atendimento

Michele – [Média de atendimentos por mês] É 140 por aí, geral, mas somando a convivência, as mulheres que vêm para as oficinas, então, as mulheres que passam por atendimento, retornos, primeiro atendimento, esse ritmo é bem mais.

Suzi – Elas ficam em atendimento social, psicológico, jurídico; depende do que a gente percebe, mas, a princípio, no primeiro momento que elas chegam aqui, elas falam: “Quero separar, não aguento mais, chega”. E aí a gente vai colocar todas as possibilidades que existem, e mesmo assim ela não quer tomar nenhuma decisão e fala: “Não, eu vou analisar, continuar em atendimento com vocês, mas ainda não quero tomar nenhuma atitude”. Muitas delas não querem prejudicar o agressor, elas só querem acabar com a violência, elas não querem abrir boletim, a maioria não abre, algumas abrem boletim, querem realmente se livrar, algumas ficam com dó e falam: “Ah, ele vai ficar na rua.” Pensam um pouco nele e aí é isso, criar uma estratégia de



rompimento, porque, a princípio, elas não tem com quem contar, para onde ir, como sair dessa situação, então a gente marca sim atendimento comigo, com a Michele, às vezes com a advogada, com a Michele se for necessário, e aí a gente vai trabalhar com elas. Então assim, não é uma coisa tão rápida, tem umas que chegam: “Eu quero separar, quero isso, quero aquilo.” Então é pontual, é uma ou outra, a maioria continua em atendimento com a gente para fazer um trabalho mesmo.

Suzi – Evêm muitos outros casos que não são de violência doméstica também... É situação de rua, INSS, coisas que não são domésticas, e acabamos dando orientação, algum suporte e caminho para elas.

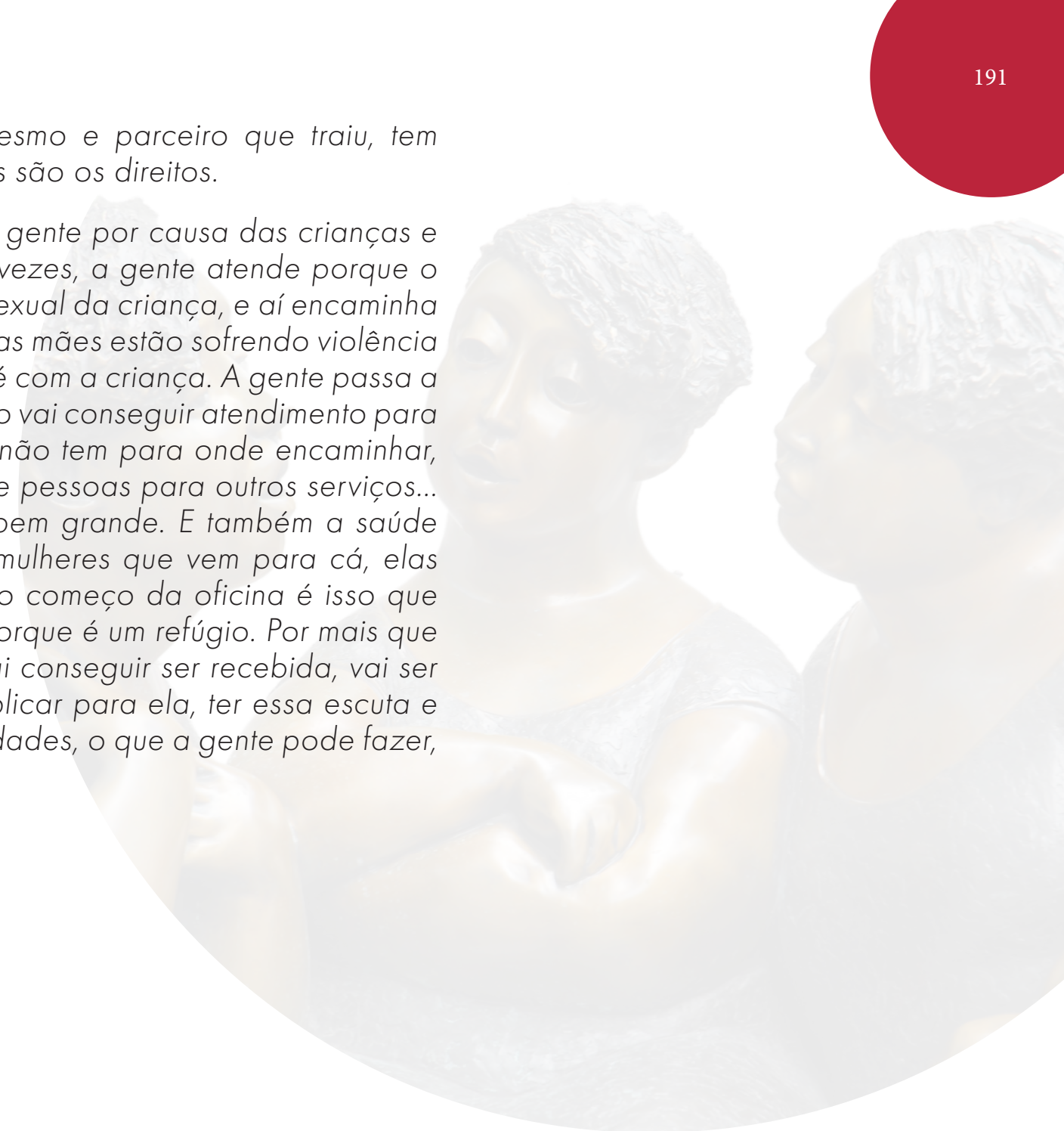
Ana Paula – A gente acaba fazendo porque as mulheres procuram o espaço, acaba sendo uma referência para tudo.

Suzi – Tem mulheres que passam aqui na Casa por causa de violência doméstica, só que têm outras questões, a gente não deixa de atender porque sabe que ela precisa, que ela está numa situação de vulnerabilidade, tem bastante casos assim [...]. Também tem mulheres que vêm, aí elas não vêm mais e depois elas vêm de novo, depois de um ano, dois anos aparecem de novo, às vezes, com a mesma demanda, ou às vezes piora. [...] Os casos que a gente atende, a maioria dos companheiros fazem uso de droga ou filho, quando ela era agredida pelo marido ou filho sempre tem algum outro que faz uso de substâncias. Não elas, uma ou outra, mas é muito difícil elas fazerem uso.

Michele – E tem a questão também da violência conjugal, tem bastante mulheres que eu atendo, acho que umas 5 mulheres, que elas tem HIV, do parceiro, ou...

Ana Paula – Tem casos de estupro mesmo e parceiro que traiu, tem bastante casos, a Casa auxilia falando quais são os direitos.

Suzi – [...] Têm muita mulher que procura a gente por causa das crianças e nem percebe a violência doméstica, muitas vezes, a gente atende porque o Conselho Tutelar encaminhou por violência sexual da criança, e aí encaminha para cá, a gente vai atender, a gente vê que as mães estão sofrendo violência doméstica, mas a maior preocupação delas é com a criança. A gente passa a atender essa mãe, mas quando ela vê que não vai conseguir atendimento para a criança, ela dificilmente continua, porque não tem para onde encaminhar, só nós aqui, a gente tem uma lista grande de pessoas para outros serviços... então, essa questão da violência sexual é bem grande. E também a saúde mental, a gente tem também um grupo de mulheres que vem para cá, elas vêm muito no espaço de terapia também, no começo da oficina é isso que elas falam que aqui é um lugar de terapia, porque é um refúgio. Por mais que os outros serviços não avancem, ela aqui vai conseguir ser recebida, vai ser ouvida, alguma ação a gente vai poder explicar para ela, ter essa escuta e explicar a situação dela, quais são as dificuldades, o que a gente pode fazer, tem muitas assim nessa situação.



3.2.5.4. Oficinas, Projetos e Parcerias

Ana Paula – *Eu acho que cada período é de uma forma, agora a gente está numa relação boa com a Saúde, a gente conseguiu fazer formações juntos, então, sempre tem trabalhos aqui, eles querem conhecer o espaço. A Defensoria tem uma boa atuação na violência doméstica. Com o CAPS não é muito, né?! A gente sente que com a Rede Leste está retomando, existe esse grupo chamado Rede Leste de Atendimento às Mulheres que Sofrem Violência, então atua junto com alguns serviços, CDCMs aqui da Região Leste, que é Casa Viviane, Casa Anastácia e Casa MulherAção, Cidinha vai, que é São Mateus e o centro de Itaquera.*

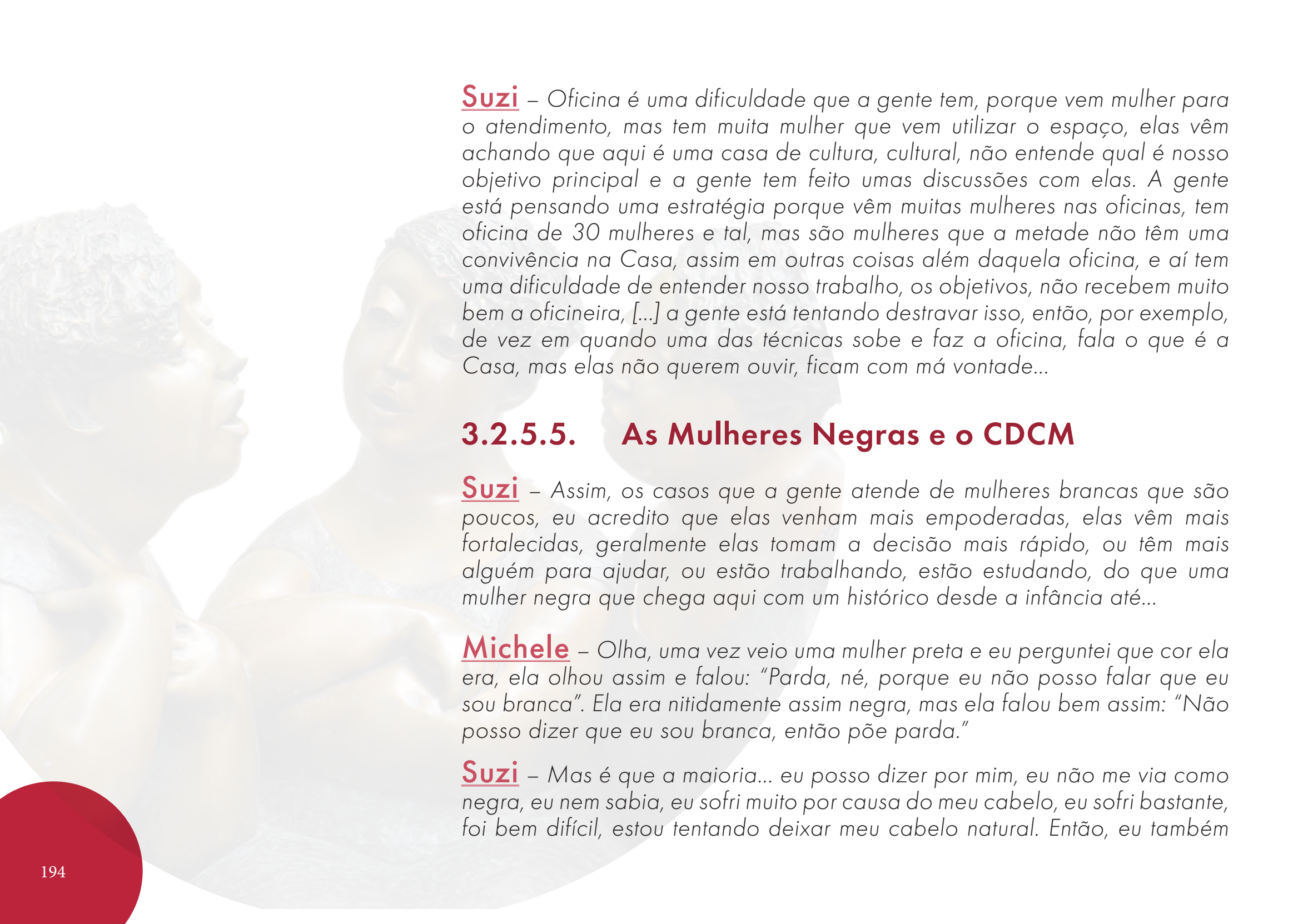
Michele – *CCM participa, parte do GEVID, que é do Ministério Público, a Defensoria tem participado de vez em quando [...]. A gente tenta fazer uma atuação mais nas políticas públicas, então, por exemplo, a gente estava dando um enfrentamento com relação às mulheres que estavam obrigadas a fazer B.O., o abrigo exige B.O., só que as mulheres não querem fazer B.O. por várias questões, um porque não quer processar, ou porque o agressor é traficante e vai prejudicar a vida delas, então é uma briga de defesa de direito, [...] aqui na Casa Anastácia elas têm conseguido muito fazer encaminhamento de pedido de medida sem a mulher ter feito B.O., e fazer por aqui mesmo, sem a mulher ter que ir na Defensoria, continuando toda a história...*

Ana Paula – Isso acaba sendo até um avanço porque a mulher participa, senão tem que agendar com a Defensoria, ir lá, não leva o documento certo, aí volta, então aqui as meninas já fazem tudo, já manda o documento, já manda o relatório... então, são algumas coisas que tenta melhorar a política junto com a rede, discutindo com a rede, com as defensoras. Por mais que elas sejam parceiras, elas não têm muito entendimento da base mesmo, de quem está atendendo as mulheres e tal, então tem que ficar bem junto, aí teve alguns avanços. [...] historicamente a Rede Leste tem um trabalho muito bom, mas sempre assim, diminui o público, mudam profissionais, agora eles estão organizando um encontro das mulheres para discutir estratégias autônomas, é uma ação também da Rede Leste e já teve por exemplo, discussão com juiz [...]. O juiz não muda, ou piora alguma coisa, mas tem avançado muito, a Rede Leste é uma referência.

Michele – A gente não tem [parceria com universidades], as universidades procuram muito para trabalho, TCC, essas coisas, pesquisa, estágio, mas contribuir com relação a parcerias nesse sentido, não. Tinha o Castelo antigamente, era um convênio, a questão jurídica, ia tudo pra o Castelo, tinha também com a Casa Isabel...

Ana Paula – As oficinas estão dentro da remuneração, dentro do convênio tem um valor para a gente contrataricineiras, elas são contratadas por MEI ou por RPA, não é muito alto o valor, mas a gente contrata elas sim.

Michele – A gente tem aulas de dança, oficina de bonecas, tem ginástica, oficina de decoupage em madeira, de autodefesa... aí está sempre mudando, ficam três meses, seis meses, a gente contrata outras, só dança e ginástica são um pouquinho mais fixas.



Suzi – Oficina é uma dificuldade que a gente tem, porque vem mulher para o atendimento, mas tem muita mulher que vem utilizar o espaço, elas vêm achando que aqui é uma casa de cultura, cultural, não entende qual é nosso objetivo principal e a gente tem feito umas discussões com elas. A gente está pensando uma estratégia porque vêm muitas mulheres nas oficinas, tem oficina de 30 mulheres e tal, mas são mulheres que a metade não têm uma convivência na Casa, assim em outras coisas além daquela oficina, e aí tem uma dificuldade de entender nosso trabalho, os objetivos, não recebem muito bem a oficina, [...] a gente está tentando destravar isso, então, por exemplo, de vez em quando uma das técnicas sobe e faz a oficina, fala o que é a Casa, mas elas não querem ouvir, ficam com má vontade...

3.2.5.5. As Mulheres Negras e o CDCM

Suzi – Assim, os casos que a gente atende de mulheres brancas que são poucos, eu acredito que elas venham mais empoderadas, elas vêm mais fortalecidas, geralmente elas tomam a decisão mais rápido, ou têm mais alguém para ajudar, ou estão trabalhando, estão estudando, do que uma mulher negra que chega aqui com um histórico desde a infância até...

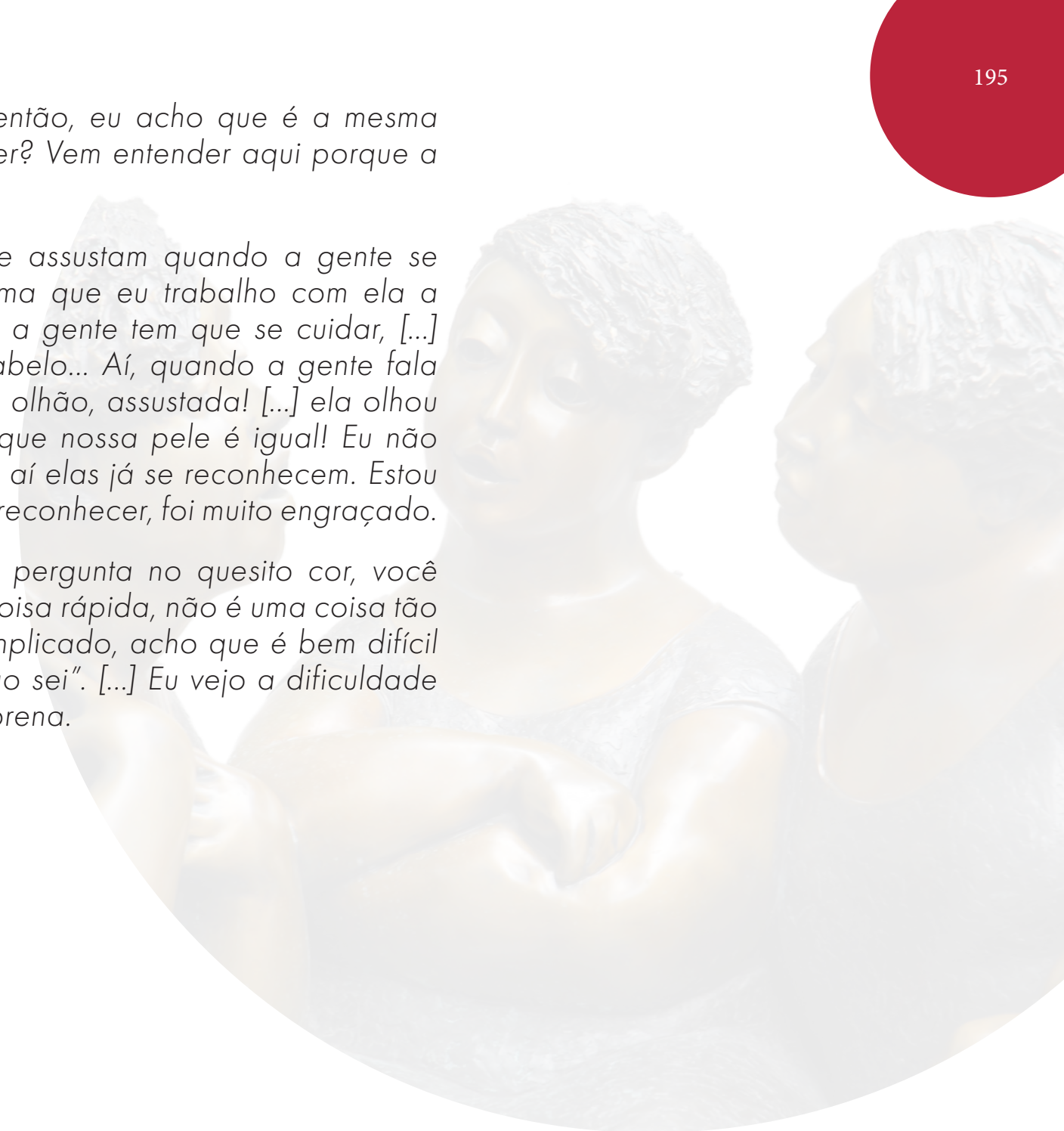
Michele – Olha, uma vez veio uma mulher preta e eu perguntei que cor ela era, ela olhou assim e falou: “Parda, né, porque eu não posso falar que eu sou branca”. Ela era nitidamente assim negra, mas ela falou bem assim: “Não posso dizer que eu sou branca, então põe parda.”

Suzi – Mas é que a maioria... eu posso dizer por mim, eu não me via como negra, eu nem sabia, eu sofri muito por causa do meu cabelo, eu sofri bastante, foi bem difícil, estou tentando deixar meu cabelo natural. Então, eu também

não me via, nem sabia, nem imaginava..., então, eu acho que é a mesma coisa elas, como assim, como elas vão saber? Vem entender aqui porque a gente tem a discussão.

Ana Paula – E no atendimento, elas se assustam quando a gente se identifica como negra. Por exemplo, tem uma que eu trabalho com ela a autoestima e eu falei assim com ela: “Não, a gente tem que se cuidar, [...] não pode retroceder, tem que cuidar do cabelo... Aí, quando a gente fala da nossa pele...”, ela olhou assim ... com um olhão, assustada! [...] ela olhou para a pele dela, olhou para a minha, porque nossa pele é igual! Eu não tinha falado isso no atendimento para ela, e aí elas já se reconhecem. Estou falando de autoestima, do problema dela se reconhecer, foi muito engraçado.

Michele – Porque na hora que a gente pergunta no quesito cor, você percebe que elas se olham. Isso não é uma coisa rápida, não é uma coisa tão fácil dizer: “Olha, eu sou negra”. É bem complicado, acho que é bem difícil para elas se reconhecerem, elas falam: “Não sei”. [...] Eu vejo a dificuldade delas de dizerem e, muitas vezes dizem... morena.



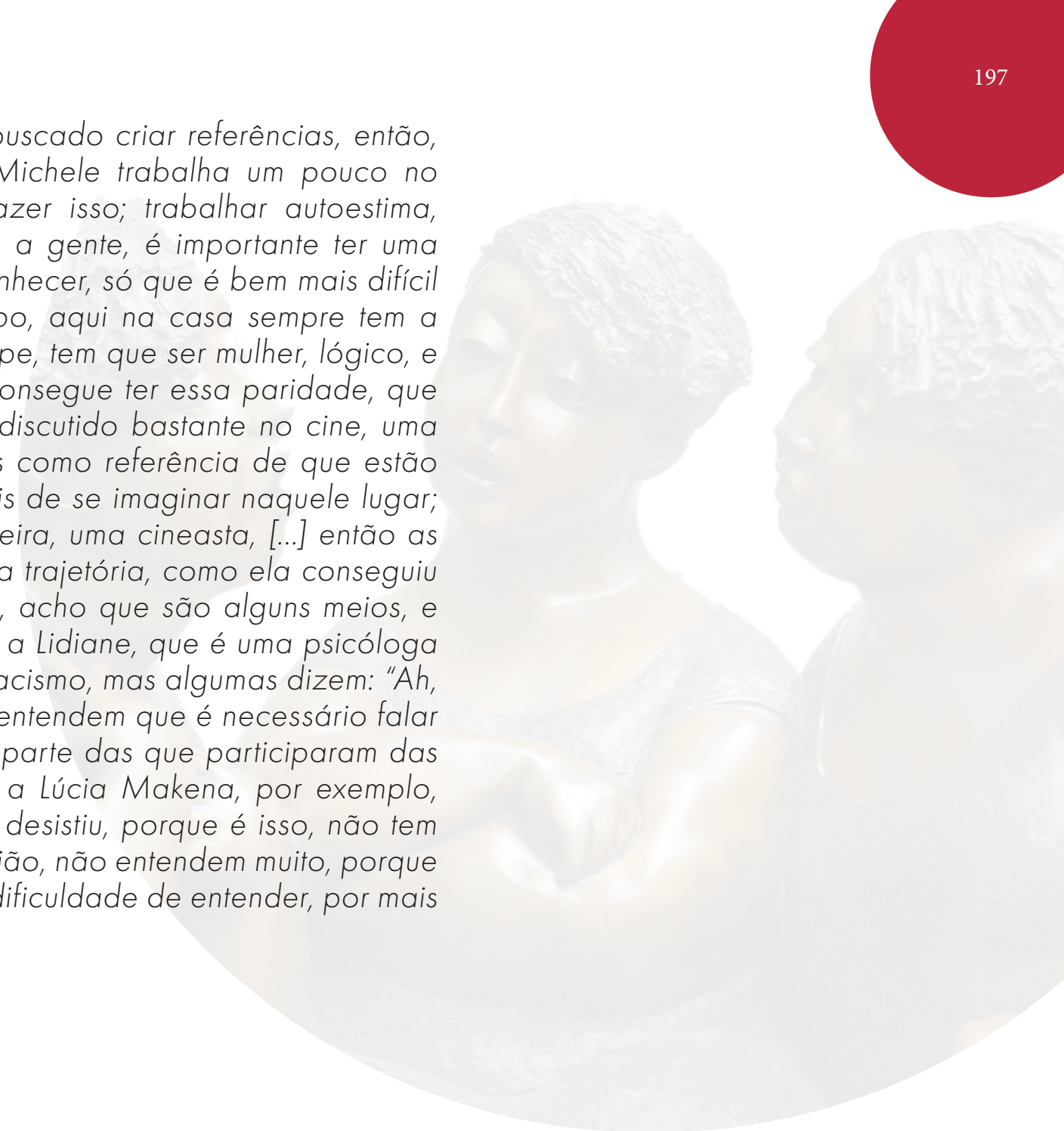
3.2.5.6. Noções de Direitos e Diversidade

Suzi – [Sobre a condição social, machismo, racismo] Elas não têm essa compreensão, elas vão sempre colocar assim: “Ah, porque ele usa droga, porque ele bebe, porque eu não fiz assim, porque eu deixei de fazer assim, porque é o gênio dele, ele é muito bravo, ele é nervoso.” E não do machista, elas não têm essa percepção.

Michele – Eu cheguei a fazer um trabalho com 10 mulheres [...], dei o nome de curso de direitos humanos das mulheres, a gente iniciou com elas contando sobre sua história de vida, como chegaram na Cidade de Tiradentes, e a maioria delas veio muito cedo, precisou trabalhar muito cedo, foi muito explorada, de trabalhar e não receber, foram enganadas. Elas falam muito assim: “Ah, eu não devia ter largado os estudos”, “Eu que não estudei, eu que casei cedo”. Mas em nenhum momento elas percebem machismo, isso a gente foi construindo com elas, a gente trabalhou nos vídeos, a gente falou do capitalismo, como são as mulheres mais negras, pobres e tal, do êxodo rural e tudo, porque até então, elas nunca tinham percebido o quanto elas foram exploradas, o quando elas trabalharam de graça, nunca foram registradas, [...] porque elas pararam de estudar, elas não puderam, não queriam mais [...].

Então, é todo um trabalho com elas, a gente também mostra que é cada um por si, se você não foi bem, não enriqueceu, não se esforçou, a culpa é sua, então a gente mostrou os dados para elas: “Olha, as mulheres negras estão na base, porque não conseguem emprego, só pode trabalhar disso”. Aí elas mudaram um pouco o olhar. E mesmo nas oficinas, você pergunta por que elas estão aqui: elas estão procurando trabalho e enquanto não acham ficam aqui, mas aí passa um ano, e elas continuam aqui, não conseguem emprego, e continuam cuidando dos seus filhos e aqui.

Suzi – *[As mulheres negras] A gente tem buscado criar referências, então, aqui no espaço a gente traz o tema, a Michele trabalha um pouco no atendimento técnico, quando é possível fazer isso; trabalhar autoestima, a gente tem aqui algumas atividades. Para a gente, é importante ter uma equipe negra, porque elas precisam se reconhecer, só que é bem mais difícil de encontrar, eu estou aqui há pouco tempo, aqui na casa sempre tem a discussão, a gente tem que manter uma equipe, tem que ser mulher, lógico, e se for negra muito melhor porque a gente consegue ter essa paridade, que é importante. E, por exemplo, a gente tem discutido bastante no cine, uma atividade mensal, trazemos mulheres negras como referência de que estão fazendo coisas, que às vezes tão impossíveis de se imaginar naquele lugar; no último cine a gente trouxe a Viviane Ferreira, uma cineasta, [...] então as meninas ficaram muito felizes dela contar sua trajetória, como ela conseguiu estudar [...] uma mulher empoderada. Então, acho que são alguns meios, e a gente discute bastante. No penúltimo veio a Lidiane, que é uma psicóloga que falou sobre os efeitos psicossociais do racismo, mas algumas dizem: “Ah, a gente fala muito disso, eu já ouvi”. Outras entendem que é necessário falar disso, que elas precisam se ver, então, boa parte das que participaram das atividades se veem negras. A gente trouxe a Lúcia Makena, por exemplo, muitas mulheres se inscreveram e boa parte desistiu, porque é isso, não tem essa ligação, também tem a questão da religião, não entendem muito, porque a maioria delas são evangélicas, então tem dificuldade de entender, por mais que a gente trabalhe...*



3.2.5.7. Quem Cuida das Profissionais

Ana Paula – *Inclusive a gente deveria ter horas técnicas, [...] eles sempre falam assim: “Vocês têm que gastar o dinheiro com as mulheres, têm que trazer coisas para as mulheres, mas para equipe, não”. [...] Mas até pouco tempo as meninas não paravam pra nada, não paravam para estudar, para refletir..., é um trabalho que a gente sabe o quanto é importante a equipe discutir isso, a gente precisa se fortalecer, somos mulheres negras, e se a gente não tiver isso muito fortalecido na gente, com a nossa identidade fortalecida, a gente não vai ajudá-las, então precisamos refletir nossa vida, precisamos analisar também nossa história de vida, nossa trajetória [...]. Também é uma forma de como você está se vendo, o quanto é difícil a gente enquanto profissional negra, como a gente é colocada nos espaços... e entender porque acontece isso e poder ajudar as mulheres, mas se a gente não parar para estudar, para pensar, a gente não cresce.*

Michele – *Eu faço terapia.*

Ana Paula: *A supervisão, Marilda, uma pessoa que está há muito tempo, que tem uma relação com a gente de apoio, porque ela ajudou na implantação das casas, é um apoio, mas que não consegue dar conta dos nossos reforços também, então é mais, assim, técnico [...].*

Suzi – *Eu desligo completamente, eu chego em casa, minha preocupação é chegar correndo para pegar meu filho, eu tenho coisas para fazer, então eu não fico presa aqui, e eu não falo daqui. No começo eu falava um pouco daqui para o meu companheiro, [...] mas hoje eu já não preciso contar nada*

para ele, eu chego em casa e a gente vai conversar outras coisas, vamos fazer outras coisas e não ficar presa aqui. Então eu acho que é isso, não fico pilhada, [...] não é que eu esteja fria, tipo: atendi, o problema é dela e já era - não é isso [...]. Mas eu tento tudo e o que eu não consigo fazer, eu busco saber o que a gente pode fazer, como trabalhar com essa mulher para tentar de alguma forma ajudar ou orientá-la, então, eu fico tranquila porque eu não fui negligente com esse caso, eu não atendi por atender e não fiz por fazer, quando eu estou atendendo ela é com ela que eu estou, então, depois que eu parei de atendê-la aí é outra coisa, eu acho que é isso.

Ana Paula – Quando eu comecei no trabalho de pesquisa eu via mais as mulheres, estava mais próxima e ficava bem abalada, mas agora, quando eu faço esse trabalho aqui, acho que me fortaleceu bastante [...], de ouvir as histórias, mudar um pouco esse olhar sobre as histórias com elas. Eu estou aqui há pouco tempo, eu estou fazendo esse exercício, evitar de comentar também em casa, eu chego muito ligadona no serviço, [...] e tentar um pouco ter esse tempo de descanso. Mas a gente está pensando em outras formas, estou conversando com uma ONG, [...] da gente pensar em alguém que possa fazer esse trabalho de acolher a equipe, as vezes é muito nítido o cansaço, você fica mal quando não vê resultados, né?!.

3.2.5.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Ana Paula – Os CDCMs estão ligados à SMADS, os CRMs são da Secretaria Municipal de Políticas das Mulheres, a diferença principal é essa, porque as normas técnicas que a gente está seguindo são as mesmas do CRM, que foram feitos pela SMPM, então temos os mesmos parâmetros. A gente tem um encontro chamado Reunião CDCM cidade de São Paulo, a gente junta todos os CDCMs, o índice de participação é baixíssimo, estão indo três serviços da Zona Leste, um serviço do Campo Limpo e um serviço do centro que é o Francisca Franco. [...]

Teve uma reunião que a gente discutiu as diretrizes da implantação do abrigamento, até para isso tem que fazer esse enfrentamento... Tem um modelo que elas trazem, que tem ajudado a gente a discutir junto à SMADS.

Para gente seria interessante também a participação da Secretaria das Mulheres no contexto da discussão de gênero e tal, só que ela está muito sucateado, elas têm menos funcionários que a gente, a verba do CRM é menor, então, acaba que a gente tem que ficar na SMADS porque o convênio manda, e a gente tem mais facilidade de fazer coisas; elas (CRM) estão só com assistente social e coordenadora...

Mas é complicado assim, tem várias desvantagens, porque cobram da gente coisas, direito da família, então a gente pena bastante com eles assim ... É muito difícil de conversar com os oficiais de assistência social, as assistentes, bem ou mal dialogam, respondem ofício.

Fiz uma audiência pública para discutir algumas questões de abrigamento, por exemplo, a gente não tem um carro, a mulher vai ser abrigada, a gente tem que pedir a parceria do CREAS para eles emprestarem uma van, mas é no horário que eles podem, quando eles podem, então o carro sempre chega tarde, sempre sai muito do nosso horário, e a gente não tem carro... a gente precisava ter um carro para levar as mulheres...a gente tem que discutir as questões do abrigamento [...].

Michele – *Eu acho que o maior desafio nosso tem sido a questão da moradia, a gente tem recebido muitas mulheres que não tem local próprio, ou é de um familiar, é da família do agressor; [moradia] irregular, então a gente tem que solicitar aluguel, só que não tem conseguido receber, as mulheres aqui não têm conseguido.*

Ana Paula – *Moradia, acho que emprego também, até pela situação de violência, não tem moradia, não tem emprego, como que ela vai reconstruir a vida novamente? Outro desafio também é a questão da drogadição, que é bem alto nas mulheres que vêm aqui.*

Michele – *[...] às vezes, a mulher não quer expor o problema dela no grupo, porque um caso desse por exemplo, ela não quer falar ali no grupo, só que aqui, o atendimento psicológico não vai dar conta disso, então esse trabalho deveria ser feito na Saúde, para romper com essa ação de violência, aí a gente encaminha ela para a Saúde, e chega lá, o atendimento psicológico é em grupo... como a mulher vai expor uma situação dessa? [...] E no individual, às vezes, ela em uma fila de espera, um ano esperando...*

Ana Paula – *Igual os filhos, as mulheres que a gente atende têm filhos, sofrem violência, presenciam violência, só que a gente não tem para onde encaminhar, porque a gente não tem serviço para criança, a gente encaminha para a Rede Criança, a gente fica numa lista, e quando chama, a prioridade é Lajeado, Guaianases fica em segundo lugar, e a capacidade é para 80!*

3.2.6

CDCM
Mariás

Está localizado na Rua Soldado José Antônio Moreira, 546 – Jardim Japão, que atende a região do Pq. Novo Mundo, Vila Maria e adjacências da Zona Norte da cidade de São Paulo. É um serviço público, terceirizado, que existe desde 2011, mantido por meio de convênio entre Prefeitura do Município de São Paulo/SMADS e o Núcleo Cristão de Cidadania e Vida (NCCV), uma entidade que atua na área de assistência social com crianças, jovens e adultos desde 2001, e desenvolve esse projeto com mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A equipe da Casa Mariás é composta por psicóloga, assistente social, advogada, orientadora socioeducativa, gerente, auxiliar-administrativa e auxiliar de serviços gerais. E há oficinas, que não são fixas, mas prestam serviços conforme a demanda do projeto, contratadas por meio de verba que vem da SMADS.

Para saber mais sobre o funcionamento dessa Casa, conversamos com a psicóloga Cinthia Jyo Matsumura, 32 anos, que havia trabalhado na Casa por 3 anos, se afastou e retornou, para o atendimento, mas não no processo de psicoterapia, e sim de orientação nos casos de violência doméstica; com a assistente social Sheila, 37 anos, que trabalha no Mariás há 8 meses, fazendo atendimentos, acolhimentos e encaminhamentos para outros serviços de assistência prestados pela Rede Pública; com a advogada Andrea Sousa, 40 anos, que trabalha na Casa há 4 anos e meio, com orientação jurídica criminal, cível e trabalhista, desde o registro do boletim de ocorrência até à representação, solicitação de medidas protetivas, no caso de agressão.

3.2.6.1. Quem são as Mulheres Atendidas

Sheila – Nós temos [também] os casos em que não é violência, muitas procuram o serviço mais para as oficinas. E aí, depois de um certo tempo, a gente acaba identificando que elas têm [...]. Então, a gente está sempre atenta, a própriaicineira percebe algumas conversas, então, aí passa para nós, e a gente acaba atendendo depois. Mas muitas, também, vêm só para a área social, precisam só de uma ajuda social mesmo. E aí são do território, são da região, procura para poder receber algum encaminhamento, alguma orientação jurídica. Mas [...] o foco mesmo é a violência doméstica. [...]

A gente atende meninas de 20 anos de idade, até 60 ou 70 e poucos anos [...]. Mas boa parte que faz, tem entre 30 e 40. Tem idosas que procuram pelas oficinas, mas depois de um certo tempo a gente acaba identificando que algumas têm [histórico de violência] e não sabiam. Mas a maioria são idosas, eles vêm mais para as oficinas.

Andrea – Violência, eu acho que é a partir de 30 a 45 a faixa etária, digamos assim. [...] E muitas, grande número delas, não têm emprego, estão desempregadas. Às vezes, pela baixa escolaridade, [...] trabalham em empregos informais, não têm trabalho registrado em CLT. Então, faz às vezes diarista, algumas não conseguem emprego mesmo, só recebem bolsa-família. [...]

As adolescentes, mais jovens, 18-19 anos, é muito difícil... a não ser que ela fale para alguém, geralmente para um adulto, e o adulto encaminhá-la. [...] Elas também, às vezes, têm informação na escola, ou até pela mídia, mas por elas mesmas, elas geralmente não procuram. Na faixa de 18, 19 anos até 25, 26 anos é difícil. Procura mais acima de 35anos, mesmo.

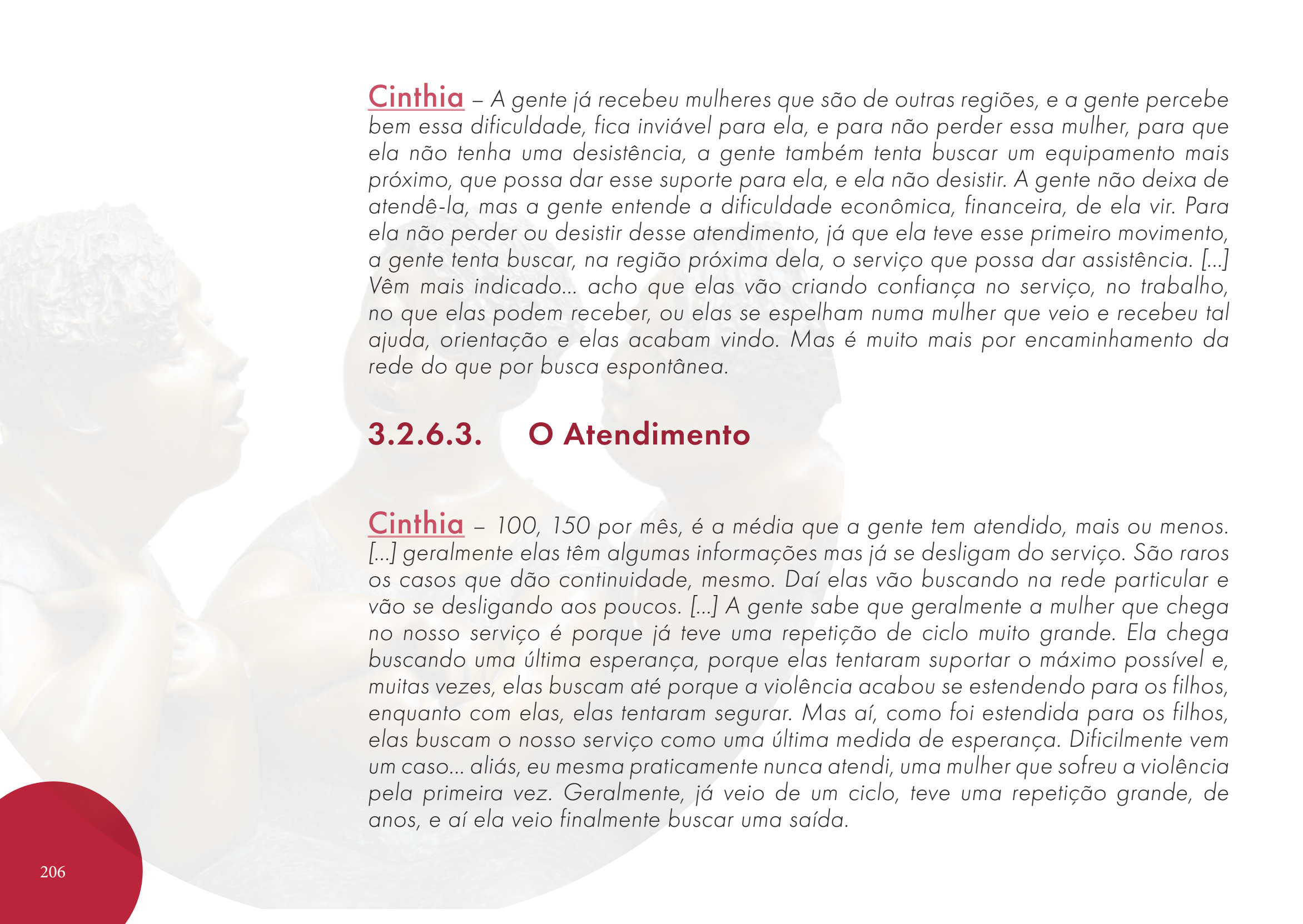
Sheila – Assim, na área econômica, muitas estão... vulnerabilidade econômico-social. São dependentes total do marido, muitas nunca trabalharam provavelmente, nunca estudaram, [...]. Mas nós recebemos já vários casos aqui de mulheres empresárias, de um poder aquisitivo maior...

Andrea – Acho que é 1%. E essas que têm escolaridade, às vezes, querem informação e acabam não ficando no serviço.

3.2.6.2. Como Elas Chegam

Sheila – Elas vêm com encaminhamento de algum local [...]. É mais UBS, hospital, não. Aí a UBS geralmente é Parque Novo Mundo I e II, é Vila Maria, Vila Guilherme, mais essa região, mesmo. [...] Ou ela às vezes passa aqui, conhece, ou uma fala para a outra... Qualquer região, pode ser. [...] Existem mais casos na região de Vila Maria, Vila Guilherme, Parque Novo Mundo, são os que vem mais.

Andrea – É até por questão do transporte público, às vezes, elas não têm condições de vir de um lugar muito longe, [...] as que vêm, geralmente são dos bairros próximos, que é o Jardim Brasil, o Parque Novo Mundo, Vila Maria, Vila Maria Alta e geralmente quem encaminha bastante são as UBS, mas os outros órgãos também encaminham, o Conselho Tutelar, própria Defensoria, Ministério Público, o CRAS, CREAS...



Cinthia – A gente já recebeu mulheres que são de outras regiões, e a gente percebe bem essa dificuldade, fica inviável para ela, e para não perder essa mulher, para que ela não tenha uma desistência, a gente também tenta buscar um equipamento mais próximo, que possa dar esse suporte para ela, e ela não desistir. A gente não deixa de atendê-la, mas a gente entende a dificuldade econômica, financeira, de ela vir. Para ela não perder ou desistir desse atendimento, já que ela teve esse primeiro movimento, a gente tenta buscar, na região próxima dela, o serviço que possa dar assistência. [...] Vêm mais indicado... acho que elas vão criando confiança no serviço, no trabalho, no que elas podem receber, ou elas se espelham numa mulher que veio e recebeu tal ajuda, orientação e elas acabam vindo. Mas é muito mais por encaminhamento da rede do que por busca espontânea.

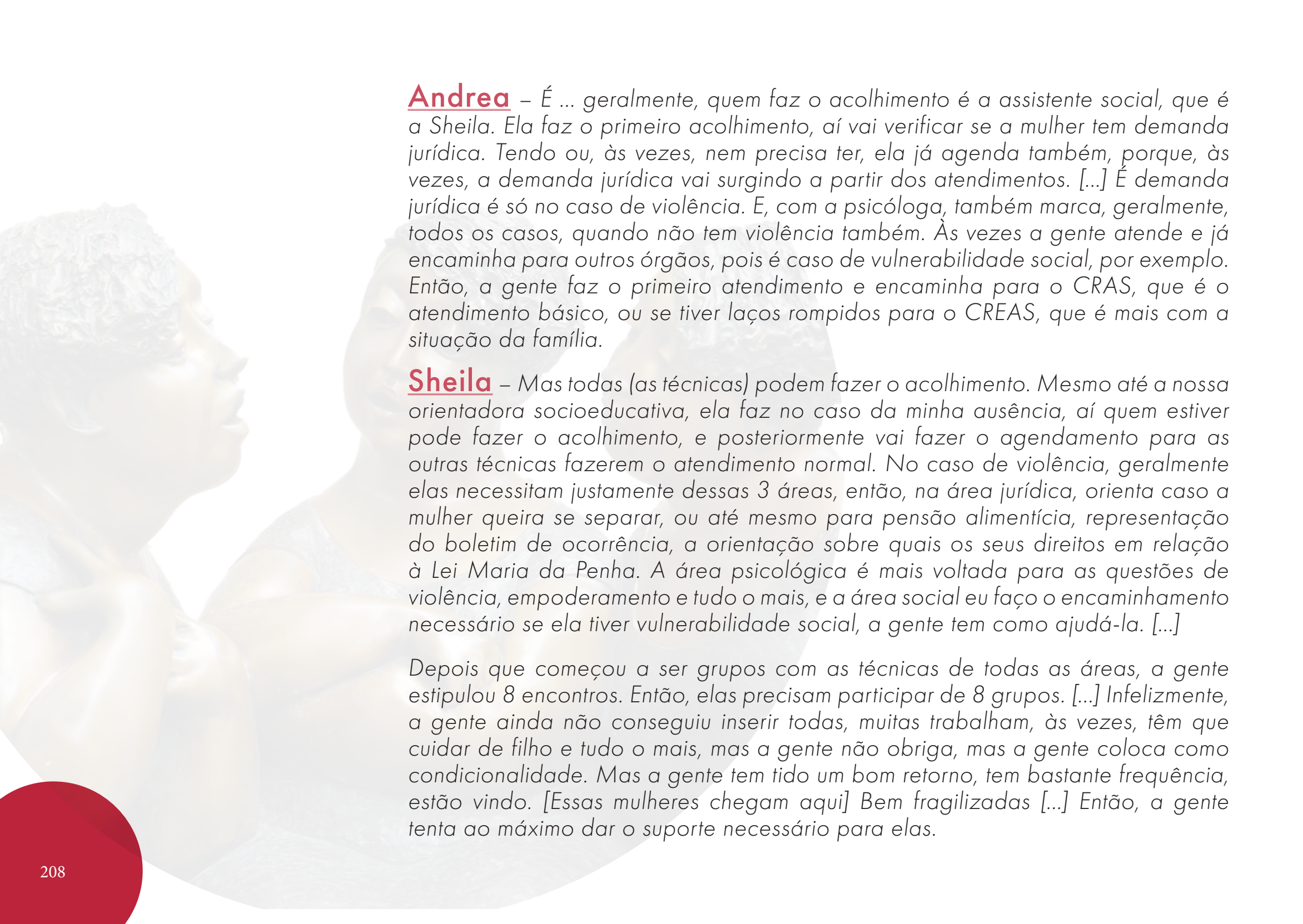
3.2.6.3. O Atendimento

Cinthia – 100, 150 por mês, é a média que a gente tem atendido, mais ou menos. [...] geralmente elas têm algumas informações mas já se desligam do serviço. São raros os casos que dão continuidade, mesmo. Daí elas vão buscando na rede particular e vão se desligando aos poucos. [...] A gente sabe que geralmente a mulher que chega no nosso serviço é porque já teve uma repetição de ciclo muito grande. Ela chega buscando uma última esperança, porque elas tentaram suportar o máximo possível e, muitas vezes, elas buscam até porque a violência acabou se estendendo para os filhos, enquanto com elas, elas tentaram segurar. Mas aí, como foi estendida para os filhos, elas buscam o nosso serviço como uma última medida de esperança. Dificilmente vem um caso... aliás, eu mesma praticamente nunca atendi, uma mulher que sofreu a violência pela primeira vez. Geralmente, já veio de um ciclo, teve uma repetição grande, de anos, e aí ela veio finalmente buscar uma saída.

Sheila – É, mas o que não significa que elas não saíram. Pelo contrário, depois de todo esse ciclo de 15, 20 anos, elas procuraram ajuda, procuraram o CDCM, se fortaleceram e acabaram tomando uma atitude. A gente tem [...] muitos casos em que foi a primeira vez que elas procuraram o serviço, mas já se fortaleceram e já saíram da situação. Também, tem aqueles casos que retornam, voltam para a pessoa e aí volta todo o ciclo novamente, e aí elas ficam distantes um período e voltam depois [...].

Voltam a ser prejudicadas de novo, aí elas retornam. E aí essa é mais complicada de trabalhar, porque a gente vê que ela é resistente, a gente vê que é mais difícil ela entender o ciclo da violência, então a gente tem que trabalhar mais ainda. Por isso que a gente frisa bem a participação nos grupos reflexão, que é uma forma da gente trabalhar, e de elas interagirem com outras mulheres que estão na mesma situação, para se fortalecer, mesmo. [...] Antigamente, a gente nem dava tanta importância aos grupos, a gente tinha só a psicóloga que encaminhava o que ela achava que era necessário, mas agora a gente pôs como prioridade do atendimento. A gente fala que é necessário não só o atendimento individual mas a participação no grupo é fundamental.

Cinthia – Como parte desse processo, para manter a conscientização de que ela está em um ciclo de violência, que ela pode sair, ou que a própria história dela, de superação, pode ajudar uma outra pessoa. Então, a gente entende isso de uma forma multidisciplinar, assim como são os atendimentos. Por isso é que agora, o formato é cada encontro ser uma profissional diferente, para que elas tenham essas referências, de profissionais, de temas e de mulheres que também estão nessa mesma vivência. Então, isso é bem importante, tem sido bem bacana.



Andrea – É ... geralmente, quem faz o acolhimento é a assistente social, que é a Sheila. Ela faz o primeiro acolhimento, aí vai verificar se a mulher tem demanda jurídica. Tendo ou, às vezes, nem precisa ter, ela já agenda também, porque, às vezes, a demanda jurídica vai surgindo a partir dos atendimentos. [...] É demanda jurídica é só no caso de violência. E, com a psicóloga, também marca, geralmente, todos os casos, quando não tem violência também. Às vezes a gente atende e já encaminha para outros órgãos, pois é caso de vulnerabilidade social, por exemplo. Então, a gente faz o primeiro atendimento e encaminha para o CRAS, que é o atendimento básico, ou se tiver laços rompidos para o CREAS, que é mais com a situação da família.

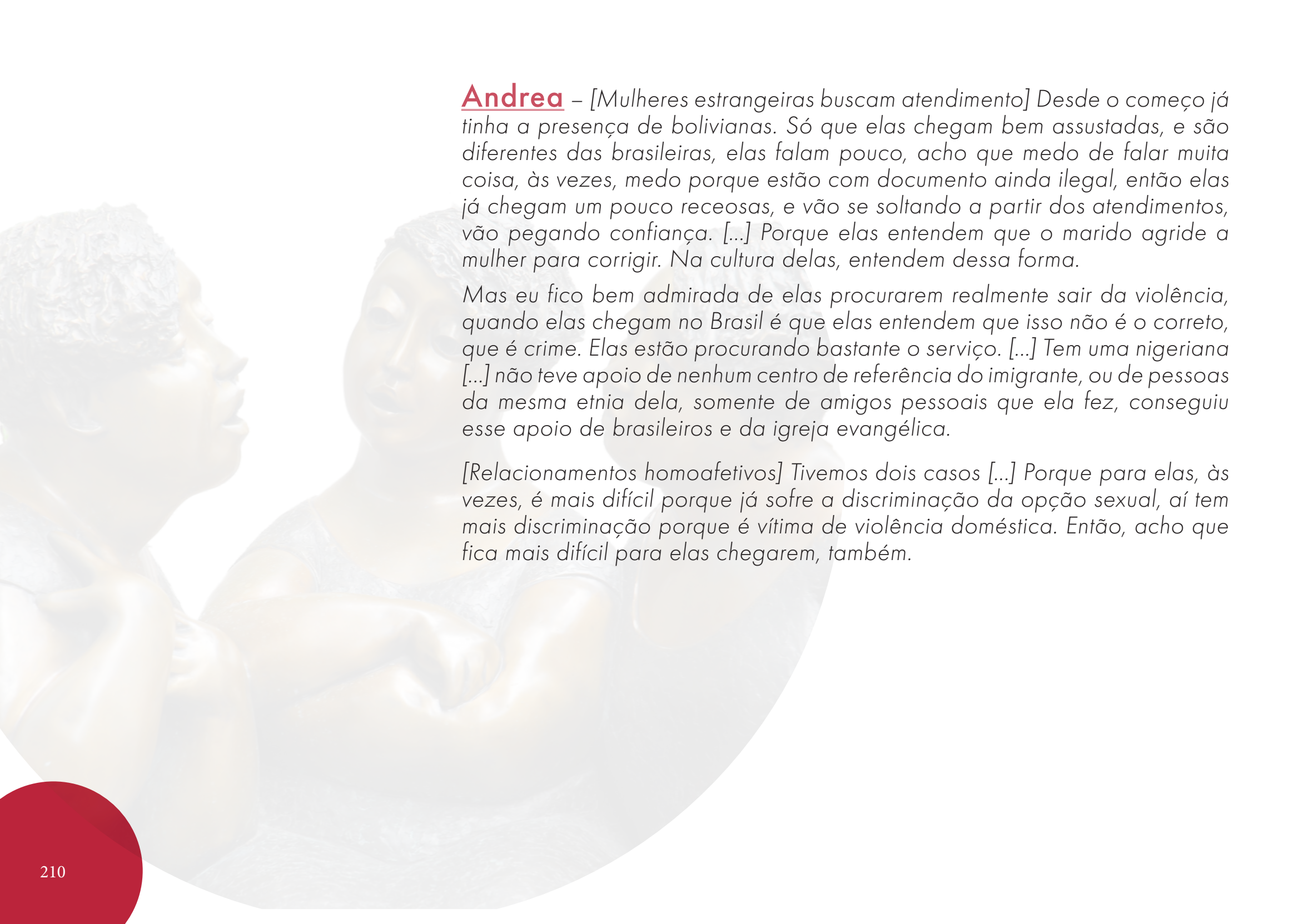
Sheila – Mas todas (as técnicas) podem fazer o acolhimento. Mesmo até a nossa orientadora socioeducativa, ela faz no caso da minha ausência, aí quem estiver pode fazer o acolhimento, e posteriormente vai fazer o agendamento para as outras técnicas fazerem o atendimento normal. No caso de violência, geralmente elas necessitam justamente dessas 3 áreas, então, na área jurídica, orienta caso a mulher queira se separar, ou até mesmo para pensão alimentícia, representação do boletim de ocorrência, a orientação sobre quais os seus direitos em relação à Lei Maria da Penha. A área psicológica é mais voltada para as questões de violência, empoderamento e tudo o mais, e a área social eu faço o encaminhamento necessário se ela tiver vulnerabilidade social, a gente tem como ajudá-la. [...]

Depois que começou a ser grupos com as técnicas de todas as áreas, a gente estipulou 8 encontros. Então, elas precisam participar de 8 grupos. [...] Infelizmente, a gente ainda não conseguiu inserir todas, muitas trabalham, às vezes, têm que cuidar de filho e tudo o mais, mas a gente não obriga, mas a gente coloca como condicionalidade. Mas a gente tem tido um bom retorno, tem bastante frequência, estão vindo. [Essas mulheres chegam aqui] Bem fragilizadas [...] Então, a gente tenta ao máximo dar o suporte necessário para elas.

Andrea – Autoestima baixa, digamos assim, desanimadas, não vê saída, triste mesmo. É assustadas, não sabem como resolver, e muitas temem pela própria vida, muitas correm risco de morte, lesão grave também. Chegam bem temerosas. Agora, aqui como é centro de defesa e convivência, tem algumas que vêm só para a parte de convivência, não tem violência. Aí elas fazem a ficha, geralmente com a Cris, que é a educadora e não passam com as três. Ficam nas oficinas, somente na parte de convivência, nos outros grupos é livre, tem ginástica, corte e costura, artesanato. Mesmo quem é vítima de violência pode participar, desde que tenha vaga. Aí tem os dias e os horários estipulados.

Sheila – Em caso de risco de morte, se a gente vê que é risco iminente, que não tem como voltar para casa, a gente procura vaga em abrigo, o abrigo sigiloso, é para onde elas são encaminhadas. Elas vão com os filhos e ficam o período necessário, até correr todos os trâmites, para dar as medidas protetivas e tudo o mais. Temos muitos casos de mulheres que foram para abrigo, aqui.

A violência física é o maior número, porque elas entendem como violência doméstica só a física, e depois de um período, elas acabam entendendo que elas já sofriam outras violências e não sabiam. Violência psicológica, moral... A patrimonial, sexual, muitas sofriam violência sexual e não sabiam. Por isso a importância do grupo, porque no grupo a gente fala, frisa bastante todos os tipos de violência, como enfrentar, quais órgãos procurar, quais atitudes tomar, quais as leis que protegem. Então, a gente explica bastante, por isso que é importante participar do grupo.



Andrea – *[Mulheres estrangeiras buscam atendimento] Desde o começo já tinha a presença de bolivianas. Só que elas chegam bem assustadas, e são diferentes das brasileiras, elas falam pouco, acho que medo de falar muita coisa, às vezes, medo porque estão com documento ainda ilegal, então elas já chegam um pouco receosas, e vão se soltando a partir dos atendimentos, vão pegando confiança. [...] Porque elas entendem que o marido agride a mulher para corrigir. Na cultura delas, entendem dessa forma.*

Mas eu fico bem admirada de elas procurarem realmente sair da violência, quando elas chegam no Brasil é que elas entendem que isso não é o correto, que é crime. Elas estão procurando bastante o serviço. [...] Tem uma nigeriana [...] não teve apoio de nenhum centro de referência do imigrante, ou de pessoas da mesma etnia dela, somente de amigos pessoais que ela fez, conseguiu esse apoio de brasileiros e da igreja evangélica.

[Relacionamentos homoafetivos] Tivemos dois casos [...] Porque para elas, às vezes, é mais difícil porque já sofre a discriminação da opção sexual, aí tem mais discriminação porque é vítima de violência doméstica. Então, acho que fica mais difícil para elas chegarem, também.

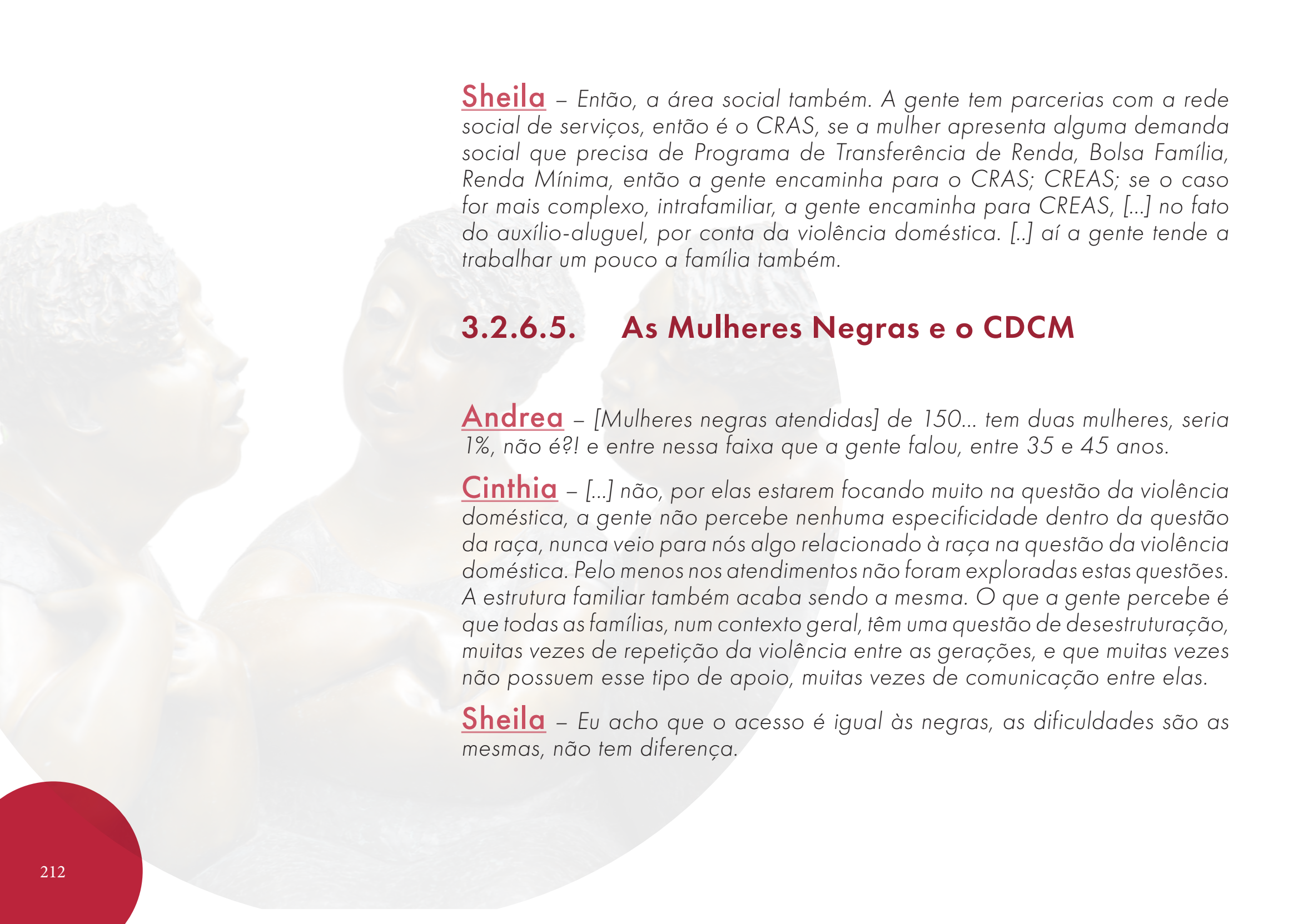
3.2.6.4. Oficinas, Projetos e Parcerias

Sheila – Geralmente, as oficinas duram de 2 a 3 meses, no máximo... tem com Fundo Social, para as mulheres que fazem o corte e costura, que recebem no final do curso uma bolsa-auxílio, [...] aparecem algumas instituições que querem participar, elas vêm, fazem o trabalho, ensinam... é como se fosse uma parceria, mas não é fixa. Então, a cada momento aparece alguma empresa ou alguma instituição, que quer fazer um trabalho.

Cinthia – E parcerias em termos de rede de atendimento, a gente estabelece de acordo com o encaminhamento que a gente faz dentro da região. Então, por exemplo, [...] no atendimento psicológico, a gente tenta fortalecer a rede tanto das UBS, que é a Saúde, quanto na educação, que a gente tem a parceria com a UNINOVE, que realiza atendimento de psicoterapia e na UBS também. Aqui a gente faz o encaminhamento direto e faz o controle para saber como é que está sendo essa triagem, a transferência e a contrarreferência, para também saber como é que foi feito. [...] Então, a gente faz esses encaminhamentos direto e que dão prioridade pela questão da situação de violência.

Sheila – Então, se às vezes a mulher precisa de um atendimento mais específico, uma depressão... psiquiátrico, por exemplo, precisa tomar alguma medicação, então encaminhamos.

Andrea – Processos de casos de pensão alimentícia, divórcio a gente encaminha para a Defensoria Pública. Ou no caso solicitação das medidas protetivas, o encaminhamento é direto para o Ministério Público. Eu faço o relatório, encaminho para o Ministério Público. O Ministério Público vai pedir para o Juiz o deferimento dessas medidas protetivas.



Sheila – Então, a área social também. A gente tem parcerias com a rede social de serviços, então é o CRAS, se a mulher apresenta alguma demanda social que precisa de Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, Renda Mínima, então a gente encaminha para o CRAS; CREAS; se o caso for mais complexo, intrafamiliar, a gente encaminha para CREAS, [...] no fato do auxílio-aluguel, por conta da violência doméstica. [...] aí a gente tende a trabalhar um pouco a família também.

3.2.6.5. As Mulheres Negras e o CDCM

Andrea – [Mulheres negras atendidas] de 150... tem duas mulheres, seria 1%, não é?! e entre nessa faixa que a gente falou, entre 35 e 45 anos.

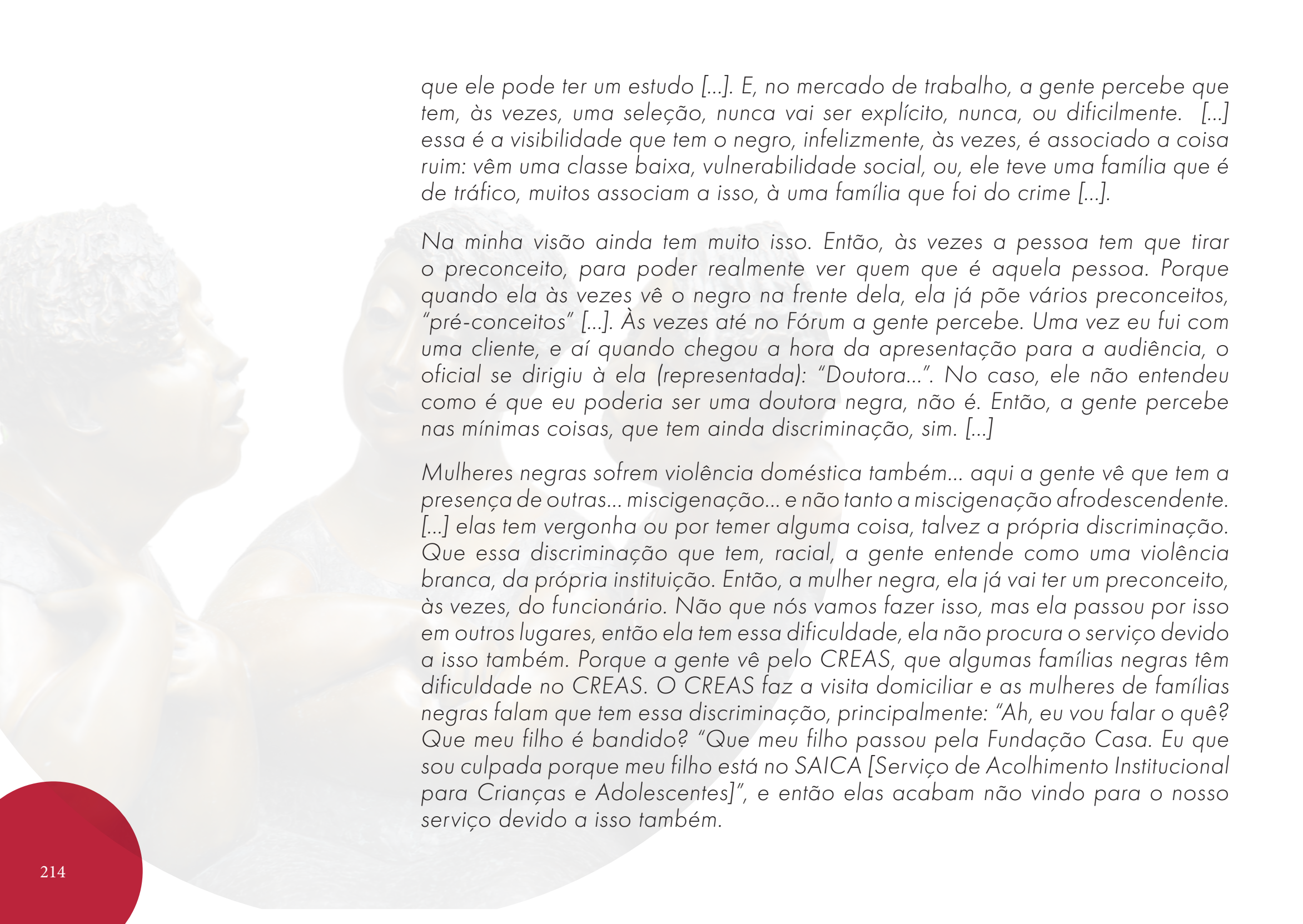
Cinthia – [...] não, por elas estarem focando muito na questão da violência doméstica, a gente não percebe nenhuma especificidade dentro da questão da raça, nunca veio para nós algo relacionado à raça na questão da violência doméstica. Pelo menos nos atendimentos não foram exploradas estas questões. A estrutura familiar também acaba sendo a mesma. O que a gente percebe é que todas as famílias, num contexto geral, têm uma questão de desestruturação, muitas vezes de repetição da violência entre as gerações, e que muitas vezes não possuem esse tipo de apoio, muitas vezes de comunicação entre elas.

Sheila – Eu acho que o acesso é igual às negras, as dificuldades são as mesmas, não tem diferença.

Cinthia – *Eu vejo, assim, falando um pouquinho na sociedade em geral, não no serviço em si, eu vejo que embora seja um termo que ainda está sendo bem divulgado, a gente está sendo bem alertado, não é nem questão de divulgado, mais na questão de conscientização do preconceito, do que isso gera, do que isso acarreta dentro de uma sociedade, de um contexto.*

Acho que hoje está tendo um diálogo maior sobre o assunto, mas que muitas vezes ainda ele está enraizado, e que as próprias pessoas que de repente dialogam sobre o assunto, acabam reproduzindo sem perceber. Então, e aí quando tem uma notícia maior de preconceito, causa um espanto, o que eu consigo mais lembrar hoje foi da Copa, que foi aquela menina que ficou chamando o jogador de macaco, e aí ficou frisando bem a cara dela, e teve toda aquela repercussão e tudo, no futebol, que é uma imagem de ganhadores e vencedores e tudo, e que de repente estão ali os profissionais, os jogadores tendo esta questão da violência, do preconceito. Eu acho que ainda é muito forte, muito forte, embora tenha esses alertas na sociedade, eu vejo que está muito enraizado ainda. E se não é não explícita a forma do preconceito, de alguma forma sutil ela ainda aparece. Então meu ponto de vista, eu vejo um pouco isso, assim.

Andrea – *É, eu acredito que, assim, [...] ela é velada, na verdade, a discriminação, mas a gente percebe. Eu, como trabalho há 4 anos e meio no terceiro setor, a gente percebe até no próprio atendimento que é feito, não pelo nosso serviço, mas indo em vários lugares, outros órgãos públicos, você vê que, às vezes, chega uma pessoa de etnia negra, [...] ele já pensa que: “Ah, é vulnerabilidade social”. Está muito associado o negro ainda à baixa escolaridade, vulnerabilidade social, eu acho que o negro ainda, na sociedade brasileira, está muito associado a isso; [...] o funcionário que vai atender já pensa dessa forma, não entende que ele pode ter um potencial,*



que ele pode ter um estudo [...]. E, no mercado de trabalho, a gente percebe que tem, às vezes, uma seleção, nunca vai ser explícito, nunca, ou dificilmente. [...] essa é a visibilidade que tem o negro, infelizmente, às vezes, é associado a coisa ruim: vêm uma classe baixa, vulnerabilidade social, ou, ele teve uma família que é de tráfico, muitos associam a isso, à uma família que foi do crime [...].

Na minha visão ainda tem muito isso. Então, às vezes a pessoa tem que tirar o preconceito, para poder realmente ver quem que é aquela pessoa. Porque quando ela às vezes vê o negro na frente dela, ela já põe vários preconceitos, “pré-conceitos” [...]. Às vezes até no Fórum a gente percebe. Uma vez eu fui com uma cliente, e aí quando chegou a hora da apresentação para a audiência, o oficial se dirigiu à ela (representada): “Doutora...”. No caso, ele não entendeu como é que eu poderia ser uma doutora negra, não é. Então, a gente percebe nas mínimas coisas, que tem ainda discriminação, sim. [...]

Mulheres negras sofrem violência doméstica também... aqui a gente vê que tem a presença de outras... miscigenação... e não tanto a miscigenação afrodescendente. [...] elas tem vergonha ou por temer alguma coisa, talvez a própria discriminação. Que essa discriminação que tem, racial, a gente entende como uma violência branca, da própria instituição. Então, a mulher negra, ela já vai ter um preconceito, às vezes, do funcionário. Não que nós vamos fazer isso, mas ela passou por isso em outros lugares, então ela tem essa dificuldade, ela não procura o serviço devido a isso também. Porque a gente vê pelo CREAS, que algumas famílias negras têm dificuldade no CREAS. O CREAS faz a visita domiciliar e as mulheres de famílias negras falam que tem essa discriminação, principalmente: “Ah, eu vou falar o quê? Que meu filho é bandido? “Que meu filho passou pela Fundação Casa. Eu que sou culpada porque meu filho está no SAICA [Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes]”, e então elas acabam não vindo para o nosso serviço devido a isso também.


3.2.6.6. Noções de Direitos e Diversidade

Cinthia – [O atendimento há alguns anos atrás] era bem pouco, a divulgação também era pouca. O tema também não era tão falado como têm sido nas mídias hoje em dia. Só eram falados os casos de insucesso, e não os casos de campanha, de exemplo e tudo. E eu percebo que existe um aumento muito grande, tanto que quando eu retornei este ano, eu até me espantei pela quantidade de gente que estava acessando o serviço, e que buscava o atendimento, já com alguma orientação, diferente do começo em que não tinha orientação nenhuma sobre os seus direitos, sobre o serviço, sobre para que parte ir [...], que eu acho que vem dentro de um conjunto da história do serviço.

Então, isso tudo influencia, junto com a divulgação da mídia, também. Eu acho que dá confiança, como eu falei, de elas saberem que algumas tiveram sucesso, então: “Eu acho que eu vou lá”. E aí, isso vai aumentando bastante a questão de conscientização e aumento também da vinda delas.

Sheila – É isso que a gente tenta trabalhar, principalmente eu, como área social, a gente tenta resgatar a autonomia delas, autoestima, porque já vem muita baixa, elas acreditam que não têm como sair dessa situação, por depender totalmente do marido. Então a gente tenta trabalhar essa parte... para haver geração de renda, nos casos das oficinas, ou até mesmo externo, a gente encaminha para cursos profissionalizantes, procura de emprego, então...

Muitas idosas chegam aqui, nunca receberam benefício, nem BPC [Benefício da Prestação Continuada], nada, aposentadoria... Aí a Dra. Andrea acaba encaminhando para o INSS, para a perícia e tudo o mais. Então, a gente tenta resgatar, mostrar para elas que tem uma saída, que tem como sair dessa situação. Porque elas acreditam que aquela situação nunca vai mudar, e ela vai continuar ali.



Andrea – Porque a violência está associada ainda à questão de achar que só pessoas de baixa renda, não é?! Agora tivemos aquele caso da... Luiza Brunet, que ficou na mídia, mas as pessoas pensam: “Nossa, mas ela era super-rica, famosa e foi agredida”, mas tem muitos casos que não são divulgados. Mas quando a pessoa pensa em violência, ela já associa à questão da vulnerabilidade social. A mídia coloca muito a violência física: “Ah, tal pessoa foi agredida, tal pessoa foi morta”, a pessoa fala: “Nossa, aquilo lá é um crime”, mas esquece que a Lei Maria da Penha fala dos outros tipos de violência, a verbal, psicológica. Depois que elas entendem, elas falam: “É, realmente, às vezes a verbal doía até mais do que a física”. Mas não entendiam como uma ofensa que estava tipificado em lei. Em uma sociedade patriarcal, que nós temos, essa é a cultura normal, de o marido gritar, de o marido agredir verbalmente.

Sheila – Então, eu acho que é mais falta de informação e a naturalização, mesmo, dessa violência. Porque as pessoas acham natural, acham cultural, acham normal. [...] Então, o intuito do CDCM é esse, é a gente orientar e fortalecer essa mulher, para ela saber identificar onde está aparecendo a violência logo de início, e saber quais atitudes tomar.


Andrea – A gente fez uma palestra com um grupo de adolescentes, muitos não entendem. Mesmo o namorado às vezes tem aquele ciúme excessivo, proíbe a menina de usar determinada roupa, e aí ela entende como uma forma de amor, não entende ainda que está ali começando uma violência psicológica. Agressão verbal; tem muitos relatos que falam que eles se batem entre eles, tanto a menina como o menino, entendem como natural.

Cinthia – Escola, creche a gente já deu aula, palestra para os pais também, que são os responsáveis, mais para esse processo de conscientização. Porque, às vezes elas têm vergonha, elas só compartilham entre as amigas, nem compartilham com os responsáveis, então esses dados acabam nem chegando para nós. [...]

É por isso que a gente tenta sempre reforçar, com a divulgação em palestras, onde a gente consegue atingir um maior número de pessoas, de toda a região, [...] para ter essa conscientização, que é um trabalho aberto para todos, para todas as faixas etárias, para todas as classes, todas as raças, e o nosso foco é na questão do combate à violência, seja ela qual for.

Andrea – Eu acho que o acolhimento é importante, então, independente da etnia da pessoa, você tendo um bom acolhimento, ela vai ter abertura para falar da violência, para falar da discriminação. Então, a gente procura trazer isso, e através da palestra também deixar aberto, a palestra tem sido bem aceita no posto de saúde; quando a gente vai fazer nas escolas, as pessoas se aproximam e procuram entender que aquilo lá é para elas também, elas se sentem parte, se sentem cidadãs, e também perceber os seus direitos.

[...] Nós não tivemos uma formação [sobre raça], a gente procura trazer todas, buscar essa questão... Mas, assim, nós não tivemos uma formação específica para dar palestra [...] falando da questão racial. Isso, não.



Cinthia – O que a gente tem inserido ultimamente nas palestras e nas dinâmicas, a gente distribui diversos tipos de figuras, inclusive que tenha a questão tanto racial, cyberbullying, religião, deficiência, contra idoso, aí com todas as categorias, não só a violência doméstica em si, mas vários tipos de violência. É aí a gente tenta trabalhar isso para que a pessoa, o público identifique através da imagem o que ela entende aquilo como violência, e a gente consegue debater, que não é só a violência doméstica que a gente precisa reforçar, mas existem outras situações de violência. Também a Dra. Andrea entra com as leis, que existe uma consequência, e aí a gente tenta atingir por esse meio.

Andrea – A gente fala que discriminação é uma forma de violência também. Então, nas palestras a gente fala um pouquinho da homofobia, pessoa com deficiência também é citada, racial também, discriminação, falamos das delegacias específicas. E citamos essas questões no geral, não entramos especificamente para cada área, mas no geral a gente fala...

Cinthia – A gente trabalha o máximo, até com grupo de adolescentes, na questão de prevenção. Porque a gente entende que se existe um ciclo de repetição familiar com a mãe, pode acontecer com ela, na escolha de um relacionamento. Como a gente não pode atender homens e meninos, mas que pelo menos que a gente consiga trabalhar essas meninas para fazer uma boa escolha, criteriosa, para entender que ciúmes excessivos, uma proibição não é normal. Então, a gente tenta trabalhar o bullying na escola, ou porque ela sofre preconceito em um site. Então, acaba sendo de prevenção, porque nem sempre elas estão na violência, mas como prevenção elas já conseguem entender.


3.2.6.7. Quem Cuida das Profissionais

Cinthia – A ONG mantém, o NCCV previamente dá para o quadro de RH e oficinas também, de acordo com horas estabelecidas.

3.2.6.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Cinthia – [...] A mudança ocorreu de maneira muito rápida, como eu disse, em um ano e meio eu percebi uma diferença muito grande, na mídia, o próprio WhatsApp pode ser uma nova forma de violência, que até há um ano atrás não existia isso; o Facebook, o cyberbullying... então assim, eu acho que o desafio não é só o nosso serviço, em si, acompanhar essa demanda, mas também é difícil para toda a rede com quem a gente trabalha e depende. Por exemplo, a Delegacia, os profissionais que estão atrás do balcão, para atender essa mulher, de estar preparado, se enquadrar e falar a mesma língua, não é?!

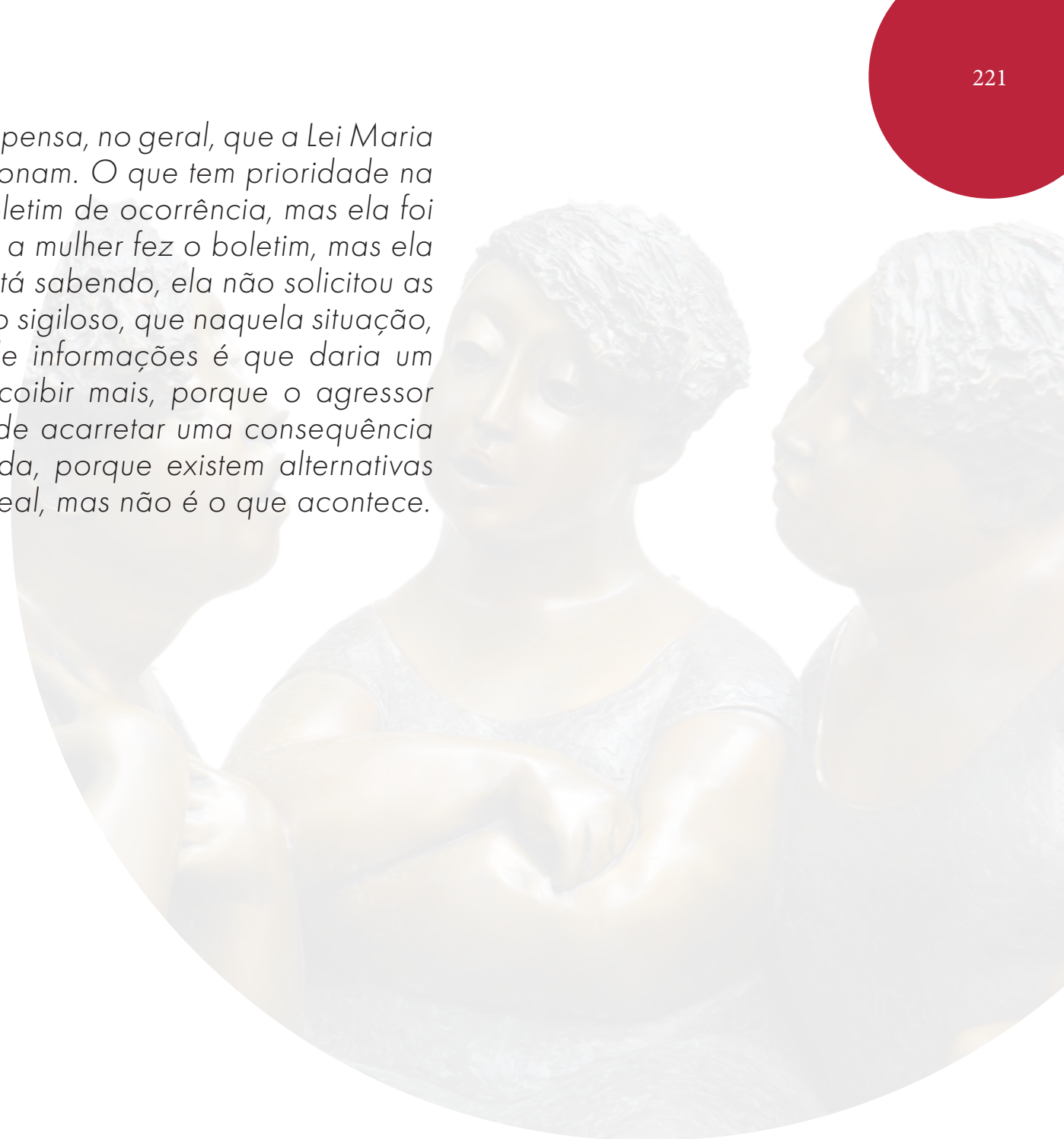
E o que adianta a gente trabalhar e fazer todo o movimento aqui, de conscientização, de fortalecimento, acompanhar essas mudanças, entender que tem uma atualização na questão da violência, por exemplo, a Lei Maria da Penha, foi em 2006, mas quantas mudanças já não aconteceram? A violência relacionada à Internet não está inserida especificamente na questão da violência da Maria da Penha, WhatsApp também não está.



Mas então a gente tem que ter esse entendimento, ampliar essa conscientização, para entender esse público que está vindo para nós, mas também o desafio é com que essa rede funcione dessa mesma forma. Porque senão, de alguma forma, esse caminho acaba sendo rompido. E quem vai sair mais prejudicada nesse processo é essa mulher, que fica perdida dentro desse fluxo, que a gente fala, e que tem que seguir. Porque não adianta a gente achar que só o nosso serviço vai construir uma situação de fortalecimento para essa mulher sair da violência, a gente entende que existe um fluxo de onde ela veio para onde ela vai, e quais são os caminhos e recursos que ela vai utilizar para se fortalecer e sair. E se essa rede toda não acompanhar todo esse pensamento, não se atualizar e tiver um preparo de profissionais, para poder atender e não romper o atendimento, mas a gente já teve vários casos em que rompeu, e nosso serviço acaba indo por água abaixo.

Andrea – Se a gente não funcionar, a mulher acaba não saindo da situação de violência, porque às vezes é uma escola que atende primeiramente a violência, que não denuncia, quer dizer, a violência vai continuar ali naquela escola. Às vezes na UBS, uma enfermeira atende uma mulher que foi violentada, ela não faz a identificação de violência, porque ela tem medo de alguma represália. Então, se a Rede não funciona, a gente não tem como coibir a violência. Tanto a Rede tem que funcionar como a prevenção, acho que a prevenção é a palavra-chave para realmente combater a violência, coibir a violência, não só a doméstica, como todos os tipos de violência. E também a escola, é muito importante. O estudo é primordial para a pessoa entender realmente o que é uma violência, e poder sair dela, porque se você não entende o que é uma violência, dificilmente você vai romper com o ciclo.

Cinthia – *Porque isso é um desafio. A gente pensa, no geral, que a Lei Maria da Penha não funciona, que as leis não funcionam. O que tem prioridade na sociedade é que não funciona: “Ela fez o boletim de ocorrência, mas ela foi morta; ela fez 5, 6... mas foi morta”. Sim, mas a mulher fez o boletim, mas ela não representou; ela anulou, o estado não está sabendo, ela não solicitou as medidas; ela talvez teria que ir para um abrigo sigiloso, que naquela situação, ela não foi; ela não sabia. A divulgação de informações é que daria um grande potencial para o nosso serviço, ia coibir mais, porque o agressor ia entender que existe assim uma lei que pode acarretar uma consequência para ele. A mulher ia se sentir mais protegida, porque existem alternativas para ela ir, e a mídia ia fazer o papel dela, real, mas não é o que acontece.*





3.2.7

CDCM

Espaco

Francisca Franco

Está localizado na Rua Conselheiro Ramalho, 93 - Bela Vista, Zona Central da cidade de São Paulo. É um serviço público, terceirizado, que existe desde 2012, mantido por meio de convênio entre Prefeitura do Município de São Paulo/SMADS e Fundação Francisca Franco, uma organização da sociedade civil que presta serviços na área de assistência social, desenvolvendo projetos de proteção e atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e de risco pessoal e social.

Desde 1986, a Fundação Francisca Franco desenvolve o Projeto Social "Casa da Mamãe", voltado ao atendimento de mulheres adultas, maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade, e que, desde 2014, passou a atender mulheres que sofreram violência doméstica sob a perspectiva de gênero, oferecendo acolhimento e promoção social para essas mulheres e suas famílias. Atuando, assim, junto com o CDCM Espaço Francisca Franco.

Para saber sobre o atendimento realizado pelo Espaço Francisca Franco, conversamos com a gerente do serviço, Elizabeth Aparecida Cancellari, que é a psicóloga; Edmunda da Cruz Souza, psicóloga; e Maria Luciene de Matos Reis, assistente social. Maria Luciene e Edmunda declararam a cor como "parda". Edmunda justifica assim sua cor: *Eu sou parda, mesmo que eu não tivesse as características... o que vai dizer se uma pessoa é ou não é, para mim, são as características. Então, às vezes, você não tem as características e é, por exemplo, eu tenho na família negro, preto e tenho índio e tenho branco, que tem lá o português, tem o índio e tem o negro. Então eu tenho as características, mas ainda que eu não tivesse essa característica, eu seria por conta dessa mistura aí. Entendeu?*

[...] Olha...o meu pai ele é branco, porque ele era filho de holandês, então meu pai é branco. A minha mãe é que nem eu, a minha mãe é uma parda, é uma negra descascada, faltou um pouquinho de sol para a gente... Mas a gente é uma negra descascada, porque o pai

dela era negro e a mãe era índia, que era filha de uma índia com português, entendeu? Então é uma misturinha legal aí, mas eu sou negra.

Agora, a maioria aqui é uma cor mais ou menos igual a dela [Maria Luciene], aí teria que perguntar como é que eles se identificam. Mas, assim, no caso do preto a gente não tem nenhum preto aqui não.

Sobre a entidade que mantém o Espaço Francisca Franco, Maria Luciene conta que "há 60 anos existe a Fundação, era vinculada à Igreja Presbiteriana, [...] era assistencial":

Com a SMADS, então, continuou no segmento de abrigos de crianças e adolescentes [SAICA], tem um abrigo sigiloso que é de mulheres vítimas de violência e de quatro anos e meio, desde 2012, nós inauguramos esse segmento [...], porque a gente entende que o Centro de Defesa da Mulher, com portas abertas, seria uma prevenção a violência para que ela não fosse diretamente para um abrigo sigiloso mesmo. Então, aqui a gente trabalha muito a prevenção dessa violência, para que e a mulher se fortaleça, e não precise chegar no abrigo sigiloso, mas mesmo assim tem alguns casos que a gente ainda encaminha.

A equipe desse CDCM é composta por nove funcionários: gerente, duas assistentes sociais, uma psicóloga, um advogado, uma auxiliar administrativa, duas socioeducativas que ficam mais na parte das oficinas, uma cozinheira que também é agente operacional. E há ainda quatro oficinairas pontuais, contratadas, e voluntários em atividades diversas – Aikido e autodefesa para as mulheres, massagens, dicas de beleza e saúde, teatro do oprimido, este somente para apoio das profissionais do Espaço.

Elizabeth – *Ao meu ver, a nossa estrutura é bem completinha, porque nós temos bastante espaço para as oficinas, para os atendimentos com as mulheres; uma vez por mês a gente oferece almoço para todas elas que frequentam o CDCM, então, nesse dia, a gente costuma dizer que é um dia de descontração para elas, é o dia que elas vem para brincadeiras mesmo, para fazer uma atividade, fora do problema, sabe?*

E a gente só atende as emergências nesse dia, a gente não marca atendimento, porque elas chegam de manhã, as meninas já fazem dinâmicas com elas, brincadeiras, aí a gente serve o almoço, depois tem mais algumas dinâmicas e depois tem parabéns para as aniversariantes do mês. Então a gente faz uma confraternização, pelo menos uma vez por mês assim, para que elas se sintam bem em casa mesmo, né? Se sintam... acolhidas e que às vezes eu costumo dizer, às vezes a gente não precisa ser tão séria para tratar de problema sério, né? E esse dia é o dia delas.

3.2.7.1. Quem são as Mulheres Atendidas

Elizabeth – A gente recebe a partir de 18, mas eu acho que a maior parte mesmo é entre 30 e 45. [...] Eu acho que de 36 a 56, por aí, [...] que é um número maior.

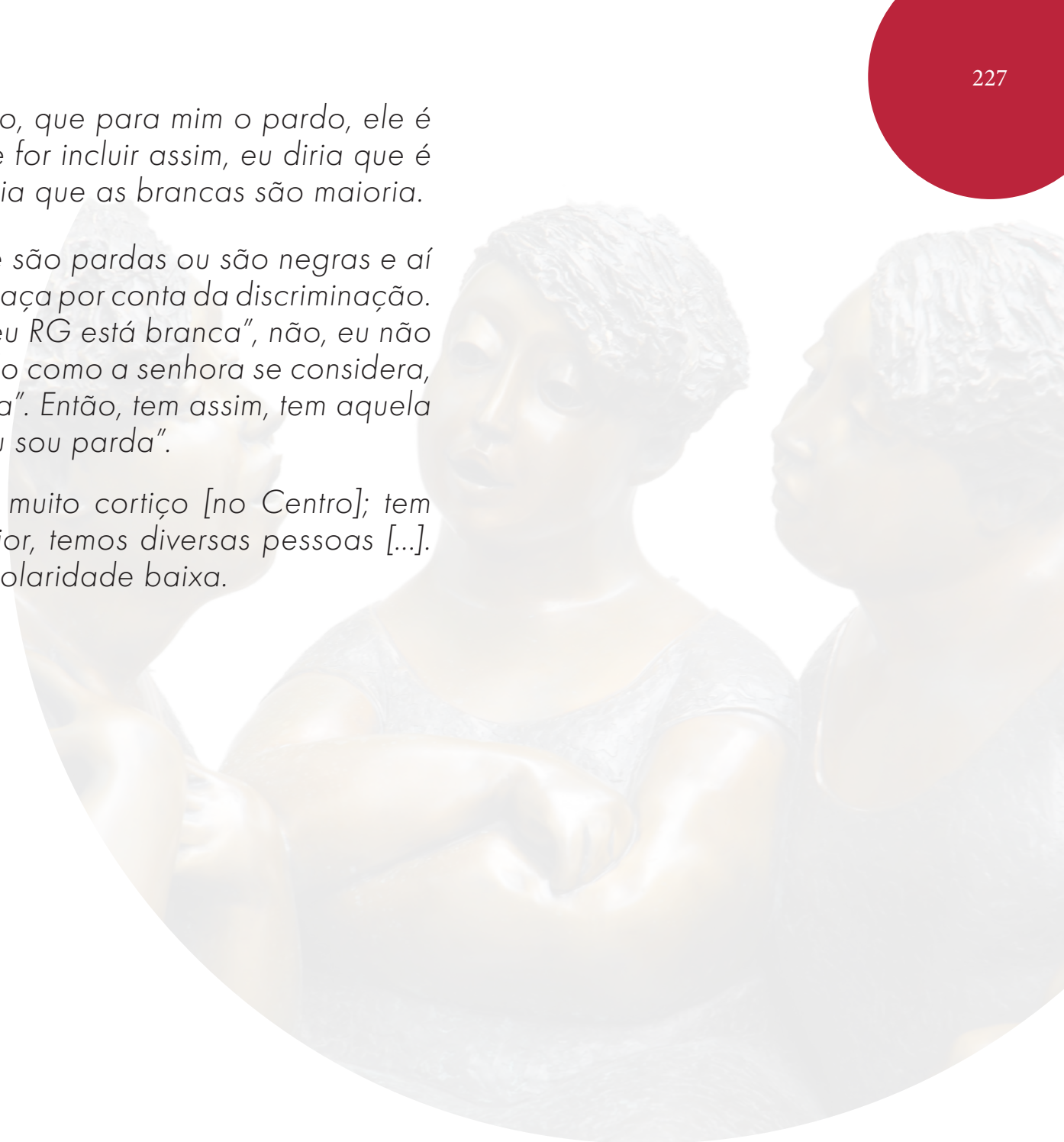
Edmunda – Mas, às vezes, tem um número muito grande de mulheres idosas que sofre violência por parte da família, elas procuram, às vezes, a gente recebe alguma denúncia, de alguém, um vizinho, enfim, existem várias maneiras. Ou também vem da mesma família [agressora], pela Saúde, o próprio Ministério Público tem muitos casos de idosas, aí vem para a gente fazer o acompanhamento... enfim... e está aumentando de fato. [Violência] Física, psicológica, moral. [...] Mulher estrangeira, a maioria é negra. Por conta das mulheres haitianas, angolanas que vem para cá e também as bolivianas que se consideram, que a gente considera também negro, né?! Embora quando a gente vai fazer a triagem a gente pergunta como ela se considera e coloca na triagem a resposta dela. Mas olhando assim a gente entende que são negras [...].

Agora, se tratando da mulher brasileira, o número de mulheres eu diria que a maioria seria parda. O que eu considero negra, por conta da mulher nordestina, que é um número muito grande aqui nessa região. Mas também temos pessoas da região Sudeste e Sul do Brasil também, que são as pessoas um pouco mais brancas... então eu diria que se a gente for falar do negro no sentido do preto, a gente tem um número menor; se a gente for falar do negro no sentido do pardo, incluindo eu, diria que seria a maioria. Mas eu diria

que se a gente for incluir o preto com o pardo, que para mim o pardo, ele é negro, eu sou negra, por exemplo, se a gente for incluir assim, eu diria que é a maioria. Mas se assim não for, então eu diria que as brancas são maioria.

[...] Tem uma boa parte delas que na verdade são pardas ou são negras e aí entra a questão da pessoa querer fugir da sua raça por conta da discriminação. Então ela diz: "Ah, eu sou branca", "Ah, no meu RG está branca", não, eu não estou perguntando o RG, eu estou perguntando como a senhora se considera, como a senhora se vê, aí ela fala: "Ah, morena". Então, tem assim, tem aquela dificuldade de assumir: "Eu não sou negra, eu sou parda".

[...] Filhos? Tem, a maioria. [...] A gente tem muito cortiço [no Centro]; tem pessoas que chegam até nós de nível superior, temos diversas pessoas [...]. Mas a maioria são pessoas com nível de escolaridade baixa.



3.2.7.2. Como Elas Chegam

Edmunda – Dos serviços. Se a gente for falar em termos de Ministério Público, hospitais, a mulher chegou vítima de violência, independentemente de onde foi, eles vão mandar para nós, porque nós estamos na região central. Se for da justiça, por exemplo, Defensoria Pública, a Saúde, vem direto para cá.

Elizabeth – Se for da região já encaminha para cá mesmo; depois a gente faz a triagem, a pesquisa com ela, se ela for de outra região a gente encaminha para o CDCM mais próximo da região dela, até para ela ter condição de continuar a frequentar. Mas a gente não deixa de atender, a gente atende pelo menos o primeiro contato, o acolhimento a gente faz. [...]

Têm vários encaminhamentos: escolas, delegacias, Ministério Público, Defensoria Pública, GEVID, da própria Rede também, de UBS, espontaneamente, do SASF. Aqui na região central de São Paulo, a gente tem rede de enfrentamento de violência doméstica composta por todos os serviços que atendem mulher vítima de violência doméstica na região central, mas também nós temos as redes dos CDCMS de todas as regiões.

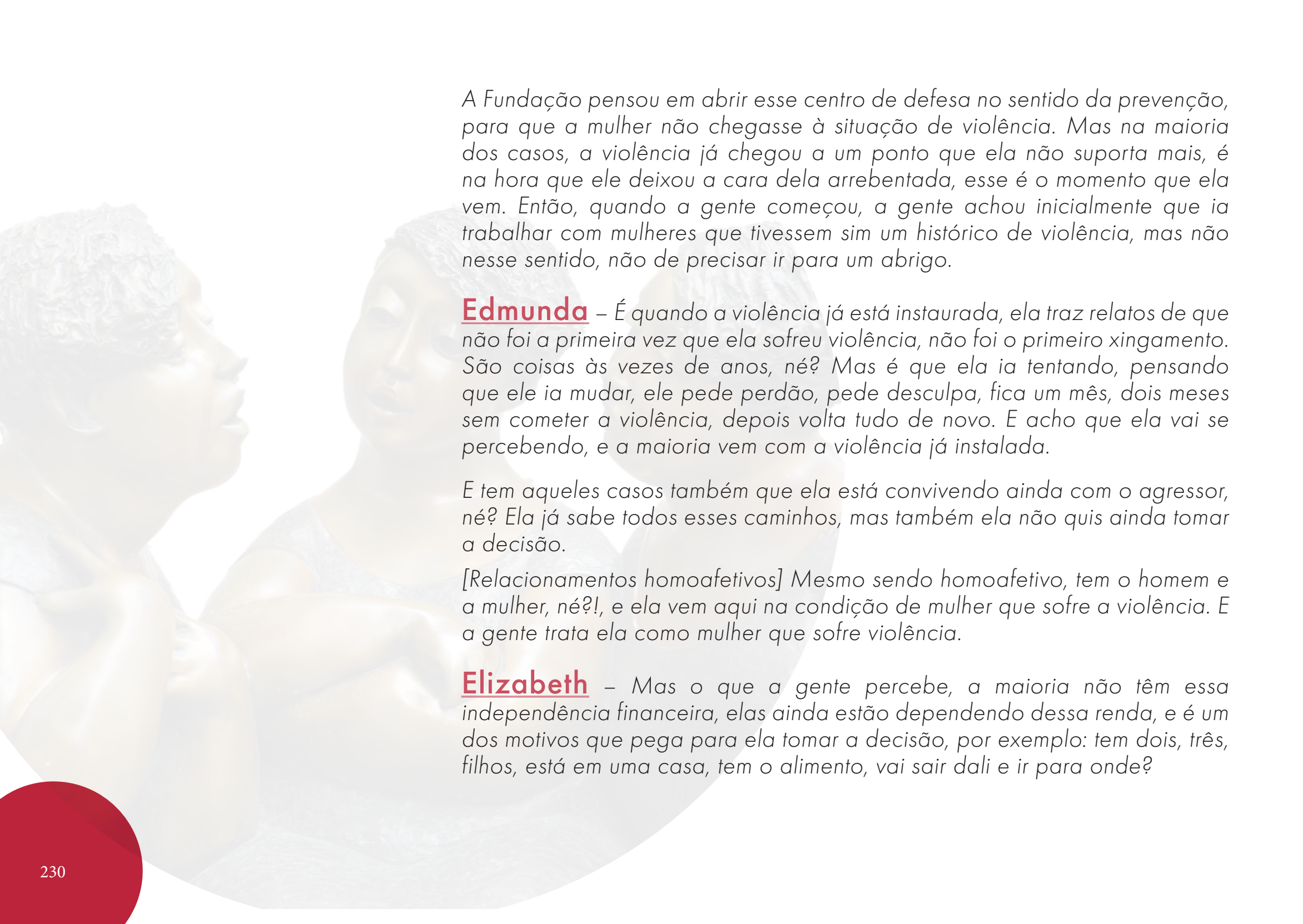
Edmunda – Eu acho que um pouquinho mais da metade das mulheres que a gente atende são de outras regiões, até de outros municípios e de outras cidades. Porque quando a coisa pega para o lado delas, elas fogem para região central. O protocolo do serviço seria você mandar para o serviço da região dela, mas a mulher está assustada, ela não quer... você vai levar ela lá? Você não vai. Ela vai sozinha? Não vai. Então o atendimento vai ter que ser aqui. E é feito aqui. Para ela se sentir acolhida, porque ela está saindo de

uma situação de violência, ela chega aqui, não acolher e dizer: “Volta para lá”, aí é complicado! Então a gente faz, sim, um atendimento, se ela busca uma orientação, procurar saber sobre os seus direitos, a gente dá todas as orientações que ela precisa e vai referenciar ela no serviço mais próximo da casa dela que existe [...].

Mas quando elas moram em outra região, porém trabalham na região central, elas escolhem permanecer aqui e o atendimento não é negado. Ela precisa de orientação, ela vem aqui, às vezes uma orientação, às vezes uma orientação com a psicóloga, uma vez ou duas vezes por mês; às vezes não participa das atividades no espaço porque ela trabalha ou por algum motivo, mas o atendimento permanece.

Elizabeth – *Às vezes, ela está na Zona Leste, o lugar que mais tem CDCM, a maioria está na Zona Leste, porém ela acha mais fácil entrar no metrô e descer na Sé, na República, porque às vezes um colega indicou aqui, alguém disse que aqui tem; e ela sabe que, às vezes, aqui na região central tem mais recursos... uma boa parte dos nossos atendimentos de abrigamento são essas pessoas.*

Maria Luciene – *Na verdade, nunca apareceu esse tipo de questão de dizer: “Não vou, porque lá eu sou conhecida”, apareceu sim em relação a: “Não vou lá, porque ele está lá, ele me encontra lá, ele pode me encontrar”. Elas fogem do lugar de risco, da área de risco delas, vem para o centro por conta do risco, por conta do agressor. E a gente faz todo o atendimento aqui porque a gente sabe que ela não vai voltar, ela está sem casa, ela procurou o Centro e a gente vai trabalhar com ela.*



A Fundação pensou em abrir esse centro de defesa no sentido da prevenção, para que a mulher não chegasse à situação de violência. Mas na maioria dos casos, a violência já chegou a um ponto que ela não suporta mais, é na hora que ele deixou a cara dela arreventada, esse é o momento que ela vem. Então, quando a gente começou, a gente achou inicialmente que ia trabalhar com mulheres que tivessem sim um histórico de violência, mas não nesse sentido, não de precisar ir para um abrigo.

Edmunda – É quando a violência já está instaurada, ela traz relatos de que não foi a primeira vez que ela sofreu violência, não foi o primeiro xingamento. São coisas às vezes de anos, né? Mas é que ela ia tentando, pensando que ele ia mudar, ele pede perdão, pede desculpa, fica um mês, dois meses sem cometer a violência, depois volta tudo de novo. E acho que ela vai se percebendo, e a maioria vem com a violência já instalada.

E tem aqueles casos também que ela está convivendo ainda com o agressor, né? Ela já sabe todos esses caminhos, mas também ela não quis ainda tomar a decisão.

[Relacionamentos homoafetivos] Mesmo sendo homoafetivo, tem o homem e a mulher, né?!, e ela vem aqui na condição de mulher que sofre a violência. E a gente trata ela como mulher que sofre violência.

Elizabeth – Mas o que a gente percebe, a maioria não têm essa independência financeira, elas ainda estão dependendo dessa renda, e é um dos motivos que pega para ela tomar a decisão, por exemplo: tem dois, três, filhos, está em uma casa, tem o alimento, vai sair dali e ir para onde?

Edmunda – Mas o que a gente percebe é que além dessa dependência financeira tem muita dependência emocional também. Tudo é muito difícil para essa mulher, nós temos uma mulher aqui que poderia ter saído da situação que ela vive, só que ela não consegue sair. As condições..., as possibilidades que nós demos para ela... porque em um abrigo ela não vai ter gasto, se ela quisesse sair dessa situação, ela poderia sair já. [...] Teria no mínimo seis meses para se reorganizar, porque, por exemplo, em seis meses se ela ainda não se reestruturou, é lógico que o abrigo não vai falar para ela: “Tchau, deu seu tempo”, entendeu?!

Elizabeth – A gente tem outros casos que não demandavam abrigo e a mulher não queria, por exemplo, nós atendemos uma mulher que tinha acabado de comprar o apartamento de R\$ 1.000.000,00 aqui na região central [...] Então, às vezes, a mulher foi criada em uma família tradicional, que tem todo aquele modelo de família em que a mulher tem que ser de fato submissa, aí ela traz aquela herança cultural para vida dela [...]: “Ruim com ele, mas sem ele é pior”. Às vezes a gente não cita esses casos porque eles não são a maioria, mas existem diversos. E aí a gente acaba trabalhando com aqueles que são a maioria, aqueles que acabam se repetindo, a mulher chega aqui e parece ser até irmã da outra porque a história é igual, tudo é igual, a forma que ela enfrenta a vida é igual, a escolaridade é igual, a questão da dependência financeira, emocional, mas tem outros casos também.

3.2.7.3. O Atendimento

Elizabeth – A nossa meta é de 150 mulheres por mês, fora os atendimentos, oficinas [...] Todas têm o prontuário, já passaram por triagem... atendimento vai muito mais além, passa de 300, porque, às vezes, ela passa com a assistente social, com o jurídico e com a psicóloga. E não só uma vez... Depende da necessidade dela, às vezes ela está aqui todo dia.

Edmunda – É, porque uma mulher, você atende várias vezes no mês. Ela vem aqui uma vez no mês, mas você durante essa vinda continua no atendimento e na articulação com o sistema de Justiça, com os serviços da Rede, às vezes, com a própria Segurança Pública. Então, nossa, tem menina que passa aqui 10 vezes no mês, a mesma mulher. Então, depois que ela sai continua, ela volta de novo, a gente marca retorno ou, às vezes, liga para alguma emergência; às vezes, está aguardando algum retorno para dar resposta a ela, e aí a gente liga e chama aqui de novo e aí vai indo... e isso não entra em relatório da prefeitura.

Maria Luciene – Quando esse técnico atende, ele vai dar o primeiro atendimento emergencial, se for o caso dela não poder voltar mais para sua casa, ele vai providenciar uma hospedagem ou vai acionar os colegas, cada um na sua área. Então, tem muitas que usam muito bem, elas aproveitam todas as oportunidades que ela tem de usufruir de todos os serviços. Tem outras que só vem fazer os atendimentos e vão embora e não querem muita conversa.

Então, tem vários tipos de mulheres e depende delas e também da condição delas no momento, porque algumas começam a trabalhar, aí elas param de vir, que é muito bom isso que isso aconteça. Outras têm filhos na escola e fica mais difícil de vir, conciliar os horários. Cada uma na sua necessidade.

3.2.7.4. Oficinas, Projetos e Parcerias

Maria Luciene – *As oficinas ajudam o convívio entre as mulheres quando elas chegam, a gente usa como estratégia para ela sair daquela situação em que ela se encontra. Nós temos curso de corte e costura, que é um curso profissionalizante para as mulheres que querem uma independência financeira; aula de artesanato; nós temos outras oficinas pontuais: oficina de customização de chinelos e yoga.*

Edmunda – *Eu lembro que quando a gente começou aqui e a ver essa necessidade da qualificação profissional, a gente corria para o Senai, para o Sesc em busca de parcerias, porque a gente pensava na necessidade de uma qualificação, de entrar no mercado. E no começo foi muito bom, o SENAC abriu as portas, a gente mandava... e a mulher ficava 15 dias e saía. E a gente falou “Pera aí. O que está acontecendo?” e aí a gente percebeu que, na verdade, a gente estava alguns passos na frente e ela estava lá atrás, que a gente tinha que acompanhar o tempo dela e não ela acompanhar o nosso tempo.*

Então, às vezes, são mulheres que viveram a vida inteira presa dentro de casa, não sabem conviver em grupos... tinham mulheres aqui que não cumprimentavam, que tinham medo, e hoje ela relata que ela tinha medo de gente. Ela achava que se a pessoa chegasse para cumprimentar com um beijo ia morder, ia arrancar um pedaço do rosto dela, e ela tinha medo. Então como você, de repente, pega uma pessoa que não tem essa vivência e já coloca para fazer um curso técnico, um curso de qualificação? Então, as oficinas foram boas nesse sentido, porque você traz essa mulher para a vivência com outras mulheres, ela entende que tem outras mulheres na mesma

situação, porque ela sempre achou que era a única, a desgraçada, a que não teve sorte, então ela vai conhecer. Ela vai ver outras mulheres que tiveram a mesma situação dela e que superaram, então as oficinas foram muito boas nesse sentido.

A gente tem algumas palestras temáticas que tem o objetivo de trabalhar essa questão, a gente sempre deixa claro para elas que, às vezes a gente está na plateia, mas, às vezes, é preciso a gente estar no palco. [...] Porque tudo é propositivo, nada é para preencher tempo, então, às vezes tem Sarau, às vezes tem uma oficina, uma atividade que chama: “Inspirada em mulheres vencedoras”, porque a gente pega mulheres como Carolina Maria de Jesus, Cecilia Meirelles, Cora Coralina, porque você pode decidir ser quem você quer ser independentemente da idade, você tem um Centro de Defesa, você tem Delegacia, você tem Ministério Público, você tem tudo, então, é para trabalhar essas questões, né? Empoderamento. A gente tem chá com as rosas, onde a gente deixa elas falarem e apresentarem o que quiserem, então a gente tem diversas atividades para trabalhar essas questões que elas apresentam, de dificuldades mesmo.

Elizabeth – Nós temos o convênio com a SMADS, mas a Fundação tem que dar contrapartida também. A gente tem a Rede [Central] de Enfrentamento de Violência Doméstica composta por todos os serviços que atendem mulher vítima de violência doméstica na região central, mas também nós temos as redes dos CDCMs, de todas as regiões, porque tem uma norma técnica que procurou orientar, de maneira geral, a atuação dos CDCMs.

Em relação à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, a gente não tem ligação direta em relação aos nossos atendimentos, mas o nosso trabalho é alinhado com o CRM, que é um serviço da SMPM, que faz os mesmos trabalhos que nós fazemos, os mesmos atendimentos, porém lá elas têm um

defensor que vai diretamente no CRM, aqui nós não temos. Então o trabalho é alinhado e precisar, a gente conversa com CCM, com CRM, a gente vai fazer ações com outro CDCM, com CREAS, com a Defensoria Pública, com toda rede. A rede é para viabilizar o acesso da mulher, o direito dela de viver sem violência.

Edmunda – Na verdade, a gente vai além dessa rede, então os cursos visam isso, a inserção dela no mercado, e os próprios cursos às vezes fazem encaminhamento ao mercado. Quando a pessoa vem aqui com a demanda, a gente não tem um parceiro para enviar uma candidata, então, nesse momento a gente vai recorrer sempre ao CAT, que é o Centro de Atendimento ao Trabalhador, mas não existe uma prioridade. E esporadicamente, às vezes, a gente liga para algum lugar, um restaurante, algum serviço que a gente sabe que precisa de pessoal... a gente faz essa articulação.

Elizabeth – Parceria com a Universidade Mackenzie, uma parceria para o EJA [Educação de Jovens e Adultos]; com o CIEE [Centro de Integração Escola-Empresa] e com outras escolas, porque às vezes a escola pública oferece o curso ou a formação em um horário em que a mulher está trabalhando. Então a gente vai em busca de outras alternativas para se encaixar o horário que ela tem essa disponibilidade.

3.2.7.5. As Mulheres Negras e o CDCM

Maria Luciene – Na verdade, é assim: quando se trata da mulher negra, na maioria das vezes... talvez sejam os acompanhamentos com maior número de incidência... assim, digamos... elas não chegam à concretização do acompanhamento. Eu não digo atendimento, porque ele é pontual, mas esse acompanhamento. Porque são diversas questões, uma delas, penso que seja por conta da escolaridade, [...] a mulher negra, o seu grau de instrução é menor do que o da mulher branca, com isso, o emprego que vai para ela é o pior, quase sempre é de serviços gerais. Ela tem que trabalhar para poder cuidar, às vezes, dos filhos, porque quase sempre ela é a que mais tem filhos em relação a branca, além do mais, a gente percebe que a mulher negra é a que tem a sua rede de apoio mais prejudicada, ela não tem uma rede de apoio, a mulher branca a rede apoio dela é maior. A mulher negra quase sempre está ligada a um grupo de ocupação [de moradia], isso dizendo dessa região central que é a que tem essas particularidades [...].

Então, as condições da mulher negra no sentido de dinheiro, o pior. Com isso, é pior para ela superar a violência, muito lento para você poder oferecer a essa pessoa um suporte para que ela possa superar. É muito difícil, e aqui, quando eu estou falando negra, é aquilo que eu falei inicialmente, eu estou falando da mulher preta. Por quê?

Se a gente pegar, a maioria é parda, mas elas não se consideram negras, uma vez que eu tenho que perguntar como elas querem colocar na ficha. Então a parda, que para mim, eu acho que para todos nós quer dizer negra, ela não se sente negra, então eu digo no sentido da mulher preta mesmo. [...]

A violência doméstica sobre a mulher negra, ela apresenta uma crueldade maior do que a mulher branca por conta da condição que ela já traz, não tem um grau de instrução elevado, é sempre bem baixo, às vezes não tem a quinta série, e isso tudo faz com que a violência pese mais sobre ela, [...] a questão racial, que o próprio mercado, que a própria cultura já impõe, né?! A mulher negra para chegar na universidade é mais difícil, para ela conseguir, por exemplo, um emprego de um cargo de liderança, isso já é muito difícil. Então já começa por aí. Então nesse sentido a violência, ela é mais cruel para a negra.

Edmunda – É relativo, eu acho que a gente tem que ver várias condicionantes. Uma é a idade, uma negra hoje em dia, de 20 a 30 anos, elas têm uma autoestima ótima, ela já conhece os direitos, já está apropriada, sem contar a valorização desse dia [20 de novembro], da beleza negra, é diferente de você pegar uma mulher de mais idade, que já teve uma vivência em uma cultura que via o negro de uma maneira diferente. Tem essas particularidades.

Maria Luciene – Eu acho que a violência é difícil de superação, mas para a mulher preta, por conta dessas condições da vulnerabilidade, ao mesmo tempo, ela tem mais consciência do seu direito do que a branca. Talvez seja por conta dos movimentos, da história de luta, então, ela tem mais conhecimento do que a mulher branca em relação aos seus direitos.

E elas trazem relatos dentro desse ciclo de violência de ofensas raciais, sobre conflito racial nesse relacionamento em termos de ofensa, sobre sua cor, sobre as características físicas... elas trazem isso... como um componente da violência a agressão racial, a desvalorização racial... durante as agressões. Elas relatam sim, em relação ao cabelo, em relação a cor, tudo isso aparece, que é uma maneira que o agressor se utiliza para poder agredir mais essa

mulher. Aparece sim, a maioria das que já passaram comigo trazem esses relatos. Porque assim, você tem que fazer um trabalho de fortalecimento com ela, de ela se reconhecer com a beleza que ela tem, e enfrentar tudo isso. É sair do ciclo de violência.

[...] O que a gente tem de formação em relação a isso vem mais das PLPs, eu pelo menos já fiz três vezes e lá a gente levanta diversos temas, inclusive esse. Agora, aqui com as mulheres, nós nunca trabalhamos especificamente. Dentro das palestras, a gente fala sobre o direito delas de não permitirem ser desrespeitadas, de como é que elas podem para acessar os direitos.

Agora, no sentido assim de dizer: "Olha, nós vamos trabalhar hoje só com questão racial", nós nunca trabalhamos. Já levamos elas para participação em atividades fora, nós já levamos elas para conhecer o Museu Afro Brasil, para elas conhecerem a cultura, para que elas se orgulhem, mas a gente está acostumado a olhar as coisas do branco e achar bonito, o que é do negro não é bonito. [...] Em relação aos CDCMs, ela não vai ter esse tipo de discriminação, por quê? Os CDCMs trabalham alinhados e quase em todos os CDCMS têm pessoas militantes de todos os movimentos, entendeu? Inclusive do movimento negro, então eu tenho certeza que ela não vai sofrer. [...]

As reclamações que têm são da Delegacia, vêm em relação ao atendimento que muitas das vezes não é satisfatório à todos, mas não só pela questão racial.

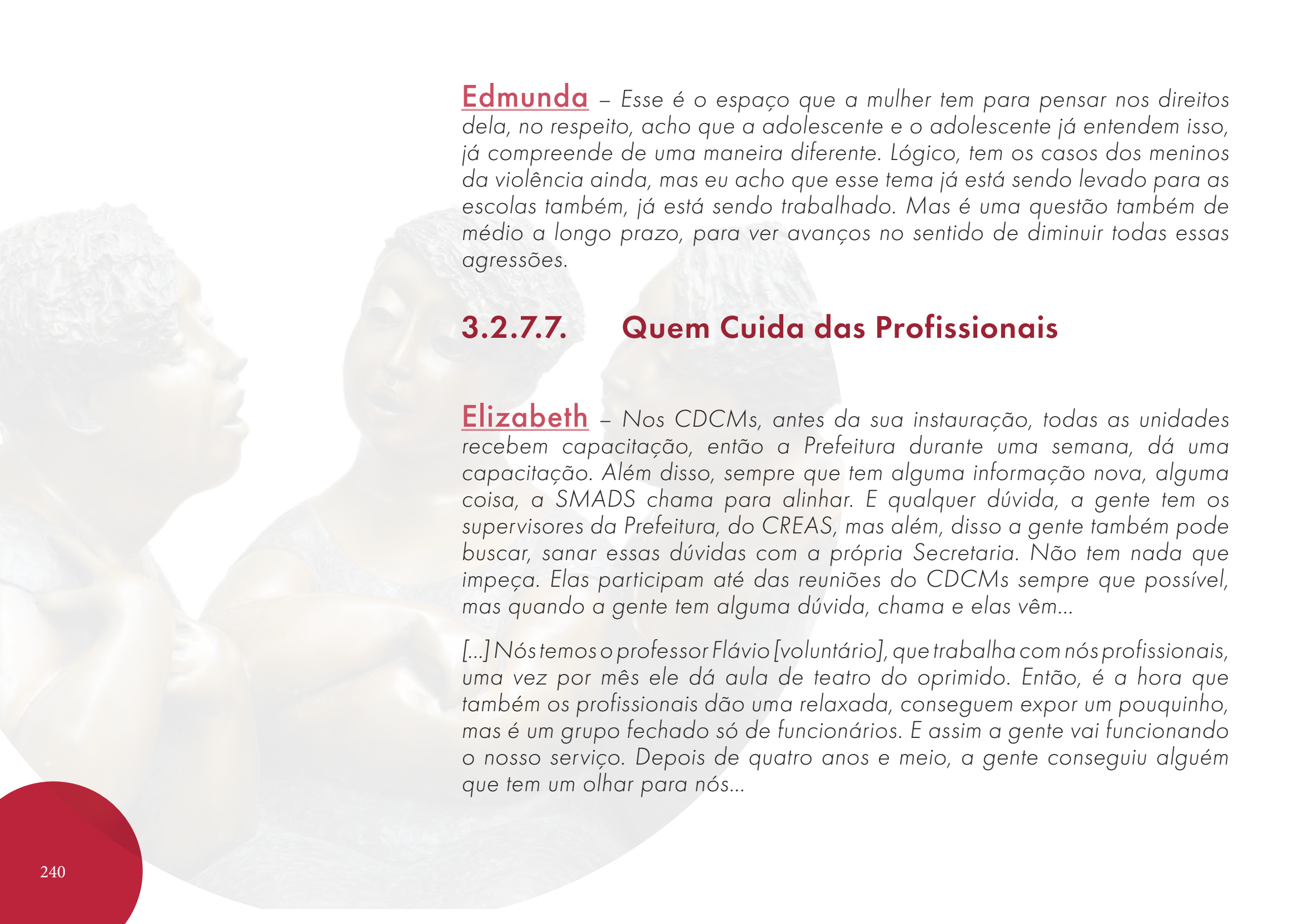
3.2.7.6. Noções de Direitos e Diversidade

Elizabeth – Enquanto mulher, elas não apresentam nenhuma informação, pode ter a exceção, mas não é a regra. Agora, em relação ao Direito, elas se apegam sempre na Lei Maria da Penha, porque, às vezes, escutou na televisão, alguém sabe que a Lei Maria da Penha proíbe o homem de bater na mulher, se fizer, é crime, então são essas noções que elas trazem.

Maria Luciene – Às vezes, falta um pouco sim de informação para elas, tanto profissional quanto educacional, que elas vêm com uma perspectiva de que elas não são capazes, porque às vezes é o que elas escutam. E elas não buscam, por exemplo, o crescer profissionalmente, ir para uma escola, voltar a estudar, a maioria desiste da escola.

Muitas delas a questão da violência se resume a um tapa na cara, a um murro na cara, então, para elas rasgar uma roupa não é violência, jogar panela de comida no chão também não é violência, proibir de pegar um jornal ou de abrir a carta nada disso é violência, [...] elas vêm e procuram o socorro quando essa violência se concretiza fisicamente, porque enquanto está em ameaças, enquanto está em xingamentos essas questões não são violências, elas não têm esse conhecimento.

Elizabeth – [...] Mas a maioria vêm com essa questão da cultura e da maneira que foi criada, elas estão descobrindo os direitos como mulher mesmo. A questão de criar meios e estratégias que mudem essa cultura cabe a todos nós, porém, a responsabilidade maior é do Estado de propor meios para mudar a mentalidade das pessoas.



Edmunda – Esse é o espaço que a mulher tem para pensar nos direitos dela, no respeito, acho que a adolescente e o adolescente já entendem isso, já compreende de uma maneira diferente. Lógico, tem os casos dos meninos da violência ainda, mas eu acho que esse tema já está sendo levado para as escolas também, já está sendo trabalhado. Mas é uma questão também de médio a longo prazo, para ver avanços no sentido de diminuir todas essas agressões.

3.2.7.7. Quem Cuida das Profissionais

Elizabeth – Nos CDCMs, antes da sua instauração, todas as unidades recebem capacitação, então a Prefeitura durante uma semana, dá uma capacitação. Além disso, sempre que tem alguma informação nova, alguma coisa, a SMADS chama para alinhar. E qualquer dúvida, a gente tem os supervisores da Prefeitura, do CREAS, mas além, disso a gente também pode buscar, sanar essas dúvidas com a própria Secretaria. Não tem nada que impeça. Elas participam até das reuniões do CDCMs sempre que possível, mas quando a gente tem alguma dúvida, chama e elas vêm...

[...] Nós temos o professor Flávio [voluntário], que trabalha com nós profissionais, uma vez por mês ele dá aula de teatro do oprimido. Então, é a hora que também os profissionais dão uma relaxada, conseguem expor um pouquinho, mas é um grupo fechado só de funcionários. E assim a gente vai funcionando o nosso serviço. Depois de quatro anos e meio, a gente conseguiu alguém que tem um olhar para nós...

3.2.7.8. Desafios da Política Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Maria Luciene – Então, quando a mulher vem até aqui, que ela traz esse relato, quase sempre o caso já está em uma situação que a vida dela está em risco e ela sai de casa. As demais que continuam em suas casas, às vezes, o agressor trabalha, tem as suas ocupações, então, ele não participa da reeducação [...] porque a gente não tem como fazer esse trabalho com ele. O que falta na verdade é isso. Então, nesse sentido a gente perde, porque a gente não tem direito o que fazer com ele; poderia ser mapeado todo esse histórico da violência, já poderia ter uma política pública para isso, né? E tem aqueles casos que a mulher continua com ele, e mediante a isso, o agressor seria encaminhado para um trabalho de prevenção.

A lei, Rede de atendimento da mulher, todo esse serviço é a concretização de uma política, que na verdade já é um avanço porque há 10 anos atrás, a gente não estaria nem falando sobre isso. Mas não é porque é um avanço que não tem aí os entraves, que acontecem por conta de que no Brasil a interface das políticas públicas são precarizadas. Então uma política, que ela nasce para complementar uma outra, na prática isso não acontece. Então, para trabalhar com a questão da proteção da mulher, a gente está aqui na Assistência, mas nós também vamos precisar da Saúde, vamos precisar da Justiça, vamos precisar do Trabalho, vamos precisar da Educação. Porém, se houvesse um amarrado, não sei se a palavra seria união, mas se houvesse essa interface de uma forma mais energética mesmo, com mais boa vontade, com mais garra, a proteção à mulher seria bem diferente do que a gente vê.

Lembrando que uma vez que você trabalha a proteção da mulher, você está trabalhando a proteção da família, porque você está trabalhando a proteção do filho, você está trabalhando a proteção do idoso, então essa proteção em torno da família, porém você tem aí esses entraves, então a gente está desde o início falando na dificuldade.

Cadê essa política? Porque essas parcerias dos serviços, não é uma parceria que existe, que é colocado pelo Poder Público.

Mas também tem outras coisas, a gente tem, por exemplo, as questões de profissionais que trabalham na área, que carregam com eles uma herança da cultura machista, o profissional que não atende direito a mulher porque ninguém tem nada a ver com a vida da mulher, a pessoa não entende qual que é o trabalho dela ali. Ele tem que executar, ele não está ali para julgar, que nem o juiz está qualificado para julgar se a mulher deve ter um filho, dois filhos ou três filhos.

Cada profissional tem que saber qual que é a sua atuação, então a questão dos profissionais se caracteriza um entrave para que o direito da mulher seja efetivado. Então não são somente as políticas, mas também esses profissionais. Talvez seja uma questão uma qualificação específica, de uma política que possa investir nesses profissionais.

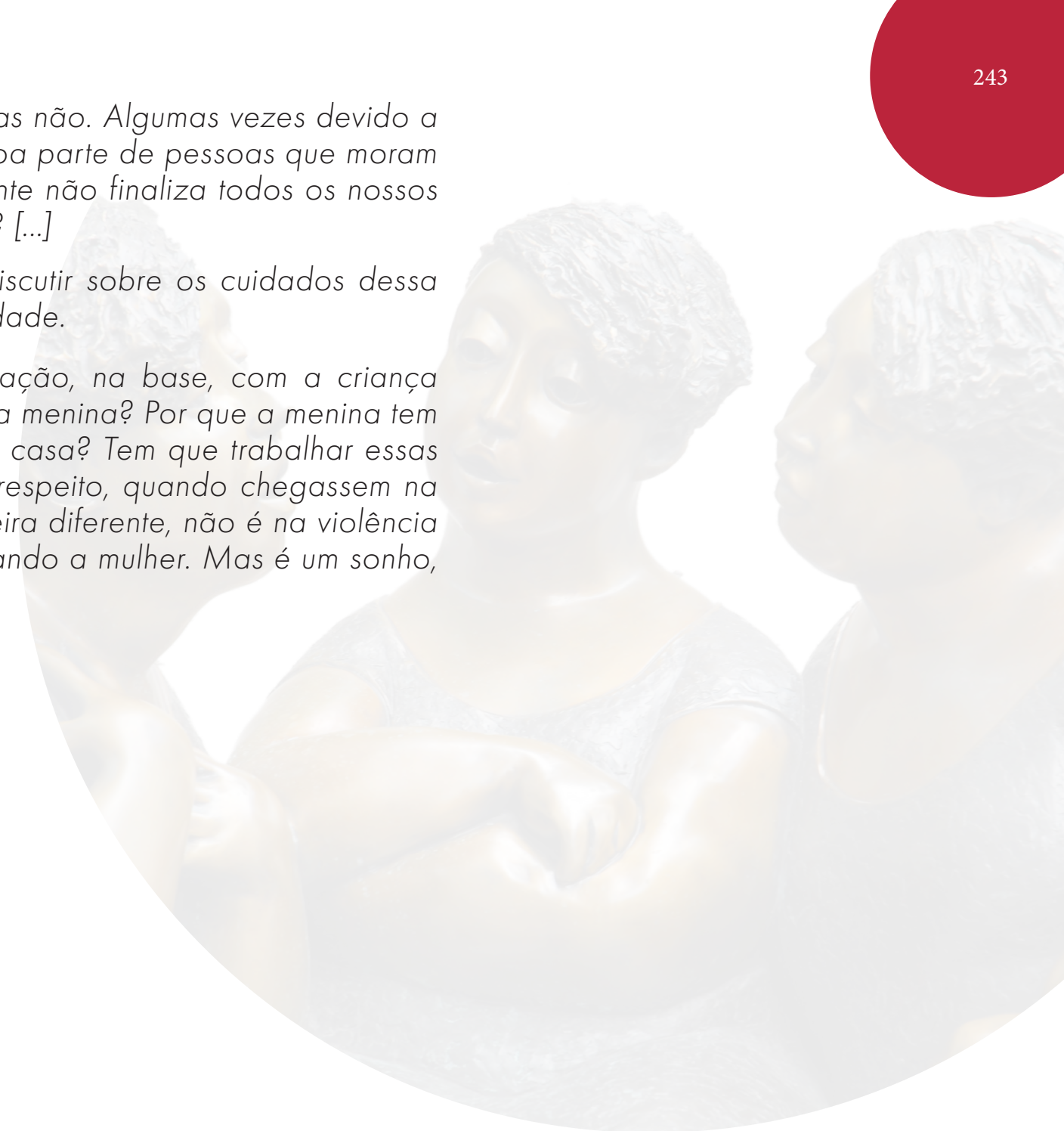
Edmunda – Porque a gente têm vários tipos de mulheres, a sofre violência, mas que tem comprometimentos psiquiátricos [...] ela demanda uma resposta da Saúde, e nem sempre a Saúde consegue dar essa resposta 100% como seria necessário. Tem mulher que apresenta quadros de dependência psicoativa, de substâncias químicas: vícios, drogas, essas questões. Ela também vai apresentar uma dificuldade de adesão às orientações. Então para você atender ela, precisa fazer toda uma articulação com a rede e aquilo pode não ser efetivado, se perder, e aí daqui 15 dias ela voltar de novo e você recomeça.

Esse atendimento aqui é um início de um processo, porque muitas das vezes você vai precisar articular o Sistema de Segurança, Sistema de Justiça e são coisas que demoram... Um julgamento, por exemplo, demora [...] dois anos, então, você vai durante esse tempo, dando essa orientação, às vezes,

você consegue finalizar esse processo, outras não. Algumas vezes devido a essa questão aqui dessa região, tem uma boa parte de pessoas que moram em imóveis alugados, por conta disso a gente não finaliza todos os nossos atendimentos, porque ela se muda, entende? [...]

Mas acho que só o fato de sentar para discutir sobre os cuidados dessa mulher, já está se construindo algo na sociedade.

O importante seria trabalhar isso na educação, na base, com a criança pequena. Por que o menino tem que bater na menina? Por que a menina tem que ficar em casa sendo a frágil, cuidar da casa? Tem que trabalhar essas questões de igualdade e principalmente o respeito, quando chegassem na fase adulta já veriam a mulher de uma maneira diferente, não é na violência que se resolvem as coisas, não é culpabilizando a mulher. Mas é um sonho, quem sabe não se chega nisso?



The image features a white background with several overlapping circles in a dark red color. The largest circle is on the right side. In the center, a smaller red circle contains the white number '3.3'. To the left of this circle are two more overlapping red circles of varying sizes.

3.3

**As Mulheres
Atendidas nos
CDCMs**

Para a presente pesquisa, conversamos com 10 mulheres que são atendidas em CDCMs de diversas regiões da cidade de São Paulo, e procuraram o equipamento a partir de indicação de outro órgão público ou por vontade própria. São mulheres negras e não negras, a mais nova com 25 anos e a mais madura com 62 anos, que buscaram o serviço público de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica para conseguir orientação sobre seus direitos e sobre sua humanidade. A maioria possui pouca instrução, ensino fundamental incompleto e a maior escolaridade foi a conclusão do ensino médio. Todas são oriundas de famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, moram em diferentes bairros da cidade de São Paulo.

Todas as entrevistas foram realizadas nos CDCMs; as participantes foram informadas sobre a pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual assumimos o compromisso de não informar o nome da entrevista, a cidade em que nasceram, nem identificar o CDCM em que a conversa foi realizada. Neste relatório as mulheres negras serão chamadas por nomes africanos – Ashanti, Kenia, Kiamba, Makena, Zaila, Alike –, e as não-negras por cores variadas do tom vermelho – Bordô, Cereja, Vermelha, Carmim.

As escutas das vivências, das dificuldades e dos desejos buscam demonstrar as diferenças entre as mulheres, ainda que compartilhem da mesma condição de vulnerabilidade e a experiência de crueldade de homens sobre seus corpos, e as tormentas que acompanham suas vidas.

A fim focalizar nas falas das entrevistadas suas percepções sobre suas condições familiares e socioeconômicas; as violências sofridas; sobre o machismo; sobre a situação das mulheres na sociedade brasileira; sobre o racismo e sobre os seus planos de futuro, foram selecionados e organizados em blocos os trechos das entrevistas correspondentes a esses temas.




3.3.1

**Condições
Familiáres e
Socioeconômicas**

Todavia, não há como negar que, se a violência de gênero atinge todas as mulheres, de todos os graus de escolaridade, de todas as classes sociais e grupos raciais/étnicos, que as acompanha do berço ao túmulo, sabe-se também que há mulheres, como as negras e as indígenas, que portam uma carga de violência de outra natureza: a violência racial/étnica. O somatório de ambas resulta em potencialização mútua, o que indica atenção diferenciada na abordagem e provavelmente no enfrentamento e nas soluções (OLIVEIRA, 2003, p.191).

- **Ashanti** – Nascida na Bahia, há 33 anos atrás, veio para São Paulo com cerca de 12 anos de idade com os pais e irmãos, entre 1994-1995, para poder cuidar da saúde de um irmão que tinha leucemia. Na família eram 13 irmãos, sendo que 5 morreram de leucemia. Ela identifica seus pais e a si mesma como pardos. Na cidade onde nasceu ela não estudava e trabalhava na roça fazendo carvão. Foi em São Paulo, com 16-17 anos, que iniciou os estudos para fazer a primeira etapa do ensino fundamental no supletivo, mas fez somente até a sexta série. Trabalha em uma empresa como auxiliar de limpeza. Conta que quando chegou em São Paulo, seu pai arrumou um namorado para ela, homem mais velho, com idade para ser seu pai, que ela recusou e por isso foi colocada para fora de casa.

Meu pai era uma pessoa... um pouco má e cruel, ele era uma pessoa agressiva, ele batia na gente, ele bebia, espancava a gente, colocava a gente para dormir na rua. Eu fiquei meio traumatizada, porque quando eu era pequena, eu era criança, eu apanhava muito dele, ele me batia muito, era só em mim, porque eu, sou a... que mais tem a pele escura.

- 
- **Kenia** – Segunda filha de 9 irmãos, sendo somente 1 homem, é uma nigeriana com 32 anos. Sua família mora no país africano, onde ela estudou até o ensino médio. Vive no Brasil com as duas filhas, de 16 e 18 anos. Começou a cantar na igreja e depois para outras pessoas, sempre canções religiosas, tornando-se cantora. Kenia tem mioma e essa doença a impede de trabalhar, o que foi constatado em exame admissional. Através da assistência social, conseguiu acessar bolsa família e auxílio aluguel. Sua renda é complementada com a venda de alguns produtos que pessoas conhecidas trazem do continente africano. Ela fala e entende português com muita dificuldade, sendo que foi no abrigo (temporário), onde morou por seis meses, e, mais atualmente na igreja (Assembleia de Deus), onde aprendeu cantar em português. Foi também através do abrigo que chegou no CDCM. Sobre sua vida no Brasil:

Para mim, a Brasil um país de Deus, sempre falo porque eu agora estou escrevendo música, que eu vou cantar para Brasil. Brasil é um país de Deus, um país que cuida, que tem muito amor. Um país que, oh meu Deus, um país que cuida, um grande país, Brasília mamãe.

• **Kiamba** – Filha caçula de 10 filhos, sendo que um morreu com um ano de vida, ela nasceu na Bahia, e tem 37 anos. Vive há quase 20 anos em São Paulo. Estudou até o ensino fundamental incompleto e já trabalhou como doméstica. Ela se identifica com dificuldade, mas socialmente pode ser vista como de cor preta:

Eu me identifico preta... não, pálida... não, sou morena... não sou branca, eu me sinto como pálida...

Deixou de trabalhar por causa do companheiro, seu agressor e único marido até o momento, com quem teve dois filhos e viveu por cerca de 18 anos, com períodos curtos de separação, mesmo sabendo pela família que ele tinha histórico de violência contra outra ex-mulher.

Ela mora em um terreno de ocupação, que não tem escritura; vive na parte de cima e na parte de baixo fica o ex-marido, que tem uma oficina de funilaria de caminhões. Tal situação impossibilita que ela mantenha a ordem de restrição contra ele, medida que foi revertida a pedido do filho, para que ela deixasse o pai trabalhar.

O imóvel é um terreno irregular, não tem escritura, então, não está no nome de ninguém; é desses terrenos que as pessoas invadem e constroem a casa, então, o imóvel é desse jeito. A gente construiu juntos. Na época eu não trabalhava, eu não ajudei com dinheiro, mas ajudei com meu suor, que foi carregar bloco, carregar balde de areia nas costas, tanto que hoje eu tenho as minhas pernas estouradas de varizes de fazer isso. E aí hoje ele quer vender, mesmo ele não pagando pensão, mesmo ele não ajudando com nada? Ele acha que tem o direito de colocar os filhos para fora na rua e, se vira mãe.

Tem sobrevivido sem receber qualquer tipo de auxílio do ex-companheiro, que se recusa

a pagar a pensão alimentícia.

[...] foi determinado por juiz para ele pagar uma provisória enquanto saísse a definitiva: 362,00 e nem esse valor ele paga. Ele depositou duas vezes 350,00 duas vezes só, em dezembro, janeiro e fevereiro, só dois meses, daí para cá ele não depositou mais nada. Eu já fui atrás, já dei entrada, estou correndo atrás, mas eles dizem que estão esperando sair o extratobancário dele, porque ele não trabalha registrado, mas se ele estiver colocando dinheiro no banco... Ele está colocando dinheiro na conta de alguém e não na conta dele, porque ele sabe que o juiz vai puxar e ele vai ver. Ele solda caminhão, tem muito serviço, ele tem renda, e consegue fazer um caminhão dentro de 15 dias que dá aí os seus 4 mil reais, em 15 dias.

- **Makena** – Nascida São Paulo, no ano de 1979, se declara como mulher negra. Desde o ano de 2012 mora em uma ocupação na região central da cidade de São Paulo. É divorciada, não tem filhos, estudou até a 4ª série do ensino fundamental e trabalha como autônoma, vendendo lanche, sandália ou qualquer outro produto que decidir.

• **Zaila** – Nascida em Pernambuco, sua mãe faleceu quando ela tinha pouco mais de um ano, e seu pai criou os 7 filhos – que, conforme conta, se criaram sozinhos pois o pai tinha que trabalhar para sustentar a casa.

Nós somos mestiços. O pai do meu pai era filho de índio com negro, e o meu avô, pai dele, era assim da minha cor. As minhas irmãs são misturadas, tem umas mais claras, outras mais escuras. Os mais velhos eram mais brancos, de olhos verdes, eu não, eu já era... só a minha cor que veio mestiça porque todo nordestino tem um pezinho na senzala, né? Então, já comecei a sofrer agressão na família...

A violência acontecia em casa, com os primos:

... você sofre a violência doméstica da família. Primeiro que a gente não enxerga quando passa pelas violências, pelos assédios... por tudo na vida e a própria família não enxerga, né? Então eu fui criada no soco mesmo, eu fui criada mordendo meus primos para sobreviver... os meus primos batiam muito em mim e eu batia neles. Como eu era menor, eu mordia muito eles, jogava pedra para ver o sangue descer e eles saírem de perto de mim. Eu tinha cabelo grande e eles puxavam muito meus cabelos; hoje tem dia que eu não aguento pentear o cabelo porque para mim alguém vai puxar meus cabelos...

Com 23 anos foi para o Rio de Janeiro, e deixou suas duas filhas na cidade onde nasceu, uma com o sogro e outra com seu pai – conta que a mais nova

foi assassinada aos 15 anos de idade. Não conseguindo emprego no Rio, aos 25 anos veio morar em São Paulo, e aqui trabalhou por 20 anos em hospital. Agora está com 62 anos de idade.

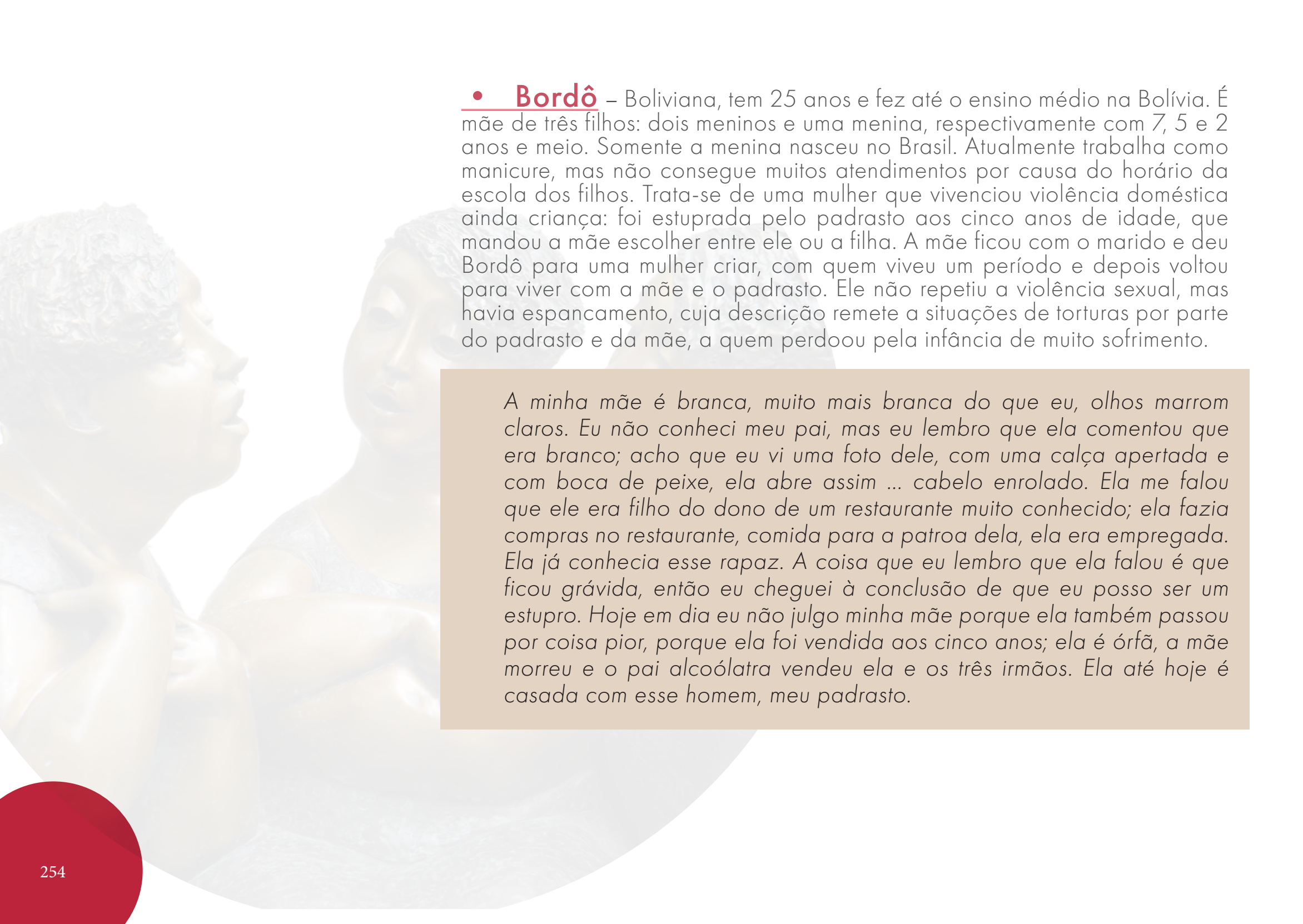
- **Alika** – Segunda filha de uma família com 12 filhos, nasceu em Pernambuco. Está com 33 anos e concluiu o ensino médio em 2012. Cresceu num ambiente familiar de muita violência, com brigas por causa de terra, uma fazenda com criação e plantação. Desde menina presenciou agressões entre familiares, envolvendo os tios, os pais e os avós. Ela e seus irmãos foram criados pelos avós maternos, a quem chamavam de pai e mãe. Seu pai era violento com sua mãe e os filhos; tinha um caminhão e muitas armas em casa. Os pais eram casados, moravam juntos, mas não conviviam. Em 1994, a mãe decidiu fugir com todos os filhos para São Paulo, onde já morava o homem que se tornou o padrasto das crianças. A propriedade que disputavam, terminou ficando com um conhecido da família, que havia prometido comprar a parte do terreno que cabia à sua mãe e pagou somente com as passagens dela e dos filhos para São Paulo. Logo, souberam das mortes suspeitas de seu tio, de sua avó e seu avô, e dos contratos que o homem havia feito. Ficaram sem as terras e sem dinheiro. Nunca mais teve notícias nem convivência com a mãe, a quem nem chama de mãe.

Conta que começou a trabalhar como doméstica com uns 10 anos, já em São Paulo, e morava na casa dos patrões: “Fui trabalhar em casa de família para sustentar a família, para sair da situação que a gente estava, sem contrato”. Morou na Praia Grande e depois veio para São Paulo, para ficar próxima da mãe, época em que conheceu seu primeiro namorado e futuro marido agressor, com quem tem um filho de 12 anos. Desde o namoro foi alvo dos preconceitos social e racial da família dele:

Assim que eu cheguei na porta da casa dele, o pai dele falou: “Quem é essa favela que está na porta?” [...] Foi racismo, por causa que eu voltei da praia, o cabelo estava muito cumprido e muito queimada, porque morava em praia, estava bronzeada demais então, foi por causa disso, aí ele olhou assim: “É favela”; aquilo doeu dentro de mim, [...] eu falei assim: “Não é para eu passar por isso e a pessoa ter preconceito por causa de uma pessoa da cor”, então, eu me senti um pouco chateada, fiquei triste.

Conta que viveu um namoro forçado, incentivado pela irmã e pelas cunhadas, que diziam para ele: “Ah, namora com ela, coitada” e ele: “Mas, não quero”, mas depois falou: “Vamos ficar”, e ela logo engravidou: “É ... aí depois casamos no papel e ficou algo assim... meio sem graça.” Pouco tempo depois do início desse relacionamento, em 2003, Alike, grávida, sofre um atropelamento, que não afetou sua gravidez, mas deixou sequelas na coluna lombar, que precisa de tratamento médico até hoje. Logo depois do acidente, com a barrida crescida, veio a ser demitida sem justa causa e sem indenização, o que mesmo com advogado não conseguiu reverter, e ficou sem entender o porquê. Nesse mesmo ano, foi morar com o namorado num apartamento no terreno dos pais dele, e o relacionamento deles fica complicado por causa da família dele:

Ah, começava assim, ameaças [...] por causa da minha cor, isso dói muito, porque, às vezes, eu me pergunto “Ah, eu não pedi para nascer com essa cor, mas Deus me fez assim e eu gosto da minha cor”; as pessoas querem ser melhores do que você, isso não existe, pessoa melhor do que a gente, todos somos iguais. Então, sofri muito com eles, com ameaça, na gestação, fui ameaçada com coisas, com envenenamento.

- 
- **Bordô** – Boliviana, tem 25 anos e fez até o ensino médio na Bolívia. É mãe de três filhos: dois meninos e uma menina, respectivamente com 7, 5 e 2 anos e meio. Somente a menina nasceu no Brasil. Atualmente trabalha como manicure, mas não consegue muitos atendimentos por causa do horário da escola dos filhos. Trata-se de uma mulher que vivenciou violência doméstica ainda criança: foi estuprada pelo padrasto aos cinco anos de idade, que mandou a mãe escolher entre ele ou a filha. A mãe ficou com o marido e deu Bordô para uma mulher criar, com quem viveu um período e depois voltou para viver com a mãe e o padrasto. Ele não repetiu a violência sexual, mas havia espancamento, cuja descrição remete a situações de torturas por parte do padrasto e da mãe, a quem perdoou pela infância de muito sofrimento.

A minha mãe é branca, muito mais branca do que eu, olhos marrom claros. Eu não conheci meu pai, mas eu lembro que ela comentou que era branco; acho que eu vi uma foto dele, com uma calça apertada e com boca de peixe, ela abre assim ... cabelo enrolado. Ela me falou que ele era filho do dono de um restaurante muito conhecido; ela fazia compras no restaurante, comida para a patroa dela, ela era empregada. Ela já conhecia esse rapaz. A coisa que eu lembro que ela falou é que ficou grávida, então eu cheguei à conclusão de que eu posso ser um estupro. Hoje em dia eu não julgo minha mãe porque ela também passou por coisa pior, porque ela foi vendida aos cinco anos; ela é órfã, a mãe morreu e o pai alcoólatra vendeu ela e os três irmãos. Ela até hoje é casada com esse homem, meu padrasto.

Na Bolívia já frequentava uma igreja evangélica perto de casa, porque muitas vezes era o único local onde podia comer e era acolhida; atualmente se declara como evangélica. Sobre seu pertencimento racial, respondeu:

Quando eu cheguei aqui eu colocava que era parda, eu não sabia o que era pardo. Eu acho que branco, porque falam para mim branco, sei lá. Eu falo assim: "Eu tenho sangue de índio". Sofri preconceito pelo meu próprio povo boliviano, que é mais moreno, índio e lá (na cidade onde nasceu) não gostam de nós por sermos brancos, olhos azuis.

• **Cereja** – Tem 47 anos e nasceu em São Paulo, em uma família de mais três irmãs e dois irmãos, veio pequena com os pais para a cidade de São Paulo. Foram morar nos fundos de uma livraria no bairro da Lapa, onde seu pai era funcionário e fazia serviços de marcenaria. Lembra da violência de seu pai contra a mãe:

Uma vez eu lembro que quando eu era mais nova, a minha mãe estava discutindo com ele, a minha mãe estava grávida desse meu último irmão, e aí ele foi bater nela e puxou a faca para matar ela e o nenê, de tão bêbado que ele estava. Aí eu dei um grito e falei: "Pai". Aí ele olhou assim, sabe? Mas se eu não tivesse entrado, ele matava os dois. Ele estava muito alterado, muito louco.

Mas a mãe de Cereja também era violenta com ela:

Eu era a que mais apanhava ali, porque o meu pai gostava mais de mim, então eu apanhava muito. Muito, muito, muito. E aí você fica sem entender por quê. Você é criança e pensa: “Eu estou apanhando por quê? O que eu fiz?”; “Ah, porque você é um diabo, porque você é capeta, porque você é ruim”. Então você fica com aquilo na cabeça, você cresce com aquilo: “Será que eu sou tão ruim assim?” E quando eu vejo uma mãe batendo muito em uma criança... me machuca ainda.

- **Vermelha** – Vinda de uma família de três irmãs, ela nasceu em São Paulo e tem 33 anos de idade. Trabalha desde os 12 anos de idade para ajudar seus pais, sempre vendendo produtos na rua junto com a mãe. O único registro que teve em carteira profissional foi aos 18 anos, quando trabalhou por um ano como trabalhadora terceirizada. Estudou até o ensino médio completo. Casou-se aos 17 anos e teve dois filhos do relacionamento com o ex-companheiro, que durou 14 anos. Quando engravidou do primeiro filho, decidiu trabalhar em casa fazendo sabonetes artesanais, cestas de produtos para banhos; depois com lembrancinhas personalizadas para festas, e então com decoração completa de festas, atividade que realiza até hoje e da qual retira seus rendimentos. Nunca fez qualquer curso profissionalizante, aprendeu seu ofício a partir de informações de programas de televisão e Internet. Sua atividade é informal e os clientes surgem através de indicações e também pelo Facebook. Sua renda é muito pouca e mal dá para pagar o aluguel do imóvel que reside, pois uma decisão judicial determinou que ela pagasse aluguel ao ex-companheiro por viver em imóvel que era habitado por ambos, mesmo ela sendo vítima de violência doméstica:

Ganho muito pouco, até porque hoje em dia eu tenho que pagar o aluguel de um imóvel que é meu, só que a juíza determinou que eu pague aluguel para o meu ex-marido, de um imóvel que é meu; tenho procuração no meu nome, contrato no meu nome, só que enquanto eu não sair de lá, eu tenho que pagar aluguel para ele. Ele paga pensão mas é pouco, são duas crianças... Tudo o que eu ganho são para as crianças, tirando a parte do aluguel que eu tenho que dar para ele.

• **Carmim** – Filha de paulistanos, tem 39 anos e também nasceu em São Paulo. Tem uma filha do primeiro casamento, com 18 anos e um filho, com 5 anos, do segundo. Vivia em união estável e separou-se recentemente. Estudou até o ensino médio completo; atualmente está desempregada e faz bicos de faxina e de segurança. Conta que ao buscar o apoio, descobriu que tinha vivido situação de violência doméstica os dois companheiros que teve:

Na realidade, eu já estava sofrendo desde o primeiro e não sabia, que eu vim aqui encaminhada pela Defensoria Pública pela violência da minha filha do primeiro casamento, que não morava comigo, era muito agressiva. A defensoria pública constatou que eu sofria violência desde o primeiro casamento, psicológica e que era tardia, então, eu entrei aqui [no CDCM] para saber como lidar com a minha filha; [...] eu já sofria no primeiro casamento, e eu não sabia, eu não percebia, achava que era ciúmes e, [na segundo união] quando houve a agressão física mesmo comprovado, corpo de delito, aí o foco foi maior dessa física mesmo.

Sobre a segunda união, relata que passou da violência psicológica e patrimonial para a violência física, com agressão em público, que a família dele assistia, e participava da violência psicológica e patrimonial.

The image features a composition of overlapping circles in various shades of red and maroon. The largest circle is a dark red and contains the text '3.3.2' in a large, white, serif font. Below this, the text 'As Violências Sofridas' is written in a white, bold, sans-serif font. The background consists of several other overlapping circles of different sizes and shades, creating a layered effect.


3.3.2

As
Violências Sofridas

O que já sabemos sobre a violência contra a mulher? Sabemos que o espaço privado, familiar, que deveria constituir-se no refúgio de paz das famílias é, por excelência, o espaço em que a violência doméstica e sexual tem o seu ponto mais alto de incidência. Perpetradores ou agentes do abuso sexual na maioria absoluta dos casos são maridos, companheiros, pais, padrastos, tios, ou outros membros próximos da família. Sabemos também que o fenômeno da violência doméstica e sexual é absolutamente democrático, atravessando todas as classes sociais e grupos raciais (CARNEIRO, 2003, p.11).

- **Ashanti** – Quando trabalhava em uma empresa de ônibus conheceu a pessoa que para ela foi o pior caso da sua vida. Ela tem uma filha de 4 anos com o ex-namorado, com quem não chegou a morar junto.

E esse relacionamento meu, não sei, foi um... foi o pior de todos. Teve de tudo que... que podia acontecer em parte de violência, ele já tentou contra mim. Vixe... tanto me batia como falava, era verbal também. As partes que mais me machucavam era a verbal, porque é uma coisa que fica gravada assim na minha mente. Eu me lembro que uma vez... começou bem nessa daí, as primeiras agressões minhas com ele foi essa, quando eu descobri que ele era casado... eu morava de aluguel, eu tinha uma casinha montada, toda bonitinha, eu já trabalhava nessa empresa de ônibus, eu conheci ele trabalhando nessa empresa. Eu descobri que ele era casado, tentei romper com ele, aí eu acabei conhecendo uma outra pessoa. Aí eu estava apenas em fase de conhecimento, sabe quando você está conhecendo a pessoa e ele falou assim "em tal dia eu vou em tal lugar, você quer



ir lá, conversar um pouco comigo?” Eu fui me encontrar com esse rapaz. A primeira agressão foi nesse dia... que ele fez. Eu encontrei o rapaz, nós saímos, eu me despedi do rapaz, que seguiu o destino dele, e eu atravessei a rua para pegar o ônibus e seguir o meu destino, quando ele atravessou atrás de mim e começou a agressão no ponto de ônibus nesse dia. Foi a primeira vez que ele me bateu. Eu me lembro como se fosse hoje. Ele me pegou... eu tinha os cabelos compridos. Ele me pegou assim pelos cabelos e tentou quebrar meu pescoço para trás e começou a falar para mim se eu não tinha vergonha na cara, que eu estava com ele e não sei o que, que eu era uma vagabunda, uma... prostituta, que era mulher vagabunda que fazia esse tipo de coisas... e tudo quanto é nome que ele... que ele encontrava para falar...


Atualmente não mora com nenhum dos filhos, que estão em Minas Gerais com sua mãe por causa da violência do ex-marido, de quem tenta ficar livre da perseguição, que foi o motivo para ela procurar o CDCM.

Ele começou a me ameaçar fortemente mesmo. Aí um dia ele veio na minha casa armado, querendo me matar. Depois no outro dia ele... trombou comigo na rua com uma faca, querendo me furar. Aí eu pensei “eu sou obrigada a procurar ajuda”, aí eu fui na Delegacia fazer boletim de ocorrência, o rapaz falou que eu tinha que ir na Delegacia da Mulher, aí eu fui. Quando eu cheguei lá nessa Delegacia, nisso daí eu já estava grávida, de... acho que de 3 para 4 meses, lá na Delegacia da Mulher, eu cheguei lá na Delegacia, sentei aí eu olhei na parede uma divulgação. Estava lá assim: “prestamos atendimento para violência contra a mulher, damos atendimento psicológico e jurídico”. Aí foi onde que eu fui. O primeiro atendimento foi marcado lá no Fórum da Barra Funda, aí eu passei com uma senhora, essa senhora me atendeu muito bem, ela fez uma cartinha, um relatório de tudo... mandou eu para o CDCM... foi todo esse processo e até hoje eu estou aqui, tem uns 5 anos que eu estou aqui.

Elas me deram ajuda psicológica, passei muito tempo com as psicólogas, me deram ajuda jurídica, com os processos tudo elas me acompanharam, tanto da pensão, como do processo da Lei Maria da Penha, que no caso, mesmo que o juiz... inocentou ele no mesmo dia, mas eu fui bem acompanhada pela advogada, e ... assim elas me ajudaram socialmente também, me ajudaram muito. Teve uma época que eu passei uma situação difícil, elas me ajudaram com cesta básica e com vale transporte. Me ajudaram muito. E me ajudou também nos programas sociais... me encaminhou nos programas sociais. Foi aonde eu consegui ser contemplada com o aluguel social, elas que me encaminharam.

• **Kenia** – Conheceu pela internet (Facebook), no ano de 2010, o ex-companheiro, um nigeriano que morava no Brasil e que viajou duas vezes para a África para conhecê-la, sendo que no segundo encontro casaram-se no cartório. Seus relatos remetem à violência verbal e psicológica que sofreu no Brasil, quando veio para cá em 2012, pois não conseguiu engravidar:

Então depois ele voltou para aqui, organizou minha documentação para vim ficar com ele, então quando eu cheguei aqui no Brasil, eu encontrei outra coisa... não sabia nada dele.... Então quando cheguei aqui eu descobri que essa pessoa não é era mim... não é para ser marido para mim... É, ele fez muita humilhação, muito, ele falava: "Você pobre, você pobre, sua família é pobre, sai, não quero uma pessoa pobre". Ah meu Deus... Não, ele não é assim, mas é! Ele falava: "Você está doente, ah você está doente, com mioma, está fazendo o que na minha casa?".



Não servia, ele podia ser amigo, mas marido não. Porque para uma pessoa ser marido você tinha que amar, precisa amar dentro dele, uma grande quantidade da alma, sabe... Porque acho que ele estava precisando de pessoa que ele pode confiar, mas não era amor.

Então quando cheguei aqui, eu consegui ficar grávida, mas não segurei, então ele começou a reclamar, reclamar: "Ah não pode ficar sem filho, você tem que ter filho por mim, se não tiver filho você vai..." Chegou o mês de março, [...] 2012... "Ok. Então, de agora até setembro, se você não engravidar, você vai sair da minha casa". Então falei para ele: "Vamos lá no hospital, vamos juntos para saber se é você que tem problema ou eu". Mas ele não quis, ele nunca foi, ele não foi uma vez no hospital, e falava: "Não, não vou porque você é que tem problema, você que tem que ir lá, você que tem que resolver. Não tenho paciência para esse estudo, eu tenho que trabalhar..."

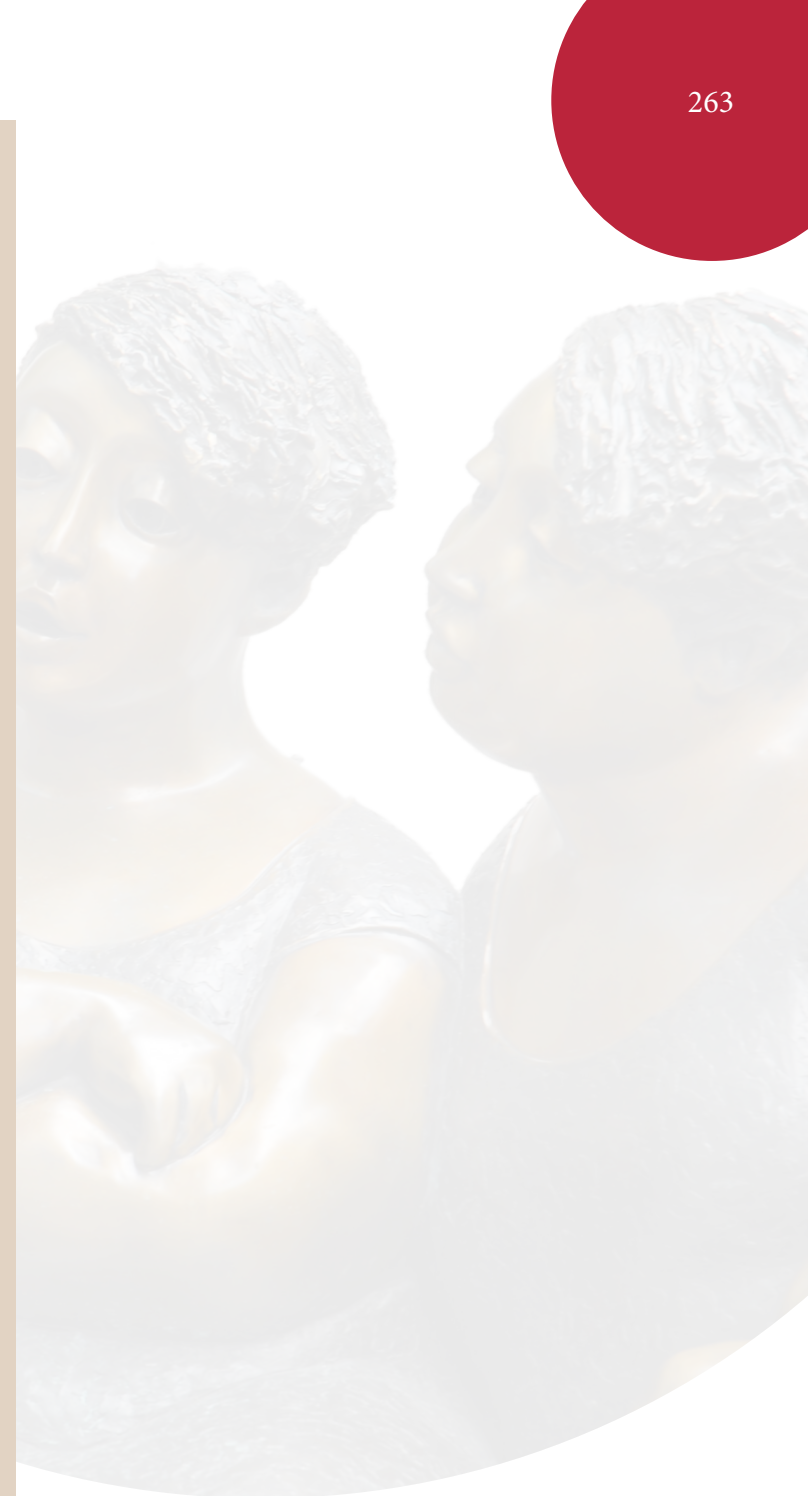
Nossa, estava muito difícil né, a vida começou a ficar ruim. Eu vim sozinha para cá, e chegou um dia que ele falou para mim: "Você vai embora, esse relacionamento acabou, eu não quero mais, quero casar com outra mulher que vai ter um filho por mim." Porque eu tinha mioma. É... Então ele falava não querer mulher que tinha mioma: "Você tem mioma, não quero mulher que está doente, você doente, você vai sair da minha casa, não quero mulher que está doente. Quero mulher que vai ter filho para mim rapidinho". Então chegou um dia, acho que primeiro dia de janeiro de 2015, ele começou a reclama: "Você vai sair, sair, acabou" e comprou passagem para eu voltar para a Nigéria.


- **Kiamba** – As agressões aconteceram desde o início do relacionamento:

Apareceu, apareceu porque ele era muito ciumento e o ciúme dele era doentio. Eu não podia falar com ninguém, ele mudou as minhas vestes, ele me seguia quando eu ia para a igreja, me seguia no trabalho. Um dia eu estava na casa da mulher trabalhando, me lembro como hoje, lá no Brás, eu cuidava de uma menina de 3 anos, ele tocou a campainha, eu olhei pelo olho mágico e não vi ninguém, aí eu abri a porta e ele entrou na casa da mulher, ficou procurando na casa inteira achando que eu estava com homem lá dentro.

A gente, bem no comecinho, tivemos uma briga feia, a gente acabou se estapeando mesmo. Mas eu imaginei que tudo mudaria depois que viesse um filho; na gravidez foi tudo tranquilo entre aspas, porque com três meses ele só faltou me matar enforcada, só não me matou porque a irmã dele não deixou. Daí já começou a violência, eu imaginei que depois que o menino nascesse ele mudaria; foi um menino, ele ficou bom mais ou menos por um tempo.

Depois eu engravidei da menina e com duas crianças pequenas a violência continuava e até aí eu não trabalhava – eu passei a trabalhar, tem sete anos que eu passei a trabalhar fora, que eu retomei a minha vida e comecei a trabalhar registrada. Quando eu passei a trabalhar fora a violência voltou dobrada. Por causa do ciúme, porque ele dizia que eu não estava trabalhando; quando eu chegava em casa, se eu me lavava ele reclamava, se eu tirasse a calcinha e lavasse a calcinha, ele falava assim: “Lavou para eu não ver as coisas do outro na sua calcinha?”, então, ele era um psicopata, muitas vezes eu tirava o absorvente, ele pegava o absorvente para ver se não tinha coisa de outro homem no absorvente. Ele me chamava de vagabunda, ele me chamava de puta, ele falava que eu tinha outros homens e que eu não





era mulher de um homem só, que eu tinha vários homens, que eu não estava em tal lugar que eu estava em outro lugar com homem. Aí depois começou a dar um tapa, um empurrão e daí foi indo, foi indo, até chegar um dia que eu tenho marca de violência até hoje no meu corpo: eu tenho uma mordida em cima do seio, eu tenho uma mordida no rosto, a última recente foi no rosto.

No dia das mães, meu presente de aniversário no dia das mães, foi murro no olho e uma mordida no rosto e na segunda-feira eu fui trabalhar com a cara inchada, porque eu precisa trabalhar, e aí quando eu cheguei lá foi de onde eu fui encaminhada para fazer o exame de corpo delito, para a Delegacia e tudo.

[...] Sim, eu já tinha ido, já tinha feito B.O., mas eu nunca cheguei a apresentar nenhum, então desde o começo eu chamava a polícia, a polícia mandava ir na Delegacia fazer BO, mas até aí eu não tinha o entendimento que eu tenho hoje, e não tinha ajuda de conversar com pessoa que está envolvida nesse processo para você saber dos direitos, eu não sabia dos meus direitos, eu não tinha condições para ir na Delegacia fazer um boletim de ocorrência, porque precisa pegar ônibus e eu não tinha dinheiro para pegar ônibus, eu não tinha como sair muitas vezes carregando duas crianças, eu não tinha condições, então, pelas condições financeiras eu acabava não indo dar adiantamento nos processos e parava pelo meio do caminho.

Porque eu engordei demais, eu tive começo de depressão então, eu cheguei a pesar 90 quilos, 92 quilos, e ele dizia para mim assim: "Come, mas come bastante que é para tu ficar bem gorda", então, eu achava isso um desaforo e eu acabava comendo, porque era a única coisa que eu sabia fazer, que eu tinha para fazer era comer, ele fazia de propósito, "Fica bem gorda que é para ninguém te olhar" então, eu cheguei a pesar 92 quilos.

[...] eu vim também passar a frequentar religião depois do casamento, eu acho que por causa da situação de violência eu me refugiei, me apeguei a Deus, porque foi a única solução que eu tinha para aliviar o sufoco e o sofrimento, mas nem a religião me ajudou no sofrimento, porque Deus não teve culpa do meu sofrimento.

Ela reconhece que também sofreu violência sexual:

Sim, porque ele não respeitava quando eu estava menstruada, que eu dizia não, não, não, ele não respeitava nem esses dias então, acaba sendo violência sexual sim. Chegou certa época que eu falei assim para ele "você quer tá aí, é de borracha, tá aí" e ele nem aí, ficou na vontade dele, pronto, acabou, fez a vontade dele e eu fiquei lá, acabou; dali eu entrei em pânico, comecei a chorar, chorar, chorar, chorar, chorar, sem parar, porque eu não aceitava aquilo, mas também não tinha outra situação, não adiantava eu dizer não, era mais fácil eu dizer sim, ceder logo de uma vez, porque ele não dava sossego enquanto ele não conseguisse, ele sempre tinha que ir até o fim.

A violência contra os filhos foi o momento decisivo para ela terminar a convivência com o agressor:

O menino já estava com 14 para 15 anos, aí o menino começou a tomar a frente: "Na minha mãe não", daí ele chegou a dar uma mordida na boca do menino, que o negócio dele é morder. Eu fui para o hospital, fiz B.O. e toda a ocorrência, quando foi para mim apresentar o boletim ele encontrou o boletim e pegou o boletim, senão eu tinha esse boletim também. E na menina, ela estava sentada fazendo a unha – ela fazia unha para fora, tem curso de manicure, e nunca mais ela fez...

Então... ele chegou num domingo em casa bêbado, eu estava fazendo faxina em casa, era por volta de uma duas e meia da tarde, ele entrou na cozinha, pegou a faca e jogou na direção da menina, faltou muito pouco para a faca entrar na coxa da minha filha, que na época estava com 13 anos, hoje ela está com 15. Então, aquilo para mim, agredir meu filho e a minha filha, para mim aquilo foi o fim da picada, porque meus filhos são tudo para mim, eu falo que a única coisa que ele me deixou de bom foram os meus filhos e aí foi onde eu tive que dizer: "Não! Chega!".

Uma situação que era visível para os vizinhos:

Sim, sim, porque era no meio da rua que ele gritava, todo mundo escutava o barulho das coisas dentro de casa se quebrando. Uma vez a vizinha, dona do bar lá onde ele estava bebendo, disse: “Não faz isso, para com isso” e a última vez, a última não, teve uma vez que ele chegou de madrugada e começou a me agredir, eu acordada, eu não deitei na cama, fui dormir na parte de baixo e aí começou... batia na minha cara e cuspia, ao mesmo tempo que ele batia, ele cuspia, isso quatro horas da manhã e eu cansada, querendo dormir e ele agredindo. Ele batia na minha cara e ao mesmo tempo ele escarrava e jogava na minha cara. O ar só tinha bebida, porque ele estava bêbado, sob efeito do álcool, aí foi onde eu dei uma facada nele e ele pegou sete pontos, naquela época eu queria acabar com aquela situação, queria acabar com aquele problema, eu achei que se eu tirasse a vida dele acabaria com todo o meu sofrimento – estava sentada no sofá da sala para cozinha, eu levantei do sofá e só vi a pia da cozinha, abri a gaveta, peguei a faca e dei uma facada nele no pescoço, foi para matar. Só que vaso ruim não quebra, e aí pegou sete pontos, mas vê se ele foi lá fazer um boletim de ocorrência? Ele não foi.

- **Makena** – Teve duas experiências de violência doméstica; de um dos ex-maridos, recebeu uma cotovelada no olho direito e perdeu a visão, e agora ela usa uma prótese. Como moravam em uma favela, dominada pelo tráfico, não foi permitido chamar a polícia.

Aí quando eu saí para fora gritando, pedindo socorro e quando ela (a traficante) viu meu olho ruim, ela já foi falando: “Se chamar a polícia você vai ver só!” Ela não quis nem saber. Então eu fiquei ali vulnerável, sem poder chamar a polícia, por isso ficou impune, entendeu? E eu já era casada com ele. Pegou meu olho, mas como eu já tinha o problema do glaucoma, piorou né. Isso foi com meu segundo marido.

O meu primeiro marido ele era muito ciumento ...ficamos uns 3 anos de ida e volta, ida e volta... aí a gente decidiu se juntar, casar, às vezes a gente parava né... Ele tinha ciúmes da minha roupa, quando eu arrumava o cabelo... Ah, celular, minha filha! Ele comprou um celular de segunda mão e deu para mim e ficava checando os números. Eu não trabalhava mais porque estava fazendo tratamento por causa do glaucoma e estava muito avançado, o médico queria baixar a pressão para eu poder operar e a pressão não baixava... E era assim: toda semana eu tinha médico, então se eu pegasse um serviço eu ia ser mandada embora rapidinho... só quem trabalhava era ele. Então eu fiquei na situação, vamos dizer assim ... dependente dele...

Ela conseguiu medida protetiva contra o primeiro ex-marido, no entanto, não considera que isso garantiu sua proteção:

Eu fui à Delegacia, eles lá é que não me deram a medida protetiva. Porque na hora do nervoso... mas esse negócio de medida protetiva não adianta nada... porque eu já tive e não adiantou...ele já correu atrás de mim com facão... a minha sorte foi que tinha um portão aberto e eu entrei dentro da casa da mulher, a mulher desesperada, até subiu em cima da laje... e eu fiquei ligando para a viatura e não veio uma. ... E eles não têm medo, né? Eles não têm medo porque eles sabem que fica sempre impune, né? Ali, na hora que eu precisei, não veio polícia nenhuma, minha amiga. Eu liguei, liguei... falei: "Eu tenho a medida protetiva e ele está atrás de mim com um facão", entendeu? "A viatura está a caminho...". Passou o dia e nada de viatura.

- **Zaila** – Conviveu com a violência e o desrespeito do marido:

Toda vida ele era mulherengo, mesmo a gente morando dentro de casa, ele era mulherengo. Ele dormia na zona, ele fazia o que ele queria.

- **Alika** – Sofria agressões verbais e físicas cotidianamente:

Começou quando o meu filho era pequeno, uns dois meses de vida, começaram as agressões com ele... aí até em 2014 teve também.

Era quase todos os dias, todos os dias. De pegar coisas, jogar, uma vez pegou a faca correu para garagem e ficou passando a faca no pescoço do menino, eu falei que não era para ele fazer, aí eu tentei ligar para viatura, só que ele arrancou todos os fios do telefone e eu sai correndo para a rua, porque assim, a casa é muito fechada, então, até pegar a chave, você já foi toda machucada, né, e aí era complicado.


Começou com agressões de tapa, tapa no rosto, de me empurrar. Eu não entendo porque..., assim, é de família já porque na família dele eles batem nas mulheres. O pai tem essa agressão com a mãe dele então, é direto, sabe? [...] E ele faz muito essas coisas, não pode falar nada, se eu falar assim: "Isso aqui está errado", ele acha ruim, ele fica agressivo, mas ele é do tipo de pessoa calma, ele não é nervoso. Agora, os pais, os irmãos já são meio nervosos, sabe, a família é nervosa. [...] Fala que eu sou feia, tipo: "Ah, você é muito magra, aí eu falo: "Ah, mas você sabia que eu era assim, agora você está falando assim porque está separado", mas fica falando essas coisas assim.

[...] Ele... assim ... ele não é aquele pai que vê como que está a criança na escola, como que foi o dia da criança, ele não é de chegar assim, se ele vai conversar ele já empurrava a criança, puxava pelo braço que ficava aquele vermelhão. Eu falava: "não faça isso, porque eu não bato no meu filho, eu não gosto que ninguém bata no meu filho, porque criança não é para bater, conversa né!" só que ele fazia isso.

• **Bordô** – A violência vivida com os pais durou até os 15 anos de idade, quando saiu de casa, e novamente voltaria a sofrer com a violência quando começou a se relacionar com um brasileiro que estava de férias na Bolívia, doze anos mais velho que ela, com quem teve o seu segundo filho, nascido na Bolívia. No ano de 2013, Bordô veio morar em São Paulo com o ex-companheiro, em apartamento alugado para viver com ela, onde agressões se ampliaram:

Agressão verbal já acontecia na Bolívia, já não era carinhoso, tipo assim, sempre foi muito carinho, quando eu estava com ele era o céu, mas ele podia ser 100% bom como podia ser 100% ruim na mesma hora. Então eu vim para cá porque a porcentagem de bom para mim valia. Ele me ofereceu ajuda que eu estava precisando, para criar o meu filho, lugar para morar, economia, ele me ofereceu isso, amor, então eu fui com ele. Quando foi passando o ano, eu às vezes ficava chateada com a vida que estava levando, mas eu não podia separar porque eu não tinha trabalho fixo, eu não tinha algo para mim, meu filho eu não tinha com quem deixar para trabalhar, tipo a situação que eu estou passando aqui, se eu pagava alguém ia trabalhar só para pagar, então ele me mantinha e mantinha meu filho, ele era a cabeça.

A primeira vez eu não lembro, foi por algo muito banal a primeira porrada que eu levei no olho, daí tudo bem, ele me pediu desculpa. Depois de 3 dias foi de novo, mas foram mais de 3 tapas e puxão de cabelo e assim foi aumentando, depois que eu me dei conta era um mês que estava apanhando, eu estava apanhando e graças a Deus nunca levantou a mão contra o meu filho, ele amava o meu filho... Então... depois foi trancando a porta, eu fiquei 1 ano em cárcere privado, em novembro



que eu fui chegar aqui. Assim que eu cheguei, cheguei em março, eu acho que em uma semana engravidei, assim eu cheguei e engravidei, mas a minha gravidez toda eu apanhei, a nenê apanhou tanto que eu sentia que o chute dava barulho na sua cabecinha, sei lá, na sua bundinha, alguma coisa, ela se mexia e ficava dura a minha barriga, e eu só chorava e fazia carinho nela. Eu comia uma vez por dia porque ele jogava uma marmitta para nós, isso foi por um ano. Ele só chegava com raiva da rua, rasgava a minha roupa, meu chinelo, meu documento boliviano, eu dormia em um colchão com meus dois filhos e eu grávida.

Um dia que eu passei tão mal que eu fiquei 3 dias sem comer para dar para o meu filho, e eu sei que quando a mãe grávida não come o neném pega do corpo nossa proteína, não se desnute porque o nosso corpo tem tudo necessário para ele, mas a mãe passa mal e o neném passa mal. Então eu estava emagrecendo demais, eu estava passando muito mal ... Ele praticamente não morava em casa, porque vinha de manhã 10 horas e até 10 horas da noite e a noite vai trabalhar, então não dormia em casa, nunca dormiu, ele só vinha às vezes para me estuprar, me bater.

Ela conseguiu fugir do cárcere privado e procurou ajuda em um Posto de Saúde, onde foi indicada a ir para um hospital, e na assistência social foi encaminhada para o CDCM:

E eu perguntei sobre um hospital, e me falaram o mais perto, eu não entendia, mas acenaram. Eu fui lá com o meu filho, eu procurei a assistência social, na hora me deram um chinelo, me atenderam e ela na hora mesmo encaminhou a carta para cá. Me mandou com a Assistência Social, chegou aqui a minha vida melhorou bastante. Foi muito sofrimento durante um ano, o ano de 2014, mas aqui me ajudaram. Eu cheguei aqui e ia para um abrigo normal mas eu não podia, porque eu tinha duas crianças pequenas e eu estava grávida, então eu tinha que ir a um abrigo sigiloso, na época eu não sabia, só escutava, não sabia o que era. Então ligaram, aqui me deram almoço, me deram abrigo, deram comida para o meu filho, tudo. Então, para eu entrar no abrigo sigiloso, eu precisava um B.O., está bom, vamos para a Delegacia, fui com a Assistência Social para a Delegacia da Mulher aqui perto. Aí, quando eu fui contar o que estava acontecendo, pegaram a ficha dele, aí para a minha surpresa, a pessoa que eu conheci era chefe de quadrilha, traficante, casado há três anos no Brasil, a família toda de traficantes, sendo que a mulher e todo mundo sabia da existência da minha filha, lógico que não aceitavam porque eu era amante, eu era a outra.

No entanto, teve que se mudar do abrigo sigiloso porque em uma das saídas para fazer o pré-natal resolveu ligar para o ex-companheiro, colocando todas as mulheres do abrigo em risco. Mesmo tendo advogado da Defensoria Pública, resume assim ter conseguido a medida protetiva:

Com uma professora eu tinha conhecido a igreja, para mim tanto fazia. Fui lá, mas eu me senti... sabe quando você se sente acolhida? Eu já tinha procurado muitas igrejas, aqui me falavam para eu não sair sozinha, mas ninguém conhece o coração como está, procurava alguma calma para o meu espírito, meu coração. Fui em tantas igrejas, mas eu entrava e ninguém dava bola, saía, mais uma. Quando eu cheguei nessa eu me senti... na hora amaram o meu filho, deram atenção, me deram atenção. E eu fiquei lá, depois de um mês eu aceitei o Senhor Jesus no meu coração, foi quando saiu a medida protetiva. Depois de um ano tentando afastar ele de mim, eu falo que Deus conseguiu fazer isso em três meses, muita oração e tudo, minha vida melhorou, sabe? Agora eu tenho paz interior, eu sou feliz, assim mesmo com as palavras eu sou feliz.

- **Cereja** – Vive com o marido agressor, mas reflete sobre sua história, as transformações pelas quais passou, seu esforço para se reconhecer como mulher:

Eu vejo que eu sou uma mulher. Porque eu tinha um problema muito sério com o meu corpo. Eu achava... porque eu tinha os meus peitos... um pouco caído [...]. Perto de muitas mulheres, o meu ainda é pouco. Mas eu achava que o meu peito era muito caído. Eu achava que eu não tinha bunda, que eu tinha um corpo feio. Eu sempre me achei muito feia. Muito feia mesmo. Até mesmo como pessoa. E com o tratamento, hoje em dia não, eu comecei a gostar do meu corpo, a ver o meu corpo de uma outra forma. A começar a me agradecer por levantar cedo. E trabalhar mesmo doente. E ver que eu sou um mulherão, dessas mulheres que levantam às cinco horas da manhã, que vão trabalhar, que se cuidam, que cuidam da família e cuidam de tudo. Então eu comecei a ir em palestras, a ouvir o que as minhas médicas falam para mim. Estou com a minha saúde muito prejudicada pelo fato de ter apanhado muito na cabeça.

- **Vermelha** – Começou a sofrer violência doméstica a partir do nascimento do primeiro filho:

Desde que eu engravidei do primeiro filho, ele meio que se transformou. Não sei se por questão de ciúmes, porque antes a atenção era toda dele, ele era o único homem, filho homem, então a mãe paparicava, tinha toda aquela atenção, e depois casou, era só nós dois e toda a atenção para ele... Muito mimado, completamente mimado, então engravidei e comecei a dar atenção para outras coisas. Eu comecei a abrir os olhos de mãe, vamos dizer assim. Não posso dizer que deixei de lado, não posso dizer que o meu foco era outro, eu estava gerando uma criança e eu precisava dar atenção para aquilo. Para as roupinhas, para as coisinhas... E nisso ele começou, nessa época, a se transformar. Tanto que a primeira vez que eu apanhei, eu estava grávida, eu estava de três meses, eu quase perdi o meu filho. E só que mesmo assim, eu não fui atrás [da Justiça]. Da primeira vez, eu não fui atrás. Aí, depois do nascimento, a violência continuou. Na gravidez, foi só essa vez, mas depois que nasceu continuou. Teve uma outra vez, meu filho tinha mais ou menos uns 6, 7 meses, e ele não parava de chorar, não parava, dei remédio para cólica, dei dipirona... E ele não parava. E ele falou: "Faz essa criança parar de chorar" e nada dele parar de chorar. Ele gritava, gritava, gritava. E eu tentando fazer ele parar de chorar, fui para o quarto, eu lembro que tinha o berço... Eu estava em pé, de frente para o berço, ou seja, de costas para ele, e eu só senti o murro na minha rack. Eu tomei a rack por causa da cesárea. Só um murro... assim, mas foi um murro muito forte na rack. E minhas pernas amoleceram, caí de joelhos...

A violência aconteceu outras duas vezes, e na terceira ela decidiu procurar uma Delegacia de Polícia:

E eu saí desesperada para o meio da rua. Pensei: “Não vai mais acontecer isso. Não vai, não vai, não aceito mais” e saí desesperada para o meio da rua. Pedi ajuda, tinha um bar aberto, 11 horas da noite, a única coisa que tinha aberta era um bar e falei: “Me ajuda, me ajuda”, com a cara desse tamanho. E os caras olharam e falaram assim: “Não, fica aqui com a gente que aqui ele não vai mexer com você” e eu falei: “Eu não posso ficar aqui, eu preciso ir para a Delegacia, alguém me leva, eu preciso ir para a polícia”. E os caras falaram: “Não, aqui ninguém mexe com polícia. Se você quiser ficar aqui, a gente te protege. Só que aqui ninguém vai para Delegacia te levar”. E, saí de lá e fui para a Delegacia, cheguei lá e fui muito mal tratada. Muito mal tratada! Eles me trataram como se eu tivesse a culpa de tudo, como se eu fosse a vagabunda, no caso. Eles olharam para mim e falaram: “Olha, você tem que ir no posto de saúde. Não sei se você conhece, é o posto de saúde. Você tem que ir e lá você vai dar continuidade no processo. Só que aqui a gente não pode fazer nada”. Não fizeram nada. Nada, nada, nada.

Aí fui lá para o PS, cheguei lá e fui muito mal tratada também. Como se eu fosse a pior mulher do mundo. E cheguei lá e me deram uma injeção, não sei nem o que eu tomei, não sei. Aí peguei e falei: “O que que eu faço agora?”, aí a mulher do PS falou: “Você tem que procurar a Delegacia da Mulher”, que estavam começando a abrir, que estava começando esse negócio de Maria da Penha, não era algo como é hoje, estava bem no começo e a mulher falou: “Você tem que procurar a Delegacia da Mulher, só que não abre agora. Só amanhã de manhã... Mas vá, você

tem que ir” e ela perguntou ainda: “Você vai para onde agora?”. Eu falei: “Eu não sei, eu não sei!”. Já eram 2 horas da manhã, aí eu liguei para uma amiga, que nem era tão amiga, sabe, mas no desespero eu não tinha para onde correr – minha família não é daqui, eu sou sozinha aqui até hoje – essa amiga foi me buscar no posto e eu fiquei na casa dela até o outro dia. No outro dia, levantei muito cedo e fui para Delegacia da Mulher. Eu fiquei lá, acho que das 8 da manhã até às 5 horas da tarde e não consegui abrir o boletim de ocorrência. Não abri porque estava sem sistema e eles falaram que tinha que esperar. Muita gente, muitas mulheres, não era só eu. Eu tinha que fazer corpo de delito, eu tinha que fazer um monte de coisa, não consegui fazer nada, nada. Aí falei...: “Eu vou ter que voltar para casa”.

Eles ficaram separados durante três meses; quando voltaram, a violência física foi substituída pela psicológica:

Foram só 3 meses, mas parecia que ele tinha mudado, sabe, mais carinhoso e querendo me dar atenção, me pedindo perdão, aquele monte de coisa e mulher é besta, cai. Voltamos de novo. E nisso, aí começaram as agressões psicológicas. Ele não me agredia mais a ponto de me bater e tal, mas começou a agressão psicológica, que eu acho pior do que um murro na cara, muita coisa que você ouve. E o nome mais bonito que ele me chamava era de vagabunda, só que aí era aquilo, né? – Pô, eu tenho um filho, ele voltou, é pai dele, eu tenho que aguentar isso, eu preciso aguentar isso por ele. Como é que ele vai viver com os pais separados? – eu pensava isso. E fui aguentando, fui aguentando, fui aguentando... até que engravidei novamente, e a partir daí o inferno aconteceu na Terra, em tudo. Piorou em tudo, em tudo, em tudo.

- **Carmim** – No primeiro casamento pagava aluguel na casa da sogra, e hoje reconhece que sofria violência psicológica e patrimonial:

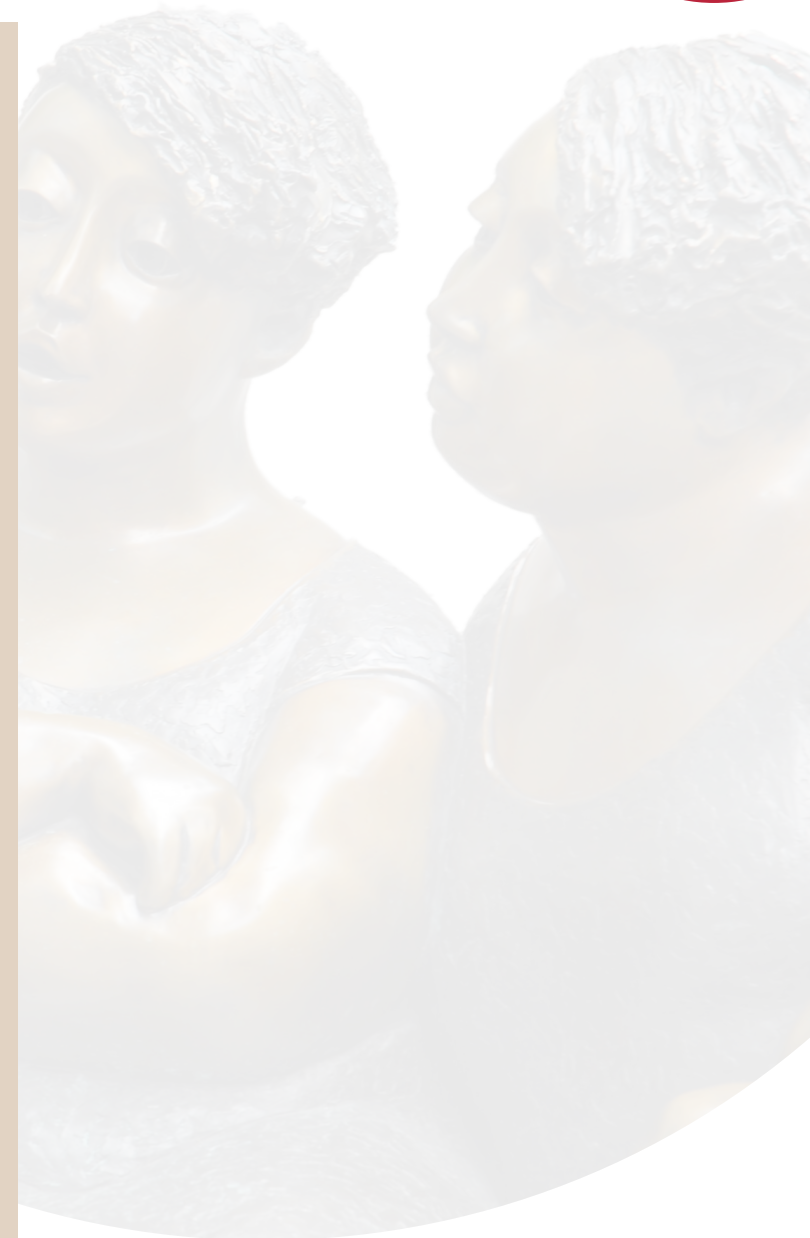
Meu primeiro marido não deixava eu trabalhar não. Eu trabalhava quando solteira. Mas esses 7 anos que eu fui casada com ele, não permitia que eu trabalhasse. Era daquele homem que trazia a roupa para você, trazia maquiagem, trazia tudo, tinha o controle [...], mas ele não dava dinheiro na minha mão, ele tinha um ciúmes possessivo, de não ir nem para a casa da minha mãe. Eu não tinha independência para nada, [...] ele só fazia eu cuidar do meu corpo, ele deixava eu malhar para estar bem para ele, só isso [...] Ele dava os passes (transporte) para mim, mas dinheiro ele não dava.

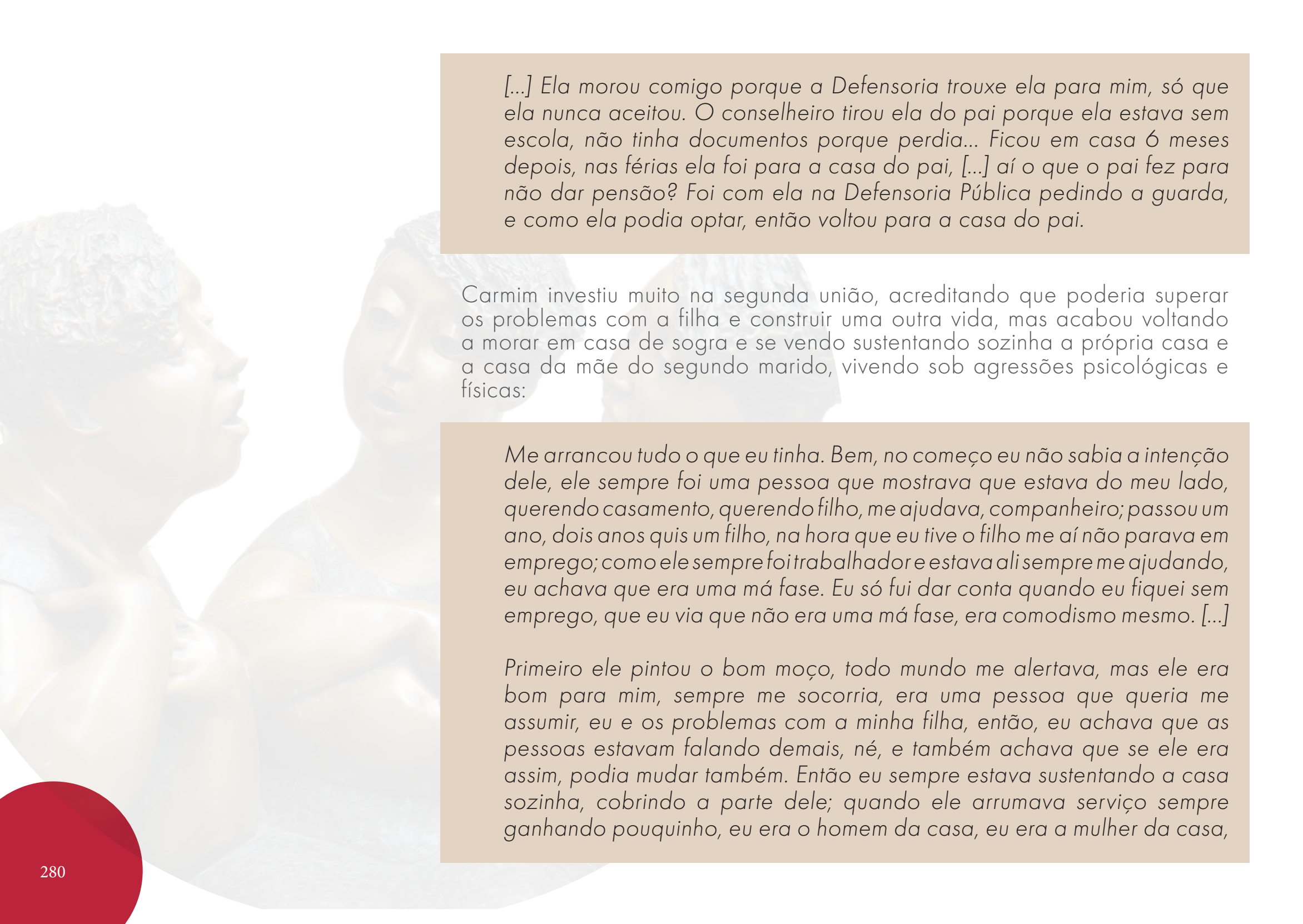
Ele bebia e não parava em serviço, então era mais xingamento, nunca chegou física, mas era aquela briga porque eu fazia ele honrar o compromisso da casa. Então, não tinha aquela segurança, assim, dinheiro; depois ele começou a sair à noite, começou a beber no meio da semana, aí quando eu ia chamar a atenção era aquela briga, ofensas, aí ele já estava começando a quebrar as coisas dentro de casa, mas aquela violência física mesmo não.

Carmim se separou e foi viver com a mãe, que entregou sua filha para o ex-marido:

Quando eu me separei, eu fui para a casa da minha mãe, mas não deu certo porque a minha mãe pegou a minha filha e entregou para o pai, porque achava que eles tinham condições, eu era uma mãe solteira, então já comecei a sofrer desde aí, desde a minha separação. [...] É praticamente como se eu perdesse um filho, mas esse filho está vivo; a minha família achava que eu não ia conseguir criar, e eles [a família do ex-marido] tinham condições financeiras, a menina tinha o quarto dela, tinha apartamento, o que uma mãe solteira ia fazer? A discriminação já começou por isso, hoje a minha mãe até chora, chora porque ela viu o que ela fez de errado, porque hoje a minha filha não prestou para trabalhar, não prestou para estudar e não está prestando para ser mãe, porque ainda quer cair na balada. Com 18 anos, separou recentemente, e já está postando outro relacionamento e largando a criança para ir para a balada. [...] então já começou disso, de tirar o meu direito de mãe [...]. Como você vai ficar com uma criança se você não tem um fogão, uma geladeira, como vai recomeçar de novo? É por isso que minha filha ficou com eles. [...] Passaram 2 anos e eu consegui me reerguer, a prova são meus holerites de tanto que eu trabalhei, para poder ter de volta uma casa e você buscar sua filha, aí quando você vai ver sua filha já escapou, já cresceu.

Porque a minha filha, pela idade dela, ela tinha o direito de escolha, e mesmo ela sofrendo violência e sendo agressiva, mesmo o Conselho Tutelar falando que não tinha condições dela ficar com o pai, e mesmo assim, ela preferiu para poder ficar nas ruas.





[...] Ela morou comigo porque a Defensoria trouxe ela para mim, só que ela nunca aceitou. O conselheiro tirou ela do pai porque ela estava sem escola, não tinha documentos porque perdia... Ficou em casa 6 meses depois, nas férias ela foi para a casa do pai, [...] aí o que o pai fez para não dar pensão? Foi com ela na Defensoria Pública pedindo a guarda, e como ela podia optar, então voltou para a casa do pai.

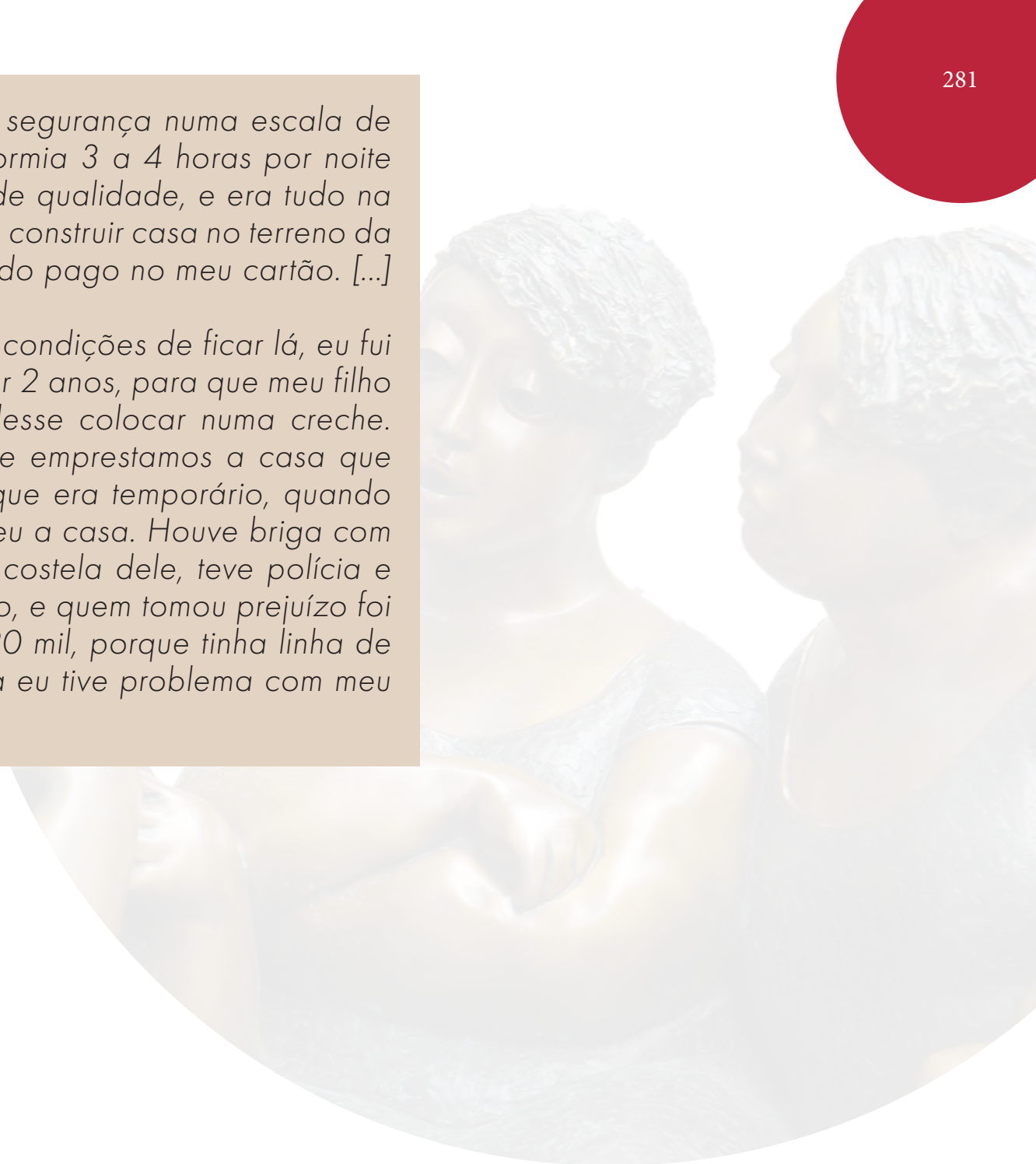
Carmim investiu muito na segunda união, acreditando que poderia superar os problemas com a filha e construir uma outra vida, mas acabou voltando a morar em casa de sogra e se vendo sustentando sozinha a própria casa e a casa da mãe do segundo marido, vivendo sob agressões psicológicas e físicas:

Me arrancou tudo o que eu tinha. Bem, no começo eu não sabia a intenção dele, ele sempre foi uma pessoa que mostrava que estava do meu lado, querendo casamento, querendo filho, me ajudava, companheiro; passou um ano, dois anos quis um filho, na hora que eu tive o filho me aí não parava em emprego; como ele sempre foi trabalhador e estava ali sempre me ajudando, eu achava que era uma má fase. Eu só fui dar conta quando eu fiquei sem emprego, que eu via que não era uma má fase, era comodismo mesmo. [...]

Primeiro ele pintou o bom moço, todo mundo me alertava, mas ele era bom para mim, sempre me socorria, era uma pessoa que queria me assumir, eu e os problemas com a minha filha, então, eu achava que as pessoas estavam falando demais, né, e também achava que se ele era assim, podia mudar também. Então eu sempre estava sustentando a casa sozinha, cobrindo a parte dele; quando ele arrumava serviço sempre ganhando pouquinho, eu era o homem da casa, eu era a mulher da casa,

eu era a mãe da casa, e eu trabalhava de segurança numa escala de 12 horas, fiquei 7 anos nessa escala, eu dormia 3 a 4 horas por noite e trabalhava em pé. [...] Ele exigia comida de qualidade, e era tudo na minhas costas. [...] E daí veio aquele plano de construir casa no terreno da mãe dele, fizemos um cômodo e cozinha, tudo pago no meu cartão. [...]

Aí, houve minha gestação e como não tinha condições de ficar lá, eu fui morar de aluguel, próximo da minha mãe, por 2 anos, para que meu filho crescesse um pouquinho, para que eu pudesse colocar numa creche. Foi aí que começaram as violências. Porque emprestamos a casa que construímos para o irmão dele, que sabia que era temporário, quando passou esses 2 anos e meio ele não devolveu a casa. Houve briga com o irmão de quase matar ele, de quebrar a costela dele, teve polícia e corpo de delito. Mas fizeram a reconciliação, e quem tomou prejuízo foi somente eu, nessa brincadeira foi mais de 20 mil, porque tinha linha de crédito, eu fiz tudo. [...] Por fim, nessa época eu tive problema com meu serviço... entrei com rescisão indireta.



Ela relata que sofreu violência sexual algumas vezes, mas cotidianamente era a violência psicológica, diante das pressões por estar desempregada e ter que dar conta sozinha das dívidas feitas com o ex-marido. A decisão pela separação foi em momento de extrema violência física:

[...] o meu último ele, às vezes, forçava assim, quando ele queria... [...] Um dia, a verdadeira agressão aconteceu por causa que eu cobreí meu ex-marido. Porque ele queria que o filho pedisse benção para a pessoa que deixou a gente na rua e eu não aceitei, eu falei assim: "Tio? Que tio é esse que não se importou com o sobrinho? Quem construiu, quem teve gasto? Foi aí que ele começou a me bater [...]ele me batendo assim, eu gritando, eu empurrei ele e fui para a sala, o meu filho estava dormindo. Meu filho na época estava com 3 para 4 anos, aí quando ele me empurrou com tudo no sofá, eu fui fazer assim com o pé para empurrar ele mas meu filho acordou do nada e pegou no meu filho. Ele me socou como se estivesse socando um homem, foram 2 socos fortes que eu só fazia balançar a cabeça. [...] Aí eu fui para a rua, foi onde ele me pegou por trás, me arrastando pelo cabelo, de jogar no chão, ralar todo meu cotovelo. Aquilo lá eu não acreditei, parecia que eu era uma mulher vulgar, foi muito humilhante. Eu sou tipo uma moradora que nem conheço meus vizinhos, é bom dia, boa tarde sem saber o nome, de tão reservada que eu sou, e depois você saber que virou notícias populares do bairro. Aquilo lá para mim foi o fim, eu liguei aqui, me ajudaram, fizeram um boletim de ocorrência, foi feito corpo de delito, foi confirmado tudo.

The image features a graphic design with several overlapping circles in various shades of red and maroon. The largest circle is a dark red and contains the number '3.3.3' in a large, white, stylized font. Below the number, the text 'Atendimento na Polícia e no Judiciário' is written in a smaller, white, sans-serif font. The background is white, and the overall composition is clean and modern.

3.3.3

**Atendimento
na Polícia e no
Judiciário**

Como essa mulher que foi vítima consegue sair dessa situação sem ajuda do Estado? Ela consegue chegar na Justiça, mas a solução do problema recai sobre ela mesma. Isso ainda precisa melhorar muito. (Denise Dora, em entrevista para GOMES, 2016)

- **Ashanti** – Depois de todo sofrimento, da violência vivida, a decepção com a Justiça:

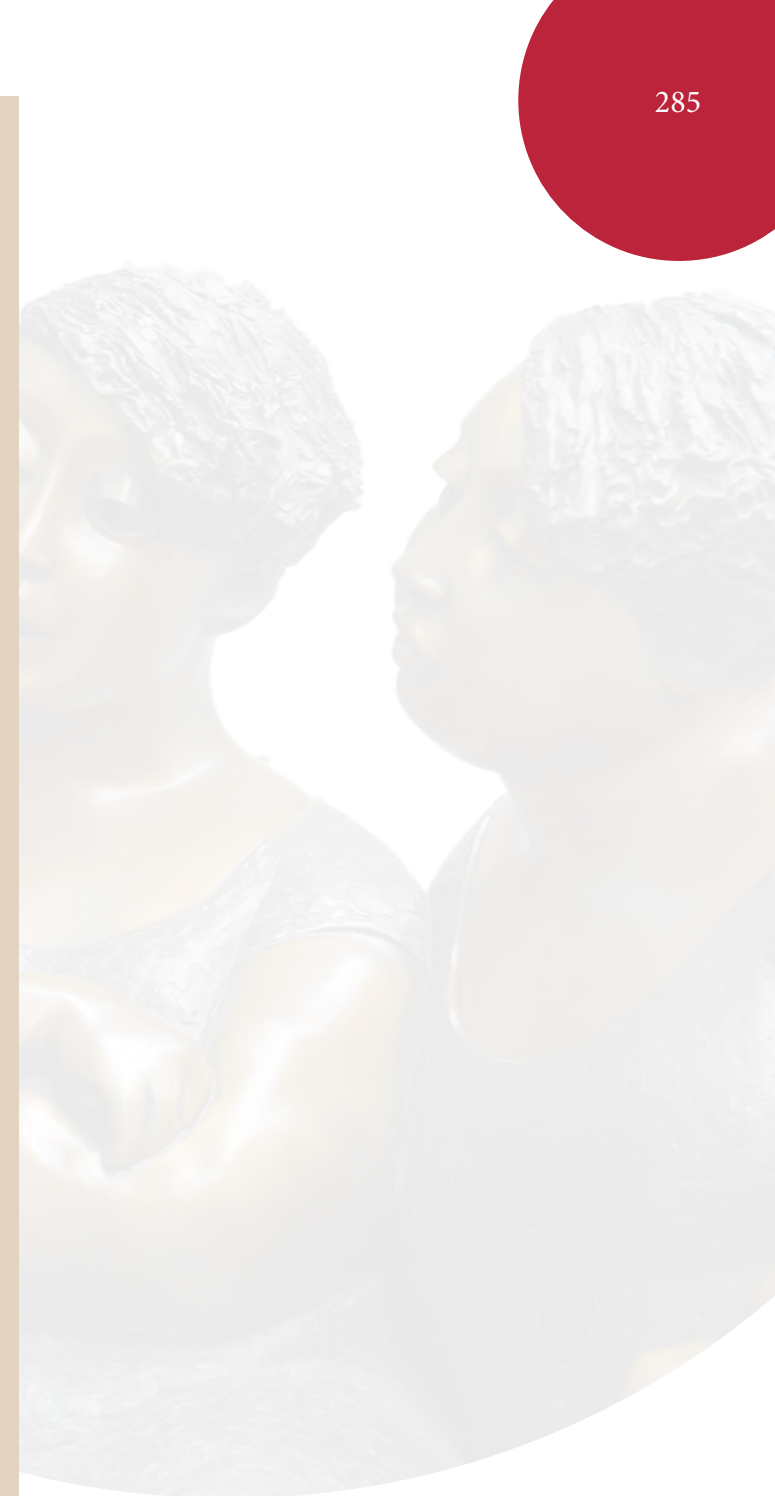
No pronto socorro o atendimento foi ótimo. Agora a Delegacia... e os outros órgão públicos, tipo... como é que se fala é ...direitos meus ...direitos humanos, né? Meu, eu não tive não. Não tive... foi péssimo. Tanto da parte da Delegacia das Mulheres, que eles não fazem nada... a Lei Maria da Penha para mim não existe. Ela pode existir no papel, mas para mim ela não existe. O Fórum, tanto o Fórum, o Juiz para mim também foi uma negação. Para mim, foi péssimo.

Viu na audiência o juiz inocentar seu ex-companheiro:

Na primeira vez que eu fui na Delegacia da Mulher, eu fui super maltratada pela delegada, ela falou um monte de coisa, eu falei assim para ela, não desisti: "Ó, eu quero representar meu processo. Eu não quero só abrir um boletim de ocorrência, eu quero representar", e ela: "Ah, mas isso não dá em nada, vocês brigam, quando é amanhã vocês voltam, que não sei o que". Mas mesmo assim, eu insisti

para ela e falei para abrir o boletim de ocorrência, e até esse boletim de ocorrência virar um processo demorou muito, muito, muita coisa. E nesse decorrer do tempo, foram acontecendo coisas novas, outros fatos e eu fui abrindo B.O., só que eles não anexavam no processo.

Aí, quando saiu a data da audiência... quando entramos na sala da audiência, tinha uma advogada pública que era minha, e ela queria que eu entrasse na sala sozinha, sem ele. Aí o juiz não permitiu; o juiz falou que não, que tinha que entrar os dois juntos... Mas a advogada pública tentou... mas ele falou que não, que era para entrar os dois, porque queria ouvir os dois juntos. Chegamos na sala de audiência, o juiz começou a tirar barato da minha cara, começou a rir, debochando da minha cara. Me lembro da cara daquele nojento até hoje. Começou a espirrar, depois começou a rir da minha cara e falou assim: "desculpa né, é porque esse processo é tão velho, que está todo empoeirado que tá me dando alergia". Ele era jovem, um cara novo, um alemão, um galego. Altão, branco, me lembro disso como se fosse hoje. Aí ele perguntou para mim cadê a sua testemunha? Eu falei: "Eu não tenho testemunha. As únicas testemunhas do caso que ele me agrediu e tentou bater no meu filho também era o meu filho". Só que nisso aí, meu filho estava em Minas e eu não tinha, no dia da audiência, eu não tive condição de trazer ele, pagar passagem para o meu filho, então ele não pode ser minha testemunha, e eu expliquei para o juiz. Então ele perguntou mais alguma, como é que foi, como é que ele me agredia, se ainda me agredi... aí depois ele falou para mim assim: "Ah tudo bem, a senhora já está dispensada, pode ir embora, depois a senhora aguarda a sentença". A advogada que estava comigo saiu junto e falou para mim "Depois eu ligo para você para dar o resultado da sentença". Aí, quando foi no final da tarde, ela ligou para mim e falou "Infelizmente ele já saiu daqui inocentado. O juiz falou que ele é inocente". No mesmo dia!



- **Kenia** – Na Polícia teve orientação adequada sobre a ameaça de expulsão de casa pelo marido:

Eu saí na rua, comecei a chorar, conversei com a Polícia, que explicou para mim: “Fica calma, fica calma, não precisa chorar, aqui no Brasil a mulher não pode ser tratada assim, você não vai ficar na rua, vai na Assistência Social, fale com eles”. O policial deu o endereço para mim, fui lá conversar com eles, que falaram: “Não chora, daqui a poucos dias nós vamos ligar para você, vamos arrumar lugar para você ficar, você não vai ficar na rua.” Eu fiquei morando no abrigo, outra vida né, morar ali foi muito bom, tem um lugar para dormir, comida, roupa, sapato, creme, tudo... (risos). Então fiquei morando lá.

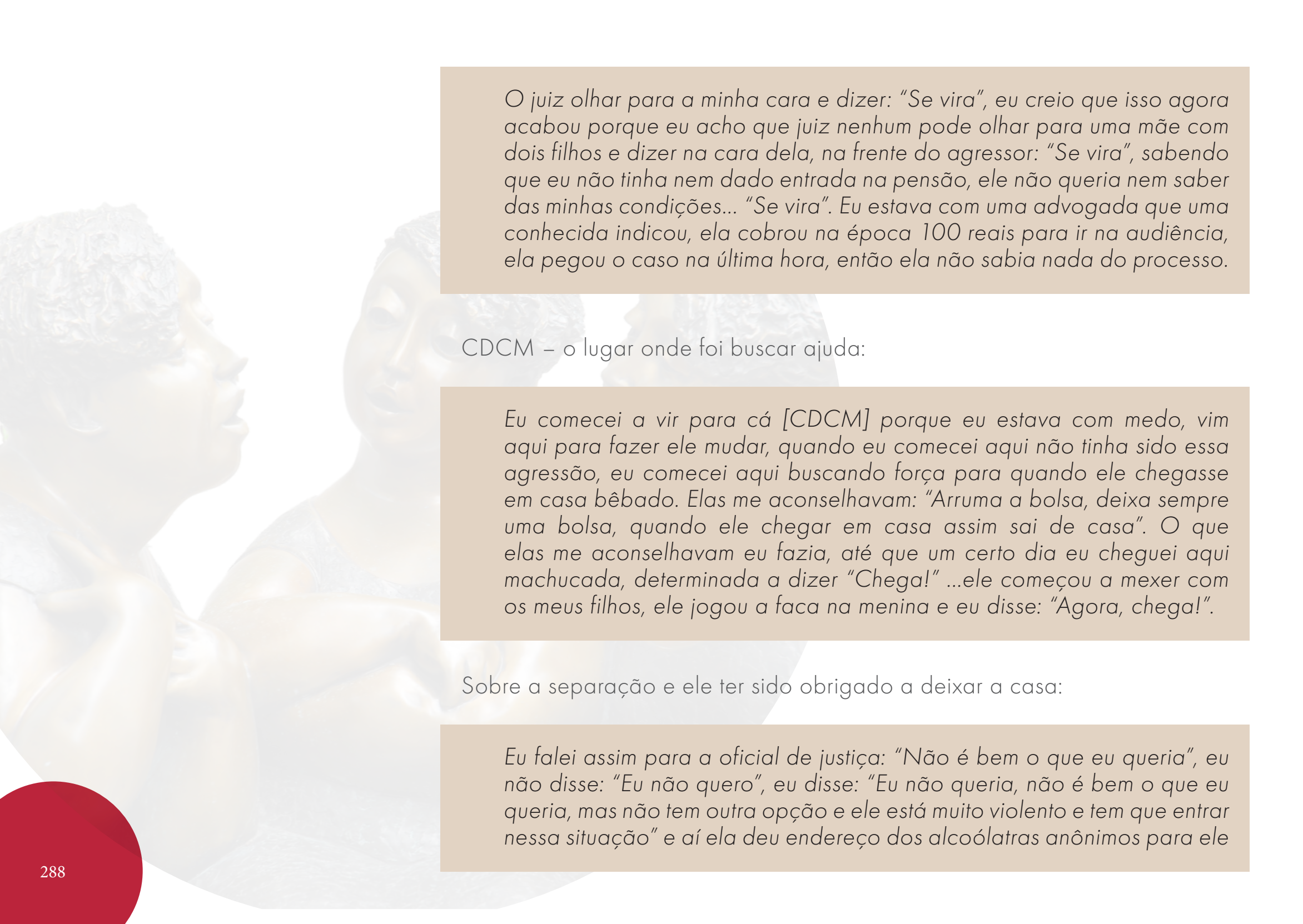
- **Kiamba** – O péssimo atendimento na Delegacia de Polícia e a acolhida na Delegacia da Mulher:

Na primeira vez que eu fui procurar, o delegado disse assim: “É, a gente faz e amanhã vocês estão de volta, a gente não pode se meter na briga de marido e mulher, por que a gente vai fazer? Amanhã vocês estão lá de novo se amassando e a gente? A gente tem outros trabalhos, a gente tem outras denúncias a fazer, a gente tem outras coisas para fazer do que ficar se envolvendo em briga de marido e mulher”. Eu falei: “Mas não é justo eu apanhar”; ele disse: “É, a gente vai fazer o boletim, se depois você decidir reapresentar vai fazer o exame de corpo delito e depois você volta aqui”.

Lá não [Delegacia da Mulher], eu não tenho o que dizer de lá, demorou um pouco, mas o atendimento foi bom. Ela pegou todo o depoimento, eu tive que voltar lá depois, aí ele foi chamado lá e levou uma advertência da juíza e da delegada e tudo; e ele continuou, nada disso fez ele mudar, e a gente está hoje desse jeito; hoje eu continuo atrás dos meus direitos, continuo buscando ajuda, porque eu sinto que eu preciso de ajuda, eu sozinha não dou conta, eu ainda tenho medo de uma recaída.

Na avaliação sobre o atendimento dos serviços públicos por onde procurou auxílio, faz reclamação explícita do judiciário:

Eu estava com mais de 10 anos, eu casei no papel. A gente estava separado, eu não via outra solução senão a separação, e na audiência o juiz olhou na minha cara e disse: "Se vira com a pensão que ele vai pagar, você se vira e paga um aluguel". Eu fiquei desesperada, eu cheguei a emagrecer na época 10 quilos, eu fiquei magra de tanta preocupação, o que que eu ia fazer com os meus filhos, pagar aluguel, o dinheiro da vender da casa não dava para comprar outra, o dinheiro ia acabar, eu entrei em desespero e foi onde ele veio para mim e disse: "Me perdoa, vamos dar mais uma chance, eu vou mudar" e eu acreditei que ele iria mudar, dei mais uma chance para ele, fui viver junto com ele, aí voltei, casei, porque eu já era evangélica, eu casei para poder me consertar e ficar como que manda a lei, casada, e depois de pouco tempo, no mínimo uns 3 meses, ele voltou a fazer tudo de novo e até a vida dos meus filhos ficou em risco.



O juiz olhar para a minha cara e dizer: “Se vira”, eu creio que isso agora acabou porque eu acho que juiz nenhum pode olhar para uma mãe com dois filhos e dizer na cara dela, na frente do agressor: “Se vira”, sabendo que eu não tinha nem dado entrada na pensão, ele não queria nem saber das minhas condições... “Se vira”. Eu estava com uma advogada que uma conhecida indicou, ela cobrou na época 100 reais para ir na audiência, ela pegou o caso na última hora, então ela não sabia nada do processo.

CDCM – o lugar onde foi buscar ajuda:

Eu comecei a vir para cá [CDCM] porque eu estava com medo, vim aqui para fazer ele mudar, quando eu comecei aqui não tinha sido essa agressão, eu comecei aqui buscando força para quando ele chegasse em casa bêbado. Elas me aconselhavam: “Arruma a bolsa, deixa sempre uma bolsa, quando ele chegar em casa assim sai de casa”. O que elas me aconselhavam eu fazia, até que um certo dia eu cheguei aqui machucada, determinada a dizer “Chega!” ...ele começou a mexer com os meus filhos, ele jogou a faca na menina e eu disse: “Agora, chega!”.

Sobre a separação e ele ter sido obrigado a deixar a casa:

Eu falei assim para a oficial de justiça: “Não é bem o que eu queria”, eu não disse: “Eu não quero”, eu disse: “Eu não queria, não é bem o que eu queria, mas não tem outra opção e ele está muito violento e tem que entrar nessa situação” e aí ela deu endereço dos alcoólatras anônimos para ele

ir buscar ajuda, ele falou para ela que ia mudar, e aí ele continuou dentro de casa. Com uma semana que isso tinha acontecido ele jogou a faca na menina e aí eu fui lá em Santana, fiz outro boletim, eu apresentei e ela disse: “você tem que voltar aqui com a menina”, eu voltei com a menina, e aí é que ele foi afastado até do serviço dele.

- **Makena** – A busca solitária e desorientada por Justiça:

Eu não tinha nenhuma orientação, nem de advogado... nada, nada, nada. Eu só fui uma vez chamada pelo juiz para saber se eu ia continuar com o processo, eu falei que sim. Aí eles me apresentaram: “Esse aqui é o advogado, esse aqui é o promotor”. O advogado, não falou foi nada, não deu orientação em nada, não me falou nada e eu besta, não sei de nada também; então pra mim ali estava tudo certo.

- **Zaila** – O desespero diante da negativa de atendimento da Polícia:

Quando eu tomei coragem para resolver minha vida, fui procurar a Delegacia da Mulher, o advogado me orientou e eu não me senti apoiada, não queriam nem fazer o B.O. para tirar ele da minha vida, porque ele continuava a morar dentro de casa, ele achava que era o dono da casa... Chamei a polícia que disse que não podia resolver briga de casal, só se tivesse sangue, então eu falei: “Só se tiver sangue, então eu vou esperar ele na porta com a faca na mão e aí vou fazer sangue

nele". Aí, eu falei para ele (o agressor): "Se você entrar dentro de casa, eu corto você, eu estou sozinha mesmo, não tenho o que perder", liguei para o irmão dele buscar ele, joguei as coisas dele pra fora... "Aqui dentro de casa você não entra mais, se você entrar eu esfaqueio você". Foi dessa maneira que ele foi embora. Eu não tinha mais nada a perder, eu pedi ajuda da lei e a própria justiça me negou, eu não tinha mais como confiar em ninguém.

- **Alika** – Mesmo com as agressões do marido cada vez mais violentas, nunca formalizou uma denúncia contra ele, ela decidiu primeiro pela separação:

Na outra vez eu estava na casa do pai dele e ele começou a me dar uns pontapés, ele queria me jogar escada abaixo e eu gritando, e a mãe dele estava perto dando risada [...], pai dele desceu para a sala, aí eu liguei para a polícia, ele [pai] falou: "Se a polícia entrar aqui vai ser pior para você, se chegar aqui você vai ver" ...eu liguei para a polícia, eles identificaram a casa, só que não sabiam onde era que estava pedindo socorro e aí os policiais foram embora...

Eu entrei com juiz e advogado, o juiz fez a separação, só que eu não fiz a averbação, não fiz porque está muito mexida a minha cabeça com isso, o meu filho doente, eu fiquei sem fazer averbação, aí ele chegou e falou assim: "Ah, vamos voltar", eu achei que ele tinha mudado, eu paguei advogado para reverter esse documento, para manter o casamento de 13 anos, só que isso foi uma ilusão, coisa de momento. Quando eu paguei a última parcela [do processo de reversão], ele falou: "Eu quero divorcio", [...] aí começaram as agressões, começaram as violências, ele falava assim: "Eu não vou mudar para você".

Aí começou tudo isso, está essa bagunça, só que agora vai ser averbação definitiva, porque foram cancelados pela advogada os documentos que seriam para reverter,


que agora não tem como mais, porque houve agressão [...].

No entanto, ela vive na mesma casa que o ex-marido e o filho, em propriedade da família dele:

Essa casa é dele, só que o pai dele não vai passar para o nome dele para eu não ter direito. A gente morava em um apartamento (também da família dele mas prometido para o neto), que foi vendido e era do meu filho; o dinheiro desse imóvel que era do meu filho e foi investido nessa casa então, foi investido tudo, mas eu paguei contas, paguei outras coisas, então, eu me senti lesada, porque depois que eu fiz tudo isso ele falou assim: "Eu quero a minha casa", aí ele quer que eu vá para a rua com a criança; ele, o pai dele, a mãe dele e os irmãos querem me pôr para rua com a criança. Eu falei: "Nem um animal a gente não pode deixar na rua". E a gente é o quê? [...] eu falei assim: "Não, vou lutar pelo direito do meu filho, porque a gente tinha uma moradia e essa casa aí é da gente".

Só que o pai dele não quer ceder o documento para eu não ter direito. É por racismo, porque assim, eu não posso receber visita, minha mãe não pode ir na minha casa, porque a minha mãe é de cor, os meus irmãos; eu não posso receber ninguém, porque se eu receber ele me põe para fora, o meu sogro têm a chave da casa e entra e sai a hora que quer, você não tem paz.

[...] Assim... a gente divide a mesma casa, só que eu durmo com meu filho na sala e ele dorme lá no quarto, a gente divide as mesmas coisas, alimentos, tudo... Eu não sou uma pessoa ruim, está lá se quiser comer, só que eles querem a casa, o pai dele falou: "Você vai comer capim", falou para mim e para ao meu filho. [...]



A criança tem direito à moradia, é sangue, mas eles não querem saber se é neto, todos os filhos do meu sogro têm casas, têm uma vida bem sucedida, os netos tem casa, o meu filho é o único neto que não tem aquelas coisas que os outros têm. [...]

A advogada vai fazer os encaminhamentos, porque não pode ficar assim, eu não tenho para onde ir, condições de pagar aluguel, nem casa de parente para ir, então, se me pôr na rua eu vou ficar na rua com a criança.

- **Bordô** – Percebe os sofrimentos das mulheres quando buscam atendimento em serviços públicos:

Eu fui à Delegacia, sempre tem o preconceito: a mulher procurou, ela aguentou, ela apanha porque ela quer, por que não sai, muito machismo do delegado. [...] Eu fui em hospital público uma vez, porque eu sofria desordem hormonal do ovário, eu tinha muita cólica desde criança, eu ficava de cama e eu não conseguia caminhar, era muita dor, então aconteceu uma vez aqui (no Brasil), estava com a minha nené de quatro meses, fiz a ficha e esperei. Não havia assento, eu estava com muita dor, com a neném no colo, eu fiquei uma hora e meia sentada chorando, mas a enfermeira passava e falava: “Ah, essa mulher faz teatro”. E outra: “Não precisa fazer isso, nós vamos atender você, mas não preciso fazer escândalo”, eu só lembro que bati a cabeça no chão.

Relatou também o preconceito por ter ascendência indígena, em um hospital, quando foi ter seu terceiro filho, ouviu: “Essa é uma índia teimosa, por que não pari na sua casa, por que não ganha nené na sua casa?”.

- **Cereja** – Defende leis mais rígidas:

O que eu vejo muito é falta de punição. Você vê desde pequenininho esses meninos largados aí, agarrando meninas. Essas adolescentes perdidas, esses meninos novos perdidos. Falta trabalho para esses meninos. Falta uma lei mais rígida: “não, você vai trabalhar! Você vai estudar!” Faltam... educadores, psicólogos, psicanalistas, psiquiatras... Porque eu não aceito essa história: “Ah, eu apanhei, então eu vou bater”. Eu apanhei tanto, tanto, de pai, de mãe, de irmão, já fui estuprada, espancada e eu nunca espanquei a minha filha. Eu dei para ela o que eu não tive.

- **Vermelha** – Não compreende os caminhos jurídicos que levam a não reconhecer a situação de violência doméstica como um elemento a ser observado na divisão de bens comuns, o que aconteceu no seu caso, que por decisão de uma juíza, agora tem que pagar aluguel para o seu agressor:

Mas esse apartamento, quem pagou praticamente fui eu, com o dinheiro que eu fui mandada embora, quitei o apartamento. E hoje, no divórcio, ele ficou com o carro 100% para ele e o carro era meu. Era meu o carro, só que a juíza deu para ele. Eu não posso falar que ele agiu por trás, entendeu? Tentou negociar alguma coisa... Porque eu entrei com ajuda de Defensoria, público, e ele entrou com advogado particular, só que ele levou tudo. Ele levou 100% do carro, ele levou 40% do apartamento, só não levou os 50 porque eu bati muito o pé. Eu falei: "Não aceito 50%, ele com o carro e ainda vou ter que pagar aluguel para ele".

Ele sempre foi uma pessoa que só olhou para ele, tanto que ele tem faculdades e faculdades, ele ganha 6 mil por mês, ele é programador... A juíza determinou que eu pague aluguel enquanto eu estiver no apartamento. Eu estou tentando vender o apartamento em tudo que é imobiliária. Ele nunca pagou o apartamento, eu pagava as prestações, quando saí da empresa eu quitei o apartamento, eu preferi quitar a dívida e ele falou que assumiria as parcelas, que na época era 140 reais. Só que ele não assumiu as parcelas, e tudo que eu ganhava com a venda de sabonetes, era para manter a casa, porque o dinheiro dele era para faculdade. Era só para faculdade.

Por receber um novo companheiro para viver com ela no apartamento que antes dividia com o ex-marido, Vermelha pode ter comprometido seus direitos sobre a propriedade na visão da juíza que decidiu sobre o caso, mesmo ela tendo afirmado que veio a morar com novo companheiro para se proteger das agressões do ex-marido, que não cessaram mesmo depois da sentença que lhe fora favorável:

Porque na última vez que ele invadiu minha casa, ele quebrou tudo. Cerca de uns dois meses depois, a pessoa que eu estava foi morar lá, meio que para proteção, para que não acontecesse de novo, porque mesmo com a medida protetiva valendo, eu tinha medo de ligar para a polícia. Então o que que acontecia? Ele ia pegar as crianças, ele ficava gritando no portão, dando risada, ele tem uma risada... Pelo amor de Deus, uma risada sarcástica, que você tem raiva só de ouvir aquela risada, entendeu? Não é uma risada feliz, é uma risada de "Eu vou te ferrar". E aí ele passou a morar lá em casa... E aí a juíza quer que eu pague aluguel porque ele mora lá!

[...] Na verdade, eu não sei o que aconteceu até hoje com o meu processo litigioso. Ele entrou com um processo ano passado me pedindo pensão, que eu era uma grande empresária de sucesso, e lá na Defensoria falaram para eu levar todos os extratos da minha conta, tudo que eu tivesse para provar o quanto que eu ganha e tal, e eu dei para eles. Eles viram que eu não ganho nem 500 reais por mês. E aí, o que que aconteceu: desse processo da pensão foi uma outra coisa separada do processo do divórcio. Ele entrou com o processo, só que eu não sei o que aconteceu, sou leiga nesse assunto, eu sei que meio que virou contra ele, entrou com um processo e ele que teve que pagar, entendeu? Lá a Juíza viu que eu não tinha como pagar pensão para um cara que ganha 6 mil, ela determinou que ele pagasse pensão, que eu não acho justa até hoje, porque ele ganha 6 mil e a pensão é de 988. Sendo que de 6 mil seria 30%, 1.800.

Relata falhas na orientação que recebeu sobre o procedimento da justiça desde o início do processo que está travando com o ex-marido:

E como é que essa audiência do imóvel foi outra? Foi outra, foi esse ano. Foi no dia 30 de maio desse ano e quando vieram me chamar para essa audiência, não me deram o encaminhamento, só me deram o despacho. Me deram só um papel, só. E eu ainda perguntei para o Oficial de Justiça, era uma mulher, perguntei: "Preciso ir na Defensoria atrás de um advogado para me defender?". Ela falou: "Não, lá na hora tem".

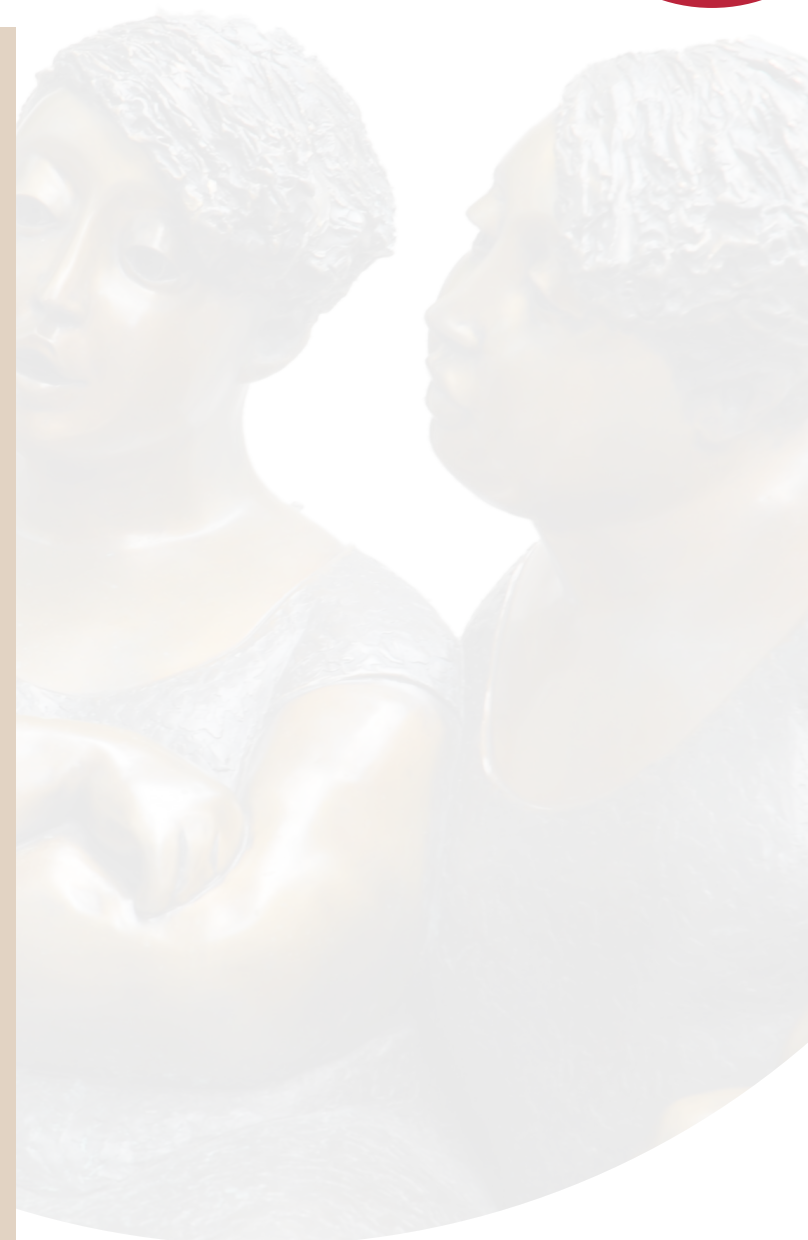
E como na audiência da pensão, na hora teve um advogado, então eu falei: "Ah, ok, na hora vai ter, como teve da outra vez". Só que eu cheguei lá e não tinha advogado, eu tinha que levar um advogado. E eu entrei na sala, desassistida, entrei na sala sem advogado, sem ninguém para me defender, e ele entrou com o advogado particular. E eles levaram tudo e eu fiquei à mercê deles, porque o que a juíza determinou, o advogado assinou, ele aceitou, eu não assinei, eu falei: "Eu não vou assinar porque eu não aceito. Não vou assinar". E não assinei nada na hora. Mas mesmo assim, a juíza bateu o martelo, né?

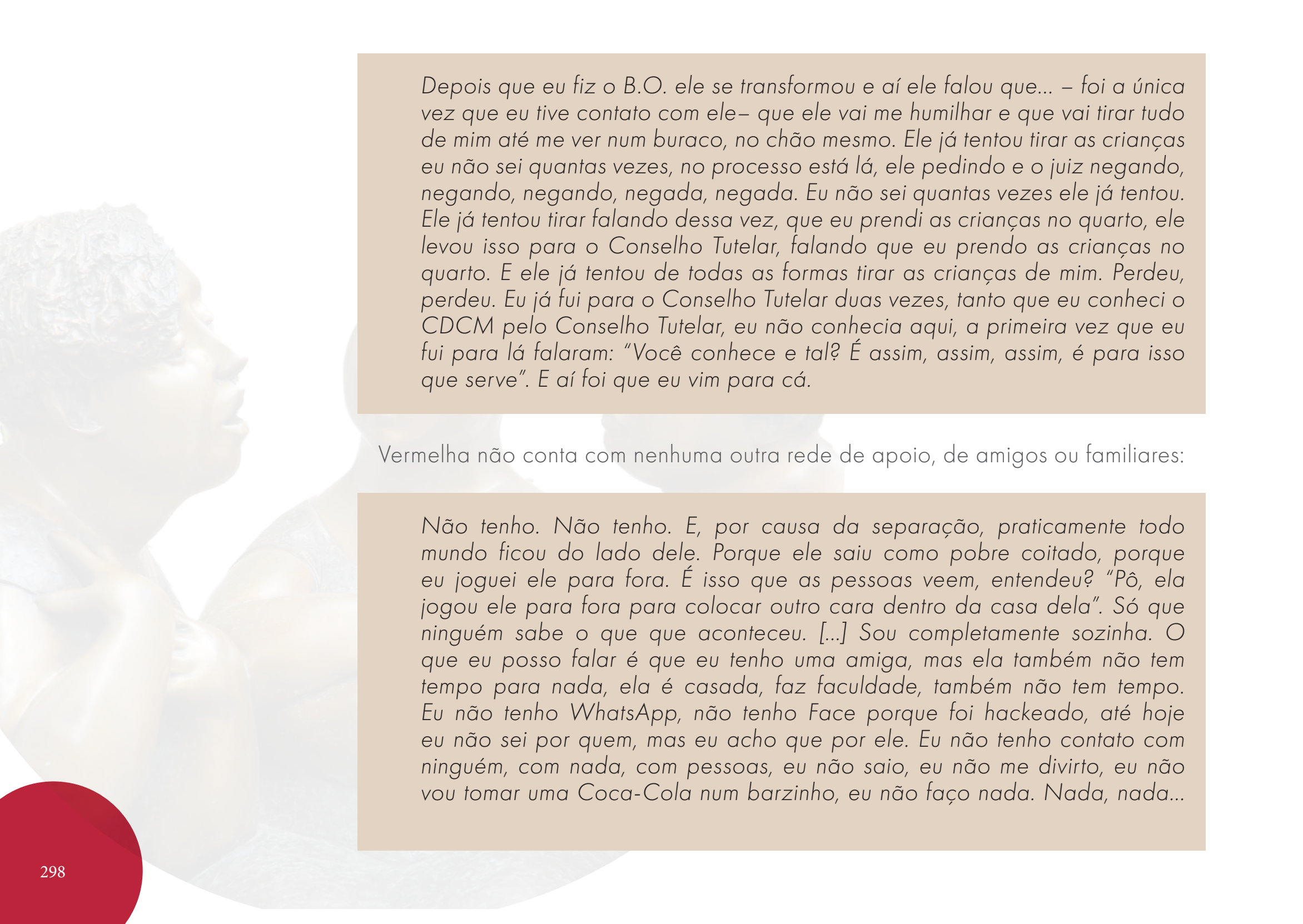
...Eu não sei muito bem o que aconteceu com meu processo, tanto que agora vou passar aqui com uma advogada, trouxe o meu processo, que foi litigioso e eu só fiquei sabendo disso aqui, porque para mim o processo estava andando. Não sei o que aconteceu com meu processo, se engavetaram, eu sei que o processo que eu me separei foi o processo que ele entrou. Ele entrou com o processo de separação. Então eu preciso ver o que que aconteceu com meu processo na Defensoria, porque eu entrei mais de 6 meses antes dele e o dele saiu primeiro. Por que o dele saiu primeiro? Por que que ele ganhou tudo?

Essa pressão traz à lembrança a última agressão sofrida e quando sentiu de perto a omissão e o mau atendimento recebido na Delegacia de Polícia:

[...] chegou uma amiga minha em casa, na hora, ela nem sabia de nada e foi ela que apartou, mas, mesmo ela lá, ele deu tapa na minha cara na frente dela, sabe, cuspiu na minha cara, catarrou na minha cara... E as crianças vendo tudo aquilo. Não foi coisa de 10 minutos, quebrou e saiu, foram mais de 2 horas. Aí ela conseguiu convencer ele de ir embora, as crianças ficaram com ela, e eu fui para a Delegacia, naquele estado que eu estava, cheia de sangue, cheia de cicatrizes dessa briga, com o cabelo desse tamanho, cheio de ovo, toda catarrada, entendeu? Eu falei: "Eu tenho que ir para a Delegacia desse jeito", só que eu cheguei lá e eles falavam que eu nem precisava ter ido desse jeito, que eu podia ter tomado um banho, eles falaram que não podiam fazer nada, de novo...

Eu não sei porque que tem essa Delegacia aqui, eu não sei! Eles falaram que não podiam fazer nada e que eu tinha que ir no PS, para encaminhar para Delegacia. Fui no PS, lo-ta-do! e eu cheia de ovo, toda cheia de sangue... Todo mundo olhando, mas naquela hora eu nem sei estava ali, quem me viu, quem não viu, eu estava cega, estava com um foco e eu queria só justiça, era isso que eu queria. Eu estava sozinha, fui lá, eles simplesmente disseram que eu tinha que ir para o IML fazer o corpo de delito, que eu tinha que ir para outra Delegacia. E eu peguei, fiz tudo... Cheguei em casa eram 5 horas da manhã, sozinha, naquele estado... Mas fiz tudo que tinha que fazer, fizeram a medida protetiva que ele não pode estar no mesmo local que eu, não pode me mandar e-mail, não pode me ligar, todas essas coisas... e depois disso eu posso dizer que não tive contato mesmo com ele.





Depois que eu fiz o B.O. ele se transformou e aí ele falou que... – foi a única vez que eu tive contato com ele– que ele vai me humilhar e que vai tirar tudo de mim até me ver num buraco, no chão mesmo. Ele já tentou tirar as crianças eu não sei quantas vezes, no processo está lá, ele pedindo e o juiz negando, negando, negando, negada, negada. Eu não sei quantas vezes ele já tentou. Ele já tentou tirar falando dessa vez, que eu prendi as crianças no quarto, ele levou isso para o Conselho Tutelar, falando que eu prendo as crianças no quarto. E ele já tentou de todas as formas tirar as crianças de mim. Perdeu, perdeu. Eu já fui para o Conselho Tutelar duas vezes, tanto que eu conheci o CDCM pelo Conselho Tutelar, eu não conhecia aqui, a primeira vez que eu fui para lá falaram: “Você conhece e tal? É assim, assim, assim, é para isso que serve”. E aí foi que eu vim para cá.

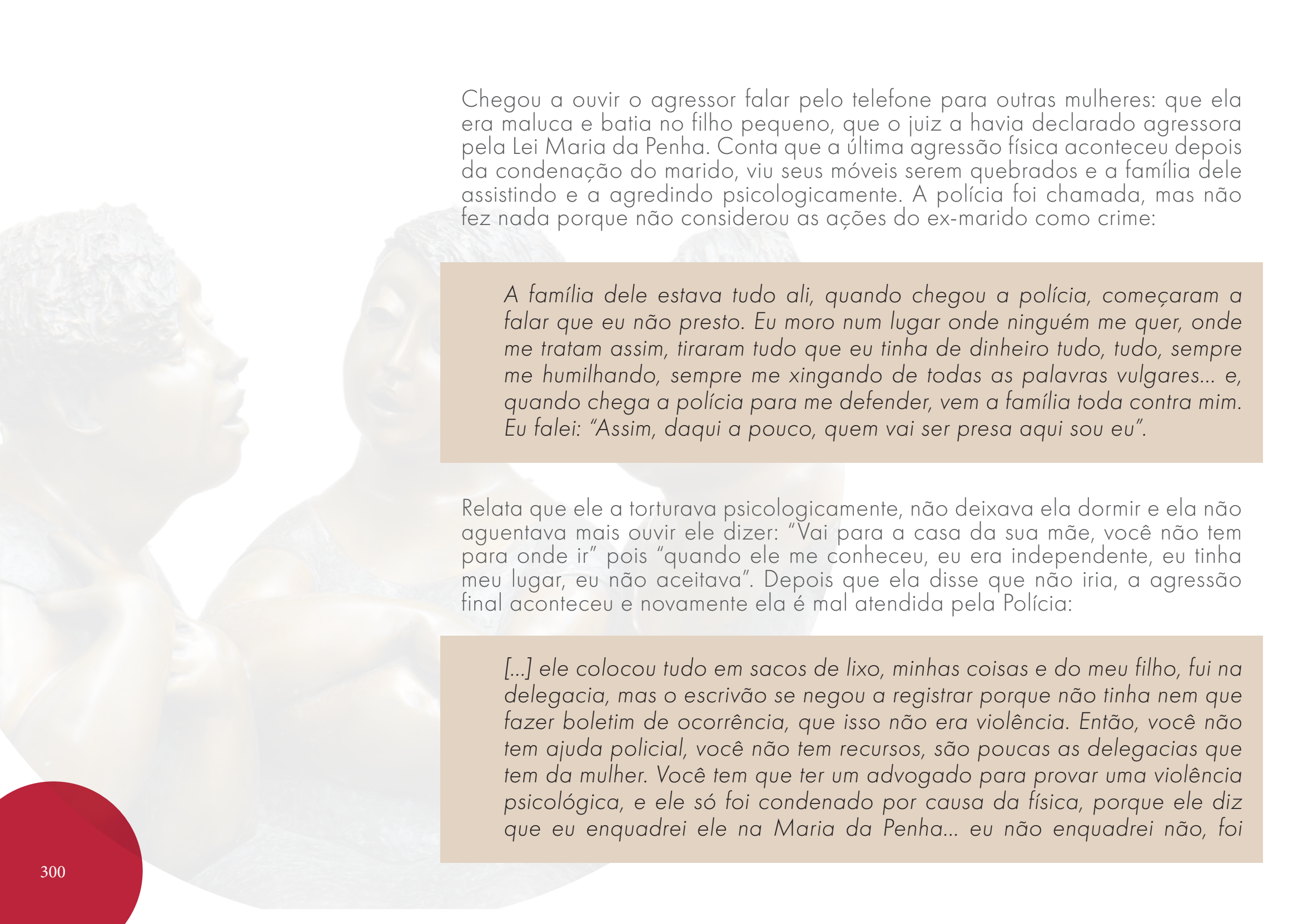
Vermelha não conta com nenhuma outra rede de apoio, de amigos ou familiares:

Não tenho. Não tenho. E, por causa da separação, praticamente todo mundo ficou do lado dele. Porque ele saiu como pobre coitado, porque eu joguei ele para fora. É isso que as pessoas veem, entendeu? “Pô, ela jogou ele para fora para colocar outro cara dentro da casa dela”. Só que ninguém sabe o que que aconteceu. [...] Sou completamente sozinha. O que eu posso falar é que eu tenho uma amiga, mas ela também não tem tempo para nada, ela é casada, faz faculdade, também não tem tempo. Eu não tenho WhatsApp, não tenho Face porque foi hackeado, até hoje eu não sei por quem, mas eu acho que por ele. Eu não tenho contato com ninguém, com nada, com pessoas, eu não saio, eu não me divirto, eu não vou tomar uma Coca-Cola num barzinho, eu não faço nada. Nada, nada...

A mulher precisa ser mais assistida nesse assunto, porque duas vezes eu procurei ajuda, eu não tive ajuda. Muitas vezes a mulher cria coragem, ela vai atrás, só que na hora que ela vai atrás, a porta se fecha... isso tem que melhorar e muito. Até mesmo a Delegacia da Mulher, que nunca foi aberta à noite, a única é na Sé. Acontece um negócio 2 horas da manhã, como é que ela vai chegar na Sé, se não tem carro? Andando, sozinha? Como é que ela vai chegar lá? Precisa muito, precisa muito melhorar, por que quantas mulheres morrem hoje em dia de violência doméstica? Eu tive medo de morrer. E tenho até hoje. Porque como eu te disse, eu ando olhando para trás, eu não ando olhando para a frente. Parece que alguém está me seguindo o tempo todo. Eu não consigo viver em paz. Eu não sei se um dia eu vou ter paz, não sei. E é muito difícil viver nessa situação. Muito difícil.

- **Carmim** – Sentiu-se humilhada, exposta, e percebeu o descaso da polícia:

Do jeito que foi, é preferível você sofrer calada do que você chamar o 190. Você tem que estar cheia de sangue para você fazer um boletim de ocorrência, daí você tem que fazer corpo de delito...O PM ainda falou que ele [o marido] ia ser preso em flagrante, era para mim pensar direito, pois depois como que eu ia receber pensão? [...] É humilhante você passar, humilhante você se expor, e é, é humilhante você ver os descasos... Ele só não foi preso em flagrante porque o policial falou que ele ia ser preso, e ele foi viajar à trabalho, [...] aí eu até preferi ele ir embora logo para mim esfriar a cabeça, ver o que que eu ia fazer, porque se ele não ia ser preso em flagrante... e daí depois ele ficou tentando reconciliação. [...] Você fica atordoada com a situação, achando que essa era a primeira agressão, mas na realidade ele já vinha me sugando há muito tempo, me explorando. Por fim de tudo isso, ele foi condenado em 2015, ao invés de pegar 3 meses de detenção, ele preferiu cumprir 2 anos em regime aberto, não ir em casa noturna, nem bar e não pode sair para fora de São Paulo. Ele ainda tirou sarro, chacota de mim, né. Ele está cumprindo fácil, né.



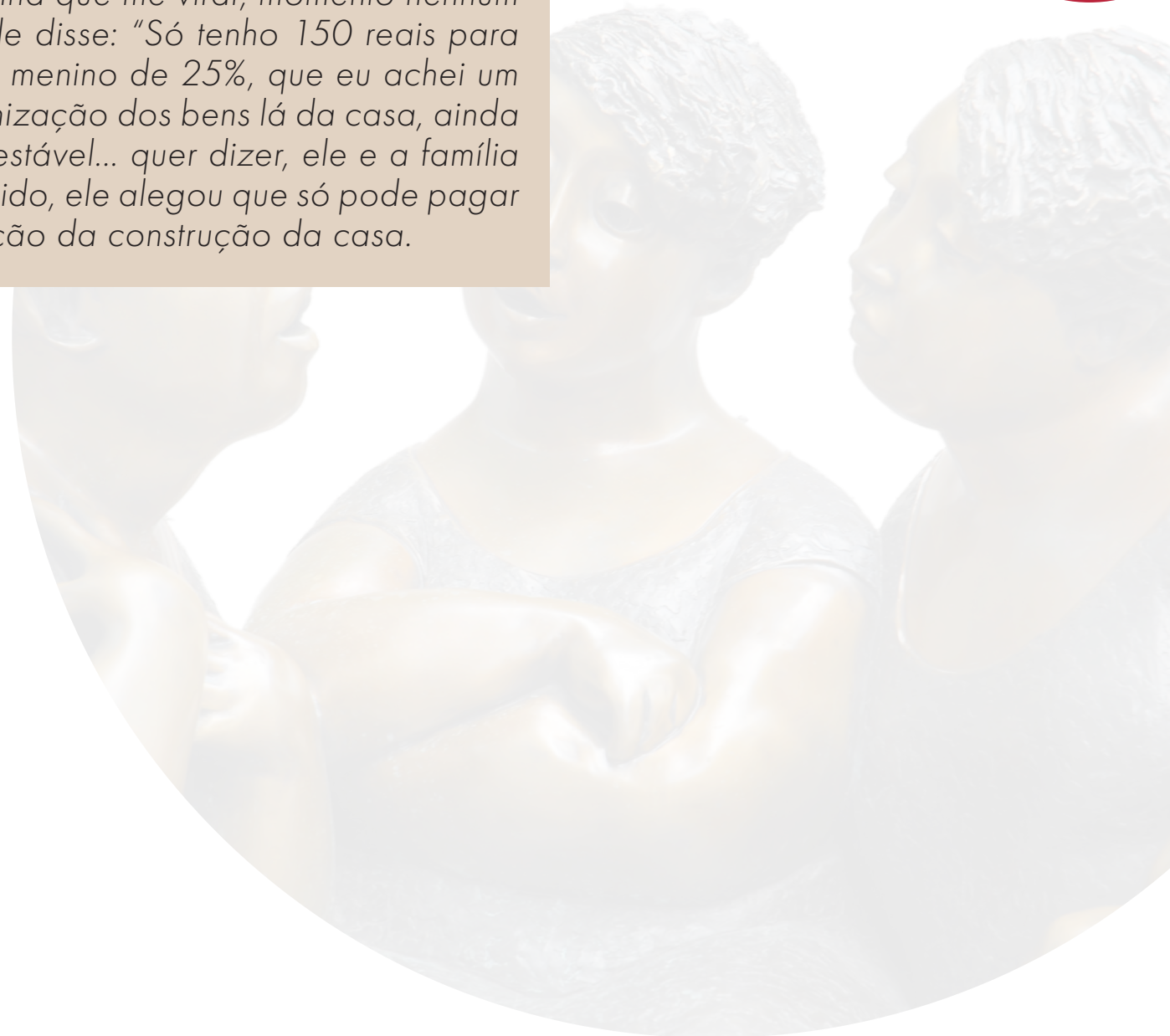
Chegou a ouvir o agressor falar pelo telefone para outras mulheres: que ela era maluca e batia no filho pequeno, que o juiz a havia declarado agressora pela Lei Maria da Penha. Conta que a última agressão física aconteceu depois da condenação do marido, viu seus móveis serem quebrados e a família dele assistindo e a agredindo psicologicamente. A polícia foi chamada, mas não fez nada porque não considerou as ações do ex-marido como crime:

A família dele estava tudo ali, quando chegou a polícia, começaram a falar que eu não presto. Eu moro num lugar onde ninguém me quer, onde me tratam assim, tiraram tudo que eu tinha de dinheiro tudo, tudo, sempre me humilhando, sempre me xingando de todas as palavras vulgares... e, quando chega a polícia para me defender, vem a família toda contra mim. Eu falei: "Assim, daqui a pouco, quem vai ser presa aqui sou eu".

Relata que ele a torturava psicologicamente, não deixava ela dormir e ela não aguentava mais ouvir ele dizer: "Vai para a casa da sua mãe, você não tem para onde ir" pois "quando ele me conheceu, eu era independente, eu tinha meu lugar, eu não aceitava". Depois que ela disse que não iria, a agressão final aconteceu e novamente ela é mal atendida pela Polícia:

[...] ele colocou tudo em sacos de lixo, minhas coisas e do meu filho, fui na delegacia, mas o escrivão se negou a registrar porque não tinha nem que fazer boletim de ocorrência, que isso não era violência. Então, você não tem ajuda policial, você não tem recursos, são poucas as delegacias que tem da mulher. Você tem que ter um advogado para provar uma violência psicológica, e ele só foi condenado por causa da física, porque ele diz que eu enquadrei ele na Maria da Penha... eu não enquadrei não, foi

o corpo de delito que disse, foi lá constatado. [...] Ele só veio pagar a primeira pensão porque saiu judicialmente, e o primeiro pagamento foi em abril, até aí eu tinha que me virar, tinha que me virar, momento nenhum ele ajudou. Chegou na hora do juiz, ele disse: "Só tenho 150 reais para dar", conseguiu só pagar a pensão do menino de 25%, que eu achei um absurdo. Eu coloquei processo de indenização dos bens lá da casa, ainda a justiça colocou a despesa de união estável... quer dizer, ele e a família dele ficaram com a casa, com tudo erguido, ele alegou que só pode pagar 250 reais por mês e nada de indenização da construção da casa.



The image features a graphic design with several overlapping circles in various shades of red and maroon. The largest circle is a dark red and contains the text '3.3.4' in a large, white, sans-serif font. To the right of this circle, the text 'A Busca por uma Vida sem Violências' is written in a smaller, white, sans-serif font, arranged in three lines. The background is white, and the overall composition is clean and modern.

3.3.4

**A Busca
por uma
Vida sem Violências**

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violação aos direitos humanos. Nesse sentido, adotou um novo paradigma na luta internacional da concepção e de direitos humanos, considerando que o privado é público e, por consequência, cabe aos Estados assumirem a responsabilidade e o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015, p.506)

- **Ashanti** – Passou por 3 unidades do CDMC da cidade de São Paulo e considera que sobreviveu à violência devido a ajuda que teve nessas casas:

Ótimo! Ótimo, porque aqui elas ajudam muitas... não somente eu. Eu acho que assim ... que essas casas deveriam receber ajuda financeira de órgãos tipo do governo para poder manter a casa, porque ajuda muito as pessoas em situação de violência doméstica. E elas ajudam mesmo. Se dependesse daqui eu já teria resolvido meu problema há muito tempo, elas arregaçam as mangas e vão para cima mesmo. Com elas não tem tempo ruim. Eu acho que se eu não tivesse apoio do CDCM, eu não teria chegado onde eu cheguei, acho que eu poderia ter até morrido, porque... eu não tinha orientação nenhuma, ia lá na Delegacia para ficar ouvindo barbaridade da delegada, da escritã... ou eu tinha desistido e nem tinha chegado aqui.

- **Kenia** – Vive atualmente em um abrigo, mas continua utilizando o CDCM:

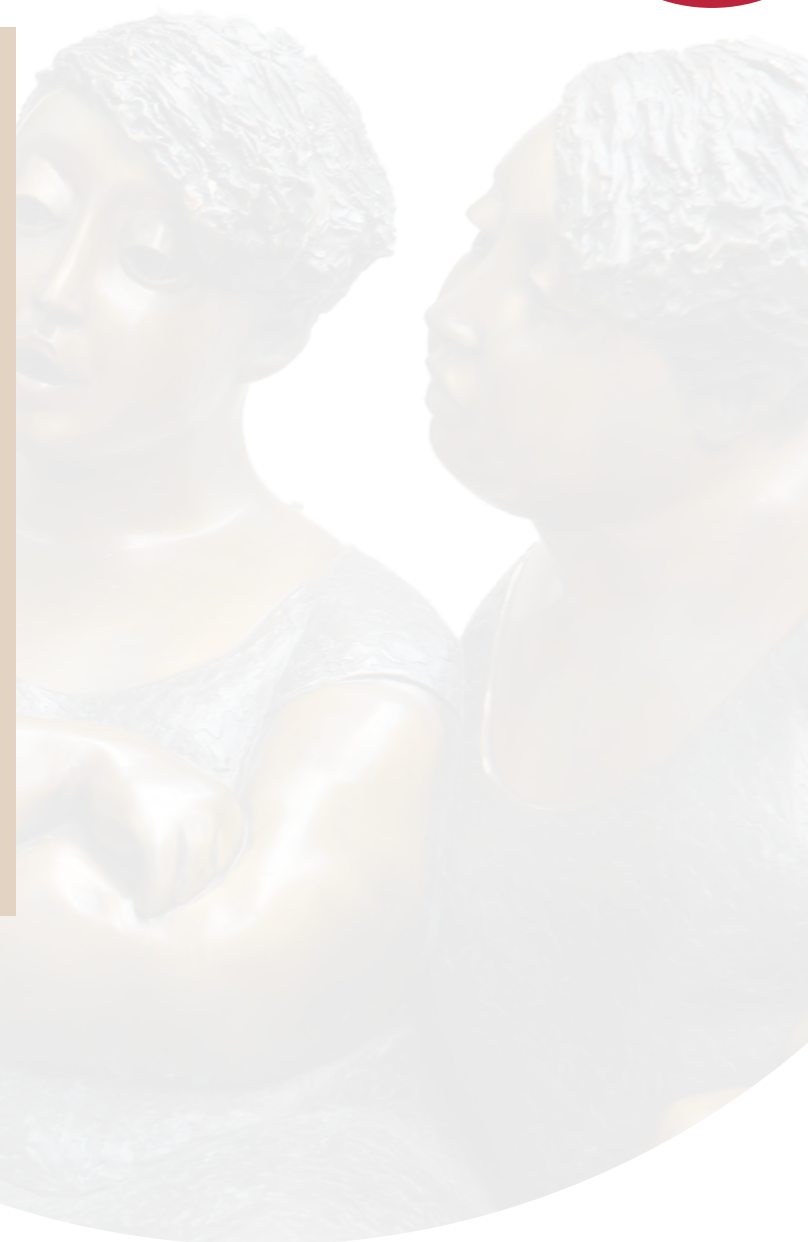
Elas sempre me chamam: “Vem aqui, queremos saber como você está”; essas coisas assim ...

- **Kiamba** – Foi através do Serviço de Saúde, onde ela trabalha, que recebeu orientação para procurar o CDCM:

Foi nesse posto de saúde que eu tive determinação, porque eu comecei a ouvir pessoas que trabalham nessa área, que mexem com isso e daí eu comecei me aprofundar cada vez mais, de saber que ele não ia mudar. [...] Comecei a conversar com gente que entende, que tem entendimento, com assistente social, com psicóloga... as meninas começaram a me oferecer ajuda, a assistente social, eu cheguei na cara dela e disse: “Eu não quero ajuda, porque vocês não têm solução para o meu problema” e ela disse: “Mas se você deixar, a gente pode te ajudar”. Foi onde eu vim encaminhada para cá pela assistente social do posto, foi ela quem me trouxe. [...] E o dia que eu cheguei lá machucada, com o rosto inchado, com a cara inchada, ela disse: “Você não acha que já chega de apanhar? Você não acha que já chega de sofrer, deixa eu te ajudar” e aí eu cheguei para ela assim: “Eu preciso de ajuda, me estende a sua mão”, aí foi onde ela pegou na minha mão e começou a me ajudar, aí ela marcou um dia e ela veio me trazer aqui, ela me acompanhou um tempo, e desde esse dia eu estou até hoje.

O CDCM foi o único lugar que ela reconhece como tendo recebido orientações para mudar sua situação:

Foram daqui todos os encaminhamentos, onde tudo foi agendada, tudo com horário marcado, que é outra coisa... é outra diferença. Porque quando a gente não tem estudo tudo fica mais difícil, era como se eu fosse cega, tudo se torna mais difícil para quem não tem estudo. E daqui sai encaminhamento jurídico, agendamento para divórcio, agendamento para separação, agendamento para tudo foi daqui. O equipamento é muito importante na vida da gente. Igual eu fui para a palestra dos 10 anos da Lei Maria da Penha, também aprendi muito nessa palestra, foi muito gostoso, foi muito bom, eu voltei de lá com uma nova visão e dizia assim para mim: a gente pode, a gente consegue. Eu não preciso pagar um advogado, por isso tem que ir atrás, às vezes ficar a tarde lá, mas faz parte... Ah, esse grupo me fortalece muito; eu falo assim "Eu busco força nesse grupo, eu busco ser eu, eu busco aprender a cada dia mais um pouco nesse grupo", você pega a história de uma você, vê a sua, você busca de outra, você vê a sua e fala "Eu não quero mais isso para mim". Então, a história da outra vai dando força para a gente, eu falo que eu venho buscar força aqui.



- **Makena** – Foi no CDCM que encontrou apoio para se levantar e seguir em frente:

Eu conheci uma moça e eu falei para ela: “Moça, você não sabe onde tem um centro de apoio a mulher?” Ela: “Por que, você sofre violência doméstica?” Eu falei: “Eu sofro...”. Ela falou: “Tem o CDCM...” O atendimento foi ótimo, foi muito excelente, elas sempre me trataram com muito amor, com muito carinho..., psicóloga, entendeu? É uma casa que eu falo que é minha casa e eu vou levar para o resto da minha vida...Eu tive muito apoio. Tive psicóloga, advogada, elas me deram programa social, que me ajudou muito e fui me levantando...

- **Zaila** – Buscou o CDCM para resolver uma pendência jurídica no CDHU, de imóvel que disputava com o ex-marido, e sentiu-se respeitada e acolhida:

Uma amiga me orientou ir para o Fórum João Mendes resolver um problema com a inscrição do imóvel, porque ele disse que morava sozinho, que era solteiro... e ele achando que era dono da casa e eu que dei toda a grana, eu que pus o meu salário ali para dar um teto para os meus filhos morar e ele não procurou nada! Tinha aquele usucapião, ele fez só no nome dele ... aí a assistente social deu um papel de encaminhamento, deu esse endereço aqui e eu vim para cá. Aí eu me senti mais... assim ... sabe quando você está desiludida de tudo e você não confia em mais ninguém? Quando você não tem mais nada para viver na vida? Aí foi quando eu vim para cá, eu senti os braços da psicóloga, senti os braços da assistente social ...

- **Alika** – Após um atendimento médico de tratamento, foi encaminhada para atendimento psicológico em UBS, e de lá para um CDCM, local que vem frequentando até então:

Foi através do posto de saúde que começou essa situação, pois eu estava chorando muito, com medo de ficar na rua com a criança, aí lá no posto de saúde me indicaram a Casa, eu vim no mesmo dia ver como que era, fui bem atendida, eu gosto daqui porque ajuda a gente a pensar diferente, elas fazem algo pela gente. Porque eu fui encaminhada a passar com a psicóloga do posto de saúde devido a situação que eu estou passando, as humilhação também. Aí o médico olhou para mim assim: “Você já passou com a psicóloga?”, aí eu marquei lá, fiquei na fila de espera, saiu a vaga, ela me atendeu e falou da Casa, que era eu vir, aí vim no mesmo dia. Mas eu não sabia que existia, eu moro aqui ... e não sabia que existia esse local, nunca vi, nem passava pela minha cabeça. Eu estou passando aqui com elas porque é um meio de resolver, tirar você da situação, porque a gente olha para um lado, para outro e fala assim: “Não tem jeito, não tem ninguém para ajudar”, você não vê nada, você se sente sozinha e não sabe para onde ir, o que fazer numa situação dessa.

- **Bordô** – No CDCM encontrou todo suporte necessário à sua sobrevivência, para cuidar de si e de seus filhos:

A assistente social do Posto de Saúde me trouxe para cá. E aqui me deram todo o suporte, daqui ela ia comigo para a Delegacia. Quando eu entrei no CDCM, eu consegui bolsa família, eu auxílio aluguel. Aqui eu fiz curso de corte e costura, me encaminharam para o Senac, a Igreja me dá cesta básica e roupa ... Aqui tem evento, eu vou em todos, palestras, as mínimas conversas eu estou no meio, assim foi que eu aprendi, assim foi que eu entendi coisa que eu não sabia, que mulher é ser humano, mulher não é só como antigamente que mulher era só para reproduzir, criar filho e atender marido. Antigamente, mulher saía com o olho roxo na rua, tinha que sentir orgulho, porque o macho estava em casa. Então, acho que hoje todas as mulheres estão progredindo, trabalhando, cuidando da sua vida, então está acabando isso, tem isso, mas está acabando. Foi um processo muito difícil, que aqui no CDCM, a psicóloga, ela foi até o fim comigo, me ajudou muito, porque eu não era nada, eu toda desgrenhada, ... eu lembro do que eu era e como eu fiquei, nossa. Aqui eu aprendi a me pentear de novo, usar uma maquiagem, a me vestir. Nossa, foi muita coisa que eu progredi de novo.

- **Cereja** – O atendimento que teve no CDCM a ajudou a se encontrar como mulher, melhorando sua autoestima:

Aqui me encaminharam para psicanálise, que é muito maravilhoso para mim. Porque ali eu comecei a tirar muito lixo de dentro, sentimentos ruins que eu tinha a meu respeito. Agora eu estou começando a ver que eu sou uma mulher bonita. Foi com a ajuda daqui que eu voltei a estudar, tem três anos...

- **Vermelha** – Com o auxílio do CDCM percebe que está começando a aprender a defender-se do ex-marido agressor, mas reconhece que tem um longo caminho para superar o medo que sente das consequências desse processo:

Aqui eu só recebi o melhor, só o melhor. Elas tentam me ajudar da forma que podem, o que puderem encaminhar elas encaminham. Tanto que na segunda vez que eu fui para o Conselho Tutelar a advogada, ela ligou lá, resolveu e falou: “Agora você tem que ir lá, porque se você não comparecer pode dar problema. Mas não vai acontecer nada, eles sabem que ele é uma pessoa agressiva, eles sabem que ele quer tirar as crianças de você, que é uma pessoa que só quer infernizar”. E realmente não deu nada.

[...] As informações são boas, elas ajudam. A questão é, talvez, eu perder o medo. Talvez se eu perder o medo e ir atrás do que eu tenho que ir, por ele quebrar a medida, se eu ligar para a polícia e ele for preso, é uma coisa que tem que acontecer para ele acordar e ver que eu não estou sozinha, que eu não estou brincando. Só que eu não tenho coragem, eu penso nas crianças: “Como as crianças vão reagir comigo se o pai deles for preso?”. E aí eu estou de mãos atadas. Muitas vezes eu sei o que fazer, eu sei o que eu tenho que fazer. Eu não tenho coragem de fazer.

Carmim – Com o auxílio do CDCM, conseguiu seguir em frente com o processo contra o ex-marido agressor:

É isso que é revoltante, se não fosse aqui [CDCM], o acompanhamento psicológico, assistente social, jurídico... Eu estou aqui desde 2013, praticamente. Quando tem oficina eu venho, não dá muito para vir com frequência por questão de condução. Essa última que eu estou fazendo é sobre violência da mulher. Então é um conjunto, cada um dentro da sua área vai trabalhando com isso. Porque você acha que vai acontecer com qualquer pessoa, menos com você. [...] Então você não vai contar, você não tem ajuda, você quer se erguer, você acha que provocou isso, acha que foi sua escolha errada, não enxergou antes, então você que se resolve.

3.3.5

Questões Raciais

Vitimiza-se hoje seletivamente. Além disso, as brancas, muitas vezes, são melhores atendidas, enquanto negras são deixadas de lado. Há toda uma estrutura de segregação e seletividade da violência. As taxas de violência contra brancas tendem a baixar enquanto para contra negras tendem a aumentar, o que aumenta também o fosso de proteção que existe entre brancos e negros na própria Justiça. (Julio Jacobo Waiselfisz, em entrevista para PINA, 2016)

- **Ashanti** – Percebe a questão racial articulada à questão social:

Não, é ... racial... eu acho que sim, eu acho que... racial é... tipo assim... no caso é... o fato da... acho que assim, tanto mesmo da... do fato da... Delegacia das Mulheres, como da... SEHAB, que é um direito... que foi um direito adquirido por mim, eu acho que são preconceituosos sim. Porque... acho que é por causa de pensar assim "ah, são pessoas de periferia, de baixa renda, porque que a gente vai ter que ajudar", ... eu acho que, né... Eu acho que existe sim. São pessoas que... não pensam na gente. Entendeu?

Considera que não há justiça que defenda as mulheres contra as violências cometidas pelos homens, mesmo com Lei Maria da Penha:

Olha, hoje eu vou te falar, eu não consigo me envolver com mais ninguém, eu estou sozinha já faz um tempo. Eu penso que... homem para mim é tudo igual, não tem diferença nenhuma de um para o outro, só muda de endereço. Porque ... não tem justiça. Porque se a Lei Maria da Penha

valesse alguma coisa, ela servisse para alguma coisa, não só meu caso, mas eu conheço caso de muitas outras pessoas piores do que o meu. Teve mulher que até morreu, perdeu a vida e que estava com processo judicial lá. E a Lei Maria da Penha fez o que? Foi lá, ouviu o cara e mandou o cara de volta para casa que nem fez com o meu. Foi exatamente isso. Não teve audiência? E depois disso, quantas vezes ele já me agrediu? Agora, se a Lei Maria da Penha tivesse punido ele pelo menos com uma cesta básica, ou um ano de trabalho público, na rua, ele ia pensar duas vezes antes de fazer isso. Ele ia falar não, aquela vez lá eu tive que pagar, eu tive que meter a mão no bolso, ou eu tive que trabalhar na rua varrendo rua, ou pintando escola, pintando muro de escola. Ele ia falar não, eu não posso fazer isso, é melhor eu parar. Mas não aconteceu nada disso. Ele saiu de lá voando, saiu flutuando enquanto eu saí chorando, eu saí arrasada de lá.

- **Kenia** – Percebe que as mulheres enfraquecem com a violência dos homens:

Porque é errado, é bem errado. Não existe, não pode existe, não precisa existe no casamento, porque se você ama uma mulher, você ama a vida inteira dela. ... Se você ama uma mulher, tem que ficar com ela porque quando você estava casando, você falou que ia ficar com ela, com doença, com pobreza. Então não pode deixa mulher, porque mulher fraca... Como Deus fez as mulheres... mulheres não são fortes como homem, é diferente... mulheres adoram homens que cuidam, toda mulher precisa de cuidado. Mulheres são bem inteligentes, mas são fracas psicologicamente, se maltratadas fica bem difícil para elas voltarem ao normal. Porque muitas coisas acontecem na cabeça delas.

Compara as diferenças entre mulheres brasileiras e as africanas, apontando que na África as mulheres ainda não têm seus direitos reconhecidos:

... eles não respeitam mulheres muito, acho que mulheres aqui se respeita mais. Porque na África, se você tem 5 mulheres, um filho, esse filho vai para a escola, porque na África nosso pensamento é ser homem...

Kenia tem uma percepção muito explícita sobre racismo e descreve algumas situações em que vivenciou o preconceito racial por ser negra e africana:

Ah sobre racismo? Então eu descobri porque, às vezes, se você fica no ônibus, perto do branco, ele muda para outro lugar, já aconteceu muitas vezes, mas para mim não importa, porque se ele não quer fica perto de mim, então não tem problema, já aconteceu muitas vezes no ônibus mesmo. Às vezes, branco não quer falar com você, chato, também no abrigo, mesmo branco, preto, me atacam muito, muitas vezes.

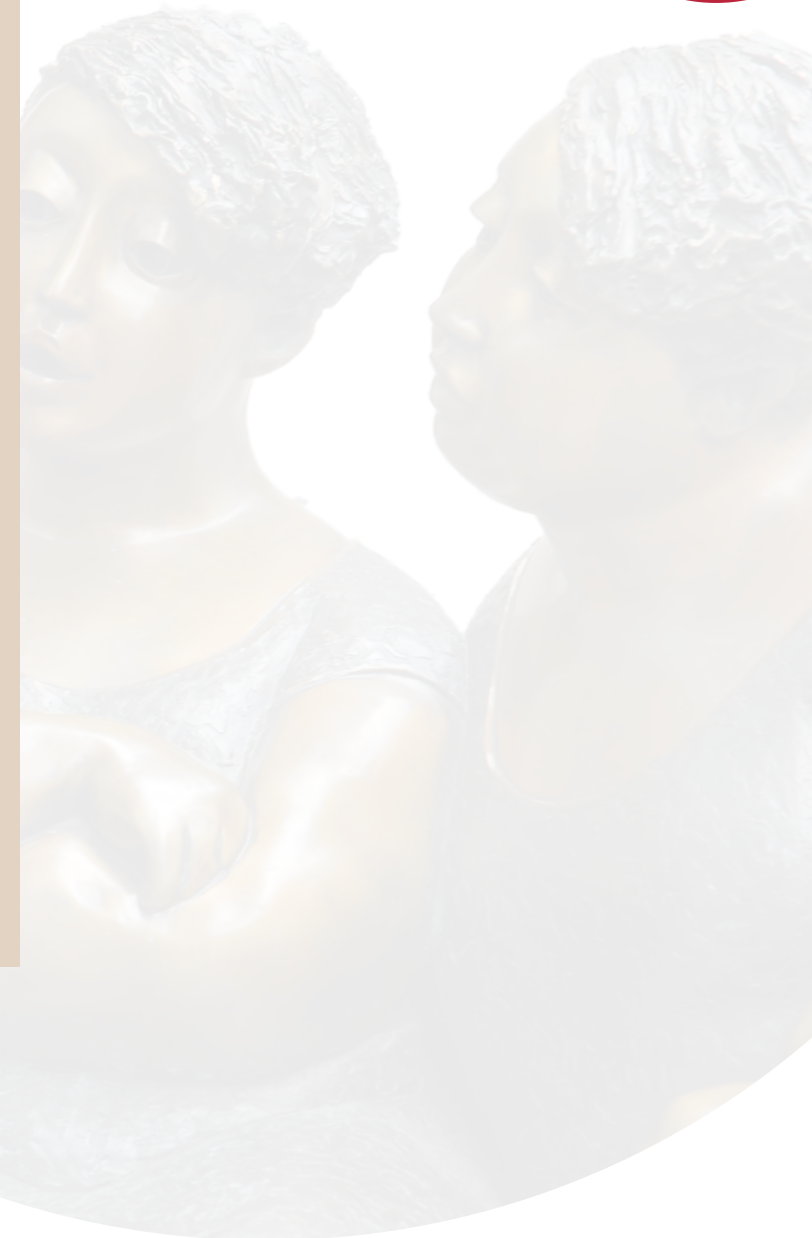
• **Kiamba** – Ainda não compreende o que leva um homem, marido e pai, a ser tão violento com a esposa e mãe de seus filhos, mas percebe o machismo e o sentimento de propriedade da mulher que está presente na violência doméstica:

Não tem explicação para dizer o que leva uma pessoa a ser desse jeito, não tem justificativa. Porque ele tem um irmão dele mais velho, ele tem

dois filhos, a convivência dele com a mulher e os filhos é completamente diferente. O pai dele era violento, mas não chegou ao ponto que ele chegou. Olha, eu acredito... ele nega, mas a reação dele quando eu falava que usava droga era muito violenta, se transformava, então eu imagino que não era só o álcool, eu não tenho certeza, mas conversando com pessoas que entendem, daí eu comecei a montar uma peça na outra e desconfiar que não era só o álcool, tinha droga no meio.

Porque ele falava: "Enquanto estiver comendo o meu suor, tem que fazer o que quero..." A partir do momento que eu estava ali, ele acha que tinha que ser eu mando e você obedece, eu bato e você se cala, acho que mais ou menos isso. Eu acho que é um jeito de psicopata mesmo, ele não vê a mulher como mulher para estar ali do lado, para cuidar, ser companheira, mas para ser escrava.

[...] Eu vejo que a gente é aquilo que a gente quer ser. Porque o meu pai era violento, meu pai agredia a minha mãe; eu cansei de ver o meu pai batendo na minha mãe; eu não tive amor dos meus pais, eu não tive o amor da minha mãe; eu sai de casa com 15 anos então, mas não fiquei como ele... Então, eu vejo que ele é uma pessoa ruim, uma pessoa que tem os filhos e que não fala com os filhos, uma pessoa que não tem coração.



Percebe que a falta de condições econômicas de muitas mulheres é um obstáculo para que consigam enfrentar a situação de violência doméstica, a que foram submetidas pelos homens:

Olha, nem todas as mulheres têm essa ajuda, elas não têm esses entendimentos, elas não têm essas condições e muitas ainda são sustentadas pelos homens, muitas ainda não trabalham porque tem filho, muitas ainda sofrem a violência calada e a violência não é só estar machucada, espancada, muitas sofrem ainda caladas, porque a primeira coisa que eles fazem é uma lavagem cerebral: "Se você se separar, eu quero ver como você vai sustentar os teus filhos", isso eu escutei muito, sabe por quê? "Porque eu trabalho por conta, eu nunca vou ajudar, e sem eu ajudar, você vai conseguir se virar com 100 reais?" – Ainda debocha da nossa cara. [...] Eu consigo manter os meus filhos com aquilo que ele nunca deu, hoje eu consigo sobreviver melhor do que quando eu estava do lado dele, mas muitas mulheres não vêm desse jeito, elas têm medo... E acabam suportando porque acham que não vão conseguir sair da situação sozinha.

Kiamba não identifica na questão racial um fator de discriminação contra si ou dentro de sua família, afirma que não é uma discussão presente em sua vida, mas reconhece que o problema existe:

Não, não, isso aí eu nunca vivi, eu nunca passei, só que a gente sabe que existe muito isso, principalmente por cor escura, a gente sabe que isso tem muito, mas na verdade eu nunca passei por isso,

discriminação racial eu nunca passei, mas a gente sabe que tem.

[Meus filhos] eles nunca chegaram a falar não, eles nunca chegaram a viver isso, não chegaram a comentar isso não.

- **Makena** – Vivenciou com o ex-companheiro a violência da agressão física e sentiu racismo presente nas palavras dele:

Uma vez, eu estava chegando na casa dele, ele não tinha me visto; para chegar na sala tinha que passar pela cozinha e eu ouvi ele comentando: "É, estou namorando com uma negona aí, entendeu? Só que é o seguinte: minha ex-mulher era branquinha, do cabelo enroladinho... Nossa, você precisava de ver meu, ela era toda branquinha... A que eu estou é uma negona, tem um negoção...", comentando com os amigos dele ... Te juro por Deus, por tudo que é mais sagrado... Ele é branco, do cabelo preto, tinha bigode. Aí né, eu pensei: "Nossa, ele está comigo por que? Só por curiosidade de saber como é uma mulher negra...". E várias e várias vezes eu peguei ele falando "nossa, você precisava ver, minha mulher é branca, dos cabelos cacheados, nossa, você precisava ver ... todo mundo pagava pau para minha mulher", com preconceito: "Eu estou namorando com uma negona que não tem nada a ver com a minha ex-mulher!" E os amigos deram risada... é complicado... Ele sempre falou para mim que era chegado numa negra, mas não foi aquilo que eu ouvi...

- **Zaila** – Sentiu-se alvo do preconceito racial da família do marido:

A família do meu sogro era branca, eles são todos brancos. E tinham uma condiçãozinha a mais assim, a família dele; meu marido mesmo não tem nada... Meu marido é branco. E minha sogra sempre falava: "Negrinha, negrinha...". A minha filha, a primeira, nasceu toda a família dela, minha filha é branca.

- **Alika** – Sofreu com o racismo da família do ex-marido desde o início do relacionamento com ele, que a humilhava também:

Ah, para mim é muito ruim, é algo que me deixa triste, que mexe com a pessoa, porque você é injustiçada por causa da cor, ou pela cor do cabelo que você põe, as pessoas olham você assim diferente: "Ah, por que ela está fazendo isso?" Acham que é melhor do que você, que só elas podem fazer e você não. Então assim, dói muito, quando você chega e a pessoa fica com aquele racismo, aquele preconceito, isso aí é dolorido, é como se fosse uma ferida em você, que não cicatriza e as pessoas ficam te humilhando. Só que você não tem coragem de falar nada, porque aí é pior você falar alguma coisa. Eu fiquei com muita depressão por causa do racismo, porque eu falei: "Eu não mereço isso, eles são pessoas, eu também sou, nós temos direitos iguais, ninguém é diferente um do outro, todos são pessoas". Então, isso me deixa muito triste até hoje e eu sofro até hoje com isso aí, as pessoas se incomodam muito, ficam te humilhando, falando assim: "Ai, preta de loiro, nunca vi", então, me

sinto muito triste por causa do racismo, porque ninguém merece passar por isso e a gente tem que ser reconhecido como todos na sociedade.

[...] É o pai, a cunhada, os irmãos, por causa da cor do meu cabelo, porque eu gosto da cor do meu cabelo, me sinto bem então, ficam falando coisas assim: "Ai, já te falaram que você parece uma travesti?", [...] eu falei: "Eu sou bonita, já chegaram falar isso para mim também por causa da cor do cabelo".

- **Bordô** – Compara as dificuldades que enfrentam as mulheres negras e estrangeiras, vítimas de violências:

Sobre isso, eu acho que a porcentagem de mulheres negras tem sido mais alta do que mulheres brancas. Eu sou branca, mas eu sou estrangeira. Eu considero que a mulher estrangeira sofre o grau de violência que está entre as mulheres negras. [...] Tinha muita coisa que eu não sabia, não posso falar de lei no meu país porque eu nunca procurei. Aqui que eu vim saber que mulher tem direito, aqui no Brasil que eu vim saber que mulher é um ser humano, que tem lei. Lá eu nunca procurei, ninguém me informou, não sabia... Eu sabia que eu tinha que sair [daquela relação violenta], mas o medo, a solidão, tudo isso. Porque muitas vezes é o agressor que te mantém, ainda mais com um filho, o agressor que dá tudo, então é difícil, é difícil.

- **Cereja** – Percebe que a violência é vivenciada pelas mulheres brancas e pelas mulheres negras de forma semelhante, e essa agressão é porque a mulher é vista como coisa sem valor:

Porque algumas mulheres também têm responsabilidade nisso sim. Porque eu escuto muito policial falar para mim: "Ah, vocês têm mania de fazer boletim de ocorrência ou então chamar a gente. Quando chega na hora, vocês voltam atrás." Não pode dar só um susto, a polícia não está para dar susto, está para prender. Então, a gente precisa colaborar também, precisa ajudar. Ele vai continuar agressivo, nós vamos continuar morrendo na mão deles.... Agora porque a mulher é negra tem que morrer, tem que apanhar? Não. Mulher branca também é tratada como escrava. É a mesma coisa, é o mesmo tratamento, a gente não é tratada feito mulher, é tratada feito uma coisa, um lixo. Quando nós conhecemos essas pestes dos infernos, eles nos mostram uma coisa, quando você está convivendo é que você vê quem a pessoa é. E aí, quando alguém vira e fala assim: "Eu vou matar a sua filha." Você fala: "Eu vou sair, eu vou na Delegacia." ...você fica em pânico.

- **Vermelha** – Considera que a sociedade sempre valoriza o homem e inferioriza a mulher, e isso a fragiliza e a torna alvo de violências:

Superioridade talvez, do sexo, não sei. Porque ganha melhor, é bem mais visto pela sociedade. Tanto que eu aguentei 14 anos apanhando, mas eu que não presto porque eu me separei. Ele sempre foi o certo, entendeu? Eu preciso andar com o B.O., eu preciso mostrar para todo mundo e falar

quem é ele. Porque ele é bem visto por todo mundo, ele não vai se ferrar. A mulher sempre vai se ferrar, a mulher sempre vai se dar mal. Sempre.

Sobre as questões raciais, ela não percebe este problema na sociedade, e que seria o negro quem se inferioriza:

E questão de raça mesmo eu não vejo preconceito, não. Não vejo, não. Talvez, é uma coisa minha... eu não tenho preconceito nenhum... Sempre que eu vejo o povo lá todo de black, eu falo: "Meu, queria ser assim!". Eu queria ser negra, eu queria ter um black. Eu acho lindo, acho lindo. Não tenho preconceito nenhum, só que eu acho que o negro ele se inferioriza muito. Ele muitas vezes se coloca na situação de pobre coitado. Eu acho. Não somente negro, era muitas vezes branco também. Mas o negro faz isso usando a raça, né, e eu não acho certo isso, eu não concordo com isso. Para mim, todo mundo é um ser humano, assim como é o japonês também, que é totalmente diferente do branco. É branco também, mas é totalmente diferente. Eu acho que se inferioriza muito. Mas eu posso dizer que eu amo. Eu queria ser, é sério, eu queria. Queria mesmo. Às vezes, até brinco com meu filho: "Eu queria que você fosse negrinho". Ele é um alemãozinho. Os dois, né, são bem brancos. O mais velho é do meu tamanho e tem 10 anos, para você ver o tamanho. E bem loiro, bem loiro, porque puxaram tudo para mim. O pai dele é, vamos dizer, pardo, maranhense. Então não é branco... mas puxaram para mim. Loiro e bem branquinho. Os dois puxaram para mim.

- **Carmim** – Na sua percepção a discriminação racial existe, só conhece o que aparece na mídia; considera que discriminação de gays e lésbicas têm aparecido mais e lembra dos preconceitos no mercado de trabalho:

Acho que a discriminação com os negros existe sim, existe sim, mas agora parece que está mais focado nos gays, nas lésbicas, e, se for negro, eu acho que se torna pior ainda. [...] foi o que já foi comentado, e também que vejo na mídia também.

[...] E eu vejo também preconceito... eu trabalhei em lugares assim, que também depende muito do supervisor... em empresas grandes, você pode analisar quem trabalha na área de segurança... Tem alguém gordinha? Vê se tem uma neguinha? Sempre tem uma modelo, pode não abrir a boca, não saber falar, mas sendo bonita está lá em destaque. Vê se tem senhoras trabalhando? Agora, as pessoas assim, vai trabalhar em depósito que é fechado, ninguém vê.

The image features a graphic design with several overlapping circles in various shades of red and maroon. The largest circle is a dark red and contains the text '3.3.6' in a large, white, sans-serif font. Below this, in a smaller white font, is the text 'Planos para o Futuro'. The background is white, and the circles overlap in a way that creates a sense of depth and movement.

3.3.6

**Planos para o
Futuro**

Hoje, é a lei mais conhecida do país. Isso contribuiu muito para o conhecimento dos direitos. Cria uma geração inteira de meninas e jovens mulheres que sabem que tem uma lei sobre a violência contra a mulher. Isso muda um país. (Denise Dora, em entrevista para GOMES, 2016)

- **Ashanti** – Nos seus planos de futuro aparece o desejo de poder viver em paz e, finalmente, construir uma família com seus filhos:

Eu... quando eu penso no passado, tudo o que já passei, eu me sinto uma tristeza muito grande dentro de mim, uma revolta muito grande, revolta mesmo. Mas eu tenho um grande Deus na minha vida, eu penso nos meus filhos e tento levar minha vida. Com a ajuda dos poderes públicos ou não, eu vou viver minha vida, vou me levantar. Meus planos são continuar trabalhando, ver meus dois filhos crescer, e... eu estou morando numa casinha de aluguel, mas a casa é bem pequenininha, não tem condição de trazer meus filhos agora, eu comecei a trabalhar tem 4 meses. Meus planos para o futuro são... chegar no final do ano arrumar uma casinha melhor, conseguir receber esse dinheiro que é meu por direito... Não é um dinheiro que vai dar para mim pagar meu aluguel, mas vai dar uma boa ajuda.

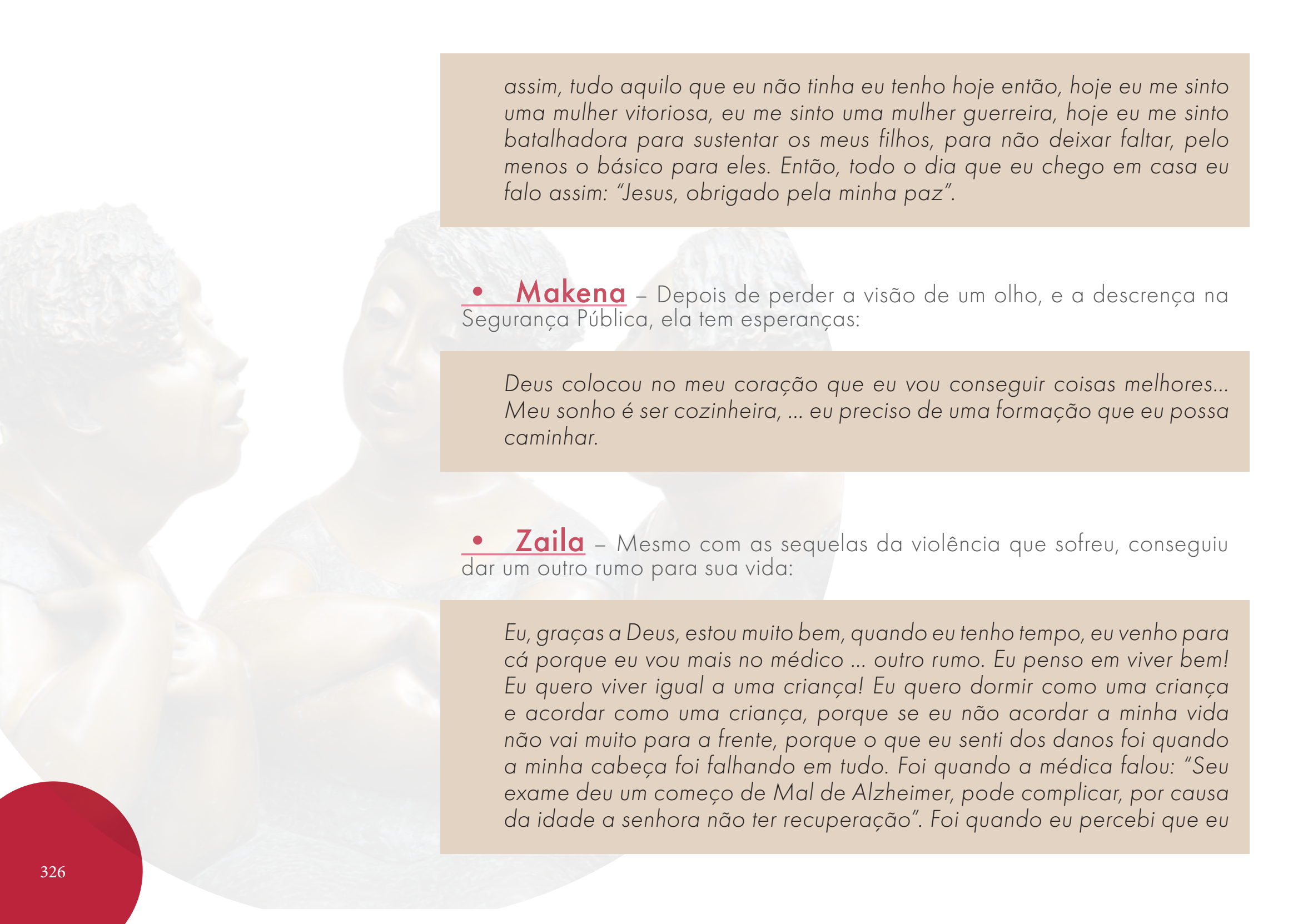
- **Kenia** – Deseja um futuro sem humilhações, seu plano é viver de cabeça erguida e realizar seu projeto de trabalhar com produtos da África no Brasil:

Ah meu plano, como que eu vou falar...é alimentar minha cabeça como

mulher, para ser feliz, porque se você se encoraja você vai conseguir tudo que você quer. Pode ser difícil, mas vai conseguir, não pode ficar de cabeça baixa, não pode aceitar humilhação... porque a humilhação deixa a pessoa morta. Tem que trabalhar, ter algum projeto na sua vida, então vai conseguir. [...] Eu fiz um curso aqui, de corte e costura, então agora eu consegui abrir uma microempresa, estou vendendo coisas da África, eu faz trança, alongamento, também vendo tecidos, tipo esses tecidos da África.

- **Kiamba** – Demonstra sentir medo de um futuro sem condições de sustentar seus filhos sozinha. Está refazendo sua vida aos poucos, e agora pode sonhar com um futuro melhor:

Hoje eu estou bem, hoje eu consigo respirar, hoje eu consigo falar, hoje eu consigo ver o mundo de outra maneira e dizer que tudo é possível quando a gente quer. Hoje eu não tenho mais o medo de dizer assim, vai vender a casa, o que eu vou fazer com os meus filhos? Eu tinha medo, eu tinha medo, amanhecia o dia e meus filhos falavam assim: “Mãe, estou com fome” e eu não ter o dinheiro do pão. Tinha pavor. Hoje eu primeiramente busco em Deus, depois eu tenho aquela certeza, eu consigo ser forte para dizer não à situação, não à violência, para dizer eu não quero mais esse casamento, que eu ainda posso esquecer e amar de novo e conhecer verdadeiramente a felicidade no casamento. Eu vejo um mundo de cores, eu vejo o mundo de verde, de preto, de amarelo, de todas as cores, vejo o mundo colorido; eu tenho amigos de classe, amigo no trabalho, eu sinto que eu sou uma pessoa querida, e sem contar o que eu tenho aqui, aqui eu sou bem acolhida, eu sou bem recebida, eu sou bem amada, então,



assim, tudo aquilo que eu não tinha eu tenho hoje então, hoje eu me sinto uma mulher vitoriosa, eu me sinto uma mulher guerreira, hoje eu me sinto batalhadora para sustentar os meus filhos, para não deixar faltar, pelo menos o básico para eles. Então, todo o dia que eu chego em casa eu falo assim: “Jesus, obrigado pela minha paz”.

- **Makena** – Depois de perder a visão de um olho, e a descrença na Segurança Pública, ela tem esperanças:

Deus colocou no meu coração que eu vou conseguir coisas melhores... Meu sonho é ser cozinheira, ... eu preciso de uma formação que eu possa caminhar.

- **Zaila** – Mesmo com as sequelas da violência que sofreu, conseguiu dar um outro rumo para sua vida:

Eu, graças a Deus, estou muito bem, quando eu tenho tempo, eu venho para cá porque eu vou mais no médico ... outro rumo. Eu penso em viver bem! Eu quero viver igual a uma criança! Eu quero dormir como uma criança e acordar como uma criança, porque se eu não acordar a minha vida não vai muito para a frente, porque o que eu senti dos danos foi quando a minha cabeça foi falhando em tudo. Foi quando a médica falou: “Seu exame deu um começo de Mal de Alzheimer, pode complicar, por causa da idade a senhora não ter recuperação”. Foi quando eu percebi que eu

não conhecia o dinheiro, tinha dia que eu não sabia o dia da semana. E a família não acredita muito, pensa que a gente tá inventando...

- **Alika** – No momento, ela sonha em ser cantora, para realizar o desejo de seu filho:

Eu estou tentando realizar um sonho que eu tenho: ser cantora, porque eu sou compositora e sou cantora. E o meu filho quer ver esse sonho realizado, mas é para ele que eu quero fazer isso, não para mim, mas para deixar ele feliz e falar assim: “Ó, filho, está aqui, a nossa vida é outra”, de poder fazer algo assim e esquecer tudo o que eu sofri, porque eu perdi muito tempo da minha vida, o tempo passou então, eu fiquei isolada, como se eu estivesse presa numa gaiola. Só que agora não, agora eu falo assim: “Agora eu vou crescer, agora eu vou ser feliz, vou fazer coisas que estão paradas no tempo então”.

[...] Eu pretendo ser feliz com alguém para viver uma vida diferente, conhecer uma pessoa e ser algo diferente. Trabalhar fora no momento não dá por causa do tratamento, nenhuma empresa quer pegar por causa do acidente no quadril. Eu não posso fazer esforço, porque dói muito as pernas, dói a coluna. Destruição lombar, é o que o médico disse que apareceu no exame de ressonância então, isso dói muito. Então, trabalhar em empresa não tem como, eu procuro fazer algo que está no meu alcance.

- **Bordô** – Tem plano de fazer universidade:

A curto prazo, o meu plano é continuar o meu estudo, por quê? Na Bolívia, eu terminei os meus estudos, mas eu não tenho como comprovar isso aqui no Brasil. [...] Só tenho que tirar uma declaração para conseguir entrar na faculdade.

- **Cereja** – Seu único plano para o futuro é conseguir trabalho para sobreviver:

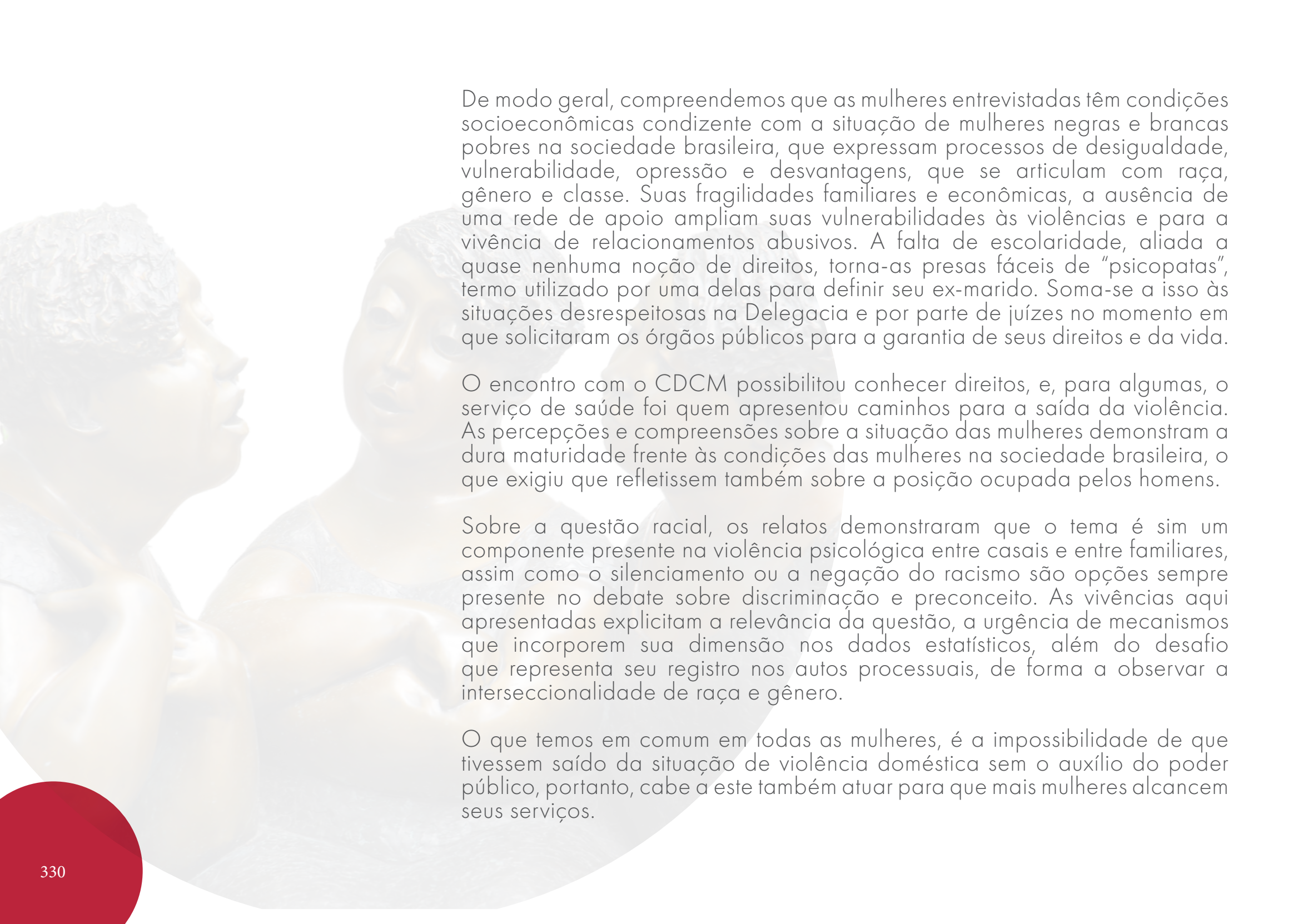
Eu tenho vontade... eu preciso de um trabalho. Eu estou pensando em vender coisas na rua, que deveria ser liberado para as mulheres que são vítimas de violência doméstica. A gente podia ter uma carteirinha especial para prefeitura não tomar o que é nosso, para a gente poder ter o nosso ganha pão vendendo. Você pode vender um pão de queijo, vender um café sossegada porque a prefeitura não pode tomar o que é seu... porque é uma coisa legalizada. Você está precisando daquele ganha-pão. Você não tem estudo, não tem uma outra forma de renda, aquilo podia ajudar muito muita a gente. E não a gente ter que sair correndo. Você ter que perder material, perder comida, tudo. Isso é caro.

- **Vermelho** – Pretende deixar de pagar aluguel para o ex-marido:

Primeira coisa é vender esse apartamento e depois eu não sei nem para onde eu vou, porque eu não tenho nem para onde ir. Eu não sei, mas meu plano, meu foco agora, é vender o apartamento.

- **Carmim** – Sonha com a independência, que acredita virá com a conquista de um emprego:

Eu quero a minha vida de volta, eu quero o meu trabalho e a minha independência, não aquele trocado que só dá para comer e ter onde dormir. Eu quero a minha autoestima de volta, quero voltar a pessoa que eu era, magra, feliz, de bem com a vida. Eu sei que estou forte, eu sei, mas eu preciso da minha vida de volta para botar um sorriso, não tampando com a maquiagem, sabe?



De modo geral, compreendemos que as mulheres entrevistadas têm condições socioeconômicas condizente com a situação de mulheres negras e brancas pobres na sociedade brasileira, que expressam processos de desigualdade, vulnerabilidade, opressão e desvantagens, que se articulam com raça, gênero e classe. Suas fragilidades familiares e econômicas, a ausência de uma rede de apoio ampliam suas vulnerabilidades às violências e para a vivência de relacionamentos abusivos. A falta de escolaridade, aliada a quase nenhuma noção de direitos, torna-as presas fáceis de “psicopatas”, termo utilizado por uma delas para definir seu ex-marido. Soma-se a isso às situações desrespeitosas na Delegacia e por parte de juízes no momento em que solicitaram os órgãos públicos para a garantia de seus direitos e da vida.

O encontro com o CDCM possibilitou conhecer direitos, e, para algumas, o serviço de saúde foi quem apresentou caminhos para a saída da violência. As percepções e compreensões sobre a situação das mulheres demonstram a dura maturidade frente às condições das mulheres na sociedade brasileira, o que exigiu que refletissem também sobre a posição ocupada pelos homens.

Sobre a questão racial, os relatos demonstraram que o tema é sim um componente presente na violência psicológica entre casais e entre familiares, assim como o silenciamento ou a negação do racismo são opções sempre presente no debate sobre discriminação e preconceito. As vivências aqui apresentadas explicitam a relevância da questão, a urgência de mecanismos que incorporem sua dimensão nos dados estatísticos, além do desafio que representa seu registro nos autos processuais, de forma a observar a interseccionalidade de raça e gênero.

O que temos em comum em todas as mulheres, é a impossibilidade de que tivessem saído da situação de violência doméstica sem o auxílio do poder público, portanto, cabe a este também atuar para que mais mulheres alcancem seus serviços.



3.4

**Ativismo Feminista
no Enfrentamento à
Violência contra as
Mulheres**




As mulheres vítimas de violência podem encontrar uma rede de apoio e orientação para o enfrentamento da situação nos espaços das lutas feministas dos movimentos de mulheres.

Entrevistamos ativistas feministas ligadas a duas organizações: o Coletivo Mulheres Orí e a ONG Comunidade Brasil, que participam do enfrentamento à violência contra as mulheres.

The image features a graphic design with several overlapping circles in various shades of red and maroon. The largest circle is a dark red and contains the text '3.4.1' in white. To its right, another large circle in a lighter shade of red contains the text 'Coletivo' and 'Mulheres de Orí' in white. On the left side, there are three smaller overlapping circles in different shades of red. The overall composition is clean and modern, with a focus on the text and the overlapping shapes.

3.4.1

Coletivo
Mulheres de Orí



O Mulheres de Orí se apresenta como “um coletivo de mulheres pretas que lutam por melhores condições de vida das mulheres pretas trabalhadoras de baixa de renda”. Existe desde 2013 e para contar sua história e saber de suas ações no enfrentamento à violência doméstica, conversamos com Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos, 29 anos, geógrafa formada pela UNESP, campus de Presidente Prudente e integrante do Mulheres de Orí desde 2013, moradora do Grajaú; Analu Maciel, 32 anos, estudante de Geografia da USP no campus de Presidente Prudente, que trabalha com Dança Afro, moradora da Cidade Tiradentes, mas reside atualmente em Presidente Prudente por causa dos estudos; e Priscila Aparecida Novaes, 32 anos, que atua como orientadora socioeducativa no CDCM MulherAção, moradora da Cidade Tiradentes. As três se declaram negras, o que para elas, é uma declaração política:

Tais – *É, eu que tenho a pele mais clara, mas são todas mulheres negras e pretas. É importante a gente pautar isso, inclusive esse foi um dos temas das nossas últimas reuniões. Porque não é que nós falemos única e exclusivamente com as mulheres negras, com as mulheres pretas, a gente usa politicamente a denominação negra; não é que nós dialogamos apenas com essa mulher, mas é aquilo que a gente pontuou. À medida em que a gente pensa nessa mulher que é literalmente excluída enquanto ser humano, enquanto humanidade, [...] se a gente trata dessa mulher, a gente consequentemente dialoga com as outras.*

Então, é muito complicado quando você olha para uma irmã que é negra e ela não sabe que é negra. Porque ela não saber que é negra, é ela não saber o conjunto de violência que ela sofre. E só aí já é uma violência. Você não ter o direito de saber quem você é, qual é a sua história ou por que tudo isso acontece. Então cada uma aqui falou de sua irmã, porque é muito isso: irmã, mãe..., porque dentro de casa foi um rompimento na vida de cada uma de nós, na casa de cada uma aconteceu de uma forma e aí esse rompimento a gente tentou levar para dentro de casa para as nossas irmãs.

Agora, quando vê aquela mulher, quando aparece aquela mulher não-negra na nossa roda de conversa, no nosso espaço de diálogo, a gente não pode dizer que ela não sofra violência, que ela não sofra com sexismo, com patriarcado, mas a gente não pode dizer que todo o trabalho e toda reflexão que a gente está fazendo é direcionado para ela também. Então ela pode usufruir sim, porque é um espaço de mulheres, né? Só que a nossa luta é mostrar para essa mulher negra que ela é uma mulher e fazer com que ela entenda isso. De que ela é uma mulher e que todos esses outros direitos são direitos dela também.



Priscila conta que a origem do Mulheres de Orí se encontra uma necessidade pessoal de enfrentar a situação de violência que vivenciara:

Em 2011, eu comecei a passar por uma situação de violência que foi se agravando, assim, por um ciclo de violência muito intenso. E aí eu comecei a perceber que outras mulheres à minha volta também passavam por esse ciclo de violência.

Eu não conhecia a Lei Maria da Penha, não conhecia os Centros de Referência, mas eu de alguma maneira já tinha escutado falar que existia uma lei que homem não poderia agredir mulher. E aí eu fui me informar, fui mais a fundo sobre a Lei Maria da Penha e através dela veio esse despertar para as outras causas, outras pautas das mulheres. E aí conheci o Feminismo e conheci o Feminismo Negro, e surgiu a necessidade de falarmos de nós, que foi aí onde eu conheci a Sueli Carneiro, a Beatriz do Nascimento e todas as mulheres.

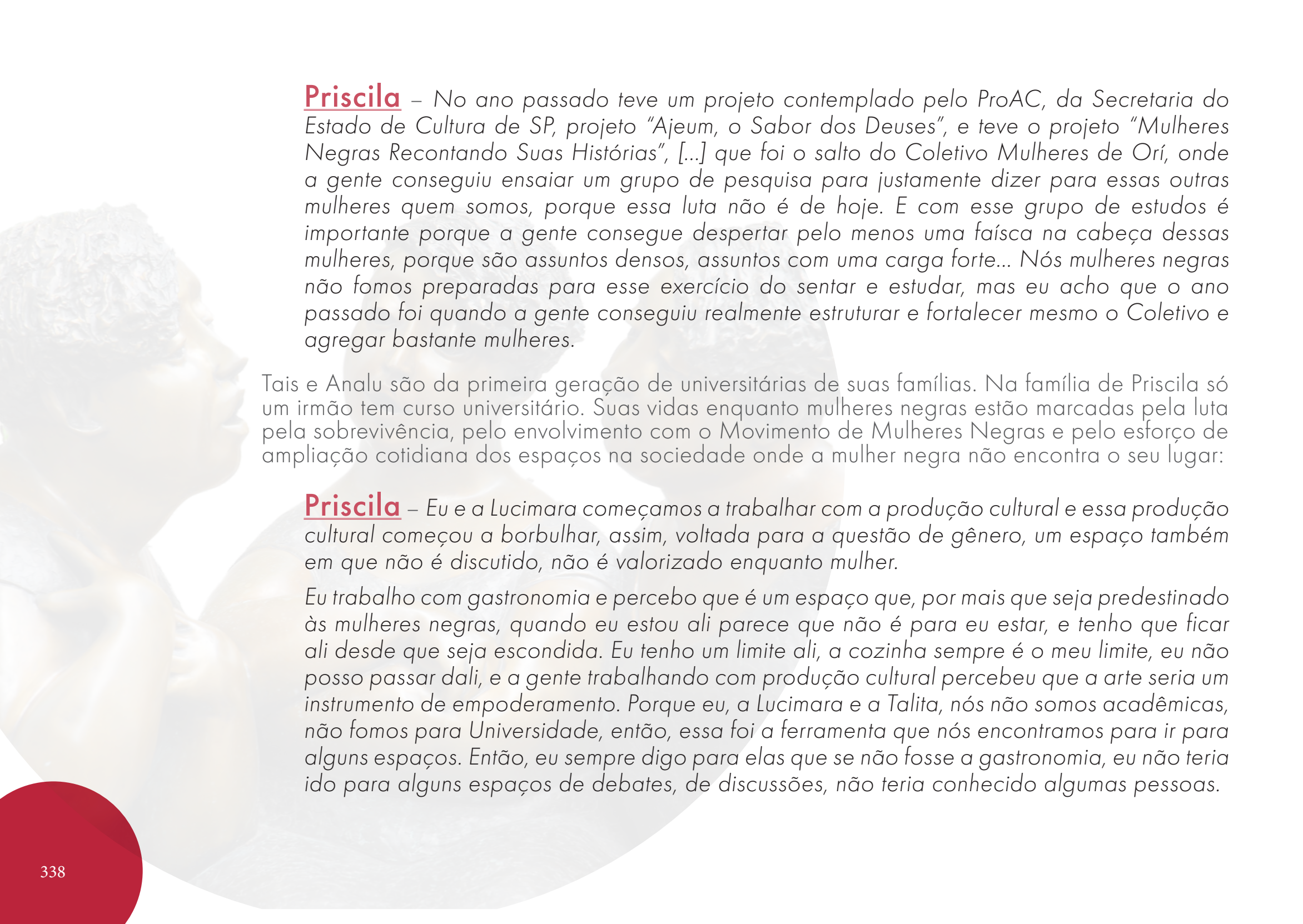
Foi isso mesmo, eu percebi que não estava sozinha, que o que estava acontecendo comigo também acontecia com muitas outras mulheres e aí eu corri para aquela mulher que estava ali mais perto [...], precisamos conversar, precisamos falar de nós, o que acontece comigo acontece com você também, e não é por acaso que acontece isso. E aí foi quando a gente começou a se reunir. Até então, não existia a ideia de Coletivo, a gente não conhecia essa estrutura de Coletivo e a gente sabia que a gente tinha que se reunir, se fortalecer e conversar, a gente foi se fortalecendo, conhecemos o Movimento de Mulheres Negras e fomos juntando outras mulheres também. E aí em 2013 surge isso, o Coletivo Mulheres de Orí.

Tais lembra que uma característica importante do Mulheres de Orí é a pluralidade das mulheres que compõem o Coletivo:

Então, a nossa irmã Lucimara, que não pôde estar aqui, uma mulher negra moradora da Zona Leste que tem quatro filhos, não foi para universidade, também trabalha com ações socioeducativas, ela é educadora social no CJ (Centro de Juventude), nas redes de assistências sociais para juventude, que na sua maioria atende crianças negras que também sofrem situações de violência. A Priscila também trabalha a questão da culinária, faz curso de formação e outras coisas. A Analu e eu seguimos carreira acadêmica, conseguimos acessar Universidade Pública, e aí tem também um conjunto de outros embates.

Esse caráter plural do Coletivo, no começo foi desafiador, porque você lida com realidades diferentes de mulheres, que sentem e convivem com várias situações de violência que são bem comuns. Elas são da Leste, eu sou a única da Zona Sul, a gente tenta fazer esse diálogo enquanto Coletivo nesses dois extremos da cidade de São Paulo, que a gente sabe que são marcados, o extremo Leste é marcado pela presença negra maciça, que foi expulsa do centro, e o Sul é marcado pela presença nordestina muito forte, os dois são marcados pela violência muito gritante. Então é isso, a gente dialoga com essas “n” coisas.

Atualmente, as diversas atividades do Coletivo são coordenadas por um grupo de cinco mulheres, cujas ações agregam cerca de 150 mulheres, que participam assiduamente de grupos de estudos, formação de gastronomia, formação de dança e rodas de conversas.



Priscila – No ano passado teve um projeto contemplado pelo ProAC, da Secretaria do Estado de Cultura de SP, projeto “Ajeum, o Sabor dos Deuses”, e teve o projeto “Mulheres Negras Recontando Suas Histórias”, [...] que foi o salto do Coletivo Mulheres de Orí, onde a gente conseguiu ensaiar um grupo de pesquisa para justamente dizer para essas outras mulheres quem somos, porque essa luta não é de hoje. E com esse grupo de estudos é importante porque a gente consegue despertar pelo menos uma faísca na cabeça dessas mulheres, porque são assuntos densos, assuntos com uma carga forte... Nós mulheres negras não fomos preparadas para esse exercício do sentar e estudar, mas eu acho que o ano passado foi quando a gente conseguiu realmente estruturar e fortalecer mesmo o Coletivo e agregar bastante mulheres.

Tais e Analu são da primeira geração de universitárias de suas famílias. Na família de Priscila só um irmão tem curso universitário. Suas vidas enquanto mulheres negras estão marcadas pela luta pela sobrevivência, pelo envolvimento com o Movimento de Mulheres Negras e pelo esforço de ampliação cotidiana dos espaços na sociedade onde a mulher negra não encontra o seu lugar:

Priscila – Eu e a Lucimara começamos a trabalhar com a produção cultural e essa produção cultural começou a borbulhar, assim, voltada para a questão de gênero, um espaço também em que não é discutido, não é valorizado enquanto mulher.

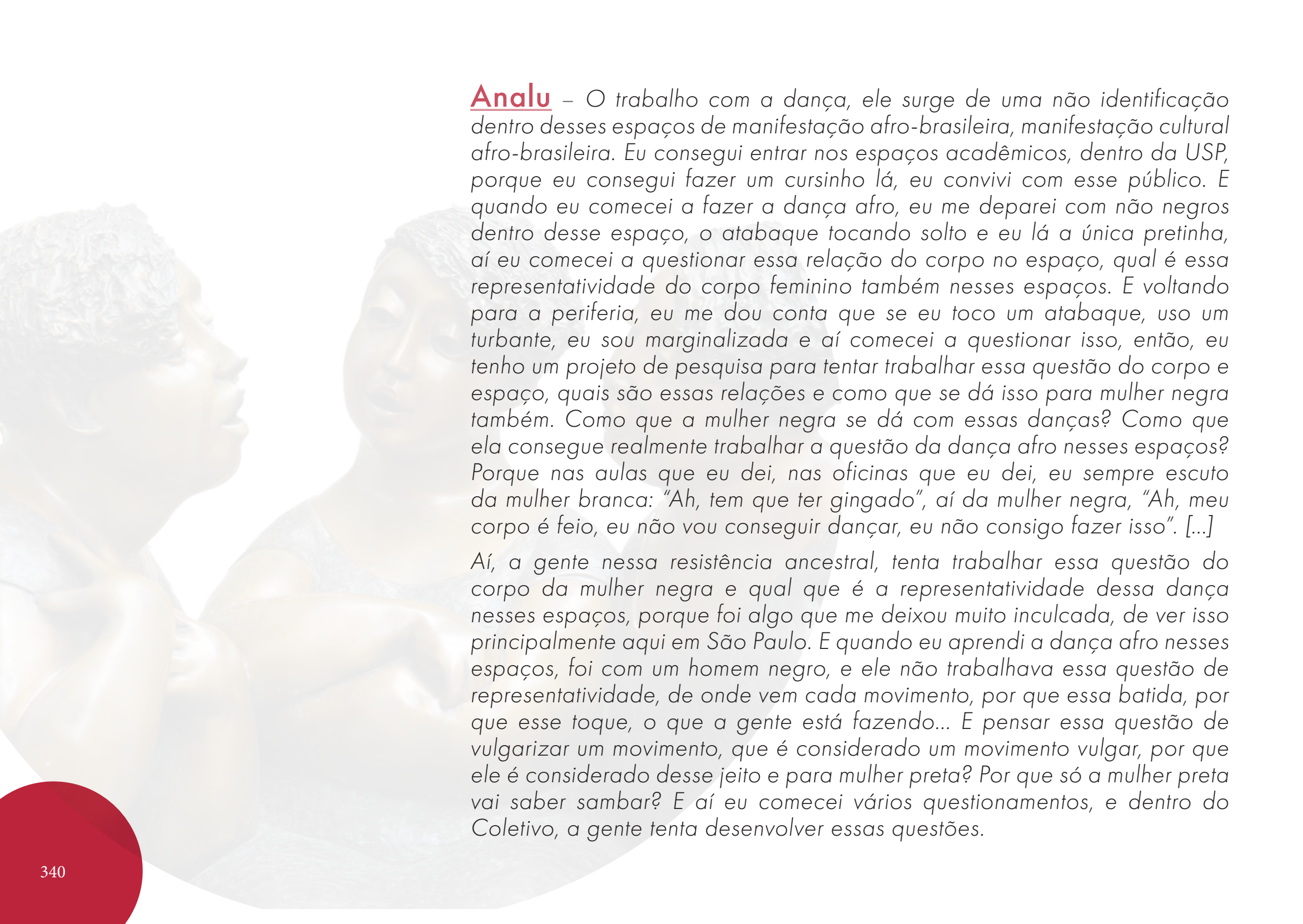
Eu trabalho com gastronomia e percebo que é um espaço que, por mais que seja predestinado às mulheres negras, quando eu estou ali parece que não é para eu estar, e tenho que ficar ali desde que seja escondida. Eu tenho um limite ali, a cozinha sempre é o meu limite, eu não posso passar dali, e a gente trabalhando com produção cultural percebeu que a arte seria um instrumento de empoderamento. Porque eu, a Lucimara e a Talita, nós não somos acadêmicas, não fomos para Universidade, então, essa foi a ferramenta que nós encontramos para ir para alguns espaços. Então, eu sempre digo para elas que se não fosse a gastronomia, eu não teria ido para alguns espaços de debates, de discussões, não teria conhecido algumas pessoas.

Nós começamos a pensar nisso, em como subsidiar isso, essa nossas artes, e os nossos fazeres; aí começamos a escrever alguns projetos. Eu já tinha um projeto que era pelo ProAC, o "Ajeum, o Sabor dos Deuses", e a gente começou a levar isso para o coletivo, que foi quando surgiu o projeto mulheres negras reconstruindo suas histórias, que nós pensamos na questão da dança, porque a gente não consegue potencializar ali os nossos fazeres por uma questão econômica também. A gente pensa nessa questão de classe também, que acho que é fundamental.

Depois desse processo, em cidade Tiradentes teve uma produção cultural muito intensa, surgiu o Centro de Formação Cultural, que foi inaugurado em 2012, então nós começamos a ocupar esse espaço, começamos a fazer algumas rodas de conversas e chamar as mulheres lá para a gente conversar.

Participamos da organização da Marcha das Mulheres Negras e conseguimos agregar aí essas mulheres [...] e eu consegui através disso, dessa arte ocupar um outro espaço, que é onde agora vai acontecer a publicação do livro, o Ajeum, que vem pautar isso, o trabalho dessas mulheres, dessas quitandeiras, as escravas de ganho, as baianas de acarajé, quem são essas mulheres que foram detentoras desses saberes e como é que elas se movimentam na cidade hoje, já que a gente não encontra as baianas de acarajé. Onde foi parar esses saberes? Ainda continuam...

Então, esse livro vem nesse sentido e como uma forma também para eu conseguir entrar em outros espaços, porque até então, a culinária, ela não consegue atingir certos espaços de discussões, a culinária não consegue atingir, mas a gastronomia sim. E eu senti a necessidade desse livro, até para documentar toda essa pesquisa que vem acontecendo.



Analu – O trabalho com a dança, ele surge de uma não identificação dentro desses espaços de manifestação afro-brasileira, manifestação cultural afro-brasileira. Eu consegui entrar nos espaços acadêmicos, dentro da USP, porque eu consegui fazer um cursinho lá, eu convivi com esse público. E quando eu comecei a fazer a dança afro, eu me deparei com não negros dentro desse espaço, o atabaque tocando solto e eu lá a única pretinha, aí eu comecei a questionar essa relação do corpo no espaço, qual é essa representatividade do corpo feminino também nesses espaços. E voltando para a periferia, eu me dou conta que se eu toco um atabaque, uso um turbante, eu sou marginalizada e aí comecei a questionar isso, então, eu tenho um projeto de pesquisa para tentar trabalhar essa questão do corpo e espaço, quais são essas relações e como que se dá isso para mulher negra também. Como que a mulher negra se dá com essas danças? Como que ela consegue realmente trabalhar a questão da dança afro nesses espaços? Porque nas aulas que eu dei, nas oficinas que eu dei, eu sempre escuto da mulher branca: “Ah, tem que ter gingado”, aí da mulher negra, “Ah, meu corpo é feio, eu não vou conseguir dançar, eu não consigo fazer isso”. [...]

Aí, a gente nessa resistência ancestral, tenta trabalhar essa questão do corpo da mulher negra e qual que é a representatividade dessa dança nesses espaços, porque foi algo que me deixou muito inculcada, de ver isso principalmente aqui em São Paulo. E quando eu aprendi a dança afro nesses espaços, foi com um homem negro, e ele não trabalhava essa questão de representatividade, de onde vem cada movimento, por que essa batida, por que esse toque, o que a gente está fazendo... E pensar essa questão de vulgarizar um movimento, que é considerado um movimento vulgar, por que ele é considerado desse jeito e para mulher preta? Por que só a mulher preta vai saber sambar? E aí eu comecei vários questionamentos, e dentro do Coletivo, a gente tenta desenvolver essas questões.

Hoje eu moro em Presidente Prudente, estou cursando lá, também faço parte do Coletivo Mãos Negras na UNESP. Na USP, eu fiquei três anos fazendo cursinho, e foi o momento que eu tive uma vida universitária sem estar assim burocraticamente, matriculada, e foi nesse espaço que eu tive o reconhecimento de o que é ser mulher negra, o que é ter cabelo crespo, o que é ter um corpo assim, o que é ter essa pele. Porque enquanto lá eu era a negra linda do cabelo bonito, lá na minha casa, na periferia já era outra coisa: "E esse cabelo? E por que agora você está assim?"

E também... aí tem todo o processo...eu parei de... trabalhar registrada, a gente sai desse ciclo, aí eu vou estudar: "Como assim? Você vai estudar agora?" Porque dentro da nossa realidade estudar é para quem pode, a gente tem que acordar 4 horas da manhã todos os dias e bater cartão. Quando eu saí desse ciclo, eu fui interpretada de uma outra maneira, mas foi uma construção que hoje a gente já consegue lidar dentro de casa de uma outra maneira. E em Presidente Prudente, eu também trabalhava com a dança por essa necessidade de não deixar o corpo parado e de levar algo que lá ninguém conhece. E a gente construiu o Coletivo Mãos Negras, onde também tento trabalhar essa questão da Dança Afro e as representatividades dentro da cultura afro-brasileira.

As reuniões do Mulheres de Orí acontecem principalmente na Cidade Tiradentes, mas o Coletivo não conta com um local fixo:

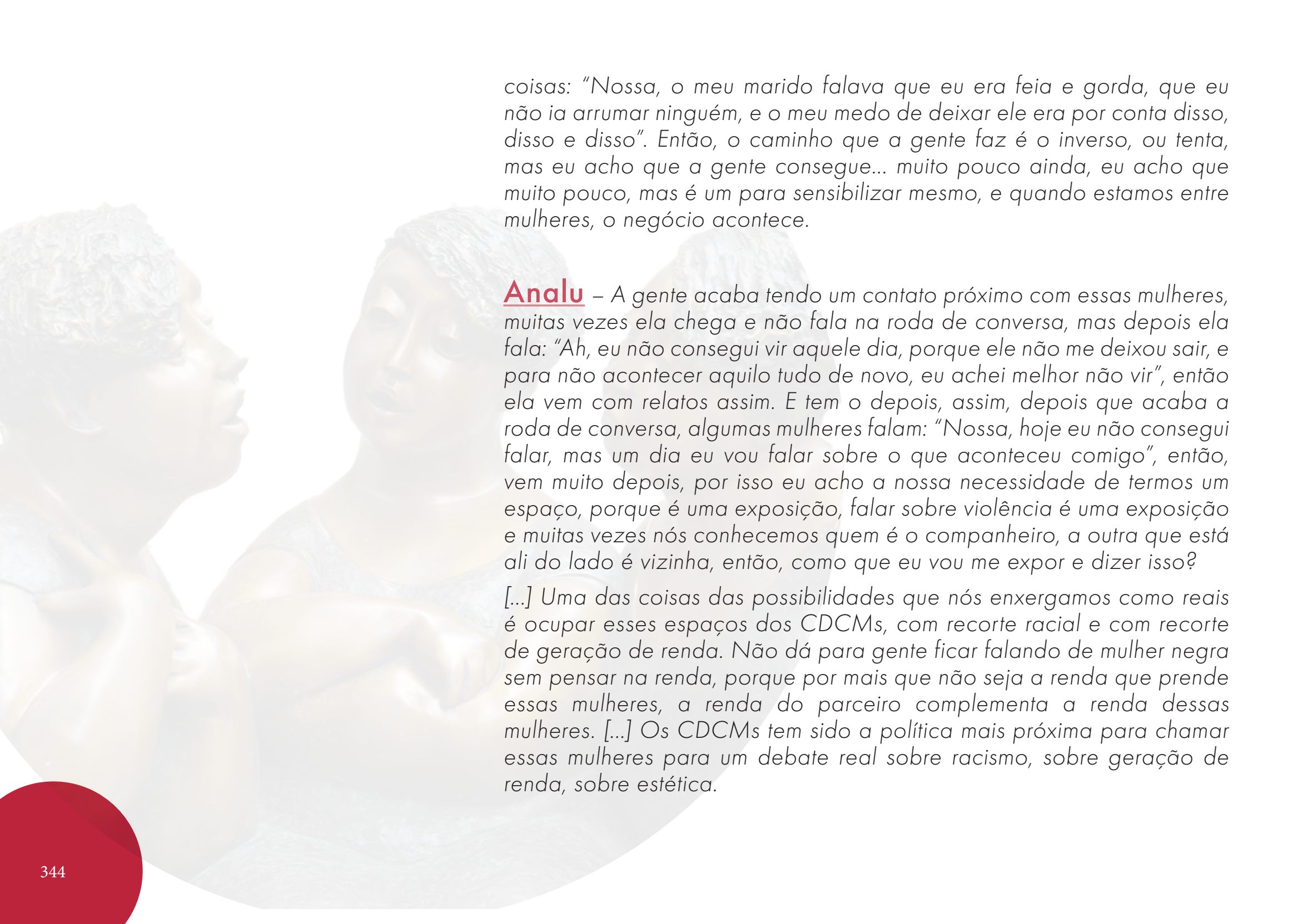
Analu – *Esse território materializado, está sendo uma das nossas reivindicações: tentar achar um espaço físico, territorializar mesmo, criar uma identidade espacial no sentido de que aquela mulher que já conhece o Mulheres de Orí, que conhece o nosso trabalho, saiba onde nos achar. O que acontece é que nós não temos, então nós dependemos de lugares onde vão acontecer as atividades do Coletivo [...], então, é ocupar praças, os Centros de Formação, os CDCMs e assim vai.*

O Coletivo Mulheres de Orí ocupa espaços públicos da Zona Leste de São Paulo para promover suas atividades, de ação cultural, debates e roda de conversas:

Tais – *De início, o carro-chefe da nossa discussão é o racismo, mulheres negras. A questão da violência surge nos meandros do diálogo. Por exemplo, uma das técnicas que nós utilizávamos e tentamos manter é o grupo focal, que é onde as coisas começam a surgir, as falas surgem.*

A gente não instituiu até o momento um diálogo sobre violência contra a mulher negra ou violência doméstica ou violência, porque, à medida que você já coloca já o tema, isso assusta, afasta e afasta por “n” motivos: primeiro porque muitas vezes você nem sabe que violência eu estou sofrendo, por exemplo, dentro do espaço doméstico você tem a violência física doméstica, eu sou mulher, sou a mulher mais velha da minha família e fui criada por um homem desde os cinco anos de idade, por um homem que é o meu pai, amo de paixão, mas ele é um homem negro heteronormativo. Eu só fui conseguir entender o tipo de violência que eu sofro depois de 30 anos, que é a violência simbólica do poder da figura masculina dentro de casa com a filha mulher. Hoje eu consigo pensar e lembrar “Nossa aquilo lá foi uma violência”, “Nossa! Aquilo que aconteceu há tanto tempo foi uma violência, aquilo que acontece hoje é uma violência”, mas até chegar nesse assunto é um percurso doloroso. E daí a gente entra com a arte, com a poesia, com a roda de conversas, a leitura de textos.

A gente entende que nesse discutir o racismo, à medida que essa mulher está se identificando enquanto negra, a gente consegue amarrar uma série de outras coisas, que são também muito dolorosas. Então nós não instituímos ainda, pelo menos até hoje: “Ah, vamos falar sobre violência”. Não. A gente traz as mulheres, pega pelo lado estético, por exemplo, o quanto violento essa questão da estética é uma violência simbólica, e a gente consegue que elas falem algumas outras



coisas: “Nossa, o meu marido falava que eu era feia e gorda, que eu não ia arrumar ninguém, e o meu medo de deixar ele era por conta disso, disso e disso”. Então, o caminho que a gente faz é o inverso, ou tenta, mas eu acho que a gente consegue... muito pouco ainda, eu acho que muito pouco, mas é um para sensibilizar mesmo, e quando estamos entre mulheres, o negócio acontece.

Analu – A gente acaba tendo um contato próximo com essas mulheres, muitas vezes ela chega e não fala na roda de conversa, mas depois ela fala: “Ah, eu não consegui vir aquele dia, porque ele não me deixou sair, e para não acontecer aquilo tudo de novo, eu achei melhor não vir”, então ela vem com relatos assim. E tem o depois, assim, depois que acaba a roda de conversa, algumas mulheres falam: “Nossa, hoje eu não consegui falar, mas um dia eu vou falar sobre o que aconteceu comigo”, então, vem muito depois, por isso eu acho a nossa necessidade de termos um espaço, porque é uma exposição, falar sobre violência é uma exposição e muitas vezes nós conhecemos quem é o companheiro, a outra que está ali do lado é vizinha, então, como que eu vou me expor e dizer isso?

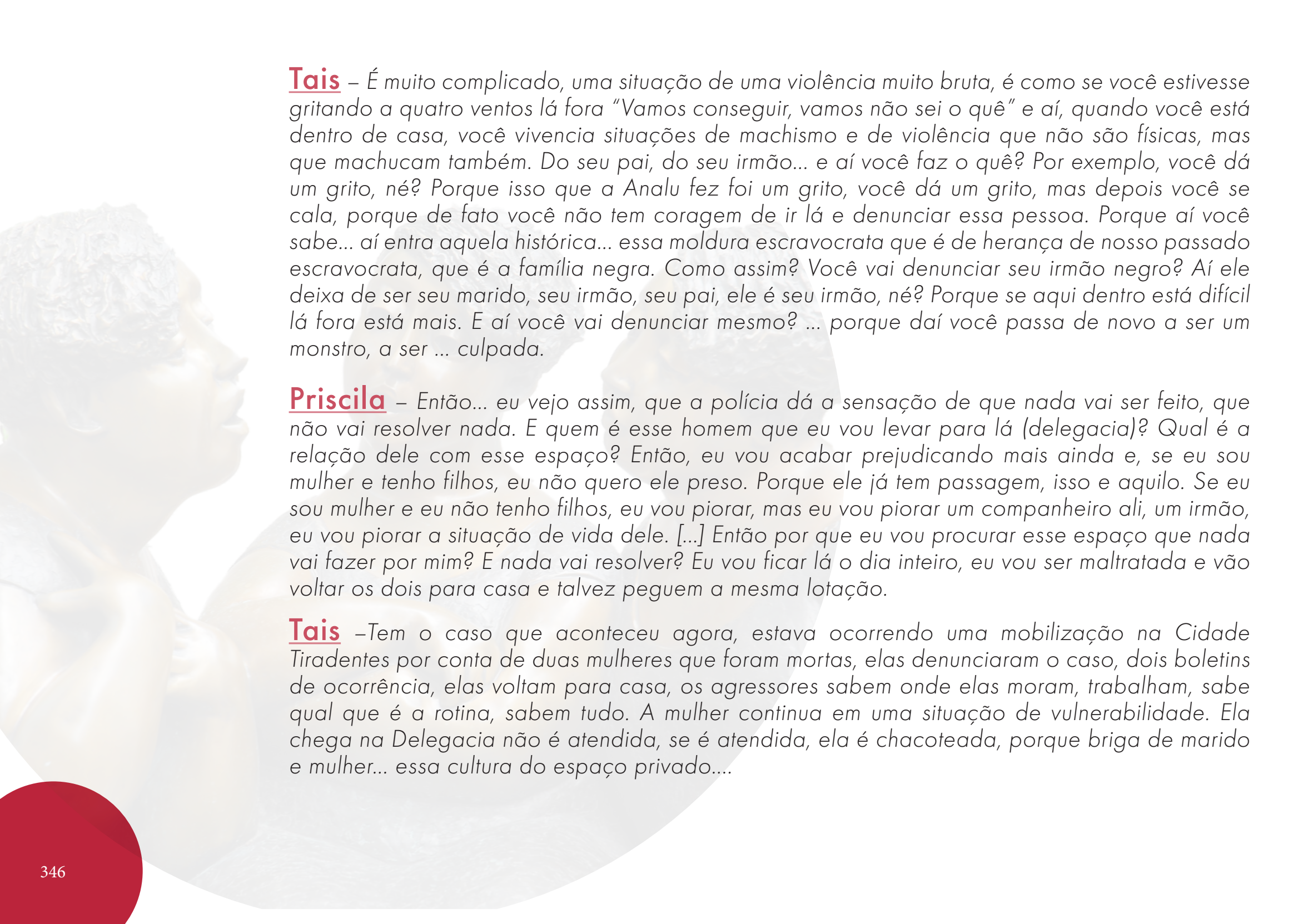
[...] Uma das coisas das possibilidades que nós enxergamos como reais é ocupar esses espaços dos CDCMs, com recorte racial e com recorte de geração de renda. Não dá para gente ficar falando de mulher negra sem pensar na renda, porque por mais que não seja a renda que prende essas mulheres, a renda do parceiro complementa a renda dessas mulheres. [...] Os CDCMs tem sido a política mais próxima para chamar essas mulheres para um debate real sobre racismo, sobre geração de renda, sobre estética.

As mulheres que participam das atividades do Mulheres de Orí são, em sua maioria, jovens. No entanto, esse público varia conforme o espaço onde acontece a reunião. Observam que mulheres mais velhas expõem mais as violências que sofrem, inclusive a sexual:

Tais – *Acho que a violência sexual apareceu nessa última que a gente participou lá no Centro de Consciência Negra, que foram umas mulheres mais velhas que falaram, lembra? A gente participou de uma roda de conversa sobre a Lei Maria da Penha, era sobre violência doméstica, e era um grupo de mulheres mais velhas, geralmente o nosso público são jovens, e nesse dia tinham senhoras de 80 anos e aí o assunto violência sexual entrou. Eu lembro, foi a primeira vez que o assunto violência sexual apareceu, foi a primeira vez.*

Priscila e Analu sofreram violências em relacionamentos com namorados e cresceram com agressões dos pais e dos irmãos. O Coletivo se tornou também um meio das mulheres negras trabalharem consigo mesmas suas angústias:

Priscila – *Eu vejo com as mulheres que passam pelo CDCM, parece que é uma busca por provar algo para ele, parece que a dor só vai passar quando eu conseguir provar algo para ele, porque foi ele o meu agressor. E aí eu fico pensando também como depois disso, eu não tive outros relacionamentos, e aí eu fico pensando como vai ser com os próximos relacionamentos. Como será? Como é que eu vou lidar com isso? Se surgir indício de uma violência psicológica, como é que eu vou lidar com isso? Será que eu vou saber falar não, se eu não quiser ter uma relação sexual? Não, eu não vou saber falar não? Por quê? Eu penso nele também, em como serão essas outras mulheres que vão se relacionar com ele, em como não ser agressor novamente, como não reproduzir isso novamente. Eu fiquei pensando, será que eu dei espaço para que isso acontecesse? Porque até chegar a violência física aconteceu muita coisa, será que eu dei espaço para isso? E agora como que vai ser nos próximos? E é isso. Esse fortalecimento que parece que é uma prova constante, eu vou ter que provar para mim mesma algo.*



Tais – É muito complicado, uma situação de uma violência muito bruta, é como se você estivesse gritando a quatro ventos lá fora “Vamos conseguir, vamos não sei o quê” e aí, quando você está dentro de casa, você vivencia situações de machismo e de violência que não são físicas, mas que machucam também. Do seu pai, do seu irmão... e aí você faz o quê? Por exemplo, você dá um grito, né? Porque isso que a Analu fez foi um grito, você dá um grito, mas depois você se cala, porque de fato você não tem coragem de ir lá e denunciar essa pessoa. Porque aí você sabe... aí entra aquela histórica... essa moldura escravocrata que é de herança de nosso passado escravocrata, que é a família negra. Como assim? Você vai denunciar seu irmão negro? Aí ele deixa de ser seu marido, seu irmão, seu pai, ele é seu irmão, né? Porque se aqui dentro está difícil lá fora está mais. E aí você vai denunciar mesmo? ... porque daí você passa de novo a ser um monstro, a ser ... culpada.

Priscila – Então... eu vejo assim, que a polícia dá a sensação de que nada vai ser feito, que não vai resolver nada. E quem é esse homem que eu vou levar para lá (delegacia)? Qual é a relação dele com esse espaço? Então, eu vou acabar prejudicando mais ainda e, se eu sou mulher e tenho filhos, eu não quero ele preso. Porque ele já tem passagem, isso e aquilo. Se eu sou mulher e eu não tenho filhos, eu vou piorar, mas eu vou piorar um companheiro ali, um irmão, eu vou piorar a situação de vida dele. [...] Então por que eu vou procurar esse espaço que nada vai fazer por mim? E nada vai resolver? Eu vou ficar lá o dia inteiro, eu vou ser maltratada e vão voltar os dois para casa e talvez peguem a mesma lotação.

Tais – Tem o caso que aconteceu agora, estava ocorrendo uma mobilização na Cidade Tiradentes por conta de duas mulheres que foram mortas, elas denunciaram o caso, dois boletins de ocorrência, elas voltam para casa, os agressores sabem onde elas moram, trabalham, sabe qual que é a rotina, sabem tudo. A mulher continua em uma situação de vulnerabilidade. Ela chega na Delegacia não é atendida, se é atendida, ela é chacoteada, porque briga de marido e mulher... essa cultura do espaço privado....

Então eu acho que toda essa... é muito arcaico... a gente sabe que hoje não é a condição econômica primordialmente que faz com que essas mulheres fiquem com esses maridos, mas eu acho que é esse pacto de sociabilidade mesmo, né? Elas [ficam] ali e para sair é difícil, porque ela sabe que ela vai ter que jogar alguém para fora, literalmente. Ela tem que jogar alguém e esse alguém em algum momento da vida dela foi importante. Pode ser que hoje não seja mais, mas em algum momento foi importante.

Eu não vivi situação de violência, mas eu acompanhei a minha infância inteira situação de violência. E ... era muito complicado porque essa pergunta eu tinha em mim: "Nossa, mas por que a minha tia aceita? Eu lembro que ela sempre falava: "Se levantar a mão para você, desce a madeira". E eu cresci com isso. [...] E aí as mulheres da minha família inteira sempre foram mulheres de descer o cacete mesmo, literalmente sem dó mesmo. Então, esse papo aí seria o inverso comigo. Não, nunca fui agredida, mas já vivi situação de violência onde me vi tendo que agredir. Então aqui você não encosta, mas você leva. Você presencia: a mulher continua naquele ciclo, não separa... por quê? Porque ela sabe que vai ter que literalmente expor alguém publicamente, e esse alguém é o pai do filho, é o marido, é ... com quem ela construiu uma relação...

Analu – A gente não é preparada para denunciar e conseguir segurar o rojão. Não, não é. E aí a gente vai ter que trabalhar, vai ter que cuidar das crianças e ainda andar na espreita, andar com um colete à prova de balas. É difícil, então para assumir esse posicionamento de denunciar e eu vou até o fim, ela tem que estar muito fortalecida. E penso que às vezes a gente fica sem solução para as coisas, por mais que a gente esteja [presente] nesse diálogo, buscando os caminhos, é difícil! A gente tem esses Centros de Referência e, majoritariamente, não são as mulheres que estão lá... onde estão essas mulheres? Elas estão vivendo tudo isso ainda.



3.4.2

Comunidade Brasil

A ONG Comunidade Brasil é mantida por Annabella Andrade, que assim se apresenta:

Sou ativista, feminista e desenvolvo esse trabalho desde 1998, com mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade. Meu trabalho consiste no desenvolvimento comunitário, porque a gente trabalha em rede, um programa de geração de renda, porque a partir do momento que elas têm renda, elas já saem do jugo.

Formada em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Paraná, Annabella morou na Itália durante quinze anos, onde fez curso de Economia Doméstica. Voltou no ano de 1998 ao Brasil, e começou a trabalhar nessa área de Direitos Humanos. Também é Gestora Ambiental. Sua história está ligada ao fato de ter sido adotada:

O meu pai me pegou para criar, então eu acho assim, que como eu recebi tantas coisas boas eu tenho uma obrigação de devolver tudo isso de bom, porque eu fugi da curva... Eu... fui achada numa lata de lixo, lá em Curitiba e eu tive essa oportunidade de ser criada por um médico, minha mãe ela era professora, então eu tive... vários diferenciais. Eu recebi, eu estudei em boas escolas, eu tive possibilidade de me formar em línguas, eu tive a oportunidade de ter uma experiência internacional. E então eu fugi da curva. Eu acho que todo mundo deve fazer alguma coisa pelos outros e sobretudo eu que tive essa... esse benefício, porque isso foi um benefício.

Como ativista dos Direitos Humanos, Annabella atua com as travestis em situação de violência, vulnerabilidade e violência, as profissionais do sexo do Centro da cidade de São Paulo, que trabalham na Praça da República.

Trabalha orientando a respeito dos direitos que elas têm.

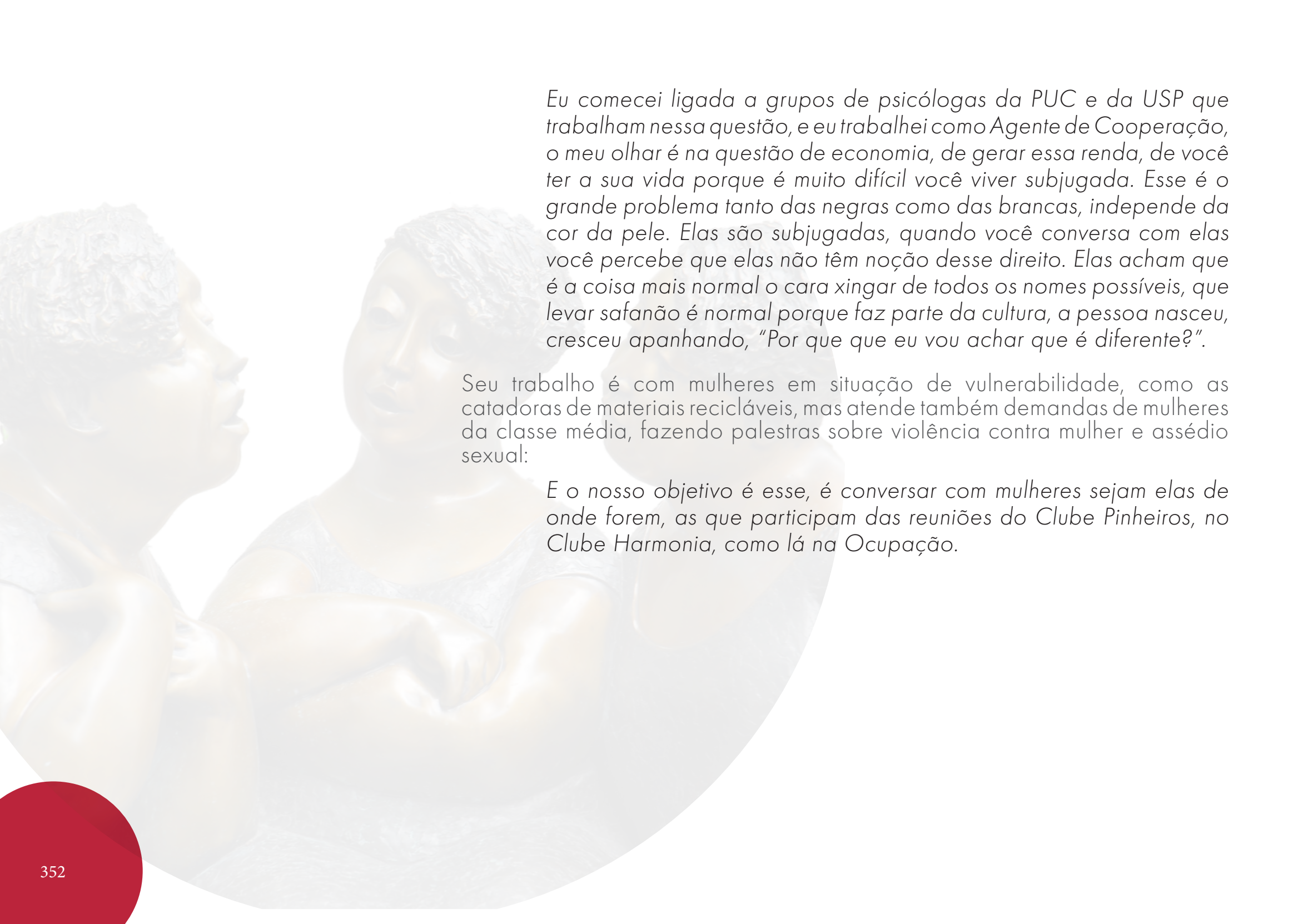
É ... as mulheres, as profissionais do sexo dali, e também da Santa Efigênia que são mulheres e, têm algumas que são travestis e outras que são mulheres oriundas do Nordeste que vêm junto com a questão do tráfico de pessoas. E o objetivo é cada um fazer o que quer com o seu corpo, não é? Mas é ... conversar com elas para ver se é realmente aquilo que elas querem, se elas estão ali por uma imposição, se elas têm alguém que está cafetinando em troca de casa, de comida e ver se elas querem sair daquilo. Então, a gente oferece esses cursos..., de costura, onde elas fazem trabalho com uma outra companheira nossa, que faz a capacitação delas na costura reta. [...] É uma máquina que trabalha com costura reta, uma máquina industrial, onde elas fazem sacolinhas para várias empresas de cosméticos e elas podem ficar na casa delas, se elas tiverem filho, porque essa coisa da mãe sair do lado da criança e deixar essa criança na mão sabe de quem, isso aí gera um outro ônus para essa criança. Porque, muitas vezes, a criança fica em estado de vulnerabilidade também ou sofre violência por parte do cuidador, então a gente pensa na mulher enquanto núcleo e são essas mulheres que sofrem muito...

Independente disso, se elas são brancas ou negras, são mulheres que vêm de um estado de violência desde o momento que elas vivem com a família, muitas delas são vendidas. Eu tive vários casos, atendi vários casos de mulheres que o pai e a mãe venderam a menina. E a menina veio parar aqui, aqui na rua para se prostituir.

Annabella atende mulheres do programa da Guarda Civil Metropolitana “Botão do Pânico”, destinado a mulheres que a Justiça determina Medida Protetiva:

Nós fazemos todo esse empoderamento da mulher e, ela fica cadastrada naquele programa da GCM, o Botão do Pânico, [...] e é importante porque quando ela percebe que o cara está por perto, ela aciona. [...] Por exemplo, o delegado quando conversa com ele, com o agressor ele explica: “Olha a sua mulher entrou nesse projeto, qualquer coisa que você fizer ela vai entrar em contato e eu vou saber”. E a gente faz uma rede de proteção junto com os setores sociais.

Então, eu trabalho nesse programa junto às mulheres desde que eu voltei da Europa, comecei a fazer um trabalho, no fim de noventa e oito eu conheci um grupo de mulheres e uma delas falou que fazia esses bordados e que ela queria expandir. E o ideal é que a mulher borde dentro de casa. Então começou assim, com mulheres bordadeiras, elas participaram, ganharam a carteirinha da SUTAC - Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades, para elas terem nota fiscal, e também uma identidade, porque é tamanha a violência do patriarcado, que as mulheres sofrem essa pressão e elas acabam perdendo a identidade: “Mas por que que eu me sinto assim? Por que que eu não tenho voz? Por que que eu tenho que perguntar para o meu marido em quem eu tenho que votar? Então esse é o trabalho que nós fazemos.




Eu comecei ligada a grupos de psicólogas da PUC e da USP que trabalham nessa questão, e eu trabalhei como Agente de Cooperação, o meu olhar é na questão de economia, de gerar essa renda, de você ter a sua vida porque é muito difícil você viver subjugada. Esse é o grande problema tanto das negras como das brancas, independe da cor da pele. Elas são subjgadas, quando você conversa com elas você percebe que elas não têm noção desse direito. Elas acham que é a coisa mais normal o cara xingar de todos os nomes possíveis, que levar safanão é normal porque faz parte da cultura, a pessoa nasceu, cresceu apanhando, “Por que que eu vou achar que é diferente?”.

Seu trabalho é com mulheres em situação de vulnerabilidade, como as catadoras de materiais recicláveis, mas atende também demandas de mulheres da classe média, fazendo palestras sobre violência contra mulher e assédio sexual:

E o nosso objetivo é esse, é conversar com mulheres sejam elas de onde forem, as que participam das reuniões do Clube Pinheiros, no Clube Harmonia, como lá na Ocupação.

Não há um perfil bem definido das mulheres que passam pelo seu trabalho de orientação. Considera que a maioria delas é branca, poucas negras. No entanto, observa algumas diferenças no atendimento do Poder Público dado à mulheres de classes sociais diferentes:

Nós temos as bolivianas, poucas mulheres negras. Eu acho que pela condição de terem sido pessoas escravizadas, elas têm um..., elas sejam mais resilientes do que as brancas. Porque elas acabam... ou então são poucas, as que a gente tem, que vêm.[...]Os agentes públicos estão muito longe do ideal. Na Primeira Delegacia da Mulher... nossa... eu já levei mulheres da classe AB e de classe CD. Quando é uma mulher de classe AB eles correm pra ajudar, porque sabem que ela pode ligar para alguém. Quando é uma mulher da classe CD: "Aí, que horas são? Ah, está trocando o plantão? Então espera aí". Existe uma coisa de... "quem é essa pessoa que eu estou atendendo?" Então é muito longe do ideal, e são delegadas. Então, quando a gente chega lá, já se coloca: "Tudo bem? Sou militante, sou ativista, sou jornalista". Pronto na hora! Por quê? Porque ele tem medo. Atualmente a gente usa muito isso aqui [celular], eu entro com o celular ligado para gravar, chego e ponho em cima da mesa. [...] Então, a gente já usa porque infelizmente o nosso Direito é violado a todo instante, sobretudo no Estado de São Paulo, onde as delegacias da Mulher ficam fechadas no final de semana. Esse é um pedido do Movimento Social, faz mil anos!




Seu trabalho é voluntário e conta com uma rede de solidariedade para obter recursos para a proteção das mulheres a quem atende. Uma rede formada com instituições independentes, entidades que possuem recursos vindos de Igrejas ou mesmo empresas, além de parcerias com pessoas da área de Serviço Social, com as mulheres que fazem o curso de Promotora Popular Legal, com a Defensoria Pública, mas a divulgação de seu trabalho não é direta, nem tem central de atendimento:

Então, elas chegam pela tangente, pelas pessoas que estão dentro do hospital. Muita gente liga e diz assim: "Olha, eu estou com um caso aqui e a gente não sabe o que fazer". Ou mesmo via amigos. Tem muita gente que diz assim: "Ah, eu soube pelo fulano de tal que você tem esse trabalho e tal..." Então, é porque também tem muitas mulheres que são mulheres de classe AB e que acabam ajudando as que são de classe CD. [...] São mulheres que foram ajudadas, que saíram do jugo. Então muitas vezes eu ligo e digo assim: "Olha eu estou com uma mulher aqui com quatro crianças e eu não tenho onde colocar". Então, elas dizem: "Então tá, põe lá no hotel, uma semana, eu vou pagar". E enquanto isso a gente vai procurando um espaço, ou um cortiço, ou uma ocupação, ou um lugar, sabe.



Considerações Finais



Compreendemos que há uma diversidade de agentes que atuam na violência doméstica contra as mulheres: machismo, conflitos intrafamiliares, questões socioeconômicas, violências físicas e sexuais, disputas patrimoniais, entre outros. Contudo a violência doméstica aparece de maneira diferenciada nos relatos de vitimização das mulheres negras, onde a cor da pele é um importante instrumento simbólico utilizado para a manutenção da submissão, humilhação, desumanização e preservação do controle e poder sobre os corpos e mentes de mulheres negras.

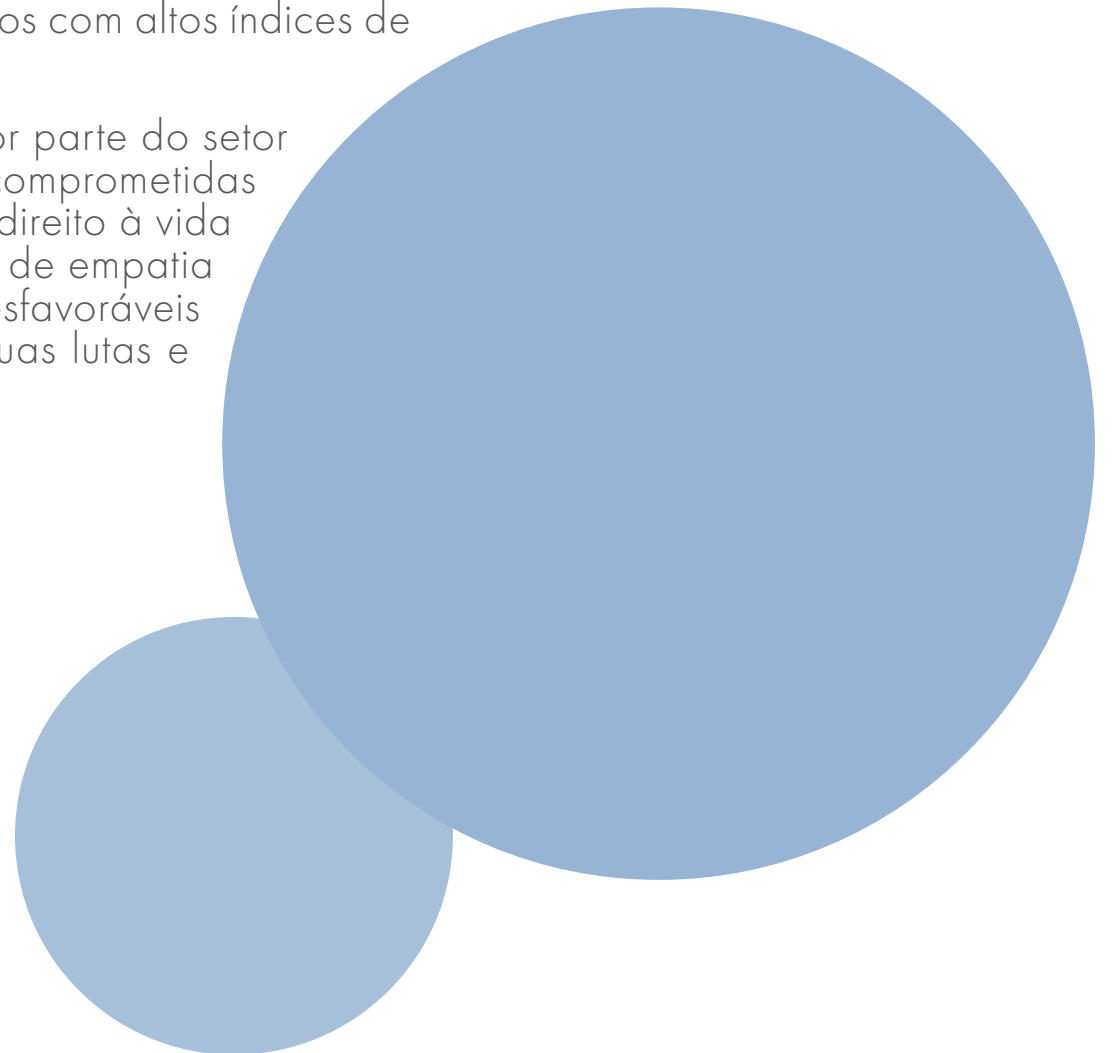
O adensamento do debate sobre o racismo como uma ação presente nas dinâmicas da violência doméstica possibilitará que a política pública, bem como a rede de proteção, contemple todas as mulheres em sua diversidade e complexidade. É uma ação urgente e necessária, que ampliará a qualidade dos serviços e possibilitará que mais mulheres sejam beneficiadas pelos CRMs e CDCMs.

Os CRMs e CDCMs são espaços estratégicos no conjunto das políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência, realizando um serviço de acolhimento e solidariedade às mulheres que decidiram buscar o direito à uma vida sem violências. Eles foram muito bem avaliados por todas as usuárias entrevistadas, que destacaram a eficiência dos serviços de orientação e encaminhamento de demandas.

Porém, enfrentam os desafios de uma política de enfrentamento à violência que precisa ser atualizada frente a entraves para a sua realização, como a fragmentação da política e a baixa efetividade de ações coordenadas; avançar o debate sobre a centralidade do boletim de ocorrência para o desdobramento das ações de proteção às mulheres; a não existência de ações que pensem o pós-abrigamento; as violações aos direitos das mulheres realizados principalmente pela segurança pública e pelo judiciário; o impacto da crise econômica e a necessidade de ampliação dos benefícios sociais às mulheres; posturas e concepções religiosas que tangenciam o debate sobre o machismo e os agravantes sociais e de saúde das mulheres; as especificidades e os desafios dos territórios onde estão instalados os equipamentos para as mulheres, que resultam em diferentes condições de atuação na realização de suas ações, sob diferenciadas pressões, e diversas e diferenciadas possibilidades de articulação entre os serviços públicos para o atendimento do leque de demandas das mulheres.

Integrando estes desafios e sendo um eixo desencadeador de violências e violações, o tema racismo precisa ser inserido nas compreensões sobre as dinâmicas das violências e contemplado nas ações de proteção e orientação desenvolvidas, de forma a desnaturalizar as desigualdades e dificuldades encontradas pelas mulheres negras para sair do ciclo da violência doméstica. Falar de racismo é uma ação de enfrentamento à ideologia da democracia racial, ainda presente e imutável na elaboração das políticas públicas, e que compromete a efetivação de direitos das mulheres negras. Este movimento – falar de racismo – também se relaciona com os territórios, que na presente pesquisa se revelaram em maior ou menor grau na fala das profissionais de CRM e CDCM, com destaque aos locais em que estão instalados, espaços com altos índices de segregação racial e econômica.

Buscamos a construção de novas ações e estratégias por parte do setor público, pelos movimentos de mulheres e demais pessoas comprometidas com o tema, para a reversão da situação e garantia do direito à vida de todas as mulheres. Desejamos ampliar a capacidade de empatia da sociedade brasileira em relação às experiências desfavoráveis de vida das mulheres negras e de solidariedade com suas lutas e desejos pelo bem viver.





Referências

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, mai./ago. 2014.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>>

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-02-00501.pdf>>

BENITES, Afonso. DHPP solucionou só 29,5% dos crimes que investigou em 2012, em SP. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jan. 2013.
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1213895-dhpp-solucionou-so-295-dos-crimes-que-investigou-em-2012-em-sp.shtml>>

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>

BRITO, Benilda Regina Paiva. Mulher, negra, pobre. A tripla discriminação. Teoria e Debate, São Paulo, n. 36, out. 1997.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. Mulheres e educação: gênero, raça e identidades. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.
Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2810/CARNEIRO_Aparecida_2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>>

CORREIA, Ana Paula de Santana. Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mulheres-da-periferia-em-movimento-um-estudo-sobre-outras-trajetorias-do-feminismo-ana-paula-de-santana-correia-dissertac3a7c3a3o.pdf>>

DIÓGENES, Juliana. Número de denúncias de violência contra mulher cai 12% na cidade de SP. O Estado de São Paulo, São Paulo, 07 mar. 2016. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-denuncias-de-violencia-contra-mulher-cai-12-em-sp,10000020041>>

GOMES, Luís Eduardo. Em 10 anos, Lei Maria da Penha ajuda a reduzir violência contra a mulher, mas não muda a cultura. Sul21, Porto Alegre, 07 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em-10-anos-lei-maria-da-penha-ajuda-a-reduzir-violencia-contra-a-mulher-mas-nao-muda-cultura>>

MANSO, Bruno Paes; BRANCATELLI, Rodrigo. Em SP, 95% dos crimes ficam impunes. O Estado de São Paulo, São Paulo, 16 jul. 2010. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-95-dos-crimes-ficam-impunes,581914>>

OLIVEIRA, Fátima. Saúde da população negra: Brasil ano 2001. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

PINA, Rute. Lei Maria da Penha completa 10 anos como referência, mas com problemas de execução. Brasil de Fato, São Paulo, 5 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/05/lei-maria-da-penha-completa-10-anos-como-referencia-mas-com-problemas-de-execucao>>

PITANGUY, Jaqueline. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM. Nov. 2002.

Disponível em: <<http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>>

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana Mazzini... [et al.] (Org.) Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>

SILVEIRA, Raquel da Silva. Interseccionalidade Gênero/raça e Étnica e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/77937>>

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Flacso. Brasília, 2015.

Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>

crédito das imagens:

Artistic statues of women talk

<http://karencomer.com.au/wp-content/uploads/2016/06/bigstock-Artistic-statues-of-women-talk-12086675.jpg>

Numbers - Pinterest

<https://br.pinterest.com/serdarkipdemir/numbers/>

Capa

canstockphoto6581545-1 - blackloveadvice - www.blacklovedivice.com

african woman half face II - stockvault-jody101517

<http://www.freepik.com>

MULHERES NEGRAS
e
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
decodificando os números

realização



apoio

